



PRODUÇÃO CIENTÍFICA

UM GUIA PRÁTICO

ORGANIZADORAS

MARIA IMACULADA CARDOSO SAMPAIO
APARECIDA ANGÉLICA ZOQUI PAULOVIC SABADINI
SILVIA HELENA KOLLER



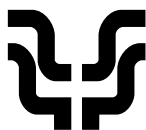
Universidade de São Paulo
Instituto de Psicologia

DOI: 10.11606/9786587596280



REITOR
Carlos Gilberto Carlotti Junior

VICE-REITORA
Maria Arminda do Nascimento



DIRETORA
Ana Maria Loffredo

VICE-DIRETOR
Gustavo Martinelli Massola

ORGANIZADORAS

MARIA IMACULADA CARDOSO SAMPAIO
APARECIDA ANGÉLICA ZOQUI PAULOVIC SABADINI
SILVIA HELENA KOLLER

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

UM GUIA PRÁTICO

SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
2022

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Produção Científica: um Guia Prático / Organização de Maria Imaculada Cardoso Sampaio, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini e Silvia Helena Koller. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.
236 p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-87596-28-0 (eletrônico)

DOI: 10.11606/9786587596280

1. Produção científica. 2. Artigos científicos. 3. Metodologia de pesquisa. I. Sampaio, M. I. C. (Org.). II. Sabadini, A. A. Z. P. (Org.). III. Koller, S. H. (Org.). IV. Título.

LC Q180

Ficha elaborada por: Elaine Cristina Domingues CRB 5984/08.



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a *Licença Creative Commons* indicada.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

EM BUSCA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO CONFIÁVEL.....7

Abel Laerte Packer

APRESENTAÇÃO..... 15

Organizadoras

CAPÍTULO 1

A TOMADA DE DECISÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS EM PSICOLOGIA 21

Tamara Melnik

Maria Imaculada Cardoso Sampaio

CAPÍTULO 2

**A APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS COMO
REQUISITO À PUBLICAÇÃO DE ESTUDOS EMPÍRICOS. 33**

Raquel Veloso da Cunha

Bárbara Leal Reis

Giuliana Violeta Vásquez Varas

Juliane Callegaro Borsa

CAPÍTULO 3

AVALIANDO A QUALIDADE, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE ÉTICA DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS. 58

Felipe Vilanova

Ângelo Brandelli Costa

CAPÍTULO 4

RELATOS DE PESQUISA ORIGINAIS PARA PUBLICAR EM REVISTAS DE ALTO IMPACTO. 74

Wilson López-López

María Constanza Aguilar-Bustamante

Cesar Acevedo-Triana

CAPÍTULO 5

ARTIGOS ORIGINAIS QUE RELATAM ESTUDOS DE CASO. 101

Amanda Schöffel Sehn

Beatriz Schmidt

Rita de Cassia Sobreira Lopes

Cesar Augusto Piccinini

CAPÍTULO 6

COMO ESCREVER UM ARTIGO DE REVISÃO SISTEMÁTICA: UM GUIA ATUALIZADO. 130

Angelo Brandelli Costa

Anna Martha Fontanari

Ana Paula Zoltowski

CAPÍTULO 7

O PROCESSO DE REVISÃO POR PARES. 166

Jean Von Hohendorff

CAPÍTULO 8

INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA. 187

Gustavo Martineli Massola

Bernardo Parodi Svartman

SOBRE AS ORGANIZADORAS. 221

SOBRE OS AUTORES COLABORADORES. 223

PREFÁCIO

EM BUSCA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO CONFIÁVEL

ABEL LAERTE PACKER

Nada como a umbela de um livro para abordar boas práticas, padrões e métodos que permeiam as pesquisas de qualidade e sua comunicação conduzida com rigor crescente por meio de periódicos científicos. É o que realiza este livro com foco na pesquisa em psicologia.

A evolução da pandemia do COVID-19 que nos afetou a todos mostrou como a difusão do conhecimento científico gerado e sistematicamente aperfeiçoado pelos projetos de pesquisas propaga-se além da academia por inúmeros meios que permeiam o tecido social de comunicação – conversas formais e informais, e-mails e outros sistemas de mensageria, educação formal e informal, webinários e debates, conferências, jornais, rádios, tvs, livros, revistas magazines, blogs e demais sistemas públicos de redes sociais.

O conhecimento científico exerce diuturnamente uma função cultural, social e econômica que é determinante para o avanço intelectual

e bem-estar da humanidade e para desenvolvimento sustentável. É essencial para políticas públicas eficientes e para a atualização de profissionais.

Deve, portanto, ser conhecimento o mais confiável possível, que requer como condição necessária projetos de pesquisa concebidos e conduzidos com rigor metodológico e integridade em todo o ciclo de execução, atributos que são verificados na avaliação dos textos originais que descrevem pesquisas que são escritos em artigos ou outras formas de literatura científica pelos pesquisadores responsáveis pelos projetos. Os textos, antes da sua publicação, recebem a denominação de manuscrito e passam por sucessivas revisões e, quando aprovados, por edições com o intuito de constituir-se em conhecimento validado e confiável segundo o estado da arte do tópico e da disciplina da pesquisa, lembrando que o progresso da pesquisa se baseia no questionamento e aprimoramento sistemático dos conhecimentos que se acumulam.

O enfrentamento científico da COVID-19 contribuiu para informar a sociedade sobre o *modus operandi* da pesquisa na produção de novos conhecimentos. Conceitos como níveis de evidência, *preprints*, revisão por pares, ética, prestígio e impacto de periódicos passaram a integrar o vocabulário das notícias, conversas e comunicações fora da academia.

Os periódicos são o meio de publicação científica que melhor provê estruturas e mecanismos avançados de validação de pesquisas, com o concurso de pesquisadores na qualidade de editores e de pareceristas ad-hoc especialistas no tema da pesquisa. A função da revisão de manuscritos é maximizar a robustez das pesquisas passíveis de serem aprovadas e a legibilidade do texto da versão final publicada do artigo. Os periódicos proveem também serviços que promovem a visibilidade das pesquisas no âmbito das respectivas comunidades de pesquisas e interfaces para sua ampla difusão nos múltiplos meios que listamos acima. Assim, manuscritos bem elaborados são aperfeiçoados nos processos de validação dos periódicos enquanto outros são rejeitados. Os periódicos por sua vez são controlados e avaliados por diferentes

sistemas que utilizam critérios de qualificação baseados nos antecedentes científicos dos membros do corpo editorial, obediência às boas práticas e sua relevância na comunicação de pesquisas da disciplina, o que é medido quase sempre por indicadores baseados no número de citações que seus artigos recebem, desempenho que é conhecido como impacto.

Vale destacar que o índice de rejeição de manuscritos é percebido como indicador de prestígio de um periódico. É comum entre os periódicos de alto impacto operar com rejeições acima de 90%. É comum índices de rejeição acima de 25%. Os periódicos da coleção SciELO Brasil que estão entre os melhores de suas disciplinas têm mediana taxa de rejeição de cerca de 70%. Em geral, os periódicos instruem exaustivamente os autores sobre os requerimentos de submissão dos manuscritos e como são avaliados. Quando não atendem, os manuscritos são declinados de imediato e sem revisão por pares. Todos os capítulos deste livro tratam, direta ou indiretamente, de fundamentos da preparação de manuscritos e sua avaliação por periódicos, cuja aplicação envolve pesquisadores na qualidade de autores, editores, pareceristas de manuscritos, avaliadores de projetos de pesquisa e de grupos de pesquisa de instituições. Ter um manuscrito aprovado é a culminação feliz de um processo que poder vir a ser demorado. Essencial para o avanço da carreira de pesquisador. Apesar de não desejado, ter manuscritos declinados é um fato natural na carreira de todo pesquisador.

Há dezenas de milhares de periódicos que avaliam e publicam resultados de pesquisa de dezenas de disciplinas e tópicos temáticos. O índice bibliométrico Scopus de propriedade da companhia Elsevier incluiu em 2020 mais de 24.500 periódicos¹, distribuídos em 332 categorias, incluindo 7 especialidades de psicologia com 1234 periódicos. São publicados em todo o mundo por editoras comerciais, sociedades científicas e associações profissionais, universidades e outras

1 <https://elsevier.com/?a=734751>

instituições de pesquisa. O índice Scopus registra em 2020 um total de 6800 publicadores de periódicos, mas há uma enorme concentração em poucos publishers comerciais – três deles publicam cerca de 30% do total de periódicos, cada um, com mais de 2300 periódicos, enquanto 96% publicam 5 ou menos periódicos. Os artigos são publicados em diferentes idiomas, embora predominantemente em inglês considerando que a ciência é um empreendimento global e amplia a visibilidade das pesquisas e potencial de obter mais citações. Há também boas razões para publicar em idiomas nacionais diferentes do inglês, como é o caso do português no Brasil, para pesquisas centradas em problemáticas e públicos locais.

Certamente nesse universo de periódicos tão amplo e diverso, abundam críticas sérias no cumprimento das suas funções de validação das pesquisas que comunicam. Boa parte delas centram-se na falta de transparência nos processos de avaliação de manuscritos, precisamente quanto à obediência de boas práticas, padrões e métodos de análise que são analisados neste livro. Entretanto, o estado da arte atual de produção de periódicos de qualidade acumula um legado de aperfeiçoamento e inovações de mais de 300 anos, que se intensificou nas últimas décadas à força do dinamismo inerente às características de universalidade, desintermediação e virtualização da Web legitimada como meio dominante de gestão de informação e conhecimento científico em menos de uma década de sua criação.

Ademais, essas características da Web dotam a comunicação científica com mecanismos eficientes de autocontrole e regulação. O desempenho dos periódicos é facilmente recuperado na Web, há critérios amplamente disseminados para identificar periódicos predatórios que são os que cobram para publicação e iludem os autores com processos de avaliação limitadíssimos ou inexistentes. Há sistemas que orientam onde publicar manuscritos segundo o tópico abordado. Quando sistemas de avaliação de pesquisas usam periódicos como proxy de qualidade quase sempre usando o impacto dos periódicos como impacto esperado da pesquisa, como é o caso do Qualis

Periódicos da CAPES utilizado na avaliação dos programas de pós-graduação, há quase uma imposição aos pesquisadores onde publicar. Entretanto, a correção dessa abordagem que simplifica a avaliação das pesquisas, de pesquisadores e de instituições é contestada por estudos e declarações, com destaque para a Declaração de São Francisco sobre Avaliação da Pesquisa².

As inovações promovidas pela Web na estrutura de comunicação científica vêm crescendo há 25 anos, talvez a mais típica seja a publicação contínua dos artigos tão logo aprovados e editados sem a necessidade de esperar a composição de uma edição como se fazia na publicação em papel. Com a Web nada mais justifica que um periódico atrase a publicação de uma pesquisa à espera de compor uma edição no *modus* clássico de publicação por fascículos. Em muitos casos, como dos mega periódicos, as mudanças na produção dos artigos embutem tal complexidade que é inviável pensar em sua distribuição impressa. Outro avanço que a Web trouxe à comunicação é a interoperabilidade com base em elementos bibliográficos como nome de autores normalizados por meio do ORCID, de instituições por meio do ROR, de citações e referências bibliográficas por meio do DOI.

Porém, o aperfeiçoamento estrutural mais abrangente advindo do meio digital online que vem afetando progressivamente todos os processos, instâncias e atores da ciência é a emergência do *modus operandi* de Ciência Aberta de projetar, executar e comunicar pesquisas, que no documento Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta³ “é definida como um construto inclusivo que combina vários movimentos e práticas que têm o objetivo de disponibilizar abertamente conhecimento científico multilíngue, torná-lo acessível e reutilizável para todos, aumentar as colaborações científicas e o compartilhamento de informações para o benefício da ciência e da sociedade, e abrir os processos de criação, avaliação e comunicação do conhecimento

2 https://sfdora.org/wp-content/uploads/2020/12/DORA_Brazilian-Portuguese.pdf

3 https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por

científico a atores da sociedade, além da comunidade científica tradicional. Abrange todas as disciplinas científicas e todos os aspectos das práticas acadêmicas...”. Estamos falando de uma produção anual de pelo menos 3 milhões de artigos segundo dados de 2021 do índice Scopus, dos quais 93,1mil (3,1%) categorizados como de psicologia. Nesse conjunto, o Brasil participa com 88,8 mil artigos (2,9%) e ocupa o 13º lugar no ranking de produção de artigos. Em psicologia, o Brasil participa com 1948 artigos, 2,1% dos artigos de psicologia e ocupa o 11º lugar e 2,2% dos artigos do Brasil. Atrás dessas cifras estão milhares de pesquisadores, grupos de pesquisa e instituições, dezenas e centenas de agências de financiamento, sistemas de avaliação, publicadores, indexadores. Ou seja, a transição para ciência aberta envolve todas as instâncias, atores e processos da pesquisa e certamente as práticas, padrões e metodologias tratadas neste livro. De fato, práticas de ciência aberta se projetam como boas práticas por excelência.

Uma inovação importante foi a formalização do *preprint* como prática de Ciência Aberta e início do fluxo de comunicação das pesquisas. Os servidores de *preprints* efetuam um controle de qualidade dos manuscritos chamado de moderação que identifica condições mínimas requeridas para aceitação e disponibilização em acesso aberto. Mas, a responsabilidade da publicação é dos autores que passam assim a ter mais controle sobre a comunicação das suas pesquisas. A disponibilização rápida das pesquisas é o ganho principal. Antes de submeter a um periódico o *preprint* pode ser melhorado em sucessivas versões. O manuscrito já aprovado pode também ser disponibilizado como *preprint* enquanto a versão final é editada. Os grandes publishers comerciais têm seus próprios servidores de *preprints* que são utilizados em comum acordo com os autores. O servidor de *preprints* PsyArXiv⁴ dedicado à psicologia é operado pela Society for the Improvement of Psychological Science. O servidor SciELO Preprints⁵ atende todas as

4 <https://psyarxiv.com/>

5 <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>

disciplinas. Os servidores de preprints têm sido especialmente importantes na comunicação rápida de pesquisa relacionadas com a COVID-19. O uso de *preprints* exige dos pesquisadores a elaboração cuidadosa dos manuscritos.

Entre as práticas de comunicar pesquisas em Ciência Aberta, o Acesso Aberto (AA), somando as variantes dourado, verde e híbrida, é a mais disseminada. A justificativa para dispor os textos online para acesso universal advém do fato que nos referimos acima, ou seja, que o conhecimento científico é crucial para o progresso da humanidade como na luta contra a COVID-19 e na busca de desenvolvimento sustentável vem provando a toda a sociedade. E sempre lembrando também que as pesquisas são financiadas com recursos públicos. O número de artigos em Acesso Aberto vem crescendo. Ainda com base no Scopus online⁶, em 2021 a proporção de artigos em AA foi de 47% do total, 41% de psicologia, 50% do Brasil e de 49% de psicologia do Brasil. Embora a proporção de artigos em AA do Brasil em todas as variantes seja superior à global, ela ocupa o ranking 15 de artigos em AA entre os 25 países de maior produção científica. Quando consideramos AA do tipo dourado que é o publicado pelos periódicos sem embargo, o Brasil ocupa a 4^a posição. O Brasil se destaca como liderança em Acesso Aberto na publicação de seus periódicos. Entre os 393 periódicos do Brasil indexados em 2020 no Scopus 92% são de Acesso Aberto. Em psicologia, 19 dos 22 periódicos do Brasil indexado no Scopus são de Acesso Aberto, ou seja, alinhados com a principal prática de Ciência Aberta. Os nove periódicos de psicologia da coleção SciELO Brasil ativos serviram em 2020 a impressionante média diária de 40 mil acessos.

Outra prática que caracteriza o *modus operandi* de Ciência Aberta é a disponibilização em acesso aberto dos dados, códigos de programas e outros conteúdos subjacentes aos textos dos artigos. A justificativa aqui tem várias facetas relacionadas com o aperfeiçoamento das

6 Acessado via Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) <https://www.periodicos.capes.gov.br/>

funções da pesquisa. A primeira delas é facilitar a reprodutibilidade, a replicabilidade e a avaliação das pesquisas; a segunda é o reforço da cooperação ao promover o reuso dos dados; e a terceira é a ampliação do retorno do investimento ao compartilhar-se dados e outros conteúdos que podem ser reutilizados em outras pesquisas. A prática de dados abertos exige que os projetos de pesquisa contem com planos de gestão dos dados que ao final facilite a sua disposição em um repositório de dados. Mais e mais os periódicos vêm exigindo que os autores informem sobre a disponibilidade dos dados, códigos e outros conteúdos das pesquisas. Os arquivos de dados de uma pesquisa passam a ser tratados como objetos de comunicação complementando os artigos e são armazenados com metadados normalizados, recebem DOI, são indexados e progressivamente citados.

A prática de Ciência Aberta que mais preocupação vem causando aos pesquisadores é a abertura do processo de revisão de manuscritos por pares, seja na qualidade de autor, editor ou parecerista. A expectativa é favorecer a transparência e minimizar enviesamentos de todo gênero. Os argumentos prós e contras centram-se nas consequências favoráveis e desfavoráveis da abertura da identidade dos pareceristas, seja na interação com os autores ou na publicação dos pareceres. O avanço da revisão por pares aberta vai depender de aperfeiçoamentos nos processos de interação entre autores, editores e pareceristas, de resultados positivos dos periódicos que estão adotando a prática e do desenvolvimento de uma nova cultura de avaliação.

As práticas de ciência aberta pressupõem e visam o desenvolvimento coletivo de um *modus operandi* que aprimore as condições de projetar, realizar, comunicar e avaliar pesquisas que geram conhecimento confiável. Não se trata, portanto, de um exercício elusivo e simplista de adoção mecânica ou burocrática das práticas. O caminho rumo à ciência aberta significa um avanço a partir da capacidade clássica de produzir conhecimento confiável assentado nas boas práticas, padrões e métodos sistematizados neste livro.

APRESENTAÇÃO

MARIA IMACULADA CARDOSO SAMPAIO
APARECIDA ANGÉLICA ZOQUI PAULOVIC SABADINI
SILVIA HELENA KOLLER

O livro *Produção Científica: um Guia Prático* tem como objetivo esclarecer e orientar autores, revisores e editores sobre o processo de construção, revisão e publicação de artigos científicos. A produção do artigo começa muito antes de sua redação. Na verdade, começa na elaboração do projeto de pesquisa, quando o objetivo, o método e os cuidados éticos são definidos. Por isso, conversar sobre os tipos de delineamentos de pesquisas torna-se tão necessário, quanto falar das publicações que resultam da aplicação de diferentes métodos. Sendo assim, esta publicação busca discutir sobre diferentes delineamentos de pesquisas, e os elementos essenciais que possibilitam redigir um artigo de qualidade, que será aceito para publicação em revistas bem conceituadas e que cumprem o notável papel de comunicar a ciência, que traz evidências capazes de apoiar a tomada de decisão nas diversas áreas do conhecimento e, especialmente, na Psicologia.

O informativo prefácio “Em busca do conhecimento científico confiável”, de Abel Laerte Packer, apresenta informações de interesse para autores, editores, alunos, professores e profissionais em geral. Esclarece sobre como a comunicação científica se popularizou com o

evento adverso da Covid-19 e como os periódicos científicos provêm estruturas e mecanismos avançados de validação de pesquisas. Os índices de citação e impacto são brevemente tratados e a transição para Ciência Aberta, que envolveu todas as instâncias, atores e processos da pesquisa e certamente as práticas, padrões e metodologias também são discutidos. Os *preprints* e seus servidores, incluindo o SciELO, e os avanços da Ciência Aberta também completam o esclarecedor prefácio que nos convida a uma reflexão sobre as mudanças e avanços da produção científica. Sem dúvida, o texto é muito mais que uma apresentação, pois informa e ensina, tarefas esperadas de quem trabalha com o tema há muitos anos e foi um dos propulsores do acesso aberto no Brasil e no mundo, como é caso do Abel Packer.

Capítulo 1 – “A Tomada de Decisão Baseada em Evidências em Psicologia”, de Tamara Melnik e Maria Imaculada Cardoso Sampaio discute os paradigmas da prática baseada em evidências e como a pirâmide das evidências hierarquiza os estudos, a partir do delineamento da pesquisa. É feito um breve recorte à saúde mental na pandemia da COVID-19, demonstrando o poder das evidências científicas na tomada de decisão para a prática clínica. As autoras concluem que a Psicologia Baseada em Evidência precisa ser difundida entre os estudantes, professores e, principalmente, os profissionais de Psicologia, pois não se pode formar psicólogos que não levem em sua bagagem o conhecimento de que as evidências científicas são um recurso inestimável para o tratamento dos pacientes. Se as evidências científicas devem apoiar a tomada de decisão é necessário que os artigos científicos relatem pesquisas com qualidade, que possam subsidiar tais decisões.

Capítulo 2 – “A Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas como Requisito à Publicação de Estudos Empíricos”, de Raquel Veloso da Cunha, Bárbara Leal Reis, Giuliana Violeta Vásquez Varas e Juliane Callegaro Borsa conversa sobre a importância da ética em pesquisas com humanos, trazendo um pouco da sua história e fundamentos. Discute a ética em pesquisa no contexto brasileiro e como os periódicos tratam desse assunto. Finaliza enfatizando a relevância de que

os projetos de pesquisas sejam submetidos aos comitês de ética e que é preciso resolver as tensões existentes entre as ciências biomédicas e as Ciências Humanas e sociais no que diz respeito à implementação de regulamentações éticas para pesquisas com seres humanos. Para que isso ocorra, aprender sobre os diferentes métodos de pesquisa, nas diversas comunidades científicas, permitirá que os estudos em Psicologia continuem a ganhar o devido reconhecimento, publicando os resultados de suas pesquisas em revistas reconhecidas e valorizadas.

Capítulo 3 – “Avaliando a Qualidade, Transparência e Responsabilidade Ética das Pesquisas Científicas”, de Felipe Vilanova e Ângelo Brandelli Costa explica o que ocorreu nas duas últimas décadas que modificou as exigências metodológicas nas pesquisas científicas. Segundo os autores, no início do século XXI, cresceu o interesse por avaliar o quanto os resultados dos estudos anteriores poderiam ser reproduzidos, através da repetição dos procedimentos originais. Não são apenas os procedimentos metodológicos que podem comprometer o entendimento de um relato de pesquisa, outros fatores também interferem para a qualidade desses escritos. É muito interessante ler o capítulo e aprender com os autores quais são esses fatores. Entretanto a qualidade metodológica é muito importante e precisa ser avaliada. Mesmo não sendo possível cumprir todos os requisitos apontados, os autores afirmam que os pesquisadores devem perseguir o máximo de rigor metodológico, assim terão mais possibilidades de publicarem seus resultados em revistas de alto impacto.

Capítulo 4 – “Como Devem Ser Escritos os Relatos de Pesquisa Originais para Publicar em Revistas de Alto Impacto”, de Wilson López-López, María Constanza Aguilar-Bustamante e Cesar Acevedo-Triana desmembra cada um dos elementos do artigo, que são descritos exaustivamente, assim como os papéis das equipes de pesquisa e das publicações periódicas. Após discutir sobre o modelo atual para publicação, enfatizando a questão da revisão por pares, o capítulo apresenta as novas opções para o modelo atual da publicação científica.

A publicação rápida do texto (versão preprint) demanda mudança de comportamento no processo de revisão. Posterior a uma revisão inicial, dá-se início ao processo de revisão aberta e ao de retroalimentação; todas as modificações são registradas e é possível seguir os processos de mudança e de discussão entre autores e revisores. Ao realizar um processo de edição e publicação mais transparente, é possível eliminar os vieses durante o processo de avaliação, o que favorece os pesquisadores e instituições de renome. Não é demais mencionar que o interesse e a aposta por este tipo de modelo podem significar um interesse na busca efetiva de alternativas que permitam melhorar alguns dos vazios do processo tradicional.

Capítulo 5 – “Artigos Originais que Relatam Estudos de Caso”, de Amanda Schöffel Sehn, Beatriz Schmidt, Rita de Cassia Sobreira Lopes e Cesar Augusto Piccinini explora esse delineamento de pesquisa, que tem sido muito utilizado como estratégia de pesquisa. Os autores explicam que é fácil encontrar referências a esse tipo de estudo no nosso cotidiano, quando mencionamos determinado evento ou situação, ou quando contamos uma história sobre alguém. Inclusive, é muito provável que você já tenha tido contato com o estudo de caso em sala de aula, por exemplo, como material para ilustrar a prática profissional e auxiliar na compreensão de um dado fenômeno. Por isso, talvez seja difícil entender o que diferencia esse entendimento encontrado no dia a dia de muitas atividades acadêmicas e profissionais daquele sustentado nos estudos científicos. Essas questões são abordadas, uma vez que o objetivo deste capítulo é apresentar algumas reflexões sobre o estudo de caso e como redigir um artigo científico derivado de pesquisa em Psicologia com base nesse delineamento. A caracterização e os tipos de estudos de caso e um guia de como fazer um estudo dessa natureza, os tipos de estudos e a vantagens, limitações e questões éticas desse delineamento de pesquisa oferecem orientações seguras ao pesquisador estudioso de casos.

Capítulo 6 – “Como Escrever um Artigo de Revisão Sistemática: um Guia Atualizado”, de Angelo Brandelli Costa, Anna Martha Fontanari

e Ana Paula Zoltowski explora os diversos tipos de revisões: narrativa (de literatura tradicional), de escopo, sistemática, revisões rápidas, automatizadas, ampliando nosso conhecimento sobre esse tipo de publicação, que, cada vez mais, destaca-se no cenário das publicações científicas. Os autores se desdobram para ensinar sobre as diversas etapas do desenvolvimento desse tipo de pesquisa, como, por exemplo: a delimitação do objetivo, o registro do protocolo, a escolha das fontes de dados, a correta eleição das palavras-chave para a busca, o processo de busca e armazenamento dos resultados, a seleção de artigos de acordo com critérios de inclusão e exclusão, a extração dos dados dos artigos selecionados, a avaliação da qualidade da evidência nos artigos selecionados e os protocolos para tanto. Os diversos tipos de publicações passíveis de serem revisadas, geradas da realização de estudos de intervenção, ensaios clínicos, estudos experimentais, estudos observacionais, as revisões sistemáticas, a síntese e interpretação dos dados, incluindo a complexidade da metanálise e da metassíntese complementam as orientações sobre como redigir um artigo de revisão sistemática.

Capítulo 7 – “O Processo de Revisão por Pares”, de Jean Von Hohendorff aborda um tema polêmico e que sempre gera discussões, o texto que trata da questão da revisão antes da publicação orienta autores, revisores e editores sobre esse importante momento da publicação dos artigos. O capítulo tem como objetivo oferecer um guia inicial para a realização de bons pareceres. O autor esclarece que “Não se trata de uma “receita” pronta sobre como fazer pareceres, mas de uma sistematização de informações que podem auxiliar editores e revisores.” Como editores e revisores podem proceder antes de emitir o parecer? Como o parecer deve ser elaborado? O que um parecerista pode aprender com as revisões elaboradas? Como os editores podem ajudar a melhorar esse processo? Respondendo a essas e outras questões, este capítulo promete facilitar as tarefas dos produtores e publicadores do conhecimento científico de qualidade.

Capítulo 8 – “Internacionalização da Produção Científica Brasileira”, de Gustavo Martineli Massola e Bernardo Parodi Svartman fechando nosso guia temos o denso, interessante e esclarecedor capítulo que trata da internacionalização, que olha para a questão “sob o prisma de alguns de seus aspectos políticos, científicos e técnicos.”, como explicam os autores. Não é possível falar do assunto sem considerar o aspecto político que reflete o impulso para a internacionalização, e isso não reproduz uma relação de subordinação entre o Brasil e os países centrais, esclarece o texto. A internacionalização não é uma preocupação apenas dos cientistas e acadêmicos brasileiros, mas de todo o mundo. Partindo desse paradigma, o capítulo define o que é uma publicação internacional e tenta responder: por que publicar em periódicos e livros estrangeiros? Apresenta a evolução e impacto da publicação internacional brasileira em Psicologia, oferecendo informações sobre como publicar internacionalmente. Será que os países periféricos deveriam investir na internacionalização de sua produção científica? A resposta a essas e outras questões aparecem no texto.

A partir dos oito capítulos, especialmente idealizados pelas organizadoras e desenvolvidos pelas autoras e autores, convidamos vocês, queridas leitoras e queridos leitores, a entrar nesse fascinante mundo da produção científica e, como nós, encantar-se com seus meandros e particularidades. Cada capítulo foi pensado para oferecer informações e trazer conhecimentos para pesquisadores, autores, revisores e editores, que sabem que desenvolver uma pesquisa científica de qualidade, publicar seus resultados em um periódico bem avaliado e representativo da área não é tarefa fácil. Entretanto, quando há interesse e vontade, o desafio se transforma em oportunidade. É essa oportunidade que queremos deixar para vocês.

Boa leitura!

CAPÍTULO 1

TOMADA DE DECISÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS EM PSICOLOGIA

TAMARA MELNIK

MARIA IMACULADA CARDOSO SAMPAIO

O paradigma da Prática da Psicologia Baseada em Evidências (PPBE) considera o uso racional, explícito e consciente das melhores evidências científicas no atendimento de cada cliente/paciente (American Psychological Association [APA], 2006). A PPBE reúne três pilares que devem nortear os cuidados à saúde mental de qualquer indivíduo: experiência clínica adquirida ao longo da carreira, preferências e valores dos clientes e a melhor evidência científica disponível. O que são as melhores evidências científicas? São os resultados de pesquisas obtidos a partir da aplicação de um método qualificado, comprovado e desenvolvido com todo o rigor científico. A qualidade metodológica da apresentação dos resultados que respondem aos objetivos do estudo assegura esse rigor (Sampaio, 2013). A validade externa, que é o poder de generalizar seus resultados; e a interna, comprovada pela certeza de que está sendo medido o que se quer mensurar, asseguram a qualidade da pesquisa (Hopen, 1998).

A tomada de decisão na Psicologia nem sempre está embasada nas melhores evidências disponíveis (Melnik & Atallah, 2011). Alguns aspectos podem ser elencados e justificam tal cenário. De fato, existe um distanciamento entre aqueles que produzem o conteúdo científico na academia e a maior parte dos clínicos e, em alguns casos, existem

os conflitos de interesse financeiros e ideológicos, dentre outros (Roth & Fonagy, 2005)

Visando minimizar os vieses que comprometiam a tomada de decisão com base no conhecimento científico, na década de 90, a American Psychological Association (APA) reuniu um grupo de pesquisadores e clínicos e elaborou a primeira lista de tratamentos psicológicos empiricamente validados, na tentativa de aproximar os pesquisadores dos tomadores de decisão. Conhecidas como força-tarefa, o primeiro projeto dessa natureza, desenvolvido pela Divisão 12 da APA, contava com psicólogos de diferentes abordagens e pesquisadores e objetivava avaliar o sucesso dos processos psicoterapêuticos. Foram várias ações e diversas atualizações que receberam muitas críticas por parte de psicólogos e pesquisadores, como demonstra o breve histórico sobre a Psicologia Baseada em Evidências (PPBE) apresentado por Monteleone e Witter (2017).

Em 2005, foi instituída a força tarefa da APA (Levant, 2005) com o objetivo de definir diretrizes para a tomada de decisão, com base em evidências científicas qualificadas. Um dos grandes trabalhos dessa força-tarefa foi mapear os tipos de pesquisas mais utilizados pela Psicologia (Sampaio, 2013). Essa importante ação da APA definiu o conceito de PPBE como a integração da melhor evidência disponível aliada à prática profissional no contexto das preferências e cultura do paciente. Apesar de todo esforço, o conhecimento e aplicação desse conceito ainda é pouco ensinada nos cursos de Psicologia e desconhecida por grande parte dos psicólogos brasileiros (Melnik, Meyer, & Sampaio, 2019). As autoras afirmam ser importante incluir a matéria na formação dos profissionais na área, a exemplo da Medicina e Enfermagem.

OS ESTUDOS CIENTÍFICOS E A PIRÂMIDE DAS EVIDÊNCIAS

Os estudos científicos são ferramentas desenvolvidas para minimizar os vieses ao se mensurar algo, como por exemplo, os fatores de risco associados ao Transtorno da Ansiedade Generalizada (TAG), ou a eficácia da terapia cognitivo comportamental no Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT). Portanto, um dos principais fundamentos da PPBE se baseia em usar os resultados dos estudos científicos de boa qualidade para a tomada de decisões na saúde mental. Para cada tipo de pergunta (prognóstico, intervenção, diagnóstico) existe um tipo de estudo científico que melhor responde o que está se tentando mensurar. Por exemplo, quando a pergunta se refere a intervenções, o estudo primário mais apropriado são os ensaios clínicos randomizados. Para facilitar a identificação dos estudos mais adequados para responder cada pergunta, foram propostas as pirâmides das evidências. Nelas são elencados os estudos do menor para o maior nível de evidência. Trata-se de uma escala que hierarquiza a evidência de acordo com o delineamento de pesquisa utilizado na solução do problema.

A pirâmide proposta pela Saúde Baseada em Evidências considera que estão no topo da pirâmide os estudos com maior confiabilidade. As revisões sistemáticas (RS) são consideradas nível I de evidência. As RSs são estudos que buscam reunir todos os estudos primários para reanalisar, combinar e resolver qualquer inconsistência que os diferentes estudos possam apresentar. Observemos a pirâmide.



Figura 1. Pirâmide proposta pela Saúde Baseada em Evidências.
Fonte. Extraída do Google imagens: <http://ortodontiadescomplicada.com.br/piramide-de-evidencia-cientifica-da-base-ao-topo/>

Os ensaios clínicos randomizados ocupam a segunda camada na escala das evidências. Esse tipo de estudo se constitui em uma poderosa ferramenta na avaliação das intervenções na área da saúde. A alocação dos participantes da pesquisa de forma aleatória, ou randomizada, assegura um alto nível e faz com que esses estudos sejam classificados como o padrão-ouro para avaliação da eficácia de uma determinada terapêutica (Oliveira & Parente, 2010).

Na terceira camada encontramos os estudos de caso-controle, que têm sido bastante utilizados em pesquisas nas últimas décadas, tanto no campo da Epidemiologia, quanto na saúde pública. A vantagem desse tipo de delineamento é a comparação entre dois grupos, considerando a frequência da exposição aos fatores de risco, o que possibilita investigar doenças mais raras, com longo período de incubação (Rêgo, 2010).

A seguir observamos os estudos de caso, ou série de casos. O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa muito utilizada na Psicologia, como podemos observar em capítulo especialmente dedicado ao tema neste livro, e encontra defensores e críticos em todas as áreas do conhecimento. No Serviço Social e na Medicina, os estudos de caso têm como finalidade diagnosticar um problema apresentado por um sujeito e acompanhar o tratamento (André, 2013). A autora explica, também, que o delineamento da pesquisa, quando bem executado e descrito em detalhes e com cuidado, assegura qualidade aos resultados do estudo.

A opinião do especialista se encontra na base da pirâmide, juntamente com os estudos com animais e os *in vitro*. A força tarefa da APA explica que a expertise do especialista é um dos pilares que sustenta a tomada de decisão.

Uma pirâmide de evidências para os tratamentos psicológicos foi apresentada no *Report of the CPA Task Force on Evidence-Based Practice of Psychological Treatments*, da *Canadian Psychological Association* (CPA), de 2012. A figura a seguir replica a pirâmide retirada do relatório da *Canadian Psychological Association* (CPA), (2012).

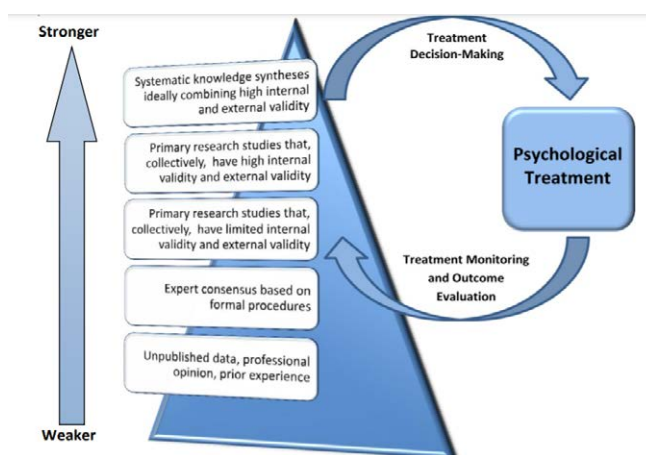


Figura 2. Fonte. Extraída de CPA (2012).

No topo da pirâmide definida para a Psicologia, encontramos as sínteses do conhecimento sistematizado que, preferencialmente, combinam alta validade interna e externa. Na sequência, temos os relatos de estudos primários que, coletivamente, possuem alta validade interna e externa. Em seguida, encontramos os relatos de pesquisas primárias que, coletivamente, tiveram limites na validade interna e externa. Na quarta camada da pirâmide observamos o consenso dos especialistas baseados em procedimentos formais. Na base da pirâmide ficam os dados não publicados, a opinião de profissionais e a experiência vivida anteriormente pelo psicólogo. Validar uma pirâmide que, efetivamente, represente o valor de cada procedimento metodológico é uma tarefa que a Psicologia precisa desenvolver com rapidez e afinco.

BREVE OLHAR SOBRE A PRESENÇA DA PSICOLOGIA BASEADA EM EVIDÊNCIAS EM PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Objetivando apresentar, de forma não exaustiva, a presença do termo Psicologia Baseada em Evidências nas publicações científicas, foram consultados: a base de dados PsycInfo, o Google Acadêmico, A RedAlyc, o SciELO e o Pepsic. No Google, utilizamos a palavra-chave em português e em inglês. A Tabela 1 apresenta dados levantados no dia 19 de janeiro de 2022. Não foram efetuadas estratégias refinadas para a busca, nem utilizados descritores controlados. O termo Psicologia Baseada em Evidências foi rastreado em algumas fontes de informação, da forma como aparece na tabela.

Tabela 1.

Fontes de informação e número de registros levantados.

Fonte de informação	Número de publicações
PsycInfo (<i>Evidence based practice</i>)	11.646
Google Acadêmico (<i>Psicologia baseada em evidências</i>)	223
Google Acadêmico (<i>Prática baseada em evidências em Psicologia</i>)	105
Google Acadêmico (<i>Psychology evidence based</i>)	857
Google Acadêmico (<i>Evidence based practice in Psychology</i>)	5.230
RedAlyc (<i>Psicología basada en la evidencia</i>)	88
SciELO.org (<i>Psicologia baseada em evidências</i>)	2
PePSIC	0

Fonte: Pesquisa das autoras

Foram utilizados os termos como aparecem entre parênteses, logo após o nome da fonte de informação. Claro que devemos considerar os problemas de atribuição de palavras-chave inadequadas, que dificulta a fidelidade dos resultados das buscas. Merece destaque os dados quando comparamos os resultados das buscas em inglês e em português. Na base de dados PsycInfo, uma das mais relevantes na área e que objetiva ter representação das publicações do mundo todo, temos 11.646 registros com o termo *Evidence based practice*. No Google Acadêmico, as buscas com *Psychology evidence based* e *Evidence based practice in Psychology* foram desenvolvidas no modo de busca avançada, para garantir maior acurácia e resultaram em 857 e 5.230 registros, respectivamente. Quando pesquisado no Google

Acadêmico em português o termo “Psicologia baseada em evidências” retornou com 223 ocorrências e “Prática baseada em evidências” com 105, somando 328, muito aquém dos registros recuperados na língua inglesa. A RedAlyc contribuiu com 88 registros, com o termo em espanhol, confirmando que os países de língua espanhola e portuguesa precisam investir com mais vigor em publicações que abordem o tema.

Consideramos relevante verificar quais foram os anos de início dessas publicações. Na PsycInfo, o ano de 2012 é o primeiro a apresentar publicações sobre o tema. No Google Acadêmico, temos o ano de 1997 com a primeira publicação sob a palavra-chave “Evidence based practice in Psychology”. No artigo, Kayanagh (1997) afirma que se estivermos comprometidos com o tratamento baseado em evidências, as comparações entre as intervenções psicológicas e farmacológicas também devem ser incluídas para que decisões racionais de cuidados de saúde possam ser tomadas. Não devemos ter medo de seguir as evidências, explica o autor, mesmo quando ela apoia tratamentos que não sejam as terapias cognitiva-comportamentais. Em português, o Google Acadêmico, traz a primeira publicação sobre “Psicologia baseada em evidências” datada de 2009. William Gomes, em artigo publicado na revista Temas em Psicologia, argumenta que para a Psicologia Baseada em Evidências, dois tipos de abordagem metodológicas são recorrentes: a quantitativa e a qualitativa. “O método quantitativo define uma relação de verdade entre fatos. O método qualitativo define uma relação de possibilidade entre fatos” (Gomes, 2009, p.41).

A SAÚDE MENTAL NA PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia de COVID-19 provocou o aumento substancial dos transtornos mentais em todo o mundo. Uma robusta revisão sistemática, publicada ainda como *preprint*, ou seja, ainda não teve o processo de revisão finalizado, incluiu 32 estudos e 23 na metanálise, na qual os pesquisadores buscaram identificar dados de pesquisa

populacional, publicados entre 1º de janeiro de 2020 e 29 de janeiro de 2021, fundamenta os argumentos que trazemos a seguir. A ferramenta de metanálise foi utilizada para estimar as mudanças na prevalência dos distúrbios, de acordo com os diferentes indicadores populacionais (Vai, Mazza, Delli Colli, Foiselle, Allen, Benedetti, & De Picker, 2021). A análise indicou que o aumento da taxa de infecção por Covid-19 e a redução do movimento de pessoas foram associados ao aumento da prevalência dos transtornos, sugerindo que os países mais afetados pela pandemia em 2020 tiveram os maiores aumentos na prevalência dos transtornos mentais.

Na ausência da pandemia, as estimativas do modelo sugerem que teria havido 193 milhões de casos de depressão (2.471 casos por 100 mil habitantes) globalmente em 2020. No entanto, a análise mostrou 246 milhões de casos (3.153 por 100 mil habitantes), um aumento de 28% (mais 53 milhões de casos). Mais de 35 milhões dos casos adicionais foram em mulheres, em comparação com cerca de 18 milhões em homens.

Em relação à ansiedade, as estimativas sugerem que teria havido 298 milhões de casos de transtornos associados à condição (3.825 por 100 mil habitantes) em todo o mundo em 2020, se a pandemia não tivesse acontecido. A análise indica que houve uma estimativa de 374 milhões de casos (4.802 por 100 mil habitantes) no ano passado, um aumento de 26% (mais 76 milhões de casos). Quase 52 milhões dos casos adicionais foram em mulheres, em comparação com cerca de 24 milhões em homens.

A pandemia da COVID-19 ainda está distante de ser debelada. Certamente, ainda teremos um amplo debate a questão da saúde mental na pandemia e muitas revisões sintetizarão dados em busca de amostras representativas para a tomada de decisão. O breve relato aqui apresentado sobre o tema serviu para demonstrar o valor das evidências científicas e que os artigos são o tipo de publicação mais recomendado, quando se deseja publicar resultados com rapidez e confiabilidade, muitas vezes no sistema *preprint*, como pudemos citar um

exemplo. Podemos dizer que os principais acertos e erros do processo para vencer o vírus ficarão registrados nas páginas das revistas mais prestigiosas.

CONCLUSÃO

A PPBE não é uma fórmula estática que postula que as decisões só podem ser tomadas com base em estudos de maior nível de evidência, mas que esses fazem parte do processo decisório na saúde mental, para conhecermos as incertezas associadas ao tipo de estudo, ou análise em que se baseia cada decisão. O fato de a pandemia estar acarretando diversas repercussões para nossa sociedade, não altera a necessidade de ensaios clínicos randomizados bem desenhados para se conhecer melhor os efeitos de uma intervenção na saúde mental ou de coortes prospectivos bem desenhados para sabermos os fatores prognósticos dos pacientes com COVID-19 e transtornos mentais associados.

Em cada recomendação na saúde mental, deve-se sumarizar e transmitir aos pacientes e a população quais foram as evidências científicas que apoiaram àquela medida, e manter esforços para reduzir as incertezas, seja coletando mais dados ou planejando e conduzindo estudos mais adequados metodologicamente.

A PPBE precisa ser difundida entre os estudantes, professores e, principalmente, os profissionais de Psicologia. Não é mais aceitável que psicólogos sejam formados sem ter o conhecimento de que as evidências científicas são um recurso inestimável para o tratamento dos pacientes. As evidências de qualidade devem ser utilizadas como recomendação na decisão sobre o tratamento mais adequado. Antes de indicar o tratamento, os psicólogos devem conhecer e considerar a pirâmide das evidências científicas. Quando houver pouca, ou nenhuma pesquisa relevante que oriente o tratamento, os psicólogos devem recorrer às diretrizes da prática baseada em evidências

baseadas no consenso de especialistas e devem estar preparados para mudar a conduta do tratamento caso apareça uma evidência bem posicionada na hierarquia.

REFERÊNCIAS

- American Psychological Association. (2006). Evidence based practice in psychology: APA presidential task force on evidence-based practice. *American Psychologist*, 61, 271-285.
- André, M. (2013). O que é um estudo de caso qualitativo em educação? 22(40). DOI: 10.21879/FAEEBA2358-0194.2013.V22.N40.P95-103.
- Canadian Psychological Association. (2012). Evidence-based practice of psychological treatments: A Canadian perspective. *Canada: CPA Task Force on Evidence-Based Practice of Psychological Treatments*. https://cpa.ca/docs/File/Practice/Report_of_the_EBP_Task_Force_FINAL_Board_Approved_2012.pdf
- Gomes, W. B. (2009). Gnosiologia versus epistemologia: distinção entre os fundamentos psicológicos para o conhecimento individual e os fundamentos filosóficos para o conhecimento universal. *Temas em Psicologia*, 17(1), 37-46. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100005&lng=pt&tlng=.
- Hoppen, N. (1998). Sistemas de informação no Brasil: uma análise dos artigos científicos dos anos 90. *Revista de Administração Contemporânea*, 2, 151-177. <https://doi.org/10.1590/S1415-65551998000300009>
- Kavanagh, D. J. (1997). Empirically validated interventions for adult disorders. *Behaviour Change*, 14(1), 18-20.
- Levant, R. F. (2005). Report of the 2005 task force on evidencebased practice. <http://www.apa.org/practice/resources/evidence/evidence-based-report.pdf>
- Melnik, T., & Atallah, A. (2011). Psicologia baseada em evidências: Articulação entre a pesquisa e a prática clínica. In T. Melnik & A. N. Atallah (Orgs.), *Psicologia baseada em evidências: provas científicas da efetividade da psicoterapia* (pp. 3-13). São Paulo: Santos.
- Melnik, T., Meyer, S. B., & Sampaio, M. I. C. (2019). Relato de experiência docente: A primeira disciplina no Brasil sobre a Prática da Psicologia Baseada em Evidências

ministrada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e 35418. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35418>.

Monteleone, T. V., & Witter, C. (2017). Prática baseada em evidências em Psicologia e idosos: conceitos, estudos e perspectivas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 48-61. doi.org/10.1590/1982-3703003962015

Oliveira, M. A. P., & Parente, R. C. M. (2010). Entendendo ensaios clínicos randomizados. *Brazilian Journal of Videoendoscopic Surgery*, 3(4), 176-180. https://www.sobracil.org.br/revista/jv030304/bjvs030304_176.pdf

Rêgo, M. A. V. (2010). Estudos caso-controle: uma breve revisão. *Gazeta Médica da Bahia*, 80(1): 101-110. <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/1089/1046>

Roth, A., & Fonagy, P. (2005). *What works for whom? A critical review of psychotherapy research* (2a ed.). New York: Guilford Publications.

Sampaio, M. I. C. *Qualidade de artigos incluídos em revisão sistemática: comparação entre latino-americanos e de outras regiões*. 2013. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. Doi:10.11606/T.47.2013.tde-11122013-084214

Vai, B., Mazza, M. G., Delli Colli, C., Foiselle, M., Allen, B., Benedetti, F., ... & De Picker, L. J. (2021). Mental disorders and risk of Covid-19 related mortality, hospitalization and intensive care unit admission: A systematic review and meta-analysis. *The Lancet*, 8. [https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366\(21\)00232-7/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(21)00232-7/fulltext)

CAPÍTULO 2

A APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS COMO REQUISITO À PUBLICAÇÃO DE ESTUDOS EMPÍRICOS

RAQUEL VELOSO DA CUNHA
BÁRBARA LEAL REIS
GIULIANA VIOLETA VÁSQUEZ VARAS
JULIANE CALLEGARO BORSA

INTRODUÇÃO

Pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento reconhecem que a produção científica é parcial, provisória e circunscrita a determinado período, influenciada pelo momento social que fomenta decisões sobre o que pesquisar e como pesquisar (Guerriero & Minayo, 2013). Com efeito, já é amplamente discutido no âmbito científico o mito da neutralidade absoluta dos pesquisadores, sobretudo na relação entre estes e participantes das pesquisas em diferentes áreas do conhecimento (Guerriero & Minayo, 2013; Novoa, 2015; Severino, 2014).

Por mais que descobertas científicas, em diferentes campos, tenham provocado intensos debates sobre os princípios éticos e morais que direcionam o planejamento e o desenvolvimento de pesquisas com seres humanos (Borges, Barros, & Leite, 2013), a experiência no campo acadêmico demonstra que ainda existem muitas lacunas

quanto aos princípios éticos norteadores do processo de produção do conhecimento científico. Portanto, é relevante a compreensão mais aprofundada sobre a ética na pesquisa com humanos e suas implicações no meio científico e nas sociedades.

Muitos debates científicos suscitados pelos diferentes campos do conhecimento, como as Ciências Biomédicas e as Ciências Sociais, propiciaram avanços nas resoluções brasileiras do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que orientam acerca dos cuidados éticos em pesquisas com seres humanos no Brasil. Com isso, observa-se também uma significativa mudança nas exigências para publicações de artigos científicos, visto que muitas revistas passaram a exigir comprovação da aprovação do estudo pelo Sistema CEP/Conep. Sistema formado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, e pelos CEPs (Comitês de Ética em Pesquisa), instâncias regionais dispostas em todo território brasileiro.

Isto posto, o presente capítulo visa discutir a relação entre os CEPs e as revistas de Psicologia, para produção de conhecimento pautado em aspectos éticos no contexto brasileiro. Inicialmente, abordaremos a perspectiva histórica da noção de ética em pesquisas com humanos no contexto internacional, discutindo seu significado e os marcos que proporcionaram o estabelecimento das normativas vigentes. No segundo momento, trataremos acerca da implementação das leis e normativas éticas no Brasil, bem como da evolução do debate promovido entre as ciências biomédicas e Ciências Humanas e sociais. Posteriormente, apresentaremos as orientações éticas apresentadas pelas revistas científicas de Psicologia no Brasil. E, por fim, explicitaremos a relação entre o CEP e as revistas especializadas no cumprimento das práticas éticas e o posicionamento das autoras do presente capítulo, frente a isso.

ÉTICA EM PESQUISAS COM HUMANOS: PERSPECTIVA HISTÓRICA E FUNDAMENTOS

Pesquisadores relatam a complexidade dos esforços existentes para operacionalizar a aplicação dos aspectos éticos no meio acadêmico e científico (Goldim, 2009; Guerriero, 2016; Guerriero & Minayo, 2013; Guerriero & Minayo, 2019). Contudo, existe uma esfera comum sobre o significado do conceito de ética, que diz respeito aos valores para preservação da vida e da dignidade do humano, sendo este um ponto central que definirá a eticidade das ações humanas.

Usualmente, moral e ética são utilizados como sinônimos, sendo que as discussões referentes à ética estão presentes desde a filosofia clássica (Goldim, 2009). Os valores éticos são fundamentados no valor da existência humana, ou seja, o próprio ser humano já é em si um valor em suas formas de existência, especificidade, finitude e em suas contingências (Goldim, 2009; Guerriero & Minayo, 2013; Severino, 2014).

Além disso, ética e política são indissociáveis e ao serem utilizados separadamente, o termo ética acaba por dar ênfase ao aspecto mais pessoal, enquanto a política enfatiza a esfera social (Guerriero & Minayo, 2013; Severino, 2014). Ao reconhecermos a pesquisa como um ato político em seu processo de fim, também entendemos que é fundamental que os pesquisadores reflitam criticamente sobre o impacto e a função social que seu estudo poderá ter na sua sociedade.

No campo acadêmico e científico, as discussões sobre os parâmetros éticos para as pesquisas com seres humanos foram iniciadas após a Segunda Guerra Mundial, em razão das práticas autoritárias médicas e as pesquisas clínicas associados aos crimes perpetrados por médicos nazistas e japoneses durante esse período (Duarte, 2015; Novoa, 2015). Nesse contexto, a literatura ressalta dois documentos internacionais elaborados para colaborar com julgamento dos crimes ocorridos na Segunda Guerra Mundial: a) o Código de Nuremberg (1947) elaborado por dois médicos estadunidenses (Guerriero & Minayo, 2013), no qual é mencionado pela primeira vez a necessidade do consentimento do

indivíduo pesquisado (Novoa, 2015); e b) a Declaração de Helsinki, criada pela Associação Médica Mundial (1964) para orientar profissionais que trabalham com pesquisas clínicas, explicitando que a pesquisa biomédica deve estar pautada em princípios científicos usualmente aceitos, sendo previamente experimentados em animais e baseados na literatura científica. Além destes, outros documentos também compõem as origens das normativas para pesquisas envolvendo seres humanos no contexto brasileiro: Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas que envolvem Seres Humanos (*Council for International Organizations of Medical Sciences & Organização Mundial da Saúde [CIOMS/OMS]*, 1993); e Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (CIOMS/OMS, 1991).

A academia, com base na Declaração de Helsinki (1964) e por influência de movimentos sociais ocorridos nos Estados Unidos entre os anos de 1960 e 1970, começou a delinear um novo campo interdisciplinar, isto é, conta com conhecimentos oriundos de diversas áreas de saber, e é responsável por discutir conflitos morais que na área da saúde e doença dos humanos e dos animais não encontram consenso (Diniz & Guilhem, 2008; Duarte, 2015; Goldim, 2009). Essa área foi denominada Bioética e é responsável por temáticas das situações de vida que sempre estiveram pautadas no decorrer da história, incluindo aborto, eutanásia, suicídio (Diniz & Guilhem, 2008; Goldim, 2009). A Bioética pode ser entendida como um discurso político e acadêmico para assuntos que implicam conflitos nos quais não haja consenso moral (Diniz & Guilhem, 2008).

Em 2005, membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), incluindo o Brasil, elaboraram a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. O documento é compreendido como instrumento internacional normativo que, conforme consta em seu Art. 1º, trata de “questões éticas relacionadas à medicina, às ciências da vida e às tecnologias associadas quando aplicadas aos seres humanos, levando em conta suas dimensões sociais, legais e ambientais” (Organização das Nações Unidas para

a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 2005, pg. 5). Nesta normativa é claramente expresso o respeito à dignidade humana e à atenção para as diferentes condições de vulnerabilidade do humano.

A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos elucida os pilares principais da Bioética: 1) os princípios da autonomia e liberdade que no âmbito da pesquisa concerne o caráter voluntário e a capacidade dos indivíduos terem livre consentimento para participar da pesquisa, ou encerrar a qualquer momento sua participação; 2) os princípios da beneficência e não-maleficência que abordam os riscos que os pesquisadores devem considerar nas pesquisas com humanos, tendo compromisso em minimizar danos ou compensar os participantes caso ocorram; 3) princípios da justiça e da equidade nos quais devem ser consideradas as diferentes condições físicas, psíquicas e sociais na relação pesquisador e pesquisado (UNESCO, 2005). Tais aspectos devem atentar na situação de pesquisa para que não provoque qualquer tipo de discriminação ou estigmatização, isto é, relacionadas às diferenças sociais, psicológicas e físicas que devem receber cuidados e atenção de acordo com suas específicas necessidades.

No que se refere à Bioética, Duarte (2015) salientou alguns pontos que atravessaram as origens deste campo. A Bioética é um ramo humanista da própria biomedicina que visa atuar como instância moderadora das inúmeras atuações ambiciosas das práticas biomédicas que herdaram uma concepção positivista, isto é, estritamente racional e sistemática, de uma ciência reveladora da realidade humana e promotora de infindáveis técnicas de melhoria das condições do humano.

A literatura aponta as tensões existentes entre os campos das ciências biomédicas e as Ciências Humanas e sociais, sobretudo ao que diz respeito à implementação de normativas nacionais e internacionais reguladoras dos procedimentos éticos para pesquisas com humanos (Duarte, 2015; Goldim, 2009; Guerriero & Bosi, 2015; Guerriero & Minayo, 2013; Novoa, 2015; Severino, 2014). Ética permeia amplamente o cotidiano no campo acadêmico e científico desde a definição de prioridades para financiamento de projetos de pesquisa, até a relação entre

pesquisadores e participantes, incluindo plágios acadêmicos, falsificação de dados e publicação de resultados que comprometem significativamente a validade dos conhecimentos produzidos (Severino, 2014). Portanto, definir diretrizes claras e aplicáveis em termos de procedimentos e princípios para as mais variadas comunidades científicas com suas especificidades de natureza epistêmica, apresenta-se como desafio no âmbito acadêmico e científico (Guerriero & Minayo, 2013). Nesta perspectiva, consideramos relevante a compreensão das especificidades das Ciências Humanas e sociais que, diferentemente do campo biomédico, e utilizam mais frequentemente técnicas qualitativas e perspectivas analíticas que implicam características próprias na relação pesquisador e pesquisado e na construção do conhecimento (Guerriero & Minayo, 2013).

ÉTICA EM PESQUISA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A Resolução n.º 196 de 1996, o Comitê de Ética e o Sistema CEP/CONEP

No Brasil, ao longo dos anos, diversas resoluções foram aplicadas e continuam sendo aprimoradas, com o intuito de garantir parâmetros éticos e legais que sejam capazes de fundamentar as pesquisas nacionais que envolvam seres humanos (Andrade, 2013). O CNS, um órgão de controle vinculado ao Ministério da Saúde, colegiado, deliberativo e permanente que tem como objetivo fiscalizar, acompanhar e monitorar políticas públicas de saúde em diversas áreas, publicou em 1988 a Resolução n.º 01/88. O objetivo da Resolução era normatizar a pesquisa na área da saúde, determinando que toda instituição de saúde, credenciada pelo CNS, que realizava pesquisas em seres humanos, tivesse um CEP (Resolução n. 01, 1988).

O CEP é um órgão institucional definido como um “colegiado interdisciplinar e independente, com dever público, que deve existir

nas instituições que realizam pesquisas que envolvam seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Ministério da Saúde, 2007, p. 11). O CEP é, portanto, o responsável pela avaliação e pelo acompanhamento de todos os aspectos éticos e por todas as etapas das pesquisas que envolvam seres humanos.

A condução da criação de diretrizes éticas de pesquisas envolvendo seres humanos perpassa pelo contexto histórico mundial até chegar à criação da Resolução n.º 196 de 1996 (Barbosa, Boery, Boery, Filho, Sena, & Oliveira, 2011; Kottow, 2007), responsável pela orientação dos aspectos éticos que devem ser observados nas pesquisas (Barbosa et al., 2011; Kottow, 2007). Dessa forma, a organização do CEP deve obedecer às normas da Resolução n.º 196 de 1996. Orientado pela referida resolução, foi criado e normatizado o Sistema CEP/CONEP (Ministério da Saúde, 2007), um dos mais avançados sistemas de revisão e controle ético de pesquisas envolvendo seres humanos da América Latina, constituído de instâncias regionais, ou seja, CEPs e de uma instância federativa, a CONEP (Kottow, 2007).

A CONEP é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa, educativa e independente, vinculado ao CNS, que tem como objetivo avaliar e enviar uma aprovação do registro de pesquisa ou uma solicitação do atendimento de algum requisito definido na regulamentação (Ministério da Saúde, 2007). Este documento concebe, em 2001, o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (SISNEP), que apesar de sua proposta de controle social das pesquisas e análise de dados de interesse do Ministério da Saúde e órgãos relacionados às políticas de Ciência e Tecnologia, não cobria a totalidade dos CEP existentes no Brasil (Resolução n. 196, 1996). Além disso, o SISNEP apresentava limitações para o acompanhamento das pesquisas com seres humanos. Devido a esse fato, o CNS deliberou pela construção da Plataforma Brasil (PB), um sistema mais completo de acompanhamento de pesquisas (Resolução n. 421, 2009).

A Plataforma Brasil (PB)

A PB foi desenvolvida como um novo recurso para garantir ao sistema CEP/CONEP a eficiência na proteção do participante da pesquisa, permitindo que ocorra o acompanhamento dos estudos desde a submissão até a aprovação final, ou seja, em todos os seus estágios. Todos os envolvidos no projeto podem acessar as informações pela *internet*, por meio de um ambiente compartilhado. Para isso, é exigido que estes tenham um registro na plataforma, o qual exige a inclusão de dados e documentos escaneados com foto, obtendo assim um *login* e uma senha de acesso (Loretto, 2012). A plataforma possui três domínios distintos: 1) público, que permite que a sociedade acompanhe as pesquisas realizadas e acesse os dados públicos daquelas que foram aprovadas; 2) pesquisadores, voltado para os profissionais que realizam pesquisas que envolvam seres humanos; e 3) CEP, que se destina ao gerenciamento de projetos submetidos ao Comitê de Ética (Loretto, 2012).

O cadastro do projeto na PB é feito pelo pesquisador responsável, ou seja, os professores orientadores nos casos de cursos de graduação e os professores orientadores ou alunos, nos casos de cursos de pós-graduação. Na fase de submissão do projeto, o pesquisador deve incluir documentos indispensáveis, como a folha de rosto, assinada pelo(a) pesquisador(a) principal, pelo responsável da instituição proponente e pelo responsável pelo financiamento, quando necessário; o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), se não houver sua dispensa na pesquisa; o orçamento financeiro detalhado do projeto de pesquisa, ou seja, os recursos, as fontes e destino, bem como a remuneração dos pesquisadores; o currículo do(a) pesquisador(a) principal e dos demais pesquisadores; e o projeto detalhado em português, ou seja, o arquivo completo do estudo (<http://conselho.saude.gov.br/comissao/conep/docanalise.html>, recuperado em 14, setembro, 2021).

O TCLE pode ser dispensado “nos casos em que seja inviável a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ou que esta obtenção signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos

dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado. A dispensa do TCLE deve ser justificadamente solicitada pelo pesquisador responsável ao sistema CEP/CONEP, para apreciação, sem prejuízo do posterior processo de esclarecimento” (Resolução n. 466, 2012, p. 7). As pesquisas que envolvem análise de prontuário, documentos, registros, amostras ou diagnóstico se enquadram nos casos de obtenção da dispensa do TCLE. Porém, é preciso que no documento de solicitação apresentado, estejam presentes as seguintes informações: aspectos pertinentes da pesquisa, com “vantagens reais” para os participantes da pesquisa, para além da ciência e/ou instituições; relevância social que justifique a realização da pesquisa; proteção da privacidade e confidencialidade; garantia de que consequências econômicas ou políticas dos resultados da pesquisa não prejudiquem os participantes do estudo; e o respeito pelo ambiente cultural em que a pesquisa é conduzida. O CEP será o responsável pelo aceite ou não da dispensa do TCLE (Resolução n. 466, 2012).

Após passar por todo o processo de submissão, o CEP vinculado à instituição conduz uma análise da documentação. Caso esteja de acordo com as exigências do CEP, é declarado aceito o projeto. Em seguida, a coordenação do CEP designa um relator para receber informações, por *e-mail*, sobre o projeto, sendo este identificado pelo nome e pelo número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) (Loretto, 2012). É utilizado um roteiro pré-definido pela PB para avaliá-los, e a análise é feita *online*. O próprio sistema gera, automaticamente, o resultado desta análise, enviando uma notificação ao(à) pesquisador(a) (Loretto, 2012). Por ser um processo considerado não tão simples por algumas pessoas, Oliveira (2014) desenvolveu um manual ilustrado da PB para auxiliar e facilitar o entendimento desse processo de submissão de pesquisas. O manual apresenta um tutorial desde o cadastro dos pesquisadores até a submissão da pesquisa. Importante mencionar que quanto mais complexo o delineamento metodológico e quanto maiores os riscos previstos aos participantes, mais informações deverão ser preenchidas e mais detalhamentos

deverão ser fornecidos. Por exemplo, pesquisas com pessoas em condição de vulnerabilidade, que não respondem legalmente por si e pertencentes a grupos étnicos minoritários, deverão justificar de forma clara o motivo da inclusão destes participantes. Do mesmo modo, pesquisadores que visem testar eficácia de novas drogas e protocolos de intervenções deverão detalhar os critérios para composição dos grupos (controle e clínicos), bem como garantir a assistência antes, durante e depois da pesquisa a todos os participantes, independentemente do grupo.

A PB é um meio de disseminação e transparência de informações acerca das pesquisas realizadas nas instituições nacionais. Portanto, é função do CEP/CONEP capacitar e conscientizar a todos os profissionais para o uso do sistema. Dessa forma, as barreiras, que muitas vezes são criadas pela falta de entendimento do modo adequado de submissão de uma proposta na PB, podem e devem ser rompidas (Araujo & Francisco, 2016).

Limites e Críticas à Resolução n.º 196 de 1996 e a Criação da Resolução n.º 466 de 2012

Apesar da Resolução n. 196/1996 e os CEPs se apresentarem como instrumentos indispensáveis à realização de pesquisas envolvendo seres humanos, alguns pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais tecem algumas críticas à esta Resolução. O motivo principal para tais críticas se relaciona ao fato de considerarem a Resolução muito voltada para as pesquisas biomédicas, experimentais e de caráter quantitativo. Além disso, estes pesquisadores não se sentem contemplados pelo Sistema CEP/CONEP durante o processo e a forma de revisão ética dos projetos de suas áreas de pesquisa (Barbosa et al., 2011).

Dessa forma, a Resolução CNS n.º 196 (1996) foi revisada e revogada pela Resolução n.º 466 de 12 de dezembro de 2012, que estabelece as normas éticas que regulamentam e que devem ser seguidas nas pesquisas no Brasil. Este documento é dividido em 13 partes, sendo apresentado de forma mais extensa do que a anterior. São considerados os

referenciais básicos da Bioética, reconhecendo e afirmando a dignidade, liberdade, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e a equidade, além de outros, que visam assegurar os direitos e deveres dos participantes de pesquisas, da comunidade científica e do Estado (Andrade, 2013).

Dessa forma, os “Termos e Definições” da Resolução 466/2012, por exemplo, passaram de 16 para 25. Outra mudança percebida entre as Resoluções se refere ao “sujeito da pesquisa”, que passou a ser chamado de “participante de pesquisa” para caracterizar aquele que aceitava participar do estudo de forma voluntária e esclarecida, ou por meio da autorização de seu responsável legal. Para além do “Consentimento Livre e Esclarecido”, que nesta Resolução teve seu título alterado para “Processo de Consentimento Livre e Esclarecido”, também foi incluído o “Assentimento Livre e Esclarecido”, que é a anuência do participante menor de idade ou que é considerado legalmente incapaz. Da mesma forma que os participantes maiores de 18 anos, os adolescentes, as crianças e estes considerados legalmente incapazes também devem ficar cientes sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, potenciais riscos, benefícios e os possíveis incômodos que a pesquisa possa causar (Andrade, 2013).

De uma forma geral, a Resolução n.º 466 de 2012 redefiniu, alterou e ampliou o conceito de pesquisa, mas ainda mantendo o delineamento biomédico. Ou seja, a pesquisa é definida como “II.12 - Processo formal e sistemático que visa à produção, ao avanço do conhecimento e/ou à obtenção de respostas para problemas mediante emprego de método científico” (Resolução n. 466, 2012, p. 3). Apesar de manter a ênfase biomédica, há uma consideração para com as Ciências Humanas e Sociais, mostrando a importância e a necessidade de se elaborar uma resolução complementar, com normas dirigidas às suas particularidades (Lordello & Silva, 2017).

As Resoluções CNS n.º 196 (1996) e n.º 466 (2012) são os primeiros marcos para a regulamentação de pesquisas com seres humanos no Brasil. Porém, suas prioridades são atribuídas à biossegurança dos

participantes, e nem sempre se mostram adequadas às especificidades das pesquisas em Ciências Humanas (Lordello & Silva, 2017). No mesmo ano da publicação da Resolução n.º 466 (2012), foi realizada uma reunião do Fórum das Ciências Humanas e Sociais, para revisar a estruturação dos CEPs e suas normas éticas, sendo especialmente voltadas às áreas das Ciências Humanas e Sociais. A partir disso, foram realizadas aproximadamente trinta reuniões até que a primeira versão da minuta de uma nova Resolução fosse entregue: a Resolução CNS n.º 510 de 07 de abril de 2016 (Campos, 2020).

A Resolução n.º 510 de 2016

A Resolução n.º 510 entrou, de fato, em vigor no dia 24 de maio de 2016, e sua aprovação foi bem recebida, pois considerou a importância das diferentes tradições de pesquisa, mantendo o foco na proteção dos direitos humanos dos participantes (Lordello & Silva, 2017). A redação desta Resolução apresentou diferenças importantes em relação aos documentos anteriores, como por exemplo, o reconhecimento do conceito de ética como uma construção histórica, cultural e social, além do reconhecimento das especificidades das Ciências Humanas e Sociais em suas práticas de pesquisa e concepções, com caráter pluralista. Ou seja, se aplica a todas aquelas que se voltem para o saber das pessoas e grupos nas mais diversas relações sociais, institucionais, culturais, históricas e políticas e na sua subjetividade e comunicação. Também são voltadas para o conhecimento, vivência e existência, e para a compreensão das suas condições. Além disso, se aplica a todas as pessoas que não sofram intervenções diretamente no corpo humano (Guerriero & Minayo, 2019).

A Resolução n. 510/2016 também destaca a relação entre os pesquisadores e os participantes como um processo contínuo e não hierárquico. Além disso, aponta quais pesquisas não precisam passar pelo registro e avaliação do CEP/CONEP, sendo estas: pesquisas em que os participantes não são identificados; pesquisas de opinião e domínio

público; pesquisas censitárias; pesquisas que revisam a literatura científica; pesquisas reflexivas teóricas que se baseiam em práticas profissionais; e atividades que são realizadas para melhorar o processo de educação, ensino ou o treinamento de alunos de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, que não sejam consideradas pesquisas científicas (Lordello & Silva, 2017). Por mais que trabalhos de conclusão de curso (TCC), monografias e similares tenham o intuito de ensinar aos alunos a fazer pesquisa, estes não são isentos da obrigatoriedade de submissão ao CEP/CONEP (Guerriero & Minayo, 2019). Tais critérios de definição da exigibilidade de avaliação são pautados na definição da natureza dos dados de pesquisa (Lordello & Silva, 2017).

Em sua lista de termos e definições, a Resolução n.º 510 /2016 inclui, de forma significativa, descrições de tipos e etapas de pesquisas, referindo-se, também, ao consentimento e assentimento como um processo, e orientando o seu registro sem o limitar à modalidade escrita, como era feito anteriormente. Aquilo que na Resolução n.º 466 (2012) era chamado de TCLE e “Termo” de Assentimento (TA), com esta nova Resolução passa a ser chamado de “Registro”. Essa mudança busca evitar uma semelhança com pesquisas que trabalham com paradigmas diferentes daquelas em Ciências Humanas e Sociais, e que estabelecem relações diferentes entre os pesquisadores e os participantes (Guerriero & Minayo, 2019).

O Registro do Consentimento é, portanto, a forma pela qual se explicita o consentimento livre e esclarecido dos participantes, ou de seus responsáveis legais. No caso do Registro do Assentimento a anuência deverá vir do participante menor de idade ou impedido temporariamente de consentir. A obtenção do assentimento não elimina a necessidade do consentimento do responsável. Ambos os registros devem conter informações com uma linguagem acessível, ou seja, clara e de fácil entendimento, menos burocratizada, para que não fiquem dúvidas relacionadas à pesquisa (Resolução n. 510, 2016). Características individuais, sociais, econômicas e culturais dos participantes devem ser consideradas, assim como as abordagens metodológicas, para que

o Consentimento e o Assentimento Livre e Esclarecido possam ser comunicados de formas distintas, através da expressão oral, escrita, gestual ou de outras formas adequadas (Lordello & Silva, 2017).

A Resolução n.º 510/2016 traz, portanto, o reconhecimento oficial do papel das Ciências Humanas e Sociais e de seus métodos em pesquisas que envolvam seres humanos e, por isso, constitui um avanço importante para o reconhecimento da área, em condições de igualdade, em relação à perspectiva biomédica (Guerriero & Minayo, 2019). Além disso, admite a importância da relação estabelecida entre os pesquisadores e participantes. Dessa forma, ela pode vir a contribuir para um avanço no diálogo entre a prática e a pesquisa nos mais diversos campos destas áreas (Lordello & Silva, 2017).

PERIÓDICOS BRASILEIROS DE PSICOLOGIA E AS NORMATIVAS ÉTICAS

A publicação de um artigo científico em revistas de Psicologia especializadas é uma forma de transmitir, à comunidade técnico-científica o conhecimento de novas descobertas assim como o desenvolvimento de novos materiais, técnicas e métodos de análise nas diversas áreas da ciência (Targino, 2015). Para que um manuscrito seja publicado, este será previamente submetido a exame por outros cientistas que verifiquem as informações, os métodos e a precisão lógico-metodológica das conclusões ou resultados obtidos, este processo é denominado revisão por partes (Mugnaini, 2006).

Embora as questões éticas relacionadas à pesquisa envolvendo seres humanos sejam de responsabilidade única dos autores, o prestígio de uma revista está atrelado à rígida política editorial, com publicação de artigos conduzidos com rigor ético e científico e que tenham potencial para influenciar o rumo do desenvolvimento da área de pesquisa em que se insere (Pellizzon, Montero, Población, Monteiro, & Castro, 2007). Isto posto, a execução dos procedimentos éticos, por

parte dos autores, deve ser supervisionada no processo de submissão de artigos científicos, com orientações claras e devidamente estipuladas nas diretrizes para autores e preferencialmente padronizada entre revistas. No entanto, os requisitos éticos exigidos para submissão dos artigos ainda são muito variáveis entre revistas (Moro, Rodrigues, & André, 2011).

Algumas revistas científicas brasileiras de Psicologia explicitam em suas diretrizes que artigos resultantes de pesquisas envolvendo seres humanos e/ou referentes a intervenções (diagnósticas ou terapêuticas) deverão ser acompanhados da cópia do parecer do CEP da Instituição de origem, ou outro credenciado junto ao CNS, com o respectivo CAAE mencionado no corpo do texto, na seção do método, em nota de rodapé ou, ainda, em documento à parte. Para essas revistas, a apresentação de tais informações é obrigatória ao iniciar o processo de submissão e seu descumprimento elimina automaticamente o manuscrito no processo de avaliação. Embora este requerimento seja, geralmente, solicitado para apresentação de manuscritos de estudos empíricos de abordagem quantitativa, qualitativa, ou mista, algumas revistas também apontam a obrigatoriedade da apresentação deste documento em artigos de casos clínicos e artigos sobre relatos de experiência profissional.

Autores que coletam dados em outros países, visando publicar no Brasil, não precisam ter a aprovação do CEP, visto que os dados foram coletados fora do território brasileiro (Winkler, Alvear, Olivares, & Pasmanik, 2012). Ainda, quando autores brasileiros visam publicar em revistas internacionais, deparam-se com revistas que não exigem aprovação do CEP, bastando que os autores declarem que o estudo atendeu à Declaração de Helsinki (Muccioli, Dantas, Campos, & Bicas, 2008). Considerando que revistas internacionais recebem artigos de diferentes países, a falta de exigência na apresentação de um documento probatório de algum comitê de ética pode ser justificada no fato de que existem países que não contam com instâncias regulamentadoras de questões éticas (Ventura, Espinoza, & Muchotrigo, 2014).

Também se observa que algumas revistas brasileiras solicitam, aos autores, que explicitem no primeiro parágrafo do tópico “procedimentos”, na seção “Método” do manuscrito, quais foram os processos éticos implementados no estudo. É necessário mencionar o cumprimento das orientações presentes nas Resoluções do CNS e do CEP que autoriza a proposta de estudo. Outras revistas solicitam declarações individuais que abrangem: a inexistência de qualquer conflito de interesses potencial; a originalidade do trabalho e o seguimento estrito de todos os procedimentos éticos. Inclusive informam que as situações e denúncias sobre questões éticas que cheguem ao conhecimento dos editores e revisores serão levadas ao Comitê Editorial, que tomará as providências cabíveis, até mesmo encaminhamento aos níveis superiores da Universidade.

Algumas revistas brasileiras exigem enviar como material complementar, o TCLE, documento que considera a decisão voluntária e o compromisso em informar riscos e benefícios da participação dos sujeitos nas pesquisas científicas. Já outras descrevem a importância das considerações éticas como uma recomendação nas diretrizes dos autores, mas não especificam a necessidade de enviar uma cópia do parecer do CEP ou incluir os processos éticos no corpo do manuscrito. Também existem periódicos nos quais aspectos éticos não são mencionados, cabendo inteiramente aos autores a responsabilidade sobre os mesmos.

Embora pesquisas de opinião pública, com participantes não identificados, ou que usem informações de domínio público, não precisem ser submetidas ao CEP (Resolução 510/2016), esta especificação não se encontra clara nas diretrizes dos autores de algumas revistas. Logo, existe a possibilidade de equívocos na avaliação de alguns manuscritos ao ser solicitada a apresentação do CEP em artigos onde não for preciso. Por outro lado, as relações financeiras, como o apoio de agências de financiamento, não são apresentadas com suficiente clareza nas diretrizes das revistas.

As pesquisas envolvendo seres humanos necessitam adequar-se aos princípios científicos que permeiam a ética. Assim, as revistas científicas devem atuar de modo a inviabilizar a publicação de pesquisas antiéticas (Furukawa & Cunha, 2010). Os editores devem adotar uma atitude proativa, na tentativa de influenciar os padrões de conduta científica, dando visibilidade às orientações na seção Instruções aos Autores (Moro et al., 2011), principal fonte de informação e orientação para quem deseja conhecer as políticas editoriais da revista. Apontamos, finalmente, a necessidade de iniciar um amplo debate entre pesquisadores, editores e CEPs de modo a garantir a aplicação adequada e a divulgação efetiva quanto aos pressupostos éticos na pesquisa com seres humanos que visam ser publicadas.

COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISADORES: UM DIÁLOGO URGENTE E NECESSÁRIO

Espera-se que pesquisadores se apoiem em uma ética baseada na autonomia e na condição legítima de garantir tanto seus direitos próprios, como os direitos alheios. Severino (2014) argumenta que deveria ser condição *prima face* que cientistas fossem dotados de maturidade teórica, intelectual e cultural, dispensando a necessidade de determinações heterônomas sobre o agir ético.

No entanto, deve ser considerado também que, enquanto humanos, os cientistas podem, em suas percepções de mundo, estarem arraigados com ideologias que, de diversas maneiras, atravessam sua conduta nos estudos. Nesse sentido, a suposta neutralidade racional científica já é uma temática discutida e questionada no meio científico e acadêmico (Goldim, 2009; Novoa, 2015). Para isso, a supervisão do cumprimento das considerações éticas dos autores por parte de instituições externas reforça e contribui para que possíveis equívocos e distorções dos autores sejam minimizados.

Como organismo principal de controle das questões éticas, temos o CEP que serve como uma instância que verifica e concede aval que pesquisas serão executadas considerando aspectos éticos regidos por organizações brasileiras e internacionais (Furukawa & Cunha, 2010). É, portanto, um órgão de extrema importância, que protege os participantes das pesquisas que, em alguns casos, encontram-se em situações de vulnerabilidade, e sensibiliza pesquisadores em relação ao respeito, direitos e integridade física, moral, psicológica e cultural dos participantes (Barbosa, Boery, & Ferrari, 2012).

Além disso, os CEPs, ao constatarem a necessidade de ajustes nos projetos de pesquisa submetidos, ajudam a minimizar possíveis desconfortos e riscos aos quais os participantes podem ser submetidos, e maximizam os benefícios referentes a estes e a sociedade (Barbosa et al., 2012). Um estudo realizado por Barbosa, Boery e Ferrari (2012), com 95 pessoas que passam pelo processo de submissão de pesquisa aos CEPs e com pessoas que fazem parte dos CEPs, mostrou que, por volta de 1.6% consideravam que esta é uma questão que aumenta a burocratização em pesquisas. Porém, 52.5% qualificam a questão ética em pesquisas como uma vantagem, por se ocupar da proteção dos envolvidos e por possuir um papel orientador da ciência, que perpassa a técnica, relacionando-se à moral e a preservação dos interesses humanos.

Sendo assim, a submissão dos projetos de pesquisa ao CEP e a necessidade da aprovação deste órgão, fomenta o desenvolvimento do pensamento crítico dos pesquisadores e da comunidade científica. Pois, visto a exigência da clareza sobre a relevância social e para o meio científico do estudo, o pesquisador deverá refletir mais profundamente sobre os propósitos e impactos da sua pesquisa para a sociedade. Por conseguinte, o acadêmico acaba por exercer também a sua cidadania, contribuindo para melhorias na comunidade na totalidade (Oliveira, 2004).

Apesar dos avanços trazidos pelas resoluções e o empenho dos CEPs, a necessidade de submeter as pesquisas à avaliação de seus aspectos éticos não é consenso entre os pesquisadores das diferentes

áreas do conhecimento. A partir da experiência das autoras, ponderamos alguns pontos a serem considerados: 1) pesquisadores/docentes das próprias universidades compõem os CEPs, logo, além do aumento da sobrecarga desses profissionais, visto o denso volume de trabalho dos CEPs, ocorre também a morosidade do processo de avaliação e tramitação dos projetos de pesquisa; 2) existe uma incongruência sobre aquilo que é exigido pelas revistas brasileiras e as exigências de revistas de grande impacto internacionais (Batista, Andrade, & Bezerra, 2012); 3) observa-se que as discussões sobre ética acabam por terminar na própria instância do CEP, esvaziando o próprio debate mais aprofundado sobre ética e pesquisa nas salas de aula na própria universidade; 4) os CEPs apesar de operarem conforme as resoluções, acabam também, em alguns casos, atuando de acordo com regras próprias e de forma arbitrária, extrapolando suas funções, como exemplo: avaliar a relevância do tema e o mérito do método de pesquisa escolhido.

Consideramos que a realidade prática apresenta alguns complicadores, o que aponta para a necessidade de avanços relativos sobre ética em pesquisa com humanos e o papel do CEP como órgão regulador. Assim, deve ser prioridade para os pesquisadores no meio científico a produção de conhecimento em revistas que compactuam com os valores éticos de garantia e promoção dos direitos humanos, atendendo-se para o impacto de seus estudos na sociedade. Portanto, é importante que pesquisadores que priorizem, tanto o rigor teórico-técnico, quanto os aspectos éticos, possam ter maior visibilidade no âmbito acadêmico.

De uma forma geral, alguns pesquisadores reconhecem a importância dos procedimentos éticos na realização de pesquisas científicas, mas também apresentam algumas preocupações referentes à institucionalização do estabelecimento dessas regras que poderiam reprimir a criatividade, por se tratar de uma forma de controle, repressão e imposição (Severino, 2014). Porém, estas regulamentações não foram elaboradas e impostas, mas criadas por pesquisadores que

visam proteger os participantes e garantir a qualidade das pesquisas (Sussman, 1998). Outra questão é que algumas revistas não permitem que os autores possam justificar por quais razões seus estudos não necessitam da aprovação do CEP. Assim, de imediato, são rejeitados manuscritos como por exemplo, pesquisas de opinião.

Em conclusão, faz-se necessário maior alinhamento entre o CEP e os periódicos científicos. Ou seja, considera-se fundamental maior compreensão sobre as etapas do processo de submissão de projetos para o CEP e regras mais claras referentes aos procedimentos éticos para as submissões em revistas científicas. Ressalta-se que o único ponto que não deverá ser aceito sob hipótese alguma é o desrespeito e desconsideração à vida e a dignidade de seres humanos (Kottow, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura demonstra as tensões existentes entre as ciências biomédicas e as Ciências Humanas e sociais, no que diz respeito à implementação de regulamentações éticas para pesquisas com seres humanos e os diferentes métodos de pesquisa nas diversas comunidades científicas. Assim, é historicamente notável que tais discussões entre essas duas áreas proporcionaram o avanço das resoluções referentes à ética em pesquisa, contribuindo sobremaneira para o campo acadêmico e científico no Brasil.

As Resoluções CNS n.º 196/1996) e n.º 466/2012) abriram espaços para a Resolução CNS n.º 510/2016), que reconhece oficialmente o papel das Ciências Humanas e Sociais, suas perspectivas epistemológicas e métodos de pesquisa. Salientamos o potencial do Sistema CEP/ CONEP para aprimorar a produção de conhecimento científico no que diz respeito aos princípios éticos em pesquisas que envolvam humanos. Pois, é função deste sistema, conscientizar e orientar os pesquisadores sobre a importância da submissão de projetos de pesquisa na PB, apresentando os procedimentos necessários a serem realizados.

A publicação de pesquisas em revistas científicas passa por um processo minucioso, e a maioria exige que seja explicitado o rigor ético e científico nos estudos que envolvam seres humanos. O presente capítulo discutiu a relação entre o CEP e as revistas de psicologia para produção de conhecimento pautado nos aspectos éticos no contexto brasileiro, trazendo uma perspectiva histórica da ética em pesquisa com humanos no contexto internacional e sua influência na implementação das normativas éticas no Brasil. Por fim, explicitamos a relação entre o CEP e as revistas especializadas no cumprimento das boas práticas éticas e o posicionamento dos autores frente a isso.

Em conclusão, consideramos que a implementação do CEP proporciona a reflexão sobre procedimentos éticos que devem nortear pesquisas que envolvam seres humanos. Nesse mesmo sentido, as exigências que periódicos científicos fazem sobre a aprovação do CEP reforça a importância desta instância reguladora para o aprimoramento da produção científica no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

- Andrade, S. M. O. (2013). *Resolução nº 466/12 e Resolução nº 196/96: elementos diferenciais*. Campo Grande: MS. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Araujo, N. C., & Francisco, D. J. (2016). Ética em pesquisa com seres humanos na web: o caso da Plataforma Brasil. *Informação e Informação*, 21(3), 361-375. <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n3p361>
- Associação Médica Mundial. (1964). Declaração de Helsinki I. *JAMA* 1997, 277, 925-926. <https://www.ufrgs.br/bioetica/helsin1.htm>
- Barbosa, A. S., Boery, R. N. S. O., Boery, E. N., Filho, D. L. G., Sena, E. L. S., & Oliveira, A. A. S. (2011). A Resolução 196/96 e o sistema brasileiro de revisão ética de pesquisas envolvendo seres humanos. *Revista Bioética*, 19(2), 523 – 542. https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/642
- Barbosa, A. S., Boery, N. S. O., & Ferrari, M. R. (2012). Importância Atribuída ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). *Revista de Bioética y Derecho*, (26), 31-43. <https://dx.doi.org/10.4321/S1886-58872012000300005>

- Batista, K. T., Andrade, R. R., & Bezerra, N. L. (2012). O papel dos comitês de ética em pesquisa. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica*, 27(1), 150-155. <https://www.scielo.br/pdf/rbcp/v27n1/25.pdf>
- Borges, L. D. O., Barros, S. C., & Leite, C. P. D. R. L. A. (2013). Ética na pesquisa em Psicologia: princípios, aplicações e contradições normativas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(1), 146-161. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100012>
- Campos, R. H. F. (2020). Pesquisa em Ciências Humanas e sociais e educação: questões éticas levantadas pela regulamentação brasileira. *Educação e Pesquisa*, 46, 1-20. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046217224>
- Código de Nuremberg (1947). *Control Council Law 1949*, 10(2), 181-182. <https://www.ghc.com.br/files/CODIGO%20DE%20NEURENBERG.pdf>
- Council for International Organizations of Medical Sciences & Organização Mundial da Saúde [CIOMS/OMS]. (1991). *International Guidelines for Ethical Review of Epidemiological Studies*. Geneva: CIOMS. https://cioms.ch/wp-content/uploads/2017/01/1991_INTERNATIONAL_GUIDELINES.pdf
- Council for International Organizations of Medical Sciences & Organização Mundial da Saúde [CIOMS/OMS]. (1993). *Diretrizes éticas internacionais para a pesquisa envolvendo seres humanos*. Geneva: CIOMS. <https://www.ufrgs.br/bioetica/cioms.htm>
- Diniz, D., & Guilhem, D. (2008). *O que é bioética*. São Paulo: Brasiliense.
- Duarte, L. F. D. (2015) A ética em pesquisa nas Ciências Humanas e o imperialismo bioético no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, 3(5), 31-52. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.90>
- Furukawa, P. D. O., & Cunha, I. C. K. O. (2010). Comitês de ética em pesquisa: desafios na submissão e avaliação de projetos científicos. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 63(1), 145-147. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672010000100025>
- Goldim, J. R. (2009). Bioética complexa: uma abordagem abrangente para o processo de tomada de decisão. *Revista da AMRIGS*, 53(1), 58-63. <https://www.ufrgs.br/bioetica/complexamrigs09.pdf>
- Guerriero, I. C. Z. (2016). Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 que trata das especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 21(8), 2619-2629. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.17212016>

- Guerriero, I. C. Z., & Bosi, M. L. M. (2015). Ética em pesquisa na dinâmica do campo científico: Desafios no campo da construção de diretrizes para Ciências Humanas e sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(9), 2615- 2624. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.06022015>.
- Guerriero, I. C. Z., & Minayo, M. C. S. (2013). O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em Ciências Sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 23(3), 763-782. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312013000300006>
- Guerriero, I. C. Z., & Minayo, M. C. (2019). A aprovação da resolução CNS nº 510/2016 é um avanço para a ciência brasileira. *Saúde e Sociedade*., 28(4), 299-310. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902019190232>
- Kottow, M. (2007). Tensiones retóricas y semánticas en ética de la investigación. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(10),2396-2402. <https://www.scielo.br/j/csp/a/YkFJzB4mGJgwSXZXKxLFBML/?lang=es&format=pdf>
- Kottow, M. (2008). História da ética em pesquisa com seres humanos. *RECIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação, Inovação e Saúde*, 2(1), 7-18. <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/17570/2/2.pdf>
- Lordello, S. R., & Silva, I. M. (2017). Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde: um panorama geral. *Revista da SPAGESP*, 18(2), 6-15. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000200002
- Loretto, N. R. M. (2012). Plataforma Brasil: limites e desafios. *Revista de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial*, 12(1), 7-9. http://revodontobvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-52102012000100001
- Ministério da Saúde. (2007). *Manual operacional para comitês de ética em pesquisa* (4ª ed.). Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Manual_Operacional_miolo.pdf
- Moro, J. V., Rodrigues, J. S. M., & André, S. C. S. (2011). A pesquisa envolvendo seres humanos nas instruções aos autores em revistas científicas nacionais de enfermagem. *Revista Bioética*, 19(2), 543-552. https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/643
- Muccioli, C., Dantas, P. E. C., Campos, M., & Bicas, H. E. A. (2008). Relevância do Comitê de Ética em Pesquisa nas publicações científicas. *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, 71(6), 773-774. <https://dx.doi.org/10.1590/S0004-27492008000600001>

- Mugnaini, R. (2006). Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira: impacto nacional versus internacional (Tese de Doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-11052007-091052/pt-br.php>
- Novoa (2015). Revisão ética na pesquisa em Ciências Humanas e sociais. *Educação & Sociedade*, 36 (133), 857-863. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015v36n133ED>
- Oliveira, M. L. C. (2004). *Comitê de Ética em Pesquisa no Brasil: um estudo das representações sociais* (Tese de doutorado). Universa, Brasília, DF, Brasil.
- Oliveira, M. A. (2014). *Manual ilustrado da Plataforma Brasil: para submissão de protocolos de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa* (2ª ed.). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Comitê de Ética em Pesquisa, Sede Campus Monte Alegre. <https://www.pucsp.br/sites/default/files/img/manual-ilustrado-pb-2014-cep-pucsp.pdf>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO]. (2005). *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*. Brasília: Volnei Garrafa. http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_univ_bioetica_dir_hum.pdf
- Pellizzon, R. D. F., Montero, E. F. D. S., Población, D. A., Monteiro, R., & Castro, R. C. F. (2007). Revistas brasileiras publicadoras de artigos científicos em cirurgia. III: análise das instruções aos autores baseada na estrutura dos requisitos de Vancouver. *Acta Cirurgica Brasileira*, 22(6), 503-510. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-86502007000600016>
- Resolução n.º 01, de 13 de junho de 1988. Dispõe sobre a aprovação das normas de pesquisa em saúde. <https://conselho.saude.gov.br>
- Resolução n.º 196, de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html
- Resolução n.º 421, de 18 de junho de 2009. Modifica o inciso VIII-1 da Resolução n.º 196 de 10 de outubro de 1996. https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2009/res0421_18_06_2009.html
- Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016. Trata sobre as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581

- Severino, A. J. (2014) Dimensão ética da investigação científica. *Revista Práxis Educativa*, 9(1), 199-208. <https://www.redalyc.org/pdf/894/89430148011.pdf>
- Sussman, M. D. (1998). Ethical standards in the treatment of human subjects involved in clinical research. *Journal of Pediatric Orthopaedics*, 18(6), 701-702. <https://insights.ovid.com/pubmed?pmid=9821122>
- Targino, M. D. G. (2015). Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação. <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/78>
- Ventura, G. C., Espinoza, H. S. C., & Muchotrigo, M. P. G. (2014). El consentimiento informado en las publicaciones latinoamericanas de psicología. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 32(2), 345-359. Doi: [dx.doi.org/10.12804/apl32.2.2014.12](https://doi.org/10.12804/apl32.2.2014.12)
- Winkler, M. I., Alvear, K., Olivares, B., & Pasmanik, D. (2012). Querer no basta: deberes éticos en la práctica, formación e investigación en psicología comunitaria. *Psykhé* (Santiago), 21(1), 115-129. <https://scielo.conicyt.cl/pdf/psykhe/v21n1/art08.pdf>

CAPÍTULO 3

AVALIANDO A QUALIDADE, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE ÉTICA DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS

FELIPE VILANOVA
ÂNGELO BRANDELLI COSTA

Muitos pesquisadores têm como objetivo publicar artigos nas revistas mais importantes da sua área. As exigências para tanto mudaram significativamente nos últimos vinte anos no cenário internacional, e o objetivo deste capítulo é descrever quais os principais aspectos a serem considerados atualmente em uma avaliação da qualidade metodológica de pesquisas científicas. Evidentemente, cada área e desenho de pesquisa terá suas especificidades, mas aqui serão descritos os aspectos que tendem a ser importantes de maneira global, sobretudo na área da psicologia.

O QUE OCORREU NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS QUE MODIFICOU AS EXIGÊNCIAS METODOLÓGICAS NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS?

No início do século XXI, alguns pesquisadores começam a investigar a replicabilidade dos estudos científicos. Buscou-se avaliar o quanto os resultados dos estudos anteriores poderiam ser reproduzidos através da repetição dos procedimentos originais, e um dos primeiros a conduzir tal investigação foi o médico John Ioannidis. Após

uma extensa revisão de estudos, os primeiros resultados foram desanimadores, pois ao avaliar artigos científicos altamente citados em sua área, Ioannidis (2005) concluiu que aproximadamente trinta por cento dos estudos publicados já havia apresentado algum problema de replicação. Os problemas envolviam desde dificuldades em replicar os tamanhos de efeito relatados originalmente até falha completa em replicar o achado encontrado, observando resultados opostos ou até mesmo nulos (Ioannidis, 2005).

Com o passar do tempo e a condução de cada vez mais testes de replicabilidade, demonstrou-se que a dificuldade de replicação não estava circunscrita à medicina. Achados da biologia (Begley & Ellis, 2012), da economia (Camerer et al., 2016), da filosofia experimental (Cova et al., 2021) e sobretudo da psicologia (Open Science Collaboration, 2015) também apresentavam dificuldades significativas em serem replicados, indicando que parece haver uma crise geral de replicabilidade dos estudos científicos.

As falhas de replicação foram atribuídas, em grande parte, a limitações metodológicas e descrições insuficientes dos estudos originais (Chambers, 2019). Após ter sido demonstrado que a dificuldade de replicação poderia prejudicar a reputação do conhecimento científico (Mede et al., 2020; Rutjens et al., 2017), buscou-se elevar a exigência metodológica das pesquisas, aumentando substancialmente as expectativas de editores e revisores. Por isso, é necessário que os pesquisadores estejam a par das exigências metodológicas antes mesmo de conduzir os seus estudos, pois alguns dos critérios atuais de avaliação envolvem o planejamento de hipóteses e de análises que antecedem a coleta de dados.

FATORES QUE INFLUENCIAM A AVALIAÇÃO METODOLÓGICA

Antes de explicitar os critérios para avaliação metodológica, é importante ressaltar que ela tende a ser influenciada por fatores que

não são apenas o rigor com os procedimentos e a análise de dados. O primeiro desses fatores é a adesão à norma culta do idioma em que o artigo está sendo escrito. Erros de ortografia, concordância verbal, regência e colocação pronominal podem comprometer seriamente o entendimento dos achados, devendo os pesquisadores atentarem a este aspecto ao longo de toda produção dos manuscritos. Segundo, é importante que os objetivos e as hipóteses do artigo estejam claramente descritas, evitando formulações muito vagas e dando preferência a formulações operacionalizáveis. Por exemplo, em vez de descrever o objetivo do estudo como “Verificar associações entre as variáveis” os autores podem propor objetivos como “Verificar a *correlação* entre as variáveis”, “Verificar a *diferença* entre os grupos considerando a variável em questão”, ou “Testar se a variável X *prediz* a variável Y”. Terceiro, em vez de expressões denotando certezas, devem ser usadas expressões com modalizadores discursivos. Por exemplo, em vez de relatar que “Os resultados provam”, pode-se optar por “Os achados sugerem”, “Os resultados indicam” ou “Os resultados apontam para”, afinal, os resultados de um estudo apenas indicam algumas conclusões, nunca constituindo prova final de qualquer fenômeno sendo estudado (Lakatos, 1978).

Diante das questões em torno da crise da replicabilidade e da confiança na produção científica, as equipes editoriais de revistas de alto impacto em geral também sugerem que os manuscritos submetidos para avaliação sejam constituídos por múltiplas coletas de dados. Assim, em revistas como *Psychological Science*, *Journal of Personality and Social Psychology*, ou *Cognition*, o artigo pode ser rejeitado pelos editores antes mesmo de ser enviado à revisão com base no argumento de que apenas uma coleta de dados foi feita, o que teoricamente fragilizaria as conclusões dos autores. Assim, recomenda-se que caso os pesquisadores tenham o objetivo de publicar nas revistas de alto impacto de sua área, priorizem a produção de artigos que contenham múltiplas coletas de dados em um mesmo estudo em vez de múltiplos estudos com apenas uma coleta de dados.

Independentemente da quantidade de coletas de dados feitas, os procedimentos metodológicos devem ser descritos de maneira que seja possível replicar as análises e os procedimentos através apenas da leitura do artigo. Assim, o relato metodológico deve ser suficientemente claro para que outros pesquisadores que desejem testar novamente a mesma hipótese possam fazê-lo a partir do que foi relatado. Para tanto, diferentes associações internacionais propõem diretrizes para relatar os métodos e os resultados, como a *International Union of Pure and Applied Chemistry* (IUPAC) para a área da química, ou a *American Psychological Association* (APA) para a área da psicologia. Considerando a importância de tais diretrizes, os critérios para avaliação metodológica serão descritos a seguir a partir das recomendações do *Journal Article Reporting Standards* propostas pela APA (2018a, 2018b), que podem ser consultadas através do link tiny.cc/apajars.

CRITÉRIOS IMPORTANTES PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE METODOLÓGICA

Os pontos a serem observados em uma avaliação da qualidade metodológica de um artigo serão listados a seguir de acordo com as subseções mais comuns dos projetos de pesquisa. Cada área tem sua particularidade, mas os pontos apontados neste capítulo tendem a ser cruciais especialmente para pesquisas conduzidas com seres humanos.

PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS

Um dos primeiros aspectos metodológicos que deve ser observado é quando a coleta de dados foi conduzida. Tal informação é fundamental, pois frequentemente são investigados fenômenos que dependem do contexto dos participantes, e este pode mudar significativamente

em pouco tempo. Por exemplo, uma pesquisa cujo objetivo fosse estimar a prevalência comunitária de sintomas de ansiedade e depressão no Brasil em janeiro de 2020 poderia apresentar resultados significativamente diferentes de outra pesquisa com o mesmo objetivo e que fosse conduzida três meses depois, após os *lockdowns* começarem a ser adotados no território nacional em função da pandemia da COVID-19. Embora raramente aconteça uma pandemia, há outros fatores mais corriqueiros que também podem influenciar significativamente alguns construtos psicológicos. Por exemplo, até mesmo a mudança de governo de um país pode impactar significativamente construtos psicológicos como a tendência a desafiar autoridades (Vilanova et al., 2020), sendo então importante detalhar o mês e o ano em que a coleta de dados foi feita.

Além do período de coleta, é importante que os procedimentos adotados sejam descritos minuciosamente. Deve-se descrever como se chegou aos participantes, se eles foram recrutados em um serviço ou instituição específica (como hospital, clínica ou universidade), por quais etapas eles passaram antes e depois de participar do estudo, e se foi oferecido algum ressarcimento financeiro. O mesmo é válido para coletas *on-line*, pois por vezes os pesquisadores tendem a não informar se foi feita alguma postagem em rede social divulgando a pesquisa ou se foi pago algum anúncio visando atingir mais participantes, o que pode comprometer a descrição da técnica de amostragem utilizada.

O relato dos critérios de inclusão e exclusão também é fundamental para a avaliação dos procedimentos de coleta de dados. Em geral, tais critérios estão atrelados a características sociodemográficas como faixas etárias, ou a diagnósticos psiquiátricos, sendo então relevante uma descrição detalhada das características da amostra. Alguns dados são indispensáveis, tais como média e desvio-padrão das idades e proporção de gênero dos participantes, mas dependendo do tópico estudado, outras variáveis podem ser igualmente importantes, como a prevalência de sintomas psiquiátricos em pesquisas sobre saúde mental, a autocategorização política em pesquisas sobre intenção de

voto, a classe socioeconômica em pesquisas sobre consumo, ou o nível educacional em pesquisas sobre habilidades de leitura.

Vale ressaltar que as revistas científicas de alto impacto têm buscado ativamente ampliar a diversidade das amostras que compõem os estudos publicados. Após ter sido demonstrado que as amostras da maioria dos estudos publicados eram altamente enviesadas e compostas quase exclusivamente por pessoas do ocidente, com alto nível educacional, vivendo em contextos industrializados, ricos e democráticos (Henrich et al., 2010), as revistas começaram a propor números especiais voltados exclusivamente para populações que não tivessem essas características. Como o Brasil não é um país rico com alto nível educacional, pode haver interesse nos estudos científicos feitos aqui, então a descrição detalhada das amostras nacionais pode contribuir para que o estudo seja publicado.

Diferentemente de outros países, no Brasil não é permitido pagar pela participação na pesquisa, então é comum que alguns participantes não as respondam até o fim. Seja por cansaço, seja por não voltar ao local de coleta quando mais de uma avaliação é necessária, seja por efeitos colaterais da intervenção sendo testada, é importante observar se os pesquisadores relataram quantos participantes não concluíram o estudo e o que foi feito com os seus dados, uma vez que esses dados podem provocar mudanças substanciais nos resultados finais do estudo (Enders, 2004). Algumas das estratégias mais comuns são deletar os dados incompletos dos participantes que não chegaram ao fim da pesquisa ou substituir os dados faltantes por médias da amostra ou valores preditos (Schlomer et al., 2010), e nesses casos deve-se detalhar qual o método foi utilizado para deletar os dados dos participantes (por exemplo, *listwise* ou *pairwise*) ou qual método foi utilizado para substituir os dados faltantes (por exemplo, imputação pela média ou imputação com base em previsões resultantes de análises de regressão).

Por fim, é importante avaliar se os pesquisadores relataram que as diretrizes éticas para pesquisas com seres humanos foram cumpridas.

Ao longo da descrição dos procedimentos deve constar alguma sentença explicitando qual resolução ética foi seguida e uma afirmação de que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade a que o projeto está vinculado. Embora possa parecer um detalhe menos importante, a explicitação do cumprimento às normas éticas é fundamental, pois representa um comprometimento por escrito dos autores do manuscrito com as obrigações legais da atividade científica. Nesse sentido, vale ressaltar que quando a coleta de dados é feita *on-line*, alguns aspectos como a faixa etária dos participantes ou o impacto que as perguntas podem ter sobre o participante merecem atenção especial. Afinal, em coletas de dados *on-line* tem-se menos controle de quem irá participar do estudo e qual o impacto emocional das perguntas, havendo diretrizes éticas específicas para conduzir pesquisas com pessoas com menos de 18 anos e o tipo de assistência que deve ser prestada aos participantes caso necessário (ver a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, disponível em tiny.cc/5102016).

INSTRUMENTOS

Em quase todas as pesquisas com seres humanos são utilizados instrumentos para medir ou avaliar algum construto. Para que os leitores possam estimar o quão confiáveis são as medidas utilizadas, algumas informações são indispensáveis. Caso se esteja utilizando um instrumento novo, que está sendo produzido pelos pesquisadores no momento da pesquisa, é importante definir objetivamente o fenômeno sendo avaliado, as referências que embasaram tal definição e os procedimentos que foram adotados na produção das perguntas utilizadas. O mesmo se aplica ao processo de adaptação transcultural de instrumentos que foram produzidos em outros países, que devem seguir as diretrizes da *International Test Commission* (ITC, 2017) disponíveis em intestcom.org/page/14.

Independente da origem dos instrumentos utilizados, é fundamental que a ordem em que os questionários foram apresentados seja descrita, além de suas evidências de validade e de fidedignidade. Algumas das evidências de validade mais comumente relatadas são resultados de análises fatoriais e correlações com outros construtos, que indicam o que efetivamente está sendo medido pelos instrumentos (Pacico & Hutz, 2015). Já a evidência de fidedignidade mais relatada tende a ser o alfa de Cronbach, mas há outras opções como o ômega de McDonald (Dunn et al., 2014) ou a correlação teste-reteste que também podem ser utilizadas (Zanon & Hauck Filho, 2015). Evidentemente, não é necessário que todas as vezes que um instrumento seja utilizado os pesquisadores conduzam análises fatoriais ou correlações teste-reteste, mas é importante que ao menos algum índice de fidedignidade seja sempre relatado a partir da amostra que está sendo reportada.

ANÁLISE DE DADOS

O princípio geral mais importante para a avaliação das análises de dados é a adequação entre as análises propostas e as hipóteses e objetivos da pesquisa. Por exemplo, se o objetivo do estudo consiste em avaliar uma relação de predição, realizar uma correlação pode não ser adequado. De maneira similar, se o objetivo do estudo é verificar a diferença de médias entre grupos, conduzir uma regressão linear pode não ser a melhor estratégia. Portanto, os guias fundamentais das análises de dados devem ser as hipóteses do estudo, sendo essencial que elas estejam claramente formuladas.

Após terem decidido quais análises serão conduzidas, os pesquisadores devem realizar um cálculo de poder estatístico. De maneira geral e simplificada, poder estatístico pode ser entendido como a probabilidade de um teste de hipótese detectar como estatisticamente significativo um efeito que realmente exista (Cohen, 1988). Como ele depende do tamanho amostral (Cohen, 1962), o ideal é que os pesquisadores

conduzam o cálculo de poder estatístico antes de iniciarem a coleta de dados, a fim de garantir que a sua coleta atinja um número mínimo de pessoas que satisfaçam os pré-requisitos de poder. Embora quanto maior a amostra, maior seja o poder estatístico (Cohen, 1962), é necessário que seja feito um cálculo para cada análise planejada, pois cada análise tem exigências diferentes.

O mínimo de poder estatístico exigido varia de acordo com a área de pesquisa, e na psicologia o recomendado é que as análises tenham no mínimo 80% de poder (Cohen, 1988). Para tanto, os pesquisadores podem usar algum *software* como o GPower (disponível em tiny.cc/gpowerstat) a fim de saber qual o tamanho amostral mínimo que eles precisarão para garantir 80% de poder estatístico. Vale ressaltar que embora o poder estatístico seja utilizado nas pesquisas com metodologia quantitativa, também é importante ter um critério que guie o tamanho amostral necessário nas pesquisas qualitativas, como o critério de saturação (Vasileiou et al., 2018).

Após o cálculo de poder estatístico, é fundamental que sejam utilizados estimadores estatísticos, parâmetros e pontos de corte de acordo com a literatura contemporânea, citando as referências que embasaram as decisões analíticas. Por exemplo, ao planejar uma análise fatorial, os pesquisadores devem indicar qual será o ponto de corte da carga fatorial para que o item seja retido em determinado fator e o porquê (ver Tabachnick & Fidell, 2001). De maneira similar, decisões como estimadores, rotações utilizadas e pontos de corte para índices de ajuste também devem ser justificadas e devidamente referenciadas (ver Bollen & Long, 1993; Costello & Osborne, 2005; Hu & Bentler, 1999). Embora possa ser desafiador, o processo de embasamento das decisões analíticas torna a pesquisa menos vulnerável a críticas e tende a aumentar a qualidade metodológica dos achados, o que é essencial na avaliação de publicação de um artigo científico.

RESULTADOS

Embora a descrição dos resultados seja uma tarefa corriqueira para pesquisadores, em geral algumas informações cruciais são negligenciadas. Ao analisar os achados e relatá-los, muitas vezes se tende a apenas verificar se o valor de p foi menor do que 0,05, mas há outros índices que tendem a ser tão ou mais importantes do que o valor do p . Mesmo o relato do p em geral não é feito de acordo com o recomendado pela APA (2018a), pois os pesquisadores deveriam relatar seu valor exato e de preferência com três casas decimais (ex: $p = 0,043$) em vez de apenas reportar se o p foi menor do que 0,05.

Além do p , os pesquisadores devem sempre reportar os tamanhos de efeito acompanhados do seu intervalo de confiança de 95%. Alguns *softwares* estatísticos automaticamente reportam o valor do tamanho de efeito das análises, como o d de Cohen para o teste- t de Student, o r de Pearson para as correlações de Pearson, o η^2 (eta ao quadrado) para as análises de variância, e o β (Beta) para as análises de regressão linear, mas em geral os intervalos de confiança não são reportados, podendo os autores utilizar calculadoras *online* como a disponibilizada por Lakens (2013) ou a disponibilizada por Soper (2021).

Por fim, também é importante que os autores reportem eventuais erros que ocorram nas suas análises estatísticas. Às vezes os *softwares* não conseguem conduzir as análises especificadas, ocorrendo erros de convergência de modelos, obtenção de variâncias negativas ou matrizes que não são positivas definidas. Nesses casos, os pesquisadores devem relatar que o *software* não conseguiu conduzir a análise e especificar o erro relatado, e caso se consiga resolver o erro, deve-se também especificar o que foi feito para contorná-lo.

DISCUSSÃO

Na seção final do manuscrito, os pesquisadores devem retomar sinteticamente os achados dos estudos e articulá-los com a literatura sobre o tema, abordando o que foi similar e o que foi diferente dos estudos anteriores, bem como deixando claro qual a inovação do estudo. Entretanto, um dos pontos cruciais da discussão para a avaliação metodológica do estudo e que tende a ser negligenciado é o apontamento das limitações. Comumente os pesquisadores apenas reportam limitações mais gerais, como o fato de o estudo ser transversal, impossibilitando conclusões causais, ou o uso de instrumentos de autorrelato, que estariam sujeitos a diversos vieses. Embora essas sejam limitações importantes, os pesquisadores devem ser mais específicos nos seus apontamentos, pois assim demonstram que estão cientes dos limites de seus estudos e que os ponderaram antes de propor suas conclusões. Deste modo, em vez de reportar que uma limitação do estudo foi o delineamento transversal, os pesquisadores podem indicar que uma limitação importante foi o pequeno tamanho amostral, que não permitiu atingir o poder estatístico mínimo recomendado de 80%. Similarmente, em vez de apontar o uso de escalas de autorrelato como uma limitação, pode-se indicar que alguns índices de ajuste dos modelos investigados não foram satisfatórios, levantando hipóteses do porquê isso pode ter sido observado.

Por vezes os pesquisadores podem ter receio de explicitar as limitações do seu estudo, temendo estar reduzindo as chances de aceite do manuscrito. Todavia, os editores e revisores podem se sentir mais inclinados a aceitar o artigo ao perceberem que as limitações foram objetivamente explicitadas e devidamente consideradas nas conclusões propostas. Caso as hipóteses estejam claras, as análises de dados estejam coerentes, os cálculos de poder estatístico tenham sido feitos e os resultados tenham sido reportados de acordo com as diretrizes da área, há uma maior chance de convencer os avaliadores de que a pesquisa foi conduzida com rigor metodológico do que ao omitir as

limitações. Independentemente de os resultados encontrados terem sido os hipotetizados ou não, a solidez metodológica do projeto tende a ser um fator mais crucial para a publicação do manuscrito do que ter encontrado os resultados esperados.

CONCLUSÃO

Ao longo deste capítulo, buscou-se descrever os critérios para avaliação metodológica de artigos científicos, que estão sintetizados na Tabela 1. Evidentemente não é uma descrição exaustiva que tenha abarcado absolutamente tudo que deva ser observado em um artigo científico, mas os principais pontos foram considerados. Embora às vezes não seja possível cumprir todos os requisitos apontados, os pesquisadores devem buscar o máximo de rigor metodológico possível, pois assim se terá mais chances de publicar em revistas de alto impacto e as possíveis intervenções resultantes dos estudos poderão estar assentadas em achados metodologicamente robustos.

Vale ressaltar que embora a solidez metodológica seja importante para os estudos científicos, há outras questões que também podem impactar a decisão de publicação de um artigo. Fatores como financiamento da pesquisa, instituição de origem do trabalho e até mesmo pressão direta de sociedades científicas nos editores de revistas podem influenciar a decisão dos editores (Latour, 2017; Latour & Woolgar, 1986). Ainda assim, é importante que os autores busquem garantir o rigor metodológico dos estudos pois este é um dos fatores sobre o qual os pesquisadores podem exercer maior controle.

REFERÊNCIAS

- American Psychological Association (APA, 2018a). Journal article reporting standards for quantitative research in psychology: The APA publications and communications board task force report. *American Psychologist*, 73(1), 3-25. <https://doi.org/10.1037/amp0000191>
- American Psychological Association (APA, 2018b). Journal article reporting standards for qualitative primary, qualitative meta-analytic, and mixed methods research in psychology: The APA publications and communications board task force report. *American Psychologist*, 73(1), 26-46. <https://doi.org/10.1037/amp0000151>
- Begley, C. G., & Ellis, L. M. (2012). Drug development: Raise standards for preclinical cancer research. *Nature*, 483(7391), 531. <https://doi.org/10.1038/483531a>
- Bollen, K., & Long, J. (1993). *Testing structural equation models*. Sage.
- Camerer, C. F., Dreber, A., Forsell, E., Ho, T. H., Huber, J., Johannesson, M., Kirchler, M., Almenberg, J., Altmeld, A., Chan, T., Heikensten, E., Holzmeister, F., Imai, T., Isaksson, S., Nave, G., Pfeiffer, T., Razen, M., & Hang, W. (2016). Evaluating replicability of laboratory experiments in economics. *Science*, 351(6280), 1433-1436. <https://doi.org/10.1126/science.aaf0918>
- Chambers, C. (2019). *The 7 deadly sins of psychology*. Princeton University Press.
- Cohen, J. (1962). The statistical power of abnormal-social psychological research: A review. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 63(3), 145-153. <https://doi.org/10.1037/h0045186>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Lawrence Erlbaum Associates.
- Conselho Nacional de Saúde (2016). *Resolução nº510*. tiny.cc/5102016. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Costello, A.B., & Osborne, J.W. (2005). Best practices in exploratory factor analysis: Four recommendations for getting the most from your analysis. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 10(7), 1-9. <https://doi.org/10.7275/jyj1-4868>
- Cova, F., Strickland, B., Abatista, A., Allard, A., Andow, J., Attie, M., Beebe, J., Berniunas, R., Boudesseul, J., Colombo, M., Cushman, F., Diaz, R., van Dongen, N.N.D.N., Dranseika, V., Earp, B.D., Torres, A.G., Hannikainen, I., Hernández-Conde, J.V., Hu, W., ... Zhou, X. (2021). Estimating the reproducibility of experimental philosophy. *Review of Philosophy and Psychology*, 12, 9-44. <https://doi.org/10.1007/s13164-018-0400-9>

- Dunn, T.J., Baguley, T., & Brunsden, V. (2014). From alpha to omega: A practical solution to the pervasive problem of internal consistency estimation. *British Journal of Psychology*, 105(3), 399-412. <https://doi.org/10.1111/bjop.12046>
- Enders, C.K., (2004). The impact of missing data on sample reliability estimates: Implications for reliability reporting practices. *Educational and Psychological Measurement*, 64(3), 419-436. <https://doi.org/10.1177/0013164403261050>
- Henrich, J., Heine, S.J., & Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world? *Behavioral and Brain Sciences*, 33(2-3), 61-83. <https://doi.org/10.1017/S0140525X0999152X>
- Hu, L., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 6(1), 1-55. <https://doi.org/10.1080/10705519909540118>
- International Test Commission (2017). *ITC Guidelines for translating and adapting tests*. https://www.intestcom.org/files/guideline_test_adaptation_2ed.pdf
- Ioannidis, J.P.A. (2005). Contradicted and initially stronger effects in highly cited clinical research. *JAMA*, 294(2), 218-228. <https://doi.org/10.1001/jama.294.2.218>
- Jeffreys, H. (1973). *Scientific Inference* (3rd edition). Cambridge University Press.
- Lakatos, I. (1978). *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge University Press.
- Lakens, D. (2013). Calculating and reporting effect sizes to facilitate cumulative science: A practical primer for *t*-tests and ANOVAs. *Frontiers in Psychology*, 4, 863. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00863>
- Latour, B. (2017). *A Esperança de Pandora*. Editora UNESP.
- Latour, B., & Woolgar, S. (1986). *Laboratory Life*. Princeton University Press.
- Mede, N.G., Schäfer, M.S., Ziegler, R., & Weißkopf, M. (2020). The “replication crisis” in the public eye: Germans’ awareness and perceptions of the (ir)reproducibility of scientific research. *Public Understanding of Science*, 30(1), 91-102. <https://doi.org/10.1177/0963662520954370>
- Open Science Collaboration (2015). Estimating the reproducibility of psychological science. *Science*, 349(6251), aac4716. <https://doi.org/10.1126/science.aac4716>
- Pacico, J.C., & Hutz, C.S. (2015). Validade. In C.S. Hutz, D.R., Bandeira, & C.M. Trentini (Eds.), *Psicometria* (pp. 71-84). Artmed.

- Rutjens, B.T., Heine, S.J., Sutton, R.M., & van Harreveld, F. (2018). Attitudes towards science. *Advances in Experimental Social Psychology*, 57, 125-165. <https://doi.org/10.1016/bs.aesp.2017.08.001>
- Schlomer, G.L., Bauman, S., & Card, N.A. (2010). Best practices for missing data management in counseling psychology. *Journal of Counseling Psychology*, 57(1), 1-10. <https://doi.org/10.1037/a0018082>
- Soper, D. (2021). *Regression coefficient confidence interval calculator [software]*. <https://www.danielsoper.com/statcalc>
- Tabachnick, B.G., & Fidell, L.S. (2001). *Using multivariate statistics*. Allyn and Bacon.
- Vasileiou, K., Barnett, J., Thorpe, S., & Young, T. (2018). Characterising and justifying sample size sufficiency in interview-based studies: Systematic analysis of qualitative health research over a 15-year period. *BMC Medical Research Methodology*, 18, 148. <https://doi.org/10.1186/s12874-018-0594-7>
- Vilanova, F., Milfont, T.L., Cantal, C., Koller, S.H., & Costa, A.B. (2020). Evidence for cultural variability in right-wing authoritarianism factor structure in a politically unstable context. *Social Psychological and Personality Science*, 11(5), 658-666. <https://doi.org/10.1177/1948550619882038>
- Zanon, C., & Hauck Filho, N. (2015). Fidedignidade. In C.S. Hutz, D.R., Bandeira, & C.M. Trentini (Eds.), *Psicometria* (pp. 85-96). Artmed.

Tabela 1

Checklist dos critérios para avaliação do artigo científico

-
- ✓ Adesão à norma culta do idioma em que o artigo está escrito
 - ✓ Objetivos e hipóteses descritas de maneira objetiva e operacionalizável
 - ✓ Uso de modalizadores discursivos
 - ✓ Artigo constituído por múltiplas coletas de dados
 - ✓ Descrição do período em que a coleta de dados foi conduzida
 - ✓ Descrição de como se chegou aos participantes
 - ✓ Descrição das etapas pelo quais os participantes passaram antes e depois do estudo
 - ✓ Descrição de eventuais postagens feitas em rede social divulgando o estudo
 - ✓ Descrição detalhada dos critérios de inclusão e de exclusão
 - ✓ Descrição de características sociodemográficas da amostra
 - ✓ Descrição dos casos incompletos (quantidade e o que foi feito com tais dados)
 - ✓ Explicitação do cumprimento de diretrizes éticas
 - ✓ Descrição da ordem em que os questionários foram apresentados
 - ✓ Descrição de evidências de validade e fidedignidade dos instrumentos utilizados
 - ✓ Apresentação de cálculo de poder estatístico
 - ✓ Citação das referências utilizadas para definir estimadores, parâmetros e pontos de corte das análises estatísticas
 - ✓ Relato do valor exato de p
 - ✓ Relato do tamanho de efeito e intervalo de confiança 95%
 - ✓ Descrição dos eventuais erros ao conduzir análises estatísticas
 - ✓ Descrição específica e detalhada das limitações do estudo
-

CAPÍTULO 4

RELATOS DE PESQUISA ORIGINAIS PARA PUBLICAR EM REVISTAS DE ALTO IMPACTO

WILSON LÓPEZ-LÓPEZ

MARÍA CONSTANZA AGUILAR-BUSTAMANTE

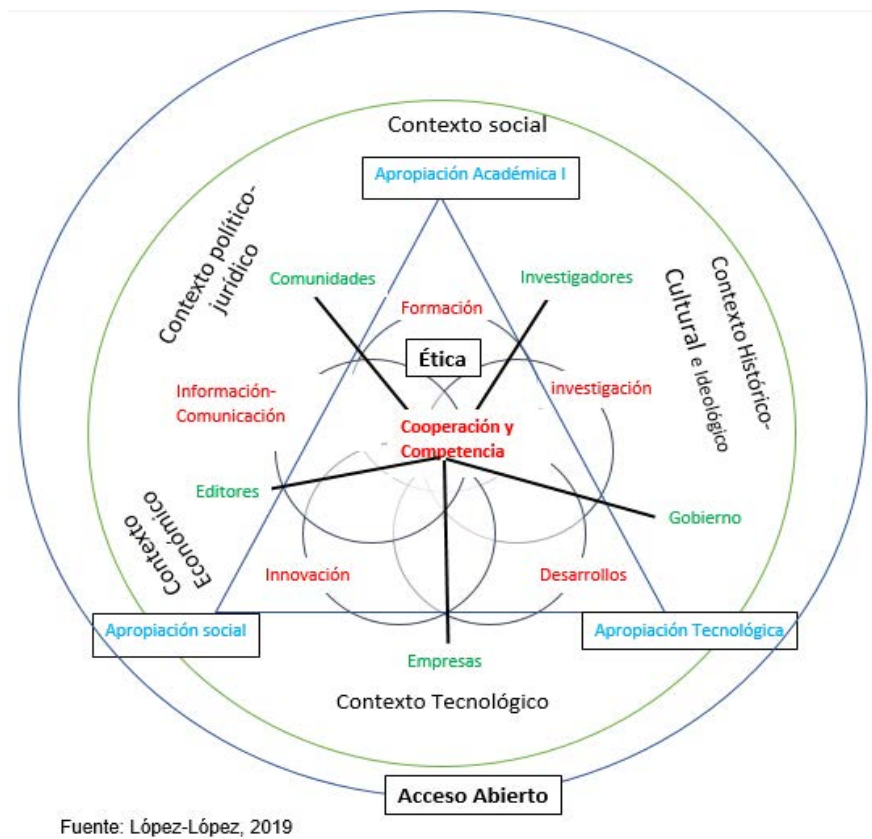
CESAR ACEVEDO-TRIANA

INTRODUÇÃO

A comunicação científica é um processo que forma parte do ecossistema do conhecimento (López-López, 2019, 2020; Lopez-Lopez y Rorky 2021). No processo de publicação participam vários atores deste ecossistema, tais como pesquisadores, formadores, avaliadores, e inclusive comunidades acadêmicas e não acadêmicas, editores, financiadores e evidentemente as entidades institucionais. Os usuários do processo de pesquisa fazem da comunidade científica e, em especial, da publicação de artigos científicos um tema central para evidenciar a atividade de um pesquisador, um grupo de pesquisa ou uma comunidade e permitem identificar as trajetórias de pesquisa que costumam se evidenciar em linhas de trabalho. Neste sentido, a publicação de um artigo é, portanto, uma peça central no ecossistema do conhecimento; contudo é importante mencionar que não é o único produto do processo, nem o mais relevante, essa clarificação é essencial, no entanto,

existe a ideia de que o artigo, como produto final, é o único e mais valioso resultado da pesquisa. Esta ideia se mantém devido às contingências econômicas que se impõem ao contexto do ecossistema e termina por dar todo o sentido da sua atividade a esta tarefa, e inclusive a incorrer em ações que comprometem a ética da pesquisa científica (Al-Adawi et al., 2016; Ayodele et al., 2019; Neill, 2008). Apesar disso, o objetivo do sistema é produzir conhecimento que aporte à explicação dos fenômenos, compreensão do mecanismo ou à produção de inovações que contribuam ao bem-estar da humanidade (Gibbons et al., 2004). Ver figura 1.

Figura 1. Ecosistema do conhecimento.



Assim, a preparação de um relato de pesquisa original é parte de um processo complexo na produção do conhecimento, portanto, vamos evidenciar algumas das partes informais e formais da preparação desses relatos.

PAPÉIS DAS EQUIPES DE PESQUISA E DA PUBLICAÇÃO.

Em primeiro lugar, a pesquisa é uma atividade coletiva, portanto, temas como deslindar os papéis de quem participa no processo é fundamental. Recentemente, Chamorro (2021) aponta que devemos ter cuidado em ignorar um autor que participou de forma determinante na produção do artigo, seja porque é o criador da ideia da pesquisa ou participou de forma importante no desenho na produção do texto como um todo. O manual de publicações da APA aponta que a coautoria deveria ser reservada para aqueles que realizaram uma “contribuição substancial” ao artigo. Contudo, o termo é ambíguo dado que diferentes autores podem considerar diferentes níveis de contribuição (*American Psychological Association*, 2019). Adicionalmente, um aspecto complexo neste cenário é gerado quando não há formalização do processo e se agudiza quando há um autor com uma longa trajetória em um tema e esta trajetória ou aporte é ignorado.

Outro problema pode surgir no cenário oposto, isto é, quando um autor reconhecido obriga os outros a colocar seu nome na publicação sem ter participado em nenhuma parte da produção do mesmo, o que se conhece como autoria fantasma (DeTora et al., 2019), e em terceiro lugar, um problema mais complexo ainda se dá quando as equipes chegam a acordos de produção. Esta situação é mais complexa, devido a que se gera pressão nos grupos de pesquisa para a transferência de conhecimentos via acordos de produção, que dependem dos recursos de vários grupos ao mesmo tempo e que podem se dar em cenários que requereriam um esforço em conjunto. Este cenário é frequente em áreas como a física ou a biomedicina onde há equipes

muito grandes de pesquisadores, inclusive com centos de pesquisadores (Thelwall, 2018).

A continuação, mencionam-se os principais papéis nestas equipes ligados às autorias, que variam de curso para curso, mas que servem como um guia. Pela praticidade apenas mencionaremos os que a APA sugere: 1. O supervisor ou tutor só pode ser considerado como segundo autor; 2. O tutor ou supervisor da tese está obrigado a aparecer como segundo autor sempre que este tenha sido determinante em definir as variáveis, contribua notavelmente nas interpretações ou aporte material ou bases de dados substanciais para o trabalho; 3. A posição do segundo autor pode ser estendida como cortesia se o tutor ou supervisor esteve demasiado envolvido nas diferentes etapas da pesquisa. 4. O tutor ou supervisor não deve ser reconhecido como autor se seu papel se reduz a animar, fazer comentários ou críticas, oferecer ajuda financeira ou realizar assistência editorial (APA, 2019).

Inclusive, Belwalkar e Toaddy (2014) expõem uma tabela de valores para definir a autoria ou ordem da autoria, baseados na adaptação realizada a partir das publicações desenvolvidas por Winston (1985). É interessante destacar que inclusive na proposta não se incluem as atividades de coleta de dados como critério para a inclusão na autoria. É habitual que para a atividade de coleta de dados se dê o respectivo reconhecimento e agradecimento aos que participaram.

Tabela 1.

Pontuação para a determinação da autoria (adaptada de Belwalkar e Toaddy, 2014)

Tipo de atividade	Pontos totais	Autor 1	Autor 2	Autor N
Conceitualização da ideia da pesquisa	90			
Definição da ideia da pesquisa	60			
Revisão de literatura	20			
Desenho da pesquisa	80			
Seleção e desenho de instrumentos	30			
Seleção de questionários e instrumentos de análise	40			
Realização de análises estatísticas	40			
Interpretação dos resultados	80			
O texto				
Escrita da introdução	90			
Escrita do método	80			
Escrita dos resultados	80			
Escrita da discussão	100			
Escrita das conclusões	60			
Escrita das limitações	60			
Escrita de futuros direcionamentos da pesquisa	60			
Organização do processo de submissão do artigo				
Resposta aos avaliadores	10			
Realizar mudança de acordo com a conversa com os avaliadores	60			
Total				

Junto com a determinação da autoria, um dos acordos aos que se deve chegar está relacionado com a ordem de aparição dos autores. A determinação desta ordem, obedece a diferentes práticas sociais, acadêmicas e culturais, e neste sentido também não existe um consenso em todas as áreas e disciplinas. Entretanto, é habitual reconhecer a ordem do primeiro, segundo autor e autor sênior – normalmente reservado para o líder da equipe de pesquisa, diretor do estúdio ou cabeça do time de pesquisa – dependendo do papel e a pontuação estabelecida de acordo com a tabela mencionada. Na psicologia, comumente a ordem segue o parâmetro de maior a menor envolvimento no estudo, mas em outras áreas como a matemática, estabelece-se a ordem de autoria seguindo uma ordem alfabética (*American Mathematical Society*, 2004). A melhor estratégia na determinação da ordem dos autores, de acordo com organizações como o COPE (*Committee on Publication Ethics*)⁷, são os acordos prévios e por escrito sobre a ordem de aparição dos autores, o que deveria ser feito antes da realização do estudo. Assim mesmo, ao se apresentarem possíveis disputas, a recomendação de um terceiro adicional e neutral pode ajudar a mediar o conflito (Dance, 2012). Finalmente, o autor de correspondência, que em muitos casos coincide com o autor sênior, será o responsável direto do trabalho e da comunicação com a revista, assim como quem assume a representação dos demais autores.

Uma situação especial ocorre quando os autores que pertencem a grandes consórcios ou grupos de pesquisa que uniram esforços em um estudo, neste sentido o reconhecimento ao grupo ou consórcio é mais importante que o reconhecimento pessoal de todos os integrantes. Assim, a autoria de consórcios ou grupos e não o de pessoas pode ser uma forma de diminuir a tensão e melhorar o reconhecimento dos pesquisadores (Burrows & Moore, 2011; Flanagin et al., 2002; Fontanarosa et al., 2017).

7 <https://publicationethics.org/>

A ESTRUTURA DO ARTIGO CIENTÍFICO

Apesar de que são bem conhecidas as diferentes partes do artigo científico, provavelmente a redação pode requerer um processo de construção diferente dependendo do tipo de texto a reportar ou da revista na qual se pretende publicar (Hong, 2014; Kallestinova, 2011). Por exemplo, os artigos de relato de pesquisa costumam ser escritos em uma ordem diferente ao qual são apresentados. Isso ocorre devido a que umas partes dependem de outras, por exemplo, o resumo só pode ser construído no último momento, já que irá refletir as outras partes já finalizadas do artigo (Cals & Kotz, 2013a). Outro exemplo menos evidente é a redação da introdução e a discussão que dependerão diretamente dos resultados. Antes de abordar os diferentes apartados de um relato de pesquisa, é relevante se referir ao tipo de linguagem, ou estilo de redação utilizado, ainda que um nível de formalidade é requerido, não é necessário ser completamente técnico e indecifrável, lembre-se que o objetivo principal de um relato de pesquisa é a apresentação dos resultados em um contexto particular. A este enfoque costuma-se chamar de “contar ou narrar uma história” que vai de mãos dadas com os resultados que dão sustento à esta história. O exemplo padrão neste sentido é o famoso artigo de uma só folha de Watson e Crick onde sugerem o modelo estrutural do DNA, mas o artigo não tem nem uma sessão de resultados nem uma de método, contudo, apresenta uma história convincente (Watson & Crick, 1953).

Neste sentido, ainda que pareça pouco prático para o leitor o enfoque da história, este tem sido questionado desde algumas perspectivas já que se dá ênfase a elementos como a coerência da história onde os autores tratam de apresentá-la da forma mais convincente possível (Dahlstrom, 2021; Editorial, 2013; Katz, 2013; Martinez-Conde et al., 2019). Se bem isto favorece a compreensão do leitor, questiona as omissões ou temporalidade dos resultados, ou a apresentação conveniente dos resultados para favorecer a história que deseja ser contada. As revistas também cumprem um papel importante neste aspecto,

por exemplo, aquelas revistas que apresentam os artigos na ordem da introdução e logo os resultados, fica evidente que dão mais peso à história do que ao método da pesquisa, que na verdade, passa a estar em segundo lugar de importância em direção ao final do artigo ou dos materiais complementares.

Em qualquer caso, descreveremos a continuação os artigos que seguem a estrutura da maioria das revistas científicas em psicologia (*American Psychological Association*, 2019). Neste sentido, as partes do artigo são, na ordem: título, resumo, introdução, métodos, resultados, discussão e referências. Ainda que este seja a ordem da apresentação, a redação costuma ser diferente. É recomendável nos relatos de pesquisa iniciar pelo método, logo redigir os resultados e depois a discussão do artigo. Posterior a estas partes, realiza-se a redação da introdução, do resumo, das referências e finalmente do título. O objetivo desta ordem é dar conta do processo de pesquisa e dar-lhe um contexto apropriado, sem gastar esforços em tópicos que podem não estar relacionados com os resultados. Finalmente, o resumo e o título são as últimas partes a ser redigidos já que requerem que todo o texto esteja completo (para outras recomendações práticas e de fácil implementação ver Hong, 2014, ou West et al., 2018).

Durante o processo de escrita, um dos elementos mais úteis e que serve de modelo para o primeiro passo nesta tarefa da escrita, e um ou dois artigos que sirvam de protótipo ou modelo. O recomendável seria talvez a mesma área sobre a qual está se escrevendo, mas se não for possível, um artigo modelo em uma área próxima ajudaria a gerar uma estrutura geral do processo. Na revisão cuidadosa do modelo, provavelmente notará que cada sessão tem um propósito claro que é guiar o leitor – experto ou não – através dos resultados que sustentam uma conclusão que os autores consideram relevante. Se bem este ponto se aplica tanto para as fontes denominadas primárias e secundárias⁸,

8 As fontes primárias fazem referência aos relatos de pesquisa, isto é, a fonte que relata um estudo experimental, de campo, empírico, caso clínico, entrevistas ou

requerem que o leitor tome posição a respeito dos resultados e possa contrastar a informação apresentada com perguntas em torno a uma leitura crítica, compreensão de textos a diferentes níveis (Vallés, 2005), ou ao que se denomina leitura ativa e não somente leitura passiva (Sun, 2020). À continuação detalham-se os elementos de cada uma das partes.

TÍTULO

É a primeira impressão e talvez a única antes de que o leitor se dirija ao texto na íntegra, deve conter a informação chave do estudo e ser ao mesmo tempo concreto, coerente e chamativo. É um balanço entre ser geral mencionando a respeito do texto e ao mesmo tempo mencionar algumas particularidades, mas sem ser demais específico, a ponto de enjoar ou confundir o leitor (Silvia, 2007). Para isto devem ser evitados acrônimos, fórmulas ou abreviaturas, e ao mesmo tempo não incluir termos específicos, em tom neutro e descritivo, costuma ter entre 12 e 15 palavras e sua principal característica é ser auto explicativo (Santesteban-Echarri & Núñez-Morales, 2017).

RESUMO

Corresponde a um parágrafo que traz toda a informação sobre o estudo, uma primeira contextualização ou descrição da área na qual se realizou uma pesquisa, logo uma ou duas frases apresentando o problema no qual se desenvolve o artigo. Uma breve descrição do método, não é necessário entrar em detalhes estatísticos, mas sim especificar a população/amostra e os instrumentos utilizados. A continuação, são

observações. Pelo contrário, os estudos de revisão, meta-análise, opiniões, compilados ou estudos teóricos são considerados fontes secundárias, no em tanto, são interpretações de fontes primárias.

enunciados os principais resultados e a conclusão. Costuma estar redigido em tempo passado e deveria responder de forma sucinta às perguntas de porquê foi realizado o estudo, o que foi feito, como foi feito, o que foi encontrado e o que significa tal resultado (Cals & Kotz, 2013a). Uma forma de avaliar a construção do resumo e do título é mediante a utilização das palavras-chave, isto é, envolver palavras-chave no título e resumo ajuda a especificar o resumo. Usualmente, as revistas costumam ter um número limite de palavras para este apartado e ser estruturado, isto é, mencionando os subtítulos da introdução, método, resultados, conclusões ou não estruturado, isto é, sem mencionar explicitamente os subtítulos, mas assumindo que estão presentes.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste tópico é dar a informação necessária e focada para compreender a pesquisa que está sendo relatada. Tenha em consideração que deve ser conciso e conter elementos como conceitos, a relação entre esses conceitos, definições importantes, contexto da pesquisa, perguntas abertas do campo de estudo. Normalmente se escreve desde um sentido geral em direção a um particular, ajudando ao leitor em identificar elementos chaves no relato de pesquisa. Em outras palavras, costuma ser a justificativa da realização do trabalho de pesquisa (Silvia, 2007). Um erro frequente é assumir que a introdução cobre uma revisão completa dos estudos anteriores no campo. Dado que o cálculo de 15% de todo o texto deve ser a introdução, não é possível abordar a profundidade e de forma extensa toda a literatura. Contudo, aqueles elementos essenciais ao estudo, por exemplo, sustentação biológica, clínica ou metodológica deverão aparecer na introdução (Cals & Kotz, 2013b). Finalizando a introdução, é recomendável ter um parágrafo onde apareça a pergunta de pesquisa ou a hipótese do estudo, mencionando a abordagem metodológica a realizar. Esta forma permitirá uma ponte entre a introdução e os métodos.

A modo de recomendação geral, deverá ser cuidadoso na seleção de informação e referências. Estas deverão ser atualizadas e de acordo com o estudo, os editores costumam apreciar as referências de artigos pertinentes das próprias revistas onde o trabalho foi submetido (Cals & Kotz, 2013b). Evite ser exaustivo na descrição de outros estudos. Neste sentido, não compare outros estudo similares com o relato que está fazendo, esta comparação será abordada na discussão (Cals & Kotz, 2013b; Kallestinova, 2011). Utilize uma linguagem clara no tempo presente para os fatos e conceitos aceitados e revise que a sua introdução tenha três elementos essenciais, a saber, primeiro, a descrição de trabalhos prévios na área ou metodologias a utilizar; isto permitirá ao leitor se familiarizar e entender a importância do estudo. Segundo, a identificação do vazio que se pretende preencher com o estudo, gerando um interesse no seu estudo. Terceiro, propósitos ou hipóteses do trabalho de pesquisa.

MÉTODO

A melhor forma de entender o método é assumir que se algum pesquisador seguisse estes mesmos passos poderia replicar seu estudo (Drummond, 2009). Assim, esta parte reúne toda a informação necessária durante a pesquisa, se escreve no passado e de forma impessoal (Santesteban-Echarri & Núñez-Morales, 2017). É preciso apontar que a descrição e sessões mencionadas a continuação correspondem aos artigos de natureza qualitativa, para os estudos qualitativos a sessão de métodos apresenta variações dependendo do estudo (ver Moser & Korstjens, 2018 como um exemplo), porém, os métodos deverão ser os mais claros possíveis independentemente do foco. Como a introdução e o resumo existe um marco de subseções que facilitam a escrita e a apresentação desta sessão. Em primeiro lugar, costuma-se descrever os participantes e o desenho. Aqui é relevante a informação sobre a amostra, o tamanho, a seleção, os critérios de inclusão e exclusão, e

cada vez é mais frequente que se peça uma análise de poder⁹ do estudo realizado prévio à pesquisa, como uma forma de sustentar o tamanho da amostra (Krzywinski & Altman, 2013). Segundo, são descritos os instrumentos, testes ou aparelhos utilizados durante a pesquisa, assim como as escalas de medição destes, lembre-se que se as escalas utilizadas foram padronizadas, validadas ou traduzidas, deverão ser relatadas estas versões assim como as suas características psicométricas dos testes utilizados (Santesteban-Echarri & Núñez-Morales, 2017). Terceiro, uma sessão sobre o procedimento, costuma ser a subseção mais importante do método dado que os revisores avaliarão qual a informação coletada e como foi feita essa coleta. Pense que desta sessão dependerá a resposta do seu estudo, assim, se houverem dúvidas ou pouca informação sobre como foi realizado o estudo dificilmente os revisores confiarão nos resultados e provavelmente não recomendarão a aceitação do artigo (Mittal, 2019).

Nesta parte não limite a sua descrição sobre como foram coletados os dados das variáveis dependentes, contexto e demais aspectos-chaves do estudo, e da coleta de informação (Silvia, 2007). Quarto, a sessão de análise dos dados, ou análise estatística, apresenta o plano de análise dos pesquisadores com as avaliações realizadas. Comece por explicar as avaliações descritivas, se foram realizadas conversões das pontuações, normalizações ou índices. Detalhe procedimentos como valor *p* estabelecido, correção do valor *p* para comparações múltiplas, valores do tamanho do efeito e avaliações dos pressupostos da normalidade e homoscedasticidade para o uso da estatística paramétrica ou não paramétrica. Se foram realizados modelos de regressão, descreva o tipo de modelo, os passos e os da interpretação geral destes valores (Blanca et al., 2017; González & Acosta, 2013; Ho et al., 2019; Trafimow et al., 2018). Quinto, é altamente recomendável ter

9 Múltiplas ferramentas podem ser úteis neste sentido. Por exemplo, o *software* GPower3.1. Que permite realizar análise *a priori* especificando os parâmetros iniciais (α , $1 - \beta$, e o tamanho do efeito). Também é possível realizar análise de critério; análise *posthoc* e de sensibilidade (Faul et al., 2009). <http://www.gpower.hhu.de/>

um parágrafo explícito sobre as considerações éticas do estudo, nesta sessão deverá se incluir a informação sobre o risco dos participantes durante o estudo, as medidas tomadas pelos pesquisadores para proteger e resguardar todas as considerações éticas do estudo e o mais importante mencionar o comitê, instituição ou grupo de ética ou bioética que avaliou os procedimentos éticos da pesquisa. Cada vez é mais frequente que os artigos que não fazem explícito esta gestão dos aspectos éticos que são vistos normalmente como precaução (Adair et al., 1985).

RESULTADOS

Esta sessão é a razão de ser de qualquer relato de pesquisa e deverá ser escrita de forma clara, centrada, compreensível e completa levando em consideração os diferentes grupos de leitores (Mittal, 2019; Silvia, 2015). Esta sessão pode ser dividida em subseções que correspondam à pergunta ou perguntas de pesquisa. Presente na primeira parte, a informação a respeito da amostra, isto é, se depois da coleta de informação foi realizado algum procedimento de exclusão de participantes, ou de classificação destes por algum tipo de variável sociodemográfica. Caracterize a amostra e apresente os indicadores mais relevantes, agrupe a informação de forma clara em tabelas ou diagramas, que facilitem a compreensão do leitor. Evite descrever em parágrafos valores sociodemográficos que podem ser simples para entender e comparar se apresentados em uma tabela. Quanto aos resultados quantitativos, evite o relato excessivo de resultados que não se relacionam diretamente com o estudo, assim como também evite utilizar termos que indiquem causalidade que não possa ser demonstrado claramente (Santesteban-Echarri & Núñez-Morales, 2017). Evite a apresentação excessiva de gráficos, figuras, tabelas e cálculos que denotam pouco cuidado com o relato de pesquisa. Neste sentido o relato dos resultados completos pode ser incluído em uma sessão complementar, assim

como os dados em si mesmos, que possam ser consultados dependendo do interesse. Lembre-se de relatar corretamente o valor P e o tamanho do efeito em caso a diferença entre eles seja meritória. A ênfase e ponderação dos resultados deverão ser realizadas com base nas perguntas do estudo e não nos resultados “positivos” e “negativos”, dando um papel maior aos positivos. A sessão de resultados e a ênfase destes não deveria ser alterado com base na significância do valor P. Lembre-se da sua sessão de análise de dados e tente seguir a mesma ordem. Posterior à apresentação dos principais resultados, apresente os resultados secundários ou adicionais que considere que possam aportar alguma informação relevante ao estudo. Existem alguns erros comuns que deveriam ser evitados, por exemplo, é frequente que os valores relatados tenham números decimais e costumem colocar 3 a 4 casas decimais, dependendo da medida isso não é necessário, com uma ou duas casas poderia ser suficiente, no caso do valor P, relatar 3 casas decimais é suficiente. Evite transcrever as tabelas de resultados que dão programas estatísticos como o SPSS sem editar; estas tabelas costumam ter mais informação do que é necessária para o relato nos artigos (Mittal, 2019; Silvia, 2007). Relate os tamanhos dos efeitos dos valores P, evite fazer inferências sobre a maior ou menos significância baseado no valor P, esta não é uma interpretação adequada (Head et al., 2015; Simonsohn et al., 2014). Complementando o anterior, também não faça interpretações sobre os resultados, isto pertence mais a parte da discussão, contudo, ajude o leitor a compreender o que significa o resultado, isto é, se compara dois grupos e um deles recebeu um tratamento, indique o grupo no qual o tratamento mostrou resultados positivos para que fique claro para o leitor.

Finalmente, lembre-se que as suas conclusões deverão se ajustar aos resultados e ainda que possam existir múltiplas interpretações destes, serão os revisores que avaliarão a concordância entre resultados e conclusões.

DISCUSSÃO

Nesta parte, terá a possibilidade de convencer o leitor, editor ou revisor sobre o alcance dos seus resultados e as conclusões destes. Esta sessão tem o dever de responder a três objetivos principais. Primeiro, relacionar as pesquisas relatadas na introdução com o que foi encontrado no estudo, isto é, contrastar a informação prévia com os resultados atuais. Segundo, dar significado e interpretação com sentido aos dados encontrados, os objetivos do estudo devem ser mencionados e destacados com os resultados como resposta a estes objetivos. Terceiro, guiar o leitor em direção ao impacto, futuras pesquisas, alcances e limitações do estudo, gerando uma perspectiva de novas pesquisas. Não se deve repetir os resultados, assim como também não se deve comentar todos os resultados relatados, basta escolher os que melhor se ajustam aos objetivos, isto é, os que respondem às perguntas propostas e dar-lhes um significado compreensível pelos leitores. Também não deve ser uma revisão de literatura nem muito menos uma duplicação da introdução, mas uma sessão para mencionar aqueles estudos que podem ser comparados, focados no tema do artigo, e que permitam ao leitor direcionar ou dar sentido aos resultados relatados (Mittal, 2019). Assim, a primeira parte da discussão apresenta os objetivos do estudo em um contexto geral e os resultados obtidos à luz destes objetivos, logo um desenvolvimento e finalmente uma perspectiva de futuro de outras pesquisas ou mencionar as limitações. Este último ponto pode ser controversa, e pode ser sugerido pelos revisores ou editores, porém, é uma oportunidade para destacar os aspectos para melhorar em futuras pesquisas (Santesteban-Echarri & Núñez-Morales, 2017).

REFERÊNCIAS

Os artigos citados deverão ser fontes diretas que os autores revisaram, isto é, evite realizar citações cujas fontes não podem ser verificadas. Deverá ser, na medida do possível, uma sessão com os documentos mais relevantes para o artigo, se é possível pondere as citações dependendo das que ofereceram maior evidência, estejam atualizadas e serem mais relevantes para o estudo (Mittal, 2019). O uso de gestores de referências (Zotero, Mendeley, EndNote, Refworks, entre outros) desde o início da escrita ajudará a diminuir o tempo investido em mudanças de formato dependendo das revistas.

O ACESSO ABERTO, A PUBLICAÇÃO ABERTA DOS ARTIGOS E A PUBLICAÇÃO DOS DADOS

Logo da escrita do relato segue a publicação, a eleição da revista, o impacto que terá o relato e o processo de avaliação do artigo podem ser tópicos abordados antes ou durante a pesquisa. Neste ponto, o relato de pesquisa não seria completo se não fosse realizada a difusão dos resultados e a interpretação deles. Ainda que o processo de publicação dependa da revista, o modelo utilizado pode ser radicalmente diferente entre publicações da mesma área. Neste sentido, modelos como o de acesso aberto tem sido amplamente difundido atualmente, contribuindo com o desenvolvimento de comunidades, como as da América Latina, que têm apostado pela difusão das suas publicações sob este modelo (Delgado, 2011; Suber, 2015). Alguns pesquisadores sugerem que existe uma correspondência entre o financiamento da pesquisa quase exclusivamente pelos governos de países em desenvolvimento e o modelo de difusão dos resultados em revistas regionais que têm favorecido o modelo de revistas de acesso aberto (Alperin et al., 2014).

Ainda que existam algumas variações do modelo de acesso aberto, a ideia central original é que é possível aceder, ler, baixar, copiar, distribuir

à população sem necessidade de registro, inscrição ou pagamento por parte dos leitores. As principais variações, para fins práticos, têm a ver com o acesso ao conteúdo das revistas e o pagamento pela publicação. Assim, o denominado modelo de acesso aberto dourado (*Gold Open Access*) significa que todos os artigos estejam disponíveis nos portais da internet das revistas e a revista esteja incluída no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), o que significa que todo o conteúdo fica acessível. O modelo de acesso aberto verde (*Green Open Access*) tem uma restrição na versão final do artigo na revista, mas conserva uma versão gratuita e de acesso livre em algum repositório temático ou institucional (por exemplo, ArXiv, BioRxiv, PsyArXiv) as versões do repositório e do artigo final podem diferir devido ao processo de revisão. Este modelo apresenta desafios significativos e promove um modelo de publicação rápida e de discussão posterior à publicação (Herron, 2012). O modelo híbrido (*Hybrid Open Access*) é onde o artigo pode ser de acesso aberto pelo pagamento de uma licença dentro de uma revista de leitura por assinatura. Isto é, adquiriu-se para o artigo uma licença para a sua livre consulta e são os autores, normalmente, quem paga a licença para que o artigo seja de acesso aberto (Costello et al., 2020; Pennington, 2016; Piwowar et al., 2018), isto se conhece como APC (*Article Processing Charge*) e é um valor discricionário das revistas.

O modelo de acesso aberto tem crescido em todos os níveis, não somente nas publicações mas também nos dados e metadados dos artigos (Hutchens, 2013; Piwowar et al., 2018). No caso dos artigos de acesso aberto houve até uma análise sobre a vantagem nas citações que possa representar para os artigos publicados sob este modelo (Bautista-Puig et al., 2020). Contudo, para além da vantagem nas citações, tem sido reportado que em 2013, 50% dos artigos analisados em uma base de dados de centenas de milhares de artigos, eram de acesso aberto sob alguma das suas modalidades (Archambault et al., 2014). É claro que, para as revistas da América Latina, o modelo de acesso aberto tem representado uma democratização do conhecimento e a eliminação da barreira do pagamento pela leitura dos artigos, que tem

sido o modelo tradicional das companhias editoriais internacionais (Aguado-López & Vargas Arbeláez, 2016; Chinchilla-Rodríguez et al., 2012). Junto com o modelo de acesso aberto por parte das revistas, as denominadas redes sociais acadêmicas têm contribuído na difusão dos artigos em revistas de leitura por assinatura ou por pagamento, o que tem gerado um debate em volta ao acesso, a propriedade e a difusão dos resultados, ainda mais quando as pesquisas são financiadas por dinheiro governamental, isto é, dinheiro público.

Uma tendência comum nas revistas de acesso aberto é a solicitação de aceder aos dados da pesquisa. Este pedido obedece a duas motivações principais, a primeira tem a ver com a disponibilidade da informação durante o processo de revisão, que permita aos revisores consultar os dados originais com o fim de dar um *feedback* sobre o processo de coleta, análise e interpretação destes. A segunda motivação tem como propósito fazer o processo de análise e publicação mais transparente. Ao poder consultar os dados das pesquisas, não somente os revisores, mas também os leitores e pesquisadores poderiam responder a diferentes questões das relatadas ou inclusive gerar novas pesquisas em estudos com grande volume de dados, como no caso da genética e dos bancos de dados (Baker, 2012). Finalmente, um movimento de replicação de pesquisas em psicologia tem aumentado nos últimos anos, dada a ideia de contraste e replicação que subjaz na ciência se vê favorecida pela publicação dos dados das pesquisas, assim como de todos os elementos dos artigos que podem ser replicados¹⁰ (Drummond, 2009; Frank & Saxe, 2012; *Open Science Collaboration*, 2015; Yong, 2012).

Na psicologia, existem repositórios que facilitam o depósito de dados de uma pesquisa (por exemplo, *Figshare*¹¹; *Open Science Framework*¹²; *Psych FileDrawer*¹³) alguns destes repositórios estão associados com a

10 <https://www.psychologicalscience.org/publications/replication>

11 www.figshare.com

12 <https://osf.io>

13 <http://www.psychfiledrawer.org/blog/>

geração de réplicas de pesquisas (*Open Science Collaboration*, 2012). Existem outros modelos de publicação de dados de pesquisa, no caso do *Journal of Open Psychological Data*¹⁴, *GigaScience*¹⁵ ou *Data in Brief*¹⁶, ou inclusive revistas de acesso aberto que promovem a publicação unicamente dos dados de pesquisa, a finalidade destas revistas é de apresentar a análise dos dados sob métodos alternativos ou com questões de diferentes pesquisas (Boulton, 2012; Cumming, 2014; Ioannidis, 2012). É importante determinar cuidadosamente os passos requeridos para a publicação dos dados, já que em pesquisas psicológicas podem existir dados sensíveis e que haveria repercussões éticas, recomenda-se seguir alguns guias para a publicação destes dados¹⁷, dependendo do repositório.

Por outro lado, os registros de estudos de réplicas têm sido cada vez mais frequentes (Acevedo-Triana et al., 2014; Koole & Lakens, 2012) e têm respondido à necessidade de aumentar a confiabilidade dos relatos de pesquisa em diferentes populações e lugares. Os repositórios, como *PsychFile Drawer*, permitem publicar estudos de replicação através da sinalização de aspectos como o número de participantes excluídos da pesquisa; as condições do estudo não reportadas; avaliações que não foram levadas em consideração e a determinação do tamanho do efeito (LeBel et al., 2013). Nesta mesma direção, a iniciativa do *Open Reproducibility Project* (no site *Open Science Framework*) tem por objetivo melhorar o relato de replicações de estudos específicos por parte de pesquisadores voluntários que previamente realizem o registro para a realização da replicação. Uma das principais vantagens destas iniciativas é a discussão prévia da história do estudo, onde é possível examinar o desenho e o protocolo estruturado, recuperação de replicações de outros grupos de pesquisa e acesso aos dados

14 <https://openpsychologydata.metajnl.com>

15 <https://academic.oup.com/gigascience>

16 <https://www.journals.elsevier.com/data-in-brief>

17 <https://www.nature.com/sdata/policies/repositories#social>

brutos dos estudos (*Open Science Collaboration*, 2012). Mecanismos como os anteriores marcam uma mudança no processo de revisão e de publicação dos resultados nos últimos 10 anos. Estas mudanças vão dirigidas a modificar a natureza, a relação, o objetivo e a concepção da publicação, sugerindo que o processo de revisão por pares tradicional se torne um modelo aberto de intercâmbio de *feedbacks*. Não está demais mencionar que o interesse e a aposta por estes tipos de modelos podem significar um interesse na busca efetiva de alternativas que permitam melhorar alguns dos vazios do processo tradicional.

O FUTURO DA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS.

Tradicionalmente, as revistas publicam sob o modelo de revisão por pares, que consiste em que pares *experts*, pelo menos dois, avaliem objetivamente o trabalho submetido à publicação. Sob este modelo tenta-se controlar os vieses das pesquisas e assim, permitir o avanço da ciência e melhorar a prática das comunidades científicas (Bornmann & Marx, 2013; Park et al., 2014; Spier, 2002). Ainda que tenha sido o modelo padrão de avaliação de artigos, tem se encontrado que o processo de revisão pode ser influenciado por fatores adicionais ao trabalho avaliado, mas a utilização de listas ou formatos de avaliação podem diminuir erros durante a avaliação subjetiva (Herron, 2012; Kovanis et al., 2017; Park et al., 2014). A padronização da coleta e da publicação de dados pode melhorar e facilitar substancialmente o processo de publicação de artigos (Perrino et al., 2013).

O processo de revisão por pares não é o único mecanismo utilizado pelas revistas para a avaliação de manuscritos submetidos para publicação. Atualmente, um método alternativo à revisão por pares é a revisão denominada pós-publicação. Este modelo é adotado por revistas como *F1000 Research*¹⁸, atualmente *eLife*¹⁹, onde se propõem uma

18 <http://f1000research.com/about>

19 <https://reviewer.elifesciences.org/author-guide/editorial-process>

publicação rápida do texto (versão *preprint*). Posterior a uma revisão inicial, dá-se início ao processo de revisão aberta e ao de retroalimentação; todas as modificações são registradas e é possível seguir os processos de mudança e de discussão entre autores/revisores. Os repositórios de *preprints* contêm as versões prévias e as atualizadas. Atualmente, este mecanismo de múltiplas versões de um mesmo texto é possível devido à flexibilidade do processo de edição. Esta é uma das vantagens das publicações em um formato eletrônico. Parte destes mecanismos alternativos estão demarcados numa concepção diferente de produção, distribuição e utilização do conhecimento, que tem seus defensores e contraditores, provavelmente mediados por interesses econômicos ou de controle e propriedade da produção (Van Noorden, 2012a, 2012b, 2013). Ao realizar um processo de edição e publicação mais transparente, é possível eliminar os vieses que se tem durante o processo de avaliação e que favorece aos pesquisadores e instituições de renome (Stern & O'shea, 2019).

REFERÊNCIAS

- Acevedo-Triana, C. A., López-López, W., & Cardenas, F. P. (2014). Recomendaciones en el diseño, la ejecución y la publicación de investigaciones en Psicología y ciencias del comportamiento. *Revista Costarricense de Psicología*, 33(2), 155–177.
- Adair, J. G., Dushenko, T. W., & Lindsay, R. C. L. (1985). Ethical regulations and their impact on research practice. *The American Psychologist*, 40(1), 59–72. <https://doi.org/10.1037//0003-066x.40.1.59>
- Aguado-López, E., & Vargas Arbeláez, E. J. (2016). Reapropiación del conocimiento y descolonización: el acceso abierto como proceso de acción política del sur. *Revista Colombiana de Sociología*; Vol. 39, Núm. 2 (2016): *¿Cuál Ciencia y Tecnología Para Ensamblar Qué Sociedad?* <https://doi.org/10.15446/rcs.v39n2.58966>
- Al-Adawi, S., Ali, B. H., & Al-Zakwani, I. (2016). Research Misconduct: The Peril of Publish or Perish. *Oman Medical Journal*, 31(1), 5–11. <https://doi.org/10.5001/omj.2016.02>
- Alperin, J. P., Parker, A. L., Aguado-López, E., Becerril García, A., Babini, D., Archuby, G., Carrizo, V., García, D. A., Higa, S., & Spano, D. (2014). *Indicadores de acceso abierto y*

- comunicaciones académicas en América Latina* (J. P. Alperin, D. Babini, & G. Fischman (eds.); First). CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- American Mathematical Society. (2004). *The Culture of Research and Scholarship in Mathematics: Joint Research and Its Publication*. www.ams.org
- American Psychological Association, A. (2019). Publication Manual. In *Publication Manual* (Seventh Ed). American Psychological Association.
- Archambault, É., Amyot, D., Deschamps, P., Nicol, A., Provencher, F., Rebout, L., & Roberge, G. (2014). Proportion of Open Access Papers Published in Peer-Reviewed Journals at the European and World Levels—1996–2013. In *European Commission*. https://science-matrix.com/sites/default/files/science-matrix/publications/d_1.8_sm_ec_dg-rtd_proportion_oa_1996-2013_v11p.pdf
- Ayodele, F. O., Yao, L., & Haron, H. (2019). Promoting Ethics and Integrity in Management Academic Research: Retraction Initiative. *Science and Engineering Ethics*, 25(2), 357–382. <https://doi.org/10.1007/s11948-017-9941-z>
- Baker, M. (2012). Gene data to hit milestone. *Nature*, 487, 282–283.
- Bautista-Puig, N., Lopez-Illescas, C., de Moya-Anegón, F., Guerrero-Bote, V., Moed, H. F., Moya-Anegón, F. de, Guerrero-Bote, V., & Moed, H. F. (2020). Do journals flipping to gold open access show an OA citation or publication advantage? *Scientometrics*, 124(3), 2551–2575. <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03546-x>
- Belwalkar, B., & Toaddy, S. (2014). *Authorship tie-breaker scorecard*. Washington, DC: American Psychological Association. <https://www.apa.org/science/leadership/students/authorship-determination-scorecard.pdf>
- Blanca, M. J., Alarcón, R., Arnau, J., Bono, R., & Bendayan, R. (2017). Non-normal data: Is ANOVA still a valid option? *Psicothema*, 29(4), 552–557. <https://doi.org/10.7334/psicothema2016.383>
- Bornmann, L., & Marx, W. (2013). How good is research really? Measuring the citation impact of publications with percentiles increases correct assessments and fair comparisons. *EMBO Reports*, 14(3), 226–230. <https://doi.org/10.1038/embor.2013.9>
- Boulton, G. (2012). Open your minds and share your results. *Nature*, 486(7404), 441. <https://doi.org/10.1038/486441a>
- Burrows, S., & Moore, M. (2011). Trends in Authorship Order in Biomedical Research Publications. *Journal of Electronic Resources in Medical Libraries*, 8(2), 155–168. <https://doi.org/10.1080/15424065.2011.576613>

- Cals, J. W. L., & Kotz, D. (2013a). Effective writing and publishing scientific papers, part II: Title and abstract. *Journal of Clinical Epidemiology*, 66(6), 585. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2013.01.005>
- Cals, J. W. L., & Kotz, D. (2013b). Effective writing and publishing scientific papers, part III: Introduction. *Journal of Clinical Epidemiology*, 66(7), 702. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2013.01.004>
- Chamorro, A. . (2021). ¿Quién es autor? Las autorías múltiples, criterios y lineamientos. *Revista Española De Documentación Científica*, 44(2), e290. <https://doi.org/10.3989/redc.2021.2.1758>
- Chinchilla-Rodríguez, Z., Miguel, S., & Moya-Anegón, F. de. (2012). Influencia del acceso abierto en las revistas de América Latina en el contexto internacional de la ciencia. *E-Colabora. Revista de Ciencia, Educación, Innovación y Cultura Apoyadas Por Redes de Tecnología Avanzada*, 2(4), 28–48.
- Costello, E., Farrelly, T., & Murphy, T. (2020). Open and shut: Open access in hybrid educational technology journals 2010-2017. *International Review of Research in Open and Distance Learning*, 21(1), 113–134. <https://doi.org/10.19173/IRRODL.V20I5.4383>
- Cumming, G. (2014). The new statistics: why and how. *Psychological Science*, 25(1), 7–29. <https://doi.org/10.1177/0956797613504966>
- Dahlstrom, M. F. (2021). The narrative truth about scientific misinformation. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 118(15). <https://doi.org/10.1073/pnas.1914085117>
- Dance, A. (2012). Who's on first? *Nature*, 489, 591–593.
- Delgado, J. E. (2011). Papel del acceso abierto en el surgimiento y consolidación de las revistas arbitradas en América Latina y el Caribe. *Educación Superior y Sociedad*, 16(2).
- DeTora, L. M., Carey, M. A., Toroser, D., & Baum, E. Z. (2019). Ghostwriting in biomedicine: a review of the published literature. *Current Medical Research and Opinion*, 35(9), 1643–1651. <https://doi.org/10.1080/03007995.2019.1608101>
- Drummond, D. C. (2009). Replicability is not reproducibility: Nor is it good science. *Proceedings of the Evaluation Methods for Machine Learning Workshop 26th International Conference for Machine Learning, 2005*, 1–4.
- Editorial. (2013). Should scientists tell stories? *Nature Methods*, 10(11), 2013.

- Faul, F., Erdfelder, E., Buchner, A., & Lang, A.-G. (2009). Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyse. *Behavior Research Methods*, 41(4), 1149–1160. <https://doi.org/10.3758/BRM.41.4.1149>
- Flanagin, A., Fontanarosa, P. B., & DeAngelis, C. D. (2002). Authorship for research groups. *Journal of the American Medical Association*, 288(24), 3166–3168. <https://doi.org/10.1001/jama.288.24.3166>
- Fontanarosa, P., Bauchner, H., & Flanagin, A. (2017). Authorship and Team Science. *JAMA*, 318(24), 2433–2437. <https://doi.org/10.1001/jama.2017.19341>
- Frank, M. C., & Saxe, R. (2012). Teaching Replication. *Perspectives on Psychological Science*, 7(6), 600–604. <https://doi.org/10.1177/1745691612460686>
- Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P., & Trow, M. (2004). *The New Production of Knowledge: The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*. SAGE Publications.
- González, S. H., & Acosta, J. H. C. (2013). Programas informáticos de uso libre y su aplicación en la enseñanza de la estadística. *Revista Investigación Operacional*, 34(2), 166–174.
- Head, M. L., Holman, L., Lanfear, R., Kahn, A. T., & Jennions, M. D. (2015). The Extent and Consequences of P-Hacking in Science. *PLOS Biology*, 13(3), e1002106. <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1002106>
- Herron, D. M. (2012). Is expert peer review obsolete? A model suggests that post-publication reader review may exceed the accuracy of traditional peer review. *Surgical Endoscopy*, 26(8), 2275–2280. <https://doi.org/10.1007/s00464-012-2171-1>
- Ho, J., Tumkaya, T., Aryal, S., Choi, H., & Claridge-Chang, A. (2019). Moving beyond P values: data analysis with estimation graphics. *Nature Methods*, 16(7), 565–566. <https://doi.org/10.1038/s41592-019-0470-3>
- Hong, S. T. (2014). Ten tips for authors of scientific articles. *Journal of Korean Medical Science*, 29(8), 1035–1037. <https://doi.org/10.3346/jkms.2014.29.8.1035>
- Hutchens, C. (2013). Open access metadata: Current practices and proposed solutions. *Learned Publishing*, 26(3), 159–165. <https://doi.org/10.1087/20130302>
- Ioannidis, J. P. A. (2012). Why Science Is Not Necessarily Self-Correcting. *Perspectives on Psychological Science*, 7(6), 645–654. <https://doi.org/10.1177/1745691612464056>

- Kallestinova, E. D. (2011). How to write your first research paper. *Yale Journal of Biology and Medicine*, 84(3), 181–190.
- Katz, Y. (2013). Against storytelling of scientific results. *Nature Methods*, 10(11), 1045. <https://doi.org/10.1038/nmeth.2699>
- Koole, S. L., & Lakens, D. (2012). Rewarding Replications: A Sure and Simple Way to Improve Psychological Science. *Perspectives on Psychological Science*, 7(6), 608–614. <https://doi.org/10.1177/1745691612462586>
- Kovanis, M., Trinquart, L., Ravaud, P., & Porcher, R. (2017). Evaluating alternative systems of peer review: a large-scale agent-based modelling approach to scientific publication. *Scientometrics*, 113(1), 651–671. <https://doi.org/10.1007/s11192-017-2375-1>
- Krzywinski, M., & Altman, N. (2013). Points of significance: Power and sample size. *Nature Methods*, 10(12), 1139–1140. <https://doi.org/10.1038/nmeth.2738>
- LeBel, E. P., Borsboom, D., Giner-Sorolla, R., Hasselman, F., Peters, K. R., Ratliff, K. a., & Smith, C. T. (2013). PsychDisclosure.org: Grassroots Support for Reforming Reporting Standards in Psychology. *Perspectives on Psychological Science*, 8(4), 424–432. <https://doi.org/10.1177/1745691613491437>
- López-López, W. (2019). Ecosistema del conocimiento en América Latina: El acceso abierto, métricas, paradojas y contradicciones. *Universitas Psychologica*, 18(4), 1–3. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy18-4.ecal>
- López-López, W. (2020). La Coalición S y el Plan S: Implicaciones para los ecosistemas de conocimiento en América Latina. *Universitas Psychologica*, 19, 1–4. <https://doi.org/10.11144/javeriana.upsy19.cspss>
- López-López, W. & Rooryck, J. (2021). La cOAlición S en el contexto del ecosistema de conocimiento científico de América Latina: Asimetrías e implicaciones. En E., Principe & S. M., Rode (Orgs.). *Comunicação científica aberta*. Rio de Janeiro: PPGCI Ibict/UFRJ
- Martinez-Conde, S., Alexander, R. G., Blum, D., Britton, N., Lipska, B. K., Quirk, G. J., Swiss, J. I., Willems, R. M., & Macknik, S. L. (2019). The storytelling brain: How neuroscience stories help bridge the gap between research and society. *Journal of Neuroscience*, 39(42), 8285–8290. <https://doi.org/10.1523/JNEUROSCI.1180-19.2019>
- Mittal, K. (2019). How to write better medical paper. In *Journal of Pediatric Critical Care* (Vol. 6, Issue 4). <https://doi.org/10.21304/2019.0604.00525>

- Moser, A., & Korstjens, I. (2018). Series: Practical guidance to qualitative research. Part 3: Sampling, data collection and analysis. *European Journal of General Practice*, 24(1), 9–18. <https://doi.org/10.1080/13814788.2017.1375091>
- Neill, U. S. (2008). Publish or perish , but at what cost ? Find the latest version : Publish or perish , but at what cost ? *The Journal of Clinical Investigation*, 118(7), 1–2.
- Open Science Collaboration. (2012). An Open, Large-Scale, Collaborative Effort to Estimate the Reproducibility of Psychological Science. *Perspectives on Psychological Science*, 7(6), 657–660. <https://doi.org/10.1177/1745691612462588>
- Open Science Collaboration. (2015). Estimating the reproducibility of psychological science. *Science*, 349(6251), 4716–1–4716–4718. <https://doi.org/10.1126/science.aac4716>
- Park, I.-U., Peacey, M. W., Munafò, M. R., & Munafo, M. R. (2014). Modelling the effects of subjective and objective decision making in scientific peer review. *Nature*, 506(7486), 93–96. <https://doi.org/10.1038/nature12786>
- Pennington, B. (2016). Where Is That? The Challenges of Including Hybrid Journal Articles in the Library Research Process. *Serials Review*, 42(4), 306–310. <https://doi.org/10.1080/00987913.2016.1243035>
- Perrino, T., Howe, G., Sperling, A., Beardslee, W., Sandler, I., Shern, D., Pantin, H., Kaupert, S., Cano, N., Cruden, G., Bandiera, F., & Brown, C. H. (2013). Advancing Science Through Collaborative Data Sharing and Synthesis: NIMH Collaborative Data Synthesis for Adolescent Depression Trials Study Team including: *Perspectives on Psychological Science*, 8(4), 433–444. <https://doi.org/10.1177/1745691613491579>
- Piwowar, H., Priem, J., Larivière, V., Alperin, J. P., Matthias, L., Norlander, B., Farley, A., West, J., & Haustein, S. (2018). The state of OA: a large-scale analysis of the prevalence and impact of Open Access articles. *PeerJ*, 6, e4375. <https://doi.org/10.7717/peerj.4375>
- Santesteban-Echarri, O., & Núñez-Morales, N. I. (2017). How to write a scientific article for the first time. *Psiquiatria Biologica*, 24(1), 3–9. <https://doi.org/10.1016/j.psiq.2017.01.004>
- Silvia, P. J. (2007). *How to write a lot* (1st ed.). American Psychological Association.
- Silvia, P. J. (2015). *Write it up*. American Psychiatric Association.
- Simonsohn, U., Nelson, L. D., & Simmons, J. P. (2014). p-Curve and Effect Size: Correcting for Publication Bias Using Only Significant Results. *Perspectives on Psychological Science*, 9(6), 666–681. <https://doi.org/10.1177/1745691614553988>

- Spier, R. (2002). The history of the peer-review process. *Trends in Biotechnology*, 20(8), 357–358. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12127284>
- Stern, B. M., & O'shea, E. K. (2019). A proposal for the future of scientific publishing in the life sciences. *PLoS Biology*, 17(2), 1–10. <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.3000116>
- Suber, P. (2015). *Acceso Abierto*. Universidad Autónoma del Estado de México. <http://ri.uaemex.mx/handle/123456789/21710>
- Sun, T.-T. (2020). Active versus passive reading: how to read scientific papers? *National Science Review*, 7(9), 1422–1427. <https://doi.org/10.1093/nsr/nwaa129>
- Thelwall, M. (2018). Large publishing consortia produce higher citation impact research but co-author contributions are hard to evaluate. *Arxiv*, 1–15.
- Trafimow, D., Amrhein, V., Areshenkoff, C. N., Barrera-Causil, C. J., Beh, E. J., Bilgiç, Y. K., Bono, R., Bradley, M. T., Briggs, W. M., Cepeda-Freyre, H. A., Chaigneau, S. E., Ciocca, D. R., Correa, J. C., Cousineau, D., de Boer, M. R., Dhar, S. S., Dolgov, I., Gómez-Benito, J., Grendar, M., ... Marmolejo-Ramos, F. (2018). Manipulating the alpha level cannot cure significance testing. *Frontiers in Psychology*, 9(MAY), 1–7. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.00699>
- Vallés, A. (2005). Comprensión lectora y procesos psicológicos. *Liberabit*, 11, 49–61.
- Van Noorden, R. (2012a). Journal offers flat fee for “all you can publish.” *Nature*, 486, 166.
- Van Noorden, R. (2012b). Europe joins UK open-access bid. *Nature*, 487(7407), 285. <https://doi.org/10.1038/487285a>
- Van Noorden, R. (2013). PLOS profits prompt revamp Budget crunch hits Keeling 's curves. *Nature*, 503, 320–321.
- Watson, J. D., & Crick, F. H. C. (1953). Molecular' structure of nucleic acids. *Nature*, 171(4356), 737–738.
- West, R., Marsden, J., Humphreys, K., & Darke, S. (2018). A revised checklist for writing up research reports. *Addiction*, 113(9), 1567–1570. <https://doi.org/10.1111/add.14269>
- Winston, R. B. (1985). A Suggested Procedure for Determining Order of Authorship In Research Publications. *Journal of Counseling & Development*, 63(8), 515–518. <https://doi.org/10.1002/j.1556-6676.1985.tb02749.x>
- Yong, E. (2012). Replication studies: Bad copy. *Nature*, 485(7398), 298–300. <https://doi.org/10.1038/485298a>

CAPÍTULO 5

ARTIGOS ORIGINAIS QUE RELATAM ESTUDOS DE CASO

AMANDA SCHÖFFEL SEHN
BEATRIZ SCHMIDT
RITA DE CASSIA SOBREIRA LOPES
CESAR AUGUSTO PICCININI

O estudo de caso tem sido muito utilizado como estratégia de pesquisa, e podemos facilmente encontrar referência a ele no nosso cotidiano, quando mencionamos determinado evento ou situação ou quando contamos uma história sobre alguém. Inclusive, é muito provável que você já tenha tido contato com o estudo de caso em sala de aula, por exemplo, como material para ilustrar a prática profissional e auxiliar na compreensão de um dado fenômeno. Por isso, talvez você esteja se perguntando o que diferencia esse entendimento encontrado no dia a dia de muitas atividades acadêmicas e profissionais daquele sustentado nos estudos científicos. Essas questões serão abordadas a seguir, uma vez que o objetivo deste capítulo é apresentar algumas reflexões sobre o estudo de caso e como redigir um artigo científico derivado de pesquisa em psicologia com base nessa abordagem.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

O estudo de caso se refere a um delineamento de pesquisa utilizado em diferentes áreas, como por exemplo: psicologia, medicina,

educação, sociologia etc. (Fraser & Mays, 2020; Stake, 2013; Yin, 2015). Também pode ser considerado uma estratégia para auxiliar na compreensão de uma instituição, um único indivíduo ou um grupo (Fraser & Mays, 2020; Schwandt & Gates, 2017; Simons, 2014; Stake, 2013; Yin, 2015), com o objetivo de aprofundar o entendimento acerca de um fenômeno complexo, considerando o contexto de forma holística (*American Psychological Association* [APA], 2020; Simons, 2014; Yin, 2015).

Apesar das múltiplas definições sobre estudo de caso, há consenso quanto ao entendimento de que se trata da investigação em profundidade acerca de um ou mais casos, bem como de determinado fenômeno (Schwandt & Gates, 2017; Simons, 2014; Stake, 2013; Yin, 2015). Nesse sentido, cabe destacar que o estudo de caso é uma modalidade da pesquisa qualitativa ainda pouco explorada nas Ciências Humanas, tendo como principais proponentes Stake e Yin, além das contribuições mais recentes de outros autores (Baškarada, 2014; Creswell & Poth, 2018; Fraser & Mays, 2020; Schwandt & Gates, 2017; Simons, 2014). Por outro lado, é uma abordagem que está presente há muito tempo em várias áreas do conhecimento, como na Psiquiatria e nos estudos em Psicanálise (ex.: estudos sobre histeria - Anna O.) e Neurociência (ex.: caso H. M. e caso Phineas Gage) (D'Allonnes et al., 2004; Yin, 2015).

Não há unanimidade acerca da definição de “caso” neste tipo de estudo (Simons, 2014; Stake, 2013; Yin, 2012), pois pode envolver um ou múltiplos atores, bem como pode estar situado no nível micro, que envolve pessoas e relações interpessoais, no meso, que se refere a instituições, ou até mesmo no macro, que contempla sociedades e democracias (Schwandt & Gates, 2017). Uma diretriz para contribuir na definição do caso é o pesquisador se fazer algumas questões, tais como “sobre o que é esse caso?” ou “o que é possível fazer a partir dele?”. Ao formular as respostas para essas perguntas, com base na teoria e no estado da arte, já se tem, por si só, a direção da pesquisa, na medida em que elas auxiliam na definição do objeto de estudo (Schwandt & Gates, 2017). Apesar da ausência de consenso diante da definição do que é ou não um caso, tal discussão é importante para

se conduzir esse delineamento de pesquisa (Creswell & Poth, 2018; Stake, 2013; Yin, 2015).

A definição do estudo de caso também se dá pela singularidade do caso e dos seus limites enquanto objeto de estudo (Creswell & Poth, 2018; Simons, 2014; Yin, 2015). Esse tipo de delineamento permite ao pesquisador acessar de forma direta o fenômeno de interesse e o seu contexto, cuja delimitação no mundo real, por vezes, não é evidente (Baškarada, 2014; Yin, 2015). Assim, um estudo de caso, enquanto estratégia de pesquisa, precisa produzir novas evidências em profundidade sobre um determinado fenômeno, as quais sejam públicas e com possibilidade de exame minucioso (Simons, 2014; Yin, 2015).

Para Yin (2015), o estudo de caso pode ser exploratório, descritivo ou explicativo, a depender da questão de pesquisa, do acesso e controle do pesquisador sobre os eventos comportamentais e da ênfase a eventos históricos ou contemporâneos. De forma semelhante, Schwandt e Gates (2017) propõem quatro finalidades do estudo de caso como delineamento, a saber: a) descrição de um fenômeno, b) formulação de hipóteses e desenvolvimento de teoria, c) testagem de hipóteses e teoria, e d) desenvolvimento de teoria normativa.

A primeira se refere ao estudo de caso descritivo, que tem como característica o entendimento holístico e o caráter interpretativo (Schwandt & Gates, 2017; Yin, 2015). Ademais, visa apresentar de forma detalhada um fenômeno ou, até mesmo, dar voz a populações marginalizadas, excluídas ou vulneráveis. Os principais instrumentos para coletar dados nessa perspectiva são a observação participante, a revisão de documentos e as entrevistas em profundidade, que buscam compreender a experiência do sujeito, de um grupo e/ou instituições (Creswell & Poth, 2018). Nessa direção, o caso tende, em geral, a ser escolhido por ser único e/ou por retratar uma situação típica, não tendo sido estudado anteriormente (Stake, 2013).

O estudo de caso também pode ter como finalidade formular hipóteses sobre um fenômeno ou sobre o desenvolvimento de uma teoria (Schwandt & Gates, 2017), sendo nomeado como um delineamento

exploratório (Yin, 2015). A escolha dos casos está relacionada às proposições teóricas do estudo, por isso, casos extremos, que apresentem especificidades diante de determinada circunstância, possuem grande valor para o desenvolvimento teórico (Schwandt & Gates, 2017; Yin, 2015). Em geral, quando o estudo de caso é conduzido com um propósito exploratório, sua finalidade é servir como uma etapa inicial para um estudo posterior (Yin, 2015).

Outra finalidade se relaciona ao teste de hipóteses e de teoria, na medida em que o estudo de caso pode acessar diferentes instâncias de um mesmo fenômeno e contribuir para a formulação teórica, assumindo um caráter explicativo (Schwandt & Gates, 2017; Yin, 2015). Ao fazer essa escolha metodológica, o pesquisador está interessado principalmente em perguntas do tipo “como” e “por quê?”, que pretendem ser mais explicativas (Yin, 2015). Isto é, busca compreender os mecanismos subjacentes a um dado fenômeno que possam identificar a relação entre uma causa e um possível efeito. A partir disso, a coleta de dados produz evidências que podem oferecer explicações alternativas, que serão ou não teoricamente sustentadas. Também possibilita identificar semelhanças e diferenças entre casos, por meio de análise cruzada (Stake, 2013; Yin, 2015).

Uma quarta utilização para o estudo de caso, menos usual na psicologia, consiste nas contribuições para a teoria normativa, que visa avaliar, ao invés de explicar, um determinado fenômeno a partir de normas, ideais e valores como certo ou errado, justo ou injusto (Schwandt & Gates, 2017). Essa modalidade costuma ser utilizada nas Ciências Sociais, em que os pesquisadores empregam um processo analítico e reflexivo, que combina questões éticas e bioéticas, numa tentativa de criticar, esclarecer e aperfeiçoar as visões existentes sobre ideais normativos.

Além das diferentes finalidades relativas à proposição do estudo de caso, a abordagem ao caso pode ser qualitativa, quantitativa ou de métodos mistos (APA, 2020; Levitt et al., 2018), conforme a questão de pesquisa e os tipos de informações necessárias para compreender

o fenômeno em profundidade (Fraser & Mays, 2020; Simons, 2014). Neste capítulo será enfatizada a discussão sobre artigos originais que relatam estudos de caso a partir de métodos qualitativos, uma vez que tende a ser a escolha mais recorrente nos estudos em psicologia (Simons, 2014; Stake, 2013).

Ainda, a abordagem qualitativa do estudo de caso compartilha dos princípios da pesquisa qualitativa, tendo como foco o estudo em profundidade de um fenômeno singular, no intento de acessar formas subjetivas de conhecimento, da ordem da experiência (APA, 2020; Denzin & Lincoln, 2017; Levitt et al., 2018; Simons, 2014; Stake, 2013). Por entender que a realidade social é uma criação humana, a abordagem qualitativa compreende a natureza do problema por meio da interpretação de crenças e práticas de sujeitos, grupos ou instituições, desde o seu contexto (Baškarada, 2014; Denzin & Lincoln, 2017; Levitt et al., 2018). Na psicologia, em particular, a escolha pelo estudo de caso pode contribuir para a investigação em profundidade de sentimentos e experiências, isto é, de aspectos subjetivos da condição humana que dificilmente são acessados por outras abordagens metodológicas (D'Allonnes et al., 2004).

A coleta de dados em um estudo de caso em psicologia envolve muitos aspectos e variáveis que, em geral, conforme Yin (2012) contemplam três condições. A primeira se refere à possibilidade de reunir informações ao longo de um período, que pode se apresentar como objetivo do próprio estudo do caso ou pode aparecer de forma implícita ao longo da coleta de dados. A segunda condição se refere à investigação em profundidade, de modo a acessar diferentes aspectos concernentes a um mesmo fenômeno. E, por fim, Yin destaca o acesso a informações externas ao caso, uma vez que os limites entre o caso e seu contexto, muitas vezes, não são bem definidos.

Em síntese, entre os autores de uma mesma área e especialmente entre as áreas de conhecimento das Ciências Humanas (ex. Psicologia, Educação, Antropologia, Sociologia) há diversos modos de propor, conduzir, analisar e relatar um estudo de caso. Embora não haja consenso,

é importante que o leitor possa conhecer as divergências entre os teóricos e assumir o entendimento que mais se enquadra à sua proposta de estudo. Mesmo assim, é possível destacar algumas diretrizes gerais que serão apontadas a seguir, particularmente para estudos de caso na área da psicologia. Anteriormente, porém, é preciso compreender os diferentes tipos de estudo de caso, visto que há uma variedade de escolhas possíveis.

TIPOS DE ESTUDO DE CASO

Há diferentes tipos de estudo de caso, que podem ser conduzidos de acordo com o fenômeno a ser investigado e os objetivos da pesquisa (APA, 2020; Baškarada, 2014; Simons 2014, Stake, 2013; Yin, 2012). Stake diferencia entre estudo de caso intrínseco, estudo de caso instrumental e estudo de caso múltiplo. O primeiro costuma ser utilizado quando o próprio caso é de interesse do pesquisador, por trazer uma contribuição importante sobre determinado fenômeno. Um exemplo pode ser o clássico caso de Phineas Gage, que teve o crânio atravessado por uma barra de metal num acidente de trabalho (Macmillan, 1996). Após a lesão, Gage apresentou significativas mudanças no seu comportamento, levando os pesquisadores a importantes descobertas no campo da Neurociência.

Já o estudo de caso instrumental permite aprender para além daquilo que se coloca como óbvio ao observador (Baškarada, 2014; Stake, 2013). Dito de outro modo, para Stake, o estudo de caso instrumental visa a compreensão acerca de determinado fenômeno ou teoria, sendo que o interesse pelo caso em si é secundário. Como exemplo, Palazzi et al. (2020) investigaram, a partir de um único caso, as contribuições de uma intervenção de musicoterapia para a interação mãe-bebê prematuro, considerando a sincronia da díade durante e após a internação na UTI Neonatal. Neste estudo, o interesse maior é em relação às contribuições de uma intervenção para a sincronia

da díade mãe-bebê durante a interação, de modo que o caso é usado de forma secundária para ilustrar esse fenômeno, conforme descreve Stake na caracterização do estudo de caso instrumental.

Por fim, o estudo de caso múltiplo tende a ser uma das escolhas mais frequentes na pesquisa qualitativa e sua ênfase está no fenômeno em si e não em um caso específico (Stake, 2013). Portanto, pode-se afirmar que o estudo de caso múltiplo é uma extensão do instrumental, contemplando um número maior de casos (Baškarada, 2014; Simons, 2014; Stake, 2013). Nesta modalidade, um grupo de casos é acessado, o que coloca em discussão qual seria o número ideal de casos a compor o estudo (Creswell & Poth, 2018). Não há unanimidade na resposta a esta questão (Baškarada, 2014; Creswell & Poth, 2018), mas Stake sugere que entre dois e três casos tende a apresentar baixa interatividade dos aspectos concernentes ao fenômeno investigado; já entre 15 e 30 casos o número de interações pode ser maior do que se pode compreender. Assim, o número ideal estaria entre quatro e dez casos, apesar de haver estudos que utilizam esse delineamento com um tamanho de amostra menor ou maior (Stake, 2013). Estudo conduzido por Gadoni-Costa et al. (2015) ilustra o estudo de caso múltiplo, de modo que as autoras acessaram quatro famílias, cujo filho estava em situação de guarda-compartilhada. Cada caso era composto pelo pai e pela mãe da criança, com tempos de relacionamento e de divórcio diferentes, trazendo uma variedade de situações ao estudo, conforme preconiza Stake.

De forma semelhante, Yin (2012) aponta a distinção entre estudo de caso único e estudo de caso múltiplo, em que o primeiro se distingue por fazer menção a um caso raro ou crítico, que pode trazer importantes contribuições para determinado problema de pesquisa; enquanto o segundo se refere a uma amostra composta por diversos casos representativos de um dado fenômeno. O estudo de caso múltiplo tende a ser mais difícil de ser implementado em comparação ao estudo de caso único, devido aos inúmeros aspectos que atravessam os diferentes casos (Creswell & Poth, 2018; Yin, 2015). Ainda, para Yin (2012), esse tipo de estudo se utiliza da lógica da replicação, em que o

pesquisador reproduz os mesmos procedimentos para cada caso que fará parte do estudo. Entretanto, a ênfase na replicação não é unanimidade entre os autores, uma vez que Stake (2013), por exemplo, foca no estudo de semelhanças e diferenças entre casos.

Essas informações e a caracterização do que constitui um estudo de caso são os passos iniciais para os leitores considerarem a elaboração de um artigo que relata estudo de caso. Nesse sentido, é preciso ter uma questão de pesquisa e uma teoria de base, que vão orientar o planejamento e a condução do estudo.

COMO FAZER UM ESTUDO DE CASO?

A partir do exposto, pretende-se compartilhar a seguir algumas diretrizes que podem facilitar a realização de um estudo de caso. Conforme sugere Simons (2014), o primeiro aspecto a ser considerado diz respeito à concepção do estudo, que precisa ser desenhado de modo que o fenômeno seja acessível e viável de ser investigado. Evitar temas muito amplos, por exemplo, é uma dica importante para esse momento de planejamento, o qual é fundamental para o bom andamento do estudo (Baškarada, 2014; Creswell & Poth, 2018). Além de definir a teoria de base que sustentará sua pesquisa, também sugere-se realizar uma revisão cuidadosa da literatura, particularmente de outros estudos de casos, a fim de sumarizar as produções já existentes, assim como as lacunas destacadas acerca da temática. Isso permitirá que o pesquisador se familiarize com questões teóricas e metodológicas acerca do seu objeto de estudo (Baškarada, 2014; Yin, 2015). A revisão da literatura também permitirá que você seja mais assertivo ao acessar o fenômeno de interesse, evitando posteriormente a coleta de dados desnecessários (Hancock & Algozzine, 2006; Simons, 2014).

Em seguida, é preciso identificar o objeto de estudo. Dito de outro modo, o pesquisador pode formular a seguinte pergunta: “quem é ou quem compõe o caso do meu estudo?” (Simons, 2014; Stake, 2013;

Yin, 2015). Ao respondê-la você estará definindo se conduzirá um estudo de caso único ou um estudo de casos múltiplos, por exemplo. Lembrando que um caso pode ser um sujeito, um grupo de pessoas ou até mesmo uma instituição. Retomar as características dos diferentes tipos de estudo de caso conforme apresentado no tópico anterior pode lhe ajudar a tomar essa decisão. Esta etapa se mostra fundamental para a coleta de dados, no sentido de estabelecer quais são os limites do caso (Creswell & Poth, 2018; Simons, 2014; Yin, 2015). Embora pareça simples, por vezes, pode ser muito complexo delimitar o objeto de estudo, especialmente quando o caso se refere a uma instituição. Para contribuir com esse processo, definir qual será, posteriormente, a unidade de análise pode ser uma dica importante (Baškarada, 2014; Simons, 2014; Yin, 2012). Mesmo assim, ao longo do estudo, podem surgir outros fatores que demandem uma mudança na formulação do caso, cuja decisão sempre deve ser tomada considerando os aspectos teóricos acerca do objeto de estudo (Stake, 2013).

O próximo passo se refere ao enquadramento da pesquisa, o que significa definir de que forma você vai conduzir o estudo de caso (Baškarada, 2014; Stake, 2013; Yin, 2012). Isso dependerá do que você decidiu na etapa anterior, bem como da sua preferência enquanto pesquisador (Simons, 2014). Aqui você precisa escolher se pretende trabalhar com questões específicas sobre um determinado fenômeno, o que diz de uma condução mais estruturada do estudo, ou com um roteiro que permite maior flexibilidade para explorar novas questões (Simons, 2014; Yin, 2012).

Em geral, nos estudos de caso qualitativos é comum que o pesquisador opte por maior liberdade na condução do caso, guiando o estudo conforme a perspectiva do(s) participante(s) (Creswell & Poth, 2018; Denzin & Lincoln, 2017; Simons, 2014). Lembre-se de que, independentemente do enquadre, se você acessar mais de um caso é preciso garantir na coleta de dados as informações necessárias para atender ao objetivo do seu estudo (Stake, 2013), bem como contextualizar o caso em relação a diversos aspectos que podem afetar o entendimento do

fenômeno (ex.: questões de gênero, de inclusão, étnico-raciais, entre outras). Também é possível partir de uma concepção teórica, em que você pode selecionar conceitos específicos e estudá-los tendo como base determinada população ou público-alvo (Simons, 2014).

Feitas essas escolhas é preciso delimitar de que forma o fenômeno será acessado (Simons, 2014; Yin, 2012). Além de decidir acerca dos instrumentos, é necessário determinar se os dados serão coletados em um mesmo momento, com um recorte temporal definido (ex.: coletar dados aos 12 meses do bebê)²⁰, sendo caracterizado por uma coleta transversal, ou em diferentes momentos ao longo do tempo (ex.: coletar dados no 1º, 2º e 3º trimestre de gestação)²¹, de modo longitudinal. Considerando que o pesquisador está interessado em conduzir um estudo de caso qualitativo, a estratégia de coleta de dados deve seguir nessa direção, seja realizando entrevistas, observação ou grupos focais, aplicando testes projetivos ou psicométricos, usando documentos, tanto como fonte principal ou complementar, o que permite, inclusive, a triangulação dos dados (Stake, 2013).

Dentre os instrumentos comumente usados nos estudos de casos, a entrevista costuma ser o mais utilizado para obter dados qualitativos em psicologia (Creswell & Poth, 2018; Denzin & Lincoln, 2017; Fraser & Mays, 2020), pois é possível acessar o fenômeno em profundidade, especialmente quando se opta por uma estrutura aberta ou semiestruturada (Baškarada, 2014; Creswell & Poth, 2018). Destaca-se a importância de considerar a comunicação não verbal durante a entrevista, de modo a se aproximar de forma mais efetiva da experiência do participante (Simons, 2014). Nesse sentido, importa observar a postura, os gestos, as pausas, os silêncios, as risadas e as expressões do participante. Todos esses aspectos podem configurar importante material de análise e de

20 Um exemplo de estudo transversal pode ser acessado no seguinte link: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Pr4ZP7DtFj7dvyQD8XmdpvR/?lang=pt&format=pdf>

21 Um exemplo de estudo longitudinal pode ser acessado no seguinte link: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/MsyccnCCDjVkJ9syYR5f56j/?lang=pt>

aproximação do objeto de estudo. Dependendo da teoria psicológica escolhida no momento de conduzir o estudo (ex.: Psicanálise), também podem ser considerados, como fonte de dados, os aspectos subjetivos do próprio pesquisador, como suas impressões durante a entrevista e/ou durante a transcrição das mesmas (D'Allonnes et al., 2004). Isso costuma ser utilizado em estudos de Psicologia Clínica, em que o interesse está em compreender a lógica de uma ou mais situações complexas (Creswell & Poth, 2018), não necessariamente associadas a um diagnóstico (D'Allonnes et al., 2004).

Embora a modalidade presencial (face a face) seja tradicionalmente a mais adotada para a realização de entrevistas, a coleta de dados por meio de entrevistas *online* tem se popularizado recentemente, sobretudo a partir de 2020, em função da pandemia de COVID-19 e das medidas sanitárias para evitar a rápida escalada da doença (Lobe et al., 2020). Em linhas gerais, as entrevistas *online* podem ocorrer de forma síncrona (com interação simultânea; ex.: videoconferências e audioconferências) ou assíncrona (sem interação simultânea; ex.: fóruns de discussão e e-mails) (Janghorban et al., 2014; Schmidt et al., 2020). Quando realizadas por videoconferência, especificamente, o nível de interação entre o participante e o pesquisador nas entrevistas *online* se mostra similar à modalidade presencial, dada a utilização de recursos de áudio e vídeo (Schmidt et al., 2020). Porém, aspectos da comunicação não verbal tendem a ser prejudicados, em particular nas entrevistas *online* assíncronas.

A observação é outro instrumento muito utilizado em estudos de caso e na pesquisa qualitativa, uma vez que possibilita uma rica descrição do fenômeno tal como se apresenta em determinado contexto (Baškarada, 2014; Fraser & Mays, 2020; Simons, 2014). Podem ser conduzidos diferentes tipos de observação, como observação participante, observação com uso de protocolos ou observação naturalística, sendo que essa escolha depende dos aspectos teóricos e do objeto de estudo (Denzin & Lincoln, 2017; Stake, 2013). Assim como no caso da entrevista, a observação também pode ser adaptada para a

modalidade *online*, considerando alguns aspectos técnicos para escolha de plataformas de videoconferência, equipamentos de áudio/vídeo e coleta de dados propriamente dita, além de cuidados éticos relativos às pesquisas em ambiente virtual (Palazzi et al., 2021).

Outra estratégia de pesquisa qualitativa que pode ser utilizada para coletar os dados do seu estudo de caso é a análise documental, especialmente quando o foco são instituições, legislações e programas sociais (Creswell & Poth, 2018; Simons, 2014). Usualmente se busca documentos com o objetivo de identificar os antecedentes históricos de um determinado fenômeno ou, até mesmo, para compreender o contexto de uma lei (Simons, 2014). Ainda, destaca-se que a análise documental permite analisar valores explícitos ou implícitos em políticas ou programas, contudo, para isso é preciso garantir que você teve acesso a todos os arquivos relevantes para interpretar o seu objeto de estudo (Creswell & Poth, 2018; Denzin & Lincoln, 2017).

O fenômeno de interesse também pode ser acessado por meio de grupos focais, fotografias, etnografia, vídeos e/ou materiais já publicados (ex.: jornais ou postagens em redes sociais) (Denzin & Lincoln, 2017; Levitt et al., 2018). Simons (2014) sugere que abordagens artísticas criativas também podem fazer parte dos instrumentos para coleta de dados no estudo de caso, mesmo que não sejam tão usuais. A autora destaca a escrita de poemas e/ou narrativas que podem ser elaboradas pelo participante da pesquisa, pelo pesquisador ou construída conjuntamente por ambos. Por vezes, você pode combinar duas estratégias de pesquisa, como entrevistas e fotografias. Lembrando que essa escolha depende da perspectiva teórica que sustenta o estudo, bem como do fenômeno de interesse.

Aqui vale um lembrete! Se você pretende realizar entrevistas ou observações envolvendo pessoas, por exemplo, sua pesquisa precisa ser aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da sua instituição²².

22 Para mais informações, consulte o site da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP): <http://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep/>

Cabe destacar que os estudos de caso têm o potencial de expor aspectos da vida dos participantes e requerem cuidados muito particulares no que se refere às questões éticas, o que demanda uma reflexão cuidadosa à luz da legislação sobre pesquisas com seres humanos (APA, 2020).

Após as definições teóricas e metodológicas e a aprovação do CEP, se for o seu caso, é hora de coletar os dados! Esse processo exige bastante cuidado por parte do pesquisador para garantir a qualidade do estudo. Conforme os dados vão sendo coletados, dependendo da estratégia utilizada (ex.: entrevistas) é necessário um processo adicional de transcrição do material. Para isso, você pode contar com o auxílio de *softwares*, com destaque àqueles que facilitam a transcrição (ex.: NVivo, Filmora, entre outros) ou, ainda, que oferecem o recurso de digitação por voz (ex.: Google Documentos). Mas, lembre-se de que a transcrição é um processo demorado, o que implica que você reserve um bom tempo para esta etapa da pesquisa, a qual é fundamental para a análise dos dados e a escrita do manuscrito. Enquanto você transcreve (ou até mesmo durante a entrevista), aproveite para tomar nota sobre aquilo que lhe chamou atenção ou sobre as associações com a literatura da área. Esses pontos podem ser considerados posteriormente para enriquecer a discussão dos dados. Uma dica importante é sempre revisar a transcrição escutando novamente o áudio. Eventualmente, você pode devolvê-la ao participante para que ele a leia e verifique se o que foi dito e transcrito representa suas convicções sobre determinado assunto (Creswell & Poth, 2018), embora essa seja uma prática pouco frequente. É importante ressaltar que estudos publicados em língua estrangeira que apresentam a fala dos participantes exigem um cuidado particular, pois muitas vezes os relatos precisam ser contextualizados. Portanto, sugere-se que a tradução ou a revisão das narrativas transcritas e traduzidas seja realizada por alguém com amplo conhecimento nos dois idiomas, conforme o exemplo apresentado na Tabela 1 (Schmidt et al., 2021).

Após concluída a coleta e transcrição dos materiais (se for o caso), é preciso organizar o banco de dados (Simons, 2014). Quando se tem

um grande volume de dados, o que é bastante usual em estudos de caso, pois se busca compreender em profundidade um determinado fenômeno (ex.: entrevistas extensas ou observações com diferentes participantes), sugere-se a utilização de *softwares* como o NVivo ou Atlas TI, que permitem acessar, sumarizar e agrupar informações com facilidade (Yin, 2015). Esse trabalho de organização dos dados também pode ser realizado gradativamente, conforme avança a coleta. Uma dica importante é sempre fazer uma cópia de segurança para evitar a perda de dados. Para pesquisas realizadas em ambiente virtual, especificamente, recomenda-se o *download* dos dados coletados, visto que os armazenamentos em nuvem, embora populares sobretudo por não ocuparem espaço no disco rígido, colocam em risco a segurança e a privacidade dos participantes (Choudhury & Ghosh, 2020; CONEP, 2021).

O próximo passo é a análise dos dados, que costuma ser bastante trabalhosa, uma vez que usualmente, no estudo de caso, são utilizadas diferentes fontes de dados e estão presentes inúmeras dimensões que precisam ser examinadas (Yin, 2012), as quais podem sugerir interpretações divergentes sobre o próprio caso ou entre os casos (Fraser & Mays, 2020; Yin, 2015). Para Simons (2014), é importante distinguir entre dois pontos, sendo eles: a) a análise, que se refere a um processo indutivo formal que visa à explicação; e b) a interpretação, processo intuitivo que permite a compreensão holística do caso, apesar de ambos se sobreporem em diferentes momentos. Dito de outro modo, o trabalho que se coloca nessa etapa consiste em ler, refinar, categorizar, reformular e refletir sobre os dados com o objetivo de reduzir e transformar uma grande quantidade de informações em temas ou categorias que transmitam a complexidade e profundidade do fenômeno (Simons, 2014; Yin, 2015). Para auxiliar nesse processo também é possível contar com a ajuda de *softwares* (ex.: NVivo), como mencionado anteriormente.

A análise dos dados pode ser conduzida de diferentes formas, a depender da escolha teórica do pesquisador, bem como da escolha

metodológica²³ (Baškarada, 2014; Simons, 2014; Stake, 2013; Yin, 2012). Dentre as muitas propostas de análise a serem consideradas, destacam-se como as mais utilizadas nos estudos em psicologia a análise de conteúdo qualitativa (Bardin, 2015), a análise temática (Braun & Clarke, 2006) e a análise de discurso (Orlandi, 2005; Pêcheux, 1993). Neste momento também é necessário voltar-se ao objetivo do estudo e pensar de que forma os dados coletados respondem às perguntas formuladas inicialmente. Por exemplo, Simons (2014) sugere até mesmo elencar questões, reflexões e hipóteses sobre os dados coletados antes de classificá-los em temas/categorias ou realizar formulações teóricas. Para isso, a autora ressalta a utilização de mapas conceituais ou uma estratégia de foco progressivo (*progressive focusing*), sendo que a primeira oferece a representação visual dos dados, de modo a identificar relações entre conceitos, ao passo que a segunda propõe o enquadramento gradual e progressivo de questões em temas, para serem posteriormente interpretadas no intento de produzir novas descobertas a partir dos dados. Ambas as estratégias envolvem identificar a essência do material como um todo (*initial sense making*), assim como elencar e examinar a relação entre temas/categorias.

Se você optou por um estudo de caso envolvendo uma análise dedutiva, provavelmente partirá de conceitos já delimitados na literatura, como pode ser visto no estudo realizado por Schmidt et al. (2021)²⁴, que teve como objetivo investigar a coparentalidade a partir de dois eixos propostos por Feinberg (2003): acordo nos cuidados e apoio *versus* depreciação coparental. Desse modo, por meio de entrevistas a famílias brasileiras, os autores buscaram evidências sobre esses dois eixos da coparentalidade, conforme propõe a literatura sobre a temática, apoiando parcialmente as expectativas levantadas por estudos anteriores realizados no contexto internacional.

23 Para mais informações sobre análise de dados qualitativos, sugerimos consultar Creswell e Poth (2018).

24 O texto completo pode ser acessado no seguinte link: <https://psycnet.apa.org/record/2021-25918-001>

Você também pode optar por uma análise indutiva, ou seja, quando os temas ou categorias são elencados a partir dos próprios dados, como foi realizado por Polli e Lopes (2017)²⁵, no estudo que teve como objetivo investigar a função de cuidar na perspectiva das educadoras de berçário. Os autores realizaram entrevistas com educadoras do berçário e, a partir dos próprios dados, identificaram quatro categorias, sendo elas: a) eu como educadora, b) o que é ser educador infantil, c) crenças sobre bebês e crianças pequenas, e d) o trabalho na creche. Assim, após apresentar e descrever as categorias à luz dos dados coletados com as educadoras, os autores as discutiram a partir da teoria e da literatura da área.

É importante que a definição do tipo de análise (ex.: análise de conteúdo qualitativa, análise temática ou análise de discurso), ou ainda se será utilizada a abordagem indutiva, dedutiva ou mista, ocorra no processo de elaboração e planejamento, embora, muitas vezes, isso possa ser alterado durante a condução do estudo (Baškarada, 2014). Além disso, a análise exige repetidas leituras, reflexão e discussão dos dados com a equipe de pesquisa, formada muitas vezes pelo(a) orientador(a) e colegas (Creswell & Poth, 2018). Após esse processo inicial de análise dos dados, podem surgir novas questões sobre as quais o pesquisador responsável deve definir se serão consideradas no estudo ou se é necessária uma nova investigação (Simons, 2014).

Quando se conduz um estudo de caso, durante a análise dos dados, também é preciso que o pesquisador identifique e considere as visões conflitantes sobre um mesmo ponto de vista ou, até mesmo, ofereça uma interpretação imparcial sobre o fenômeno (Fraser & Mays, 2020). Especificamente em estudos de casos múltiplos, Stake (2013) propõe que sejam analisadas consistências e inconsistências no próprio caso, bem como semelhanças e diferenças entre os casos que compõem o estudo. Segundo o autor, a busca por semelhanças e diferenças não têm o objetivo de comparação, mas sim, de melhor compreensão dos casos

25 O texto completo pode ser acessado no seguinte link: <https://revistas.ufpr.br/Psicologia/article/view/47810/33395>

estudados ou do fenômeno investigado. Para facilitar esse processo, os casos devem ser detalhados, oferecendo ao leitor uma descrição densa sobre as experiências e os significados atribuídos pelos participantes. Isso permite que, se desejarem, os leitores façam as suas próprias comparações (Stake, 2013), ou mesmo que decidam sobre a transferibilidade (*transferability*) dos resultados, ou seja, em que medida os achados do estudo em questão podem ser utilizados para compreender casos semelhantes em outros contextos (APA, 2020; Creswell & Poth, 2018; Levitt et al., 2018; Simons, 2014).

Por fim, é hora de reportar os seus resultados e comunicar os principais achados do estudo. Essa etapa se refere à escrita de um artigo científico, que deve considerar as normas específicas do periódico ao qual será submetido, bem como o estilo de escrita inerente a esta modalidade de produção intelectual²⁶. O estudo de caso exige, ainda, uma forma particular de relatar as suas contribuições, pois envolve uma descrição densa do(s) caso(s), sendo importante considerar as orientações específicas acerca dessa abordagem metodológica na hora de redigir o manuscrito (Stake, 2013; Yin, 2015), assim como as diretrizes da APA (2020), se for o caso.

As lições aprendidas sobre o(s) caso(s) são nomeadas por Stake (2013) como asserções (*assertions*) e precisam ser reportadas no manuscrito de forma organizada e coesa, para transmitir os principais aprendizados derivados do estudo. Em geral, o estudo de caso costuma ser relatado a partir de uma estrutura narrativa, podendo constar trechos com falas dos participantes, também chamados de vinhetas (Stake, 2013; Yin, 2015). O estudo de caso único tradicionalmente tende a ser apresentado de forma narrativa e pode ser complementado com tabelas ou figuras para auxiliar na compreensão do fenômeno²⁷

26 Para mais informações sobre escrita de artigos científicos, sugerimos consultar Koller et al. (2014).

27 Exemplo de artigo científico que apresenta estudo de caso único relatado de forma narrativa: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652020000100005

(Yin, 2015). Quando há mais casos, o relato também pode contar com a apresentação de cada caso individualmente²⁸, com a delimitação por seções (Stake, 2013; Yin, 2015). Se optar por esse formato, ao final dos resultados, sugere-se que o pesquisador apresente uma discussão com casos cruzados, conforme orientam Stake e Yin.

Além da estrutura narrativa, o estudo de caso, tanto único quanto múltiplo, pode ser apresentado por tópicos ou categorias/temas (Yin, 2015). Nesse formato, privilegia-se que cada caso seja relatado dentro do tópico ou categoria/tema e, posteriormente, seja realizada uma discussão cruzada, considerando todos os casos que compõem o estudo²⁹. Outra possibilidade para relatar estudos de casos múltiplos é o relato cruzado³⁰. Nessa modalidade, o texto visa apresentar uma análise descritiva (Yin, 2015), de modo que o foco são os tópicos ou categorias/temas elaborados com base nos casos, os quais são apresentados de forma dispersa ao longo da seção, para ilustrar o fenômeno, mas sem dar ênfase ao caso em si.

Por fim, cabe retomar a distinção entre um estudo de caso científico e aquele utilizado para ilustrar a prática profissional em sala de aula. É preciso que o primeiro, ao ser relatado, garanta que a análise e a interpretação retratem o significado e a compreensão em profundidade do caso, que seja baseado em evidências, e que revele a autenticidade e a complexidade do fenômeno investigado (Simons, 2014; Yin, 2015); preocupações nem sempre presentes na transmissão do estudo de caso com outras finalidades, como acontece quando se relata um estudo de caso em sala de aula ou em uma reportagem jornalística.

28 Exemplo de artigo científico que apresenta estudo de casos múltiplos por tópicos: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/25246/pdf_49

29 Exemplo de artigo científico que apresenta estudo de casos múltiplos dentro de categorias/tópicos: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Pr4ZP7DtFj7dvyQD8XmdpvR/?lang=pt&format=pdf>

30 Exemplo de artigo científico utilizando relato cruzado de casos múltiplos: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/KPW338hxWphXxr5nHhdy5QH/?lang=pt>

A partir do exposto, é relevante destacar que imprevistos podem acontecer em qualquer uma das etapas anteriormente citadas, uma vez que a coleta envolve pessoas, grupos ou instituições. Isso implica que os pesquisadores tenham flexibilidade para reavaliar a condução da sua pesquisa, pois pode ser preciso revisitar seus objetivos, assim como os aspectos teóricos e metodológicos do estudo. Apresenta-se, na Tabela 1, uma síntese das etapas de elaboração de um estudo de caso e exemplos de artigos publicados.

Tabela 1.

Etapas de elaboração de estudo de caso e exemplos de artigos publicados			
Etapas	Descrição	Exemplo de estudo de caso único (Palazzi et al., 2020)	Exemplo de estudo de caso múltiplo (Schmidt et al., 2021)
Concepção e planejamento do estudo	Proposição de uma temática que seja acessível e viável; definição da teoria e revisão da literatura.	Investigar as contribuições de uma intervenção de musicoterapia para a interação mãe-bebê prematuro. Em particular, os autores estavam interessados na sincronia mãe-bebê prematuro durante e após a internação na UTI Neonatal.	Investigar a coparentalidade em famílias brasileiras a partir de dois eixos propostos por Feinberg (2003): acordo/desacordo nos cuidados e, apoio <i>versus</i> depreciação coparental.
Definir o caso	Responder à questão: quem é ou quem compõe o caso do meu estudo?; Definir os limites do caso.	O caso é composto por uma mãe e seu bebê nascido extremamente prematuro. Foi escolhido devido à gravidade do estado clínico do bebê e por ter completado todas as sessões da intervenção, oferecendo uma boa oportunidade de aprendizado.	O estudo foi composto por seis casos, cada qual formado pela família nuclear, cujos integrantes eram a mãe, o pai e a criança. Foram considerados três diferentes arranjos de cuidado: babá (dois casos), creche (dois casos) e cuidado materno (dois casos).
Enquadre do estudo	Definir o tipo de estudo de caso (ex.: único ou múltiplo) e a forma de conduzir o estudo (estruturada, em que as questões do pesquisador orientam o estudo, ou livre, em que os aspectos trazidos pelo participante orientam o estudo).	Trata-se de um estudo de caso único, envolvendo intervenção (nove sessões), o qual foi conduzido de forma estruturada.	Trata-se de um estudo de caso múltiplo, o qual foi conduzido de forma estruturada.

Aspectos metodológicos	Definir se o estudo será conduzido de forma transversal ou longitudinal; definir os instrumentos de coleta de dados (ex.: entrevista, observação, grupo focal); definir como será realizada a coleta de dados.	Trata-se de um estudo longitudinal, com coleta de dados em três etapas: intervenção, entrevista estruturada na pré-alta, entrevista estruturada quatro meses após a alta. Além de entrevista estruturada, foram realizadas observações da diáde (filmagens). Coleta de dados realizada no hospital e na casa da família (terceira etapa).	Trata-se de um estudo longitudinal, com coleta de dados em três diferentes momentos: aos 6, 12 e 18 meses do bebê. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com pai e mãe, individualmente. Coleta de dados realizada na casa da família ou em uma sala na universidade, por pesquisadores treinados.
Coleta de dados e organização dos dados	Organizar os dados coletados (pode contar com auxílio de <i>software</i>), realizar a transcrição (se for o caso).	Transcrição das entrevistas, organização do material obtido nas filmagens para posterior análise (seleção de dois episódios para análise: canto e momento após o canto). Utilização do <i>software</i> ELAN 5.0.0-beta.	Transcrição das entrevistas e revisão do material para garantir a acurácia do processo. Utilização do <i>software</i> NVivo 11.
Análise dos dados	Definir se será realizada análise de conteúdo qualitativa, análise temática, análise de discurso, entre outras; determinar se a análise será indutiva ou dedutiva.	Análise temática indutiva (Braun & Clarke, 2006), considerando estudos qualitativos prévios no campo da musicoterapia. Autores elencaram três temas: empoderamento materno, empoderamento do bebê e vínculo mãe-bebê.	Análise temática dedutiva (Braun & Clarke, 2006), a partir de dois temas já investigados na literatura: a) acordo/ desacordo nos cuidados e b) apoio <i>versus</i> depreciação coparental.
Escrita dos resultados	Elaborar texto comunicando o estudo de caso, conforme normas de publicação científica. Considerar as diferentes formas de relatar os casos.	Caso inicialmente apresentado a partir da análise de filmagens, considerando comportamentos da mãe, do bebê e sequências síncronas. Em seguida, apresentou-se o mapa com os três temas.	Casos apresentados separadamente, ilustrados por relatos das mães e dos pais sobre os dois eixos da coparentalidade. Em seguida, apresentou-se o cruzamento dos casos, com a discussão das semelhanças e particularidades entre eles.

Claramente, ao seguir e descrever todas as etapas de elaboração de artigos originais que relatam estudos de caso qualitativos, é possível que a extensão do manuscrito seja um pouco mais longa em comparação a estudos quantitativos, demanda que tem sido defendida em publicações recentes (APA, 2020; Levitt et al., 2018). Isso costuma

ocorrer pela necessidade de apresentação em detalhes do método (considerando a descrição rica dos participantes e/ou do contexto em que o estudo foi realizado, as justificativas para adoção de determinadas estratégias de coleta e análise de dados, bem como o treinamento ou a formação dos pesquisadores e suas perspectivas teóricas) e dos resultados (os quais devem apresentar as particularidades dos casos, enfatizando uma descrição densa sobre as experiências e os significados atribuídos pelos participantes e, frequentemente, a inclusão de vinhetas) (APA, 2020; Levitt et al., 2018; Stake, 2013).

Algumas revistas científicas, especialmente no contexto internacional, oferecem páginas adicionais a estudos qualitativos. A força-tarefa da *Society for Qualitative Research in Psychology*, que consiste em uma seção da Divisão 5 da *American Psychological Association* (APA), recomendou aos periódicos pelo menos 10 páginas adicionais para estudos qualitativos (Levitt et al., 2017), o que acabou sendo incorporado no novo manual da APA (2020). Outra prática recorrente é a oferta de espaço para publicação de material suplementar, que pode conter maiores detalhes sobre o método e os resultados, quando não foi possível apresentar todas as informações no corpo do manuscrito (Levitt et al., 2018). Por exemplo, Schmidt et al. (2021), citados na Tabela 1, incluíram como material suplementar uma descrição expandida do método, bem como uma tabela com especificações sobre o contexto sociodemográfico dos participantes, com o intuito de favorecer a compreensão em profundidade sobre alguns aspectos do estudo de caso realizado.

VANTAGENS, LIMITAÇÕES E QUESTÕES ÉTICAS NO ESTUDO DE CASO

Ao se fazer a escolha pelo estudo de caso, como estratégia de pesquisa, é preciso considerar suas vantagens e limitações, bem como as questões éticas envolvidas nessa abordagem, o que ainda é pouco

explorado e discutido na literatura (Baškarada, 2014; Creswell & Poth, 2018; Simons, 2014; Yin, 2015). É fundamental que o pesquisador esteja ciente desses aspectos e que tenha amplo domínio teórico e metodológico sobre os vários modos de fazer um estudo de caso, propostos pelos diferentes autores e áreas do conhecimento, uma vez que será necessário tomar importantes decisões ao longo do planejamento e da condução da pesquisa (Baškarada, 2014; Hancock & Algozzine, 2006).

Durante a elaboração do estudo de caso, é preciso que o pesquisador considere diferentes fontes de dados, o que possibilita a triangulação (Hancock & Algozzine, 2006; Stake, 2013; Yin, 2015). Utilizar múltiplos instrumentos (ex.: entrevistas, observações ou documentos) tende a oferecer mais credibilidade ao estudo (Creswell & Poth, 2018; Hancock & Algozzine, 2006; Yin, 2015), uma vez que a triangulação pode ser considerada uma forma de garantir a validade do estudo de caso e da pesquisa qualitativa (Creswell & Poth, 2018). Para Stake, cada interpretação importante precisa estar sustentada em diferentes fontes de informação para garantir que os dados sejam interpretados corretamente e as múltiplas facetas do fenômeno possam ser reconhecidas. Ou seja, cabe ao pesquisador verificar a consistência das evidências derivadas de diferentes fontes de dados para garantir a qualidade do estudo (Baškarada, 2014; Yin, 2015).

O processo de triangulação pode acontecer por meio do uso de diferentes fontes de dados (ex.: acessar diferentes cuidadores quando se investiga uma questão relacionada à criança), entre diferentes avaliadores (ex.: classificação dos dados realizada às cegas por avaliadores independentes), pela teoria (ex.: diferentes dados que sustentam um mesmo conceito) e pelo uso de diferentes estratégias para coleta de dados (ex.: entrevista e observação) (Creswell & Poth, 2018; Stake, 2013; Yin, 2015). Portanto, um estudo de caso que realiza a triangulação tende a apresentar maior robustez e credibilidade (Hancock & Algozzine, 2006; Stake, 2013), o que pode ser considerado uma vantagem desse tipo de delineamento em comparação aos experimentais, por exemplo (Yin, 2015). Estudos de caso longitudinais, com repetidas

coletas de dados do(s) mesmo(s) participante(s), têm uma função semelhante, ao permitir que se verifique a repetição dos relatos de experiências pelo(s) participante(s) (Stake, 2013; Yin, 2015).

Outro aspecto importante a ser destacado é que o estudo de caso não tem como objetivo a generalização dos dados para outras populações, como em estudos quantitativos, mas envolve a ideia de generalização teórica ou analítica, o que é característico da pesquisa qualitativa (Baškarada, 2014; Creswell & Poth, 2018; Simons, 2014; Yin, 2015). Isso tem gerado críticas e sido visto como uma limitação desse tipo de delineamento, uma vez que a possibilidade de generalização é diferente daquela adotada nas formas tradicionais de ciência, em que são utilizadas amostras com grande número de participantes no intento de determinar causas e efeitos (Baškarada, 2014; Simons, 2014).

No estudo de caso qualitativo, a inferência deriva do processo de interpretação dos dados (Simons, 2014). Para isso, é preciso que o contexto e o caso sejam minuciosamente descritos, de modo que o próprio leitor possa identificar os eventos relatados e relacioná-los entre si, decidindo sobre a transferibilidade dos achados (Creswell & Poth, 2018; Simons, 2014) para casos semelhantes, ou mesmo fazer as suas próprias inferências (D'Allonnes et al., 2004). Nessa direção, ao escolher o estudo de caso múltiplo, o pesquisador pode conduzir uma análise cruzada entre os casos (Baškarada, 2014; Creswell & Poth, 2018; Simons, 2014; Yin, 2015), o que fortalece a compreensão e tende a se constituir em um pequeno passo rumo à generalização (Stake, 2013). Quando o pesquisador conduz um estudo de caso múltiplo é fundamental que possa incluir na amostra casos representativos do fenômeno em questão (Baškarada, 2014; Creswell & Poth, 2018), o que amplia o entendimento. Por outro lado, se o contexto dos casos for muito discrepante, dificultará a transferência dos achados para outros casos (Creswell & Poth, 2018; Yin, 2012).

Para Schwandt e Gates (2017) podem existir diferentes compreensões acerca da generalização, dependendo do tipo de estudo de caso conduzido pelo pesquisador. Quando se trata do estudo de caso

descritivo, por exemplo, os autores referem que a questão da generalização é irrelevante, pois o interesse não está em escolher necessariamente um caso típico, mas descrever um fenômeno que pode ter utilidade para além do caso. Já quando se conduz um estudo de caso único, pode-se considerar que o caso tende a ser típico ou comum, no sentido de que representa um conjunto maior de casos semelhantes. Para os autores, ao escolher características que considera típicas acerca de determinado fenômeno, o pesquisador determinará o conjunto de casos que atendem a essas características, o que por si só pressupõe a generalização. Outro entendimento é que os estudos de caso descritivos podem contribuir para a generalização naturalística (*naturalistic generalization*), conforme destaca Stake (2013). Isto é, o leitor pode chegar a conclusões por meio do engajamento pessoal em questões sobre a vida ou por meio de aprendizagem vicária (Creswell & Poth, 2018; Stake, 2013; Schwandt & Gates, 2017). Por fim, também está presente a compreensão da generalização analítica a partir de um caso único, em que o caso não é escolhido por ser típico, mas por oferecer a oportunidade de apresentar dados empíricos acerca de conceitos ou princípios teóricos (Schwandt & Gates, 2017; Yin, 2012).

Apesar dos diferentes entendimentos sobre a generalização do estudo de caso, a principal contribuição desse delineamento de pesquisa se dá pela particularização, ou seja, pelo relato rico de *insights* e interpretações derivadas do caso e do seu contexto (Simons, 2014; Stake, 2013). Nesse sentido, Stake refere que, ao conduzir um estudo de caso, o interesse está no particular, uma vez que visa compreender a singularidade do caso em si. Ou seja, a vantagem desse delineamento reside na compreensão em profundidade que se tem sobre determinado fenômeno, buscando ou não a saturação, quando envolve casos múltiplos (Stake, 2013). Para Simons (2014), a escolha pelo estudo de caso coloca um paradoxo, pois à medida que se compreende a particularidade de um caso é possível reconhecer um significado universal, que pode ser compartilhado por outros sujeitos, grupos e instituições.

Outra questão destacada por alguns autores quanto à realização de estudo de caso, diz respeito ao critério de saturação, que consiste em interromper a coleta de dados quando os dados começam a aparecer repetidos entre os participantes e novas informações ou categorias/temas sobre o fenômeno não são identificadas (Denzin & Lincoln, 2017). À medida que várias instâncias de um mesmo fenômeno estão sendo investigadas, os pesquisadores podem usar o critério de saturação para auxiliá-lo na decisão de encerrar a coleta de dados e, portanto, a inclusão de novos casos, quando se trata de um estudo de casos múltiplos, por exemplo (Denzin & Lincoln, 2017; Levitt et al., 2018).

Ao conduzir um estudo de caso, é preciso considerar as questões éticas, o que requer do pesquisador reflexão e habilidade para tomar decisões baseadas nos princípios de não-maleficência, justiça, beneficência e autonomia (APA, 2020; Goodwin et al., 2020; Hancock & Algozzine, 2006). Um dos principais aspectos éticos atinentes ao estudo de caso é a identificação do(s) sujeito(s) que compõe(m) o(s) caso(s) (APA, 2020; Denzin & Lincoln, 2017), especialmente quando se conduz um estudo de caso único, que representa uma situação rara ou muito específica (por exemplo, o caso de Phineas Gage, citado anteriormente). Estratégias para proteger a identidade dos participantes são importantes, como usar um nome fictício e omitir o local onde foi realizado o estudo ou a instituição a qual pertence o sujeito. Entretanto, o nível de detalhe necessário para compreender o fenômeno em profundidade e o pequeno número de participantes que compõem a amostra do estudo de caso tendem a dificultar o anonimato (Creswell & Poth, 2018; Denzin & Lincoln, 2017; Goodwin et al., 2020; Yin, 2015). Por isso, ao dar o seu consentimento, o participante deve ser informado sobre todos esses riscos envolvendo a exposição dos seus dados pessoais. Além disso, para dirimir futuros problemas éticos, o pesquisador pode permitir ao participante a leitura da sua própria entrevista ou pedir aprovação acerca dos dados utilizados, evitando eventuais surpresas ou descontentamentos em relação à

divulgação de dados confidenciais (Creswell & Poth, 2018; Goodwin et al., 2020; Hancock & Algozzine, 2006).

Muitas vezes, na condução de um estudo de caso, também pode acontecer de o participante comunicar uma informação importante ao pesquisador, mas pedir a ele para desligar o gravador (quando se trata de uma entrevista gravada) ou manter a informação em sigilo (Denzin & Lincoln, 2017; Goodwin et al., 2020). Nesses casos, embora os dados não possam ser usados diretamente, a compreensão do pesquisador acerca do fenômeno pode ser compartilhada, sempre com o cuidado de preservar o participante (Creswell & Poth, 2018; Goodwin et al., 2020). Portanto, o julgamento das informações a serem incluídas na apresentação do caso deve ser feito pelo pesquisador, considerando os princípios éticos e bioéticos para decidir quais dados são essenciais para a compreensão do fenômeno, sem causar prejuízos aos participantes (Goodwin et al., 2020; Hancock & Algozzine, 2006).

A partir do exposto, é possível notar que o estudo de caso possui uma grande abrangência e permite a integração de muitos dados, sendo o delineamento ideal a ser utilizado quando o interesse está na compreensão em profundidade de um único caso, ou de um conjunto de casos. Ademais, é fundamental atentar para os princípios teóricos que regem o estudo de caso, bem como reconhecer a complexidade envolvida na condução deste tipo de estudo para que suas decisões, enquanto pesquisador, sejam responsáveis e pautadas na ética e na qualidade da produção científica.

REFERÊNCIAS

- American Psychological Association (2020). *Publication manual of the American Psychological Association (7th ed.)*. American Psychological Association.
- Baškarada, S. (2014). Qualitative case study guidelines. *The Qualitative report*, 19(40), 1-18. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2014.1008>
- Bardin, L. (2015). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (2021). *Ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS*. http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. Sage.
- D'Allonnes, C. R., Assouly-Piquet, C., Slama, F. B., Blanchet, A., Douville, O., Giami, A., Nguyen, K., Plaza, M., & Samalin-Amboise, C. (2004). *Os procedimentos clínicos nas Ciências Humanas: documentos, métodos, problemas*. Casa do Psicólogo.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2017). *The SAGE handbook of qualitative research*. Sage.
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01
- Fraser, A., & Mays, N. (2020). Case studies. In C. Pope and N. Mays (Eds.), *Qualitative research in health care* (pp. 181-191). Wiley-Blackwell.
- Gadoni-Costa, L. M., Frizzo, G. B., & Lopes, R. C. S. (2015). A guarda compartilhada na prática: estudo de casos múltiplos. *Temas em Psicologia*, 23(4), 901-912. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400009
- Goodwin, D., Mays, N., & Catherine, P. (2020). Ethical Issues in qualitative research. In C. Pope and N. Mays (Eds.), *Qualitative research in health care* (pp. 27-42). Wiley-Blackwell.
- Hancock, D. R., & Algozzine, B. (2006). *Doing case study research: A Practical guide for beginning Researchers*. Teachers College Press.
- Janghorban, R., Roudsari, R. L., & Taghipour, A. (2014). Skype interviewing: The New generation of online synchronous interview in qualitative research. *International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being*, 9(1), 24152. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.3402/qhw.v9.24152>
- Koller, S. H., Couto, M. C. P. de P., & Hohendorff, J. (Orgs.) (2014). *Manual de produção científica*. Penso.
- Levitt, H. M., Motulsky, S. L., Wertz, F. J., Morrow, S. L., & Ponterotto, J. G. (2017). Recommendations for designing and reviewing qualitative research in psychology:

Promoting methodological integrity. *Qualitative Psychology*, 4, 2–22. <https://doi.org/10.1037/qup0000082>

Levitt, H. M., Bamberg, M., Creswell, J. W., Frost, D. M., Josselson, R., & Suárez-Orozco, C. (2018). Journal article reporting standards for qualitative primary, qualitative meta-analytic, and mixed methods research in psychology: The APA publications and communications board task force report. *American Psychologist*, 73(1), 26–46. <https://doi.org/10.1037/amp0000151>

Lobe, B., Morgan, D., & Hoffman, K. A. (2020). Qualitative data collection in an era of social distancing. *International Journal of Qualitative Methods*, 19, 1–8. <https://doi.org/10.1177/1609406920937875>

Macmillan, M. (1996). Phineas cage: A Case for all reasons. In C. Code, Y. Joannette, A. Lecours, and C. Wallesch (Eds.), *Classic cases in Neuropsychology*. Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9780203304112>

Orlandi, E. P. (2005). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Editora Pontes.

Palazzi, A., Meschini, R., Dal Magro, M. M., & Piccinini, C. A. (2020). NICU music therapy and mother-preterm infant synchrony: A longitudinal case study in the South of Brazil. *Nordic Journal of Music Therapy*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/08098131.2020.1752777>

Palazzi, A., Schmidt, B., & Piccinini, C. A. (2021). Observação online das interações familiares: Considerações para a pesquisa. *Revista de Psicologia da UFMG*, 13(2), 159–174. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2021.v13i2.4350>

Pêcheux, M. (1993). A análise de discurso: três épocas. In F. Gadet and T. Hak (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso*. Unicamp.

Polli, R. G., & Lopes, R. C. S. (2017). Do que o bebê precisa? A função de cuidar na perspectiva das educadoras de berçário. *Interação em Psicologia*, 21(2), 157–166. <https://doi.org/10.5380/psi.v21i2.47810>

Schmidt, B., Palazzi, A., & Piccinini, C. A. (2020). Entrevistas online: Potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 8(4), 960–966. <https://doi.org/10.18554/refacs.v8i4.4877>

Simons, H. (2014). Case study research: In-depth understanding in context. In P. Leavy (Ed.), *The Oxford handbook of qualitative research* (pp. 455–470). Oxford University Press.

Stake, R. E. (2013). *Multiple case study analysis*. New York: Guilford Press.

- Schwandt, T. A., & Gates, E. F. (2017). Case study methodology. In N. K. Denzin and Y. S. Lincoln (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research* (pp. 590-619). Sage.
- Yin, R. K. (2012). Case study methods. In H. Cooper (Ed.), *APA Handbook of research methods in Psychology: V. 2. Research Designs* (pp. 141-155). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/13620-000>
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Bookman.

CAPÍTULO 6

COMO ESCREVER UM ARTIGO DE REVISÃO SISTEMÁTICA: UM GUIA ATUALIZADO

ANGELO BRANDELLI COSTA
ANNA MARTHA FONTANARI
ANA PAULA ZOLTOWSKI

As revisões sistemáticas têm se tornado cada vez mais frequentes em diversos campos do conhecimento (Fontelo, & Liu, 2018). A popularização é explicada sobretudo pela forma como esse tipo de metodologia consegue congrega inúmeros estudos, especialmente aqueles de intervenção, produzindo uma resposta sintética sobre sua eficácia. Por isso, que popularmente se diz que as revisões sistemáticas (principalmente com metanálise) estão no topo da pirâmide de evidências, sendo capazes de gerar a melhor evidência possível sobre uma determinada pergunta científica. No entanto, se entende hoje que a revisão sistemática pode revisar todo tipo de estudos, não somente aqueles que representam a melhor evidência disponível, ou a síntese de estudos de intervenção (Berlin & Golub, 2014). Revisões e metanálise podem, portanto, serem feitas sobre estudos de qualquer andar da pirâmide de evidências (Murad et al., 2016), inclusive os qualitativos (Lester & O'Reilly, 2015). Talvez por isso essa metodologia esteja cada vez mais popular.

Embora haja uma crença equivocada de que se trata de um método trivial, já que toda pesquisa empírica ou não, envolve uma revisão de

literatura, a revisão sistemática é um método específico que contém uma série de passos que devem ser seguidos. Sobretudo, com a preocupação crescente no campo científico em relação à queda na qualidade deste tipo de metodologia (Baker, 2016). Não é por nada que você está lendo este capítulo! As metodologias também estão em constante transformação e novos detalhes e elementos são acrescentados a todo momento. Foi por isso que nos motivamos a escrever o presente capítulo que representa uma atualização do nosso guia anterior (Costa & Zoltowski, 2014).

A ideia contemporânea de uma revisão de pesquisas feita de maneira sistemática surgiu no final da década de 1970 a partir do conceito de metanálise. O termo foi criado por Gene Glass (1976), um pesquisador da área da psicologia, que definia metanálise como “a análise estatística de uma grande coleção de resultados de estudos individuais com a finalidade de integrar esses resultados” (p. 3). Glass demonstrou seu método, por exemplo, em revisões sobre a eficácia da psicoterapia (Smith, Glass, & Miller, 1980). Apesar do termo metanálise ser frequentemente utilizado como sinônimo de revisão sistemática, quando a revisão inclui uma metanálise, atualmente os dois termos possuem sentidos distintos (Sousa & Ribeiro, 2009). Metanálise refere-se ao procedimento estatístico de tratamento de dados de diversos estudos com o objetivo de agrupá-los, enquanto revisão sistemática se refere ao processo de reunião, avaliação crítica e sintética de resultados de múltiplos estudos, podendo ou não incluir uma metanálise (Cordeiro, Oliveira, Rentería, Guimarães, & Grupo de Estudo de Revisão Sistemática do Rio de Janeiro, 2007).

O desenvolvimento desse método de revisão da literatura deveu-se, especialmente, à Fundação *Cochrane*. Instituída em 1992, no Reino Unido, a fundação ajudou a disseminar estudos empregando a revisão sistemática na área da saúde e o método como referência para as pesquisas da medicina baseada em evidências (Alderson & Higgins, 2004). Inicialmente limitada à área da saúde, atualmente, você pode encontrar revisões sistemáticas em todos os campos do conhecimento, avaliando

e sintetizando evidências de uma ampla gama de questões de pesquisa e incluindo praticamente todos os tipos de estudo, para além das pesquisas de eficácia de uma intervenção médica (Lopes & Fracolli, 2004). Você pode fazer inclusive uma revisão sistemática de revisões sistêmicas, e existe metodologia específica para isso (Smith et al, 2011)!

Embora já haja autores discutindo a existência de 14 tipos diferentes de revisões possíveis (Grant & Brooth, 2009), vamos sintetizar alguns dos principais tipos de revisão antes de apresentarmos como elas devem ser feitas:

REVISÃO NARRATIVA (DE LITERATURA TRADICIONAL)

A revisão narrativa é o tipo mais prosaico de revisão possível. Ela envolve a busca não sistemática de referências a fim de compor um estudo, geralmente do tipo ensaio, onde o autor expõe seu ponto de vista. Ela apresenta grande viés uma vez que pontos de vista que estão em desacordo com a visão do autor costumam ser deixados de lado, ou seja, essas são as referências que quase nunca vão aparecer neste tipo de revisão. Por isso que ela é também chamada narrativa já que o que está em jogo é contar uma determinada história a partir da literatura publicada, a partir do ponto de vista do autor. Esse é um tipo importante de publicação, especialmente para pesquisadores sêniores que desejam mostrar uma versão particular sobre determinado campo. Uma revisão do tipo narrativa é o que antecede a maioria dos estudos empíricos.

REVISÃO DE ESCOPO

A revisão de escopo é uma abordagem interessante e válida quando se deseja mapear a abrangência de um determinado assunto ou realizar um levantamento mais amplo da literatura. Envolve os seguintes objetivos: a) clarear conceitos da literatura; b) examinar como as pesquisas

vêm sendo conduzidas em determinada área; c) identificar aspectos relacionados a um conceito específico; d) identificar lacunas teóricas; e e) como precursora de uma revisão sistemática (Munn et al, 2018).

Um dos pontos principais a considerar a fim de decidir entre realizar uma revisão de escopo ou uma revisão sistemática é: a revisão busca responder a uma questão clinicamente significativa ou busca subsidiar a prática por meio de evidências? Se a sua resposta for SIM, então seu caminho aponta para uma revisão sistemática. No entanto, se sua resposta for NÃO, se seu interesse é no mapeamento, na discussão e no levantamento de conceitos e de características específicas, então sua melhor escolha pode ser a revisão de escopo.

Recentemente foram detectadas algumas inconsistências no uso das revisões de escopo (Pham et al., 2014), o que gerou a publicação de protocolos e guias para melhorar a sua qualidade (Colquhoun, et al., 2014). Desta forma, é importante levar em conta que a revisão de escopo demanda uma estratégia transparente de pesquisa e de extração de dados, assim como uma revisão sistemática. Assim, cabe ressaltar que a revisão de escopo não é necessariamente um processo mais simples que a revisão sistemática. É um processo com outros objetivos. A escolha entre uma metodologia e outra demanda clareza nos objetivos de sua revisão, a fim de adotar a abordagem mais válida para o seu problema. (Munn et al, 2018).

REVISÃO SISTEMÁTICA

Este tipo de revisão é o foco deste capítulo. A revisão sistemática é um método que permite maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de uma maneira organizada. O seu resultado não é uma simples relação cronológica ou uma exposição linear e descritiva de uma temática, pois a revisão sistemática deve se constituir em um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo a respeito do material analisado (Fernández-Ríos & Buéla-Casal, 2009). É possível simplesmente consultar livros-texto ou bases eletrônicas de

dados que permitem que milhares de artigos sejam pesquisados em um período relativamente curto. No entanto, essa forma tradicional, narrativa, de revisão organiza o material de acordo com a perspectiva dos autores. Ao fazer uma revisão assim, corremos o risco de que a busca fique enviesada, já que, como autores, temos a tendência de supervalorizar estudos que estejam de acordo com nossas hipóteses iniciais e ignorar estudos que apontem para outras perspectivas. Nesse sentido, a revisão sistemática é um método que minimiza esse viés.

Ela obedece a uma série de princípios que vão desde o registro do protocolo antes de começarmos, a definição de um problema bem delimitado, passando por etapas metodológicas rígidas, avaliação da qualidade da metodologia de cada artigo revisado e, às vezes, estratégias de agregação desses dados como na metanálise e na metasíntese.

REVISÕES RÁPIDAS

As revisões rápidas designam um conjunto de estratégias metodológicas ágeis que utilizam alguns princípios das revisões sistemáticas tradicionais adaptados para contextos em que a tomada de decisão precisa ser feita de uma forma que não comportaria a execução da metodologia completa (Ganann, et al, 2010). Essas estratégias são muito comuns no campo da ciência da implementação ou das políticas públicas e ajudam a informar *policy briefs* ou sínteses de evidências. Em função da urgência, este tipo de revisão é uma opção quando tomar uma decisão baseada em algumas evidências, assumindo vieses, é melhor do que em evidência nenhuma. Além disso, algumas revisões que publicam tradicionalmente estudos empíricos têm exigido que eles sejam acompanhados de revisões rápidas de forma a discutir a literatura prévia no campo em questão. Para realizar esse tipo de revisão, você também deve levar em conta metodologias específicas para escrever (Ganann, et al, 2010) e reportar o estudo de revisão rápida. O PRISMA-RR (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and*

Meta-Analyses), por exemplo, é um dos protocolos disponíveis para ajudar na redação de artigos de revisão rápida (Stevens, et al., 2018).

REVISÕES AUTOMATIZADAS

Algumas técnicas têm sido recentemente desenvolvidas de forma a automatizar as revisões sistemáticas. Essas técnicas envolvem, por exemplo, desde algoritmos que podem minerar dados e atualizar o resultado de uma determinada busca constantemente até ferramentas capazes de agregar resultados quantitativos de forma estatística (Beller et al., 2018). No entanto, essas abordagens apresentam limitações importantes na capacidade de levar em conta a heterogeneidade e qualidade metodológica dos estudos revisados - o que é a tônica para a maioria das revisões sistemáticas (Van Dinter et al., 2021). Dessa forma, pelo menos por enquanto, as revisões sistemáticas ainda precisaram ser feitas por humanos!

DELIMITAÇÃO DO OBJETIVO DA PESQUISA

O que você gostaria de saber? Por que sua revisão será útil? Quem serão os leitores de sua revisão? Perguntas de pesquisa claras são o ponto de partida para a realização de uma RS (revisão sistemática). Contudo, definir a amplitude da revisão é um desafio: perguntas muito específicas facilitam na busca e na extração dos dados, porém restringem o tamanho das conclusões. Por outro lado, perguntas muito amplas tomam tempo e podem confundir a equipe responsável quanto aos dados que são, de fato, relevantes e a qualidade das conclusões apresentadas.

A delimitação do objetivo da pesquisa é um passo fundamental para começar uma revisão sistemática. Se você buscar, por exemplo, a relação de mães e bebês, a pesquisa terá um número tão grande de resultados que inviabiliza qualquer tentativa de sistematização. Fatores de caráter prático também se relacionam com a amplitude da questão

de pesquisa escolhida, como o tempo para a execução da revisão e a equipe de trabalho envolvida no projeto. Sendo assim, é necessário identificar quais são os recursos viáveis para a realização da RS, em especial, equipe e tempo disponíveis.

Para que você faça uma busca relevante e sintética, é importante ter clara qual a relação entre os conceitos que se está buscando investigar. O problema de pesquisa de revisão pode ser decomposto em algumas partes que visam a facilitar a busca e a organização dos resultados encontrados.

A estratégia facilitadora para esse processo de desmembramento do objetivo do estudo, principalmente no caso de estudos sobre avaliação de eficácia se chama PICO, acrônimo em inglês para P (população), I (intervenção), C (comparação) e O (desfecho) (Metley, et al, 2014). O PICO serve para definirmos o objetivo a partir de cada letra, por exemplo: definição de qual é a população de interesse (p. ex., crianças, adolescentes, adultos jovens etc.); de qual é a intervenção que se pretende avaliar (p. ex., psicoterapia individual, psicoterapia de casal, cursos, etc.); com o que a intervenção está sendo comparada (p. ex., outro tipo de intervenção, grupo controle, etc.); quais os desfechos a serem investigados, tanto positivos quanto negativos. Como a estratégia PICO pressupunha que todos os estudos eram quantitativos, uma nova versão foi criada adicionando o tipo de estudo (S), PICOS, por exemplo, qualitativo, quantitativo ou desenhos mistos.

Além de revisões sistemáticas sobre eficácia de intervenção, existem outras perguntas que você pode fazer para serem respondidas por esta metodologia, por exemplo, você pode querer revisar estudos pre – ou quase – experimentais, observacionais do tipo transversal, caso-controle ou mesmo estudos exploratórios qualitativos. Para estes casos, especialmente o último, existe uma forma específica que pode ser usada para se chegar em uma boa pergunta de pesquisa chamada SPIDER (Cooke et al., 2012). SPIDER é o acrônimo em inglês para S (amostra), P (fenômeno de interesse), D (desenho), E (avaliação) e R (tipo de pesquisa). O S delimita a amostra – no lugar do P, de população,

da estratégia PICO(S), – uma vez que em desenhos que não são os de intervenção, as amostras tendem a ser circunscritas. O fenômeno de interesse se refere ao comportamento, processos de, ou experiências individuais ou coletivas que se deseja avaliar – nos contextos de estudos que não são de intervenção – o I do PICO(S). Nesse caso, a maioria dos estudos não apresentou um grupo de comparação – salvo os estudos de caso-controle. Por isso, o D de desenho aparece como uma alternativa. Não necessariamente os estudos que não são os de intervenção, especialmente os qualitativos, apresentaram um desfecho delimitado sendo investigado. Dessa forma, a estratégia SPIDER sugere a ideia de avaliação (E) para dar conta do que o estudo em questão está levando em conta como seu foco principal. Por fim, a letra R sugere o tipo de pesquisa, qualitativa, quantitativa, e métodos mistos. De fato, a estratégia apresentou melhor sensibilidade e especificidade quando comparada à estratégia PICO(S) na busca de estudos que não eram os clássicos de intervenção (Cooke et al., 2012).

Nos últimos anos, têm se reconhecido que existem múltiplos métodos para a síntese de pesquisas qualitativas. Estes métodos não necessariamente levam em conta que os estudos revisados serão de intervenção. Especialmente para o contexto em que se deseja revisar exclusivamente estudos qualitativos, e de revisões que fazem sínteses qualitativas de estudos quantitativos. Uma das metodologias desenvolvidas para a criação de perguntas de pesquisa neste contexto se chama Per S P E (C) Ti F (Booth et al., 2019), acrônimo em inglês para (Per) perspectiva, (S) contexto, (P) fenômeno de interesse/problema, (E) ambiente, (C) comparação [opcional], (Ti) tempo/temporalidade, e (F) resultados. Na tabela abaixo (Tabela 1) é possível perceber as diferenças de cada uma das quatro abordagens levando em conta uma pergunta de pesquisa qualitativa:

Tabela 1

Comparação entre PICO, PICO(S), SPIDER e PerSPE(C)TiF						
PICO	PICOS	SPIDER		PerSPE(C)TiF		
-	-	-	-		Perspectiva	Perspectiva de uma gestante
População	População	Gestante	Amostra	Gestantes no contexto das comunidades rurais	(S) Contexto	Comunidades rurais
Intervenção	Intervenção	Cuidados baseados em serviços de saúde	(P) Fenômeno de Interesse	Cuidado baseado em serviços de saúde	(P) Fenômeno de interesse/problema	Como funciona o cuidado em saúde baseado em serviços de saúde
Comparação	Comparação	Mulheres que fazem o parto em casa	Desenho	Comparadas com as mulheres que tradicionais fazem o parto no domicílio	(E) Ambiente	Em localidades com transporte, infraestrutura e instalações de saúde ruins, e geograficamente remotas
Desfecho	Desfecho	Percepções e experiências das mulheres	(E) Avaliação	Percepções e experiências das mulheres	Comparação (opcional)	Comparado com as mulheres que fazem o parto em casa
-	Tipo do estudo	Qualitativo	(R) Tipo da pesquisa	Qualitativo		
-	-	-	-	-	Tempo/temporalidade	No período do início da gestação até (e incluindo) o parto
-	-	-	-	-	(F) Resultados	Em relação às percepções e experiências das mulheres

O fundamental nestes casos é perceber que o tipo de estudo que queremos revisar, (qualitativo, misto ou quantitativo), o tipo de desenho que queremos incluir (somente intervenções/estudos experimentais,

ou múltiplos desenhos) e o tipo de síntese que gostaríamos de fazer (metanálise, metasíntese, síntese narrativa) vai determinar a estratégia que escolhemos para definir o problema de maneira focada. Confira também se a revista científica que você pretende enviar o artigo exige a utilização de uma determinada metodologia para a questão de pesquisa, como a PICO(S).

Ao definir claramente o objetivo da pesquisa, você deve buscar por revisões já existentes que investiguem o mesmo tema, pois é um desperdício de recursos e de tempo reproduzir uma revisão sistemática recente já existente. Essa busca deve se dar tanto na literatura publicada quanto em bases de registro de protocolos de revisões sistemáticas, tópico que abordaremos em breve. Lembre-se, contudo, que o fato de já existir uma revisão sobre o assunto de interesse não elimina a necessidade de iniciar um novo trabalho. Revisões de qualidade, porém desatualizadas, ou revisões com problemas metodológicos intrínsecos podem justificar a realização de um novo estudo sobre o tema, buscando responder as lacunas das revisões anteriores. Uma vez circunscrita a questão a ser pesquisada, você pode seguir para os passos que compõem a revisão propriamente dita.

REGISTRO DO PROTOCOLO DA PESQUISA

Antes de iniciar a revisão sistemática, é preciso registrar sua questão de pesquisa. O registro informa a outros autores que você chegou primeiro. De forma similar, pode poupá-lo de, na reta final, descobrir que sua ideia de pesquisa foi recentemente publicada. Caso você esteja nessa situação: terminou a seleção de artigos e decidiu buscar conhecimento formal para embasar o processo (já realizado). Iniciou a leitura desse livro pelo sumário e se deparou com a questão “o que é um registro?”, ou ainda, buscou entre artigos registrados e encontrou uma revisão sistemática do grupo Cochrane esclarecendo sua questão de pesquisa. Não se desespere! Faça uma atualização do tema. A revisão

sistemática do grupo Cochrane foi publicada mês passado? Sem problemas, faça um recorde para países em desenvolvimento ou direcione para subgrupos específicos.

Ademais, o registro minimiza potenciais vieses do processo de revisão. Isso porque, durante o registro, estabelece-se a metodologia a ser empregada, desestimulando o ímpeto que todo revisor sentirá de adequar seus métodos aos estudos encontrados. Dado que as revisões sistemáticas são necessariamente retrospectivas, certo conhecimento das evidências é inevitável. Dessa forma, para o registro você não deve ter conhecimento dos estudos disponíveis na literatura a fim de evitar que a questão de pesquisa e metodologia sejam modificadas pelo resultado esperado. Ou seja, você deve escrever seus métodos de forma a responder sua pergunta de pesquisa - não para selecionar estudos específicos que você conhece.

Além de evitar desperdícios de recursos e coibir potenciais vieses, o pré-registro é uma oportunidade. Nesse momento, os revisores - idealmente, especialistas na área em estudo e especialistas em metodologia - desenvolvem os alicerces da revisão, dos quais arrepender-se-ão pelo próximo ano de trabalho e, eventualmente, por suas vidas. Não é incomum encontrar revisões desestruturadas pelo brutal arrependimento de, por exemplo, ter acreditado que seu domínio do espanhol era o bastante para incluir “estudos em espanhol” nos critérios de inclusão de sua revisão sistemática. Para o registro, portanto, será necessário acordar a estrutura da revisão sistemática. Ou seja, critérios de elegibilidade definindo os participantes, a necessidade de comparador ou grupo controle, a existência de uma intervenção específica, o desfecho a ser estudado e o design dos estudos (ensaios clínicos randomizados, estudos transversais, entre outros). Também se pode estabelecer períodos, limites geográficos e idiomas dos estudos incluídos.

Um dos principais repositórios para esses registros se chama PROPSRO (*International Prospective Register of Systematic Reviews*). Este repositório foi criado pela Universidade de York no Reino Unido em meados dos anos 2010 e rapidamente se tornou a plataforma mais

popular para esse tipo de registro. Hoje em dia ela é endossada pela maioria das organizações e revistas internacionais que passaram a exigir o registro neste repositório para o aceite da publicação de artigos de revisão sistemática. Tome cuidado, se você não registrou sua revisão, possivelmente terá dificuldade em publicar em ótimas revistas internacionais!

Importante destacar que algumas revistas especializadas aceitam publicar protocolos de revisões sistemáticas se comprometendo a aceitar o artigo inteiro assim que ela for concluída, como a BMJ Open, do grupo BMJ. Neste tipo de publicação, o registro em uma plataforma como o PROSPERO seria dispensado.

A estrutura da revisão sistemática, necessária para o pré-registro, é mais abrangente do que o PICOS (do inglês, *Population, Intervention, Comparison, Outcomes and Study Design*) (Tacconelli, 2010). Existem inclusive protocolos específicos para melhorar a qualidade do que é reportado em Registros de revisões sistemáticas, como o PRISMA-P (*Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols*) (Shamseer, 2015). De fato, você terá que ler o capítulo até o fim para preenchê-lo.

ESCOLHA DAS FONTES DE DADOS

Existem diversas fontes que podem ser consultadas para compor um projeto de revisão. As bases eletrônicas que indexam revistas científicas costumam ser a primeira opção já que congregam um amplo volume de material sobre tópicos específicos e podem ser facilmente consultadas. Você pode fazer esta busca tanto em bases de dados especializadas (*PubMed da Medicina, PsycInfo da Psicologia, ERIC da Educação, entre outras*) quanto nas convencionais grandes indexadores (SCOPUS, *Web of Science, EMBASE*). No caso de pesquisas que envolvem contextos específicos, os indexadores locais podem ser boas opções como o SciELO e o LILACS na América Latina. Profissionais da área da biblioteconomia são de grande auxílio na localização de bases de dados de indexação de

períodos úteis para cada objetivo de pesquisa. Os protocolos internacionais recomendam a escolha de pelo menos duas bases como fontes de dados uma vez que já se sabe que embora haja uma grande sobreposição do conteúdo indexado, uma fração pequena pode estar apenas em uma ou outra (Martin-Martin, et al., 2018).

É importante destacar que embora muito popular, com grande quantidade de dados de contextos do sul do mundo e de grande auxílio para fases preliminares da pesquisa, o Google Acadêmico não deve ser escolhido como base de dados para compor a revisão uma vez que é muito frágil do ponto de vista da estratégia de busca, como veremos abaixo.

Dependendo da questão de pesquisa e dos critérios de inclusão, a *grey literature*, ou literatura cinzenta, pode ser também uma boa fonte de referências para o seu estudo. O termo *grey literature* refere-se às produções científicas que não são veiculadas nos meios usuais de publicação (Garousi et al., 2019). O nome é literatura cinza pois se considera “literatura branca” aquelas fontes de informação onde temos total acesso à qualificação do autor e a de quem fez a avaliação da produção antes da publicação – o caso dos artigos revisados por pares. No contexto da literatura cinzenta, em alguns casos, a autoria, mas principalmente a avaliação por pares, difere do rigor ideal que é o dos artigos revisados por pares. Este é o caso dos informativos publicados por organizações governamentais, não governamentais, materiais produzidos por grupos de pesquisas e disponibilizados apenas em *websites*, teses e dissertações, entre outros. Para revisões que retornam poucos materiais publicados em periódicos científicos ou temas mais ligados às Ciências Humanas e sociais aplicadas, essa pode ser uma boa opção. É importante levar em conta que hoje há uma série de guias para ajudar a sistematizar a escolha de fontes e o relato da *grey literature* (Adams, et al., 2017). Se você deseja seguir por esse caminho, um bom começo são os repositórios institucionais e governamentais de teses e dissertações.

Outra estratégia interessante que você pode adotar é a busca nas referências dos artigos já selecionados para revisão. É pouco provável

que um artigo que investiga assédio moral no trabalho, por exemplo, não utilize como referência diversos estudos clássicos sobre o assunto que podem ter ficado de fora da sua revisão. Atente que essa não deve ser a única estratégia de busca utilizada, visto que você corre o risco de não contemplar uma gama de outras possibilidades de estudos não citados naquele artigo específico. Outra estratégia complementar é o contato com autores importantes da área de estudo para a indicação de artigos que possam ter ficado de fora da busca inicial. Se essas estratégias complementares forem adotadas, elas devem estar descritas na seção do método, seja no texto ou em um fluxograma. Existem alguns protocolos que ajudam a lembrar do que precisamos escrever a respeito da escolha das fontes de dados e estratégia de busca (que vem logo abaixo). Uma delas é o PRISMA-S, um protocolo exclusivo para a descrição das estratégias de busca complexas que levam em conta diferentes fontes de informação (Rethlefsen et al., 2021).

ELEIÇÃO DAS PALAVRAS-CHAVE PARA A BUSCA

As palavras-chave sintetizam os conceitos ou as variáveis principais investigadas em determinado estudo. Perceba que para selecionar os artigos para a revisão sistemática, as palavras-chave precisam ser sensíveis o suficiente para acessar adequadamente o fenômeno, indicando um número representativo de trabalhos. Porém não podem ser sensíveis demais, retornando muitos resultados, inviabilizando o projeto de revisão.

Para quem é novato na realização de RS, pode ser interessante iniciar pela consulta a colegas e orientadores que possam colaborar na definição de termos adequados e relevantes. Além disso, em alguns casos, é fundamental a criação de um repertório de sinônimos, a fim de abarcar a descrição de determinado fenômeno. Por exemplo: ao se pesquisar desenvolvimento de carreira em adolescentes, cabe pesquisar termos relacionados, como escolha profissional, escolha

vocacional, jovens, trajetória profissional etc., visto estes serem termos comumente utilizados na área.

Uma maneira de definir as palavras-chave é procurá-las em catálogos de vocabulário controlado, *thesaurus* ou banco de terminologias. Por exemplo, no campo da psicologia existe o Tesouro de Termos em Psicologia (*Thesaurus of Psychological Terms*), da APA. Ele caracteriza-se como o instrumento mais reconhecido da área para busca e atribuição de palavras-chave. É uma ferramenta adotada por bibliotecas, autores e editores de periódicos. No campo da medicina, você pode utilizar o MeSH (*Medical Subject Headings*), que é um vocabulário de terminologias específico para indexação na base de dados PubMed. No Brasil, a terminologia em psicologia desenvolvida pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi) inspira-se na construção do Tesouro da APA e se chama Terminologia em Psicologia. Da mesma forma que as terminologias anteriores, a ferramenta desenvolvida pela BVS-Psi propõe a indicação de palavras-chave, sendo constantemente atualizada por meio de novos descritores. Cada área do conhecimento adotará seu vocabulário controlado em bases específicas. Profissionais da área da biblioteconomia podem ajudar novamente a localizar os *thesaurus* mais relevantes para você.

Embora esses bancos de terminologias sejam fontes importantes de busca de palavras-chave, você não deve tomá-los como critérios definitivos. Um exemplo é a pesquisa de Costa, Bandeira e Nardi (2013), que buscava instrumentos que avaliam homofobia e construtos correlatos. Essa revisão sistemática foi conduzida no PubMed, PsycINFO, ERIC e JSTOR em maio de 2011, buscando artigos revisados por pares em periódicos indexados a partir de 1993, dada a existência de uma revisão que incluiu artigos publicados até essa data. Desde 1982, a *American Psychological Association* sugere o uso do termo “*Attitudes toward homosexuality*” no lugar de *Homophobia*. No entanto, como diversos construtos referindo-se ao mesmo fenômeno foram encontrados na literatura, optou-se por utilizá-los todos. Uma busca inicial foi realizada para confirmar a presença ou a ausência de resultados

com cada um dos termos. Mantiveram-se os termos que retornaram algum resultado. A busca final utilizou os seguintes termos: (*homosexual prejudice* OR *homosexuality prejudice* OR *attitudes toward homosexual* OR *homophobia* OR *homonegativity* OR *homonegativism* OR *antihomosexuality* OR *antihomosexuality* OR *heterosexism* OR *heteronormativity* OR *homophobic* OR *homosexphobia* OR *attitudes Toward homosexuality*) AND (measurement OR test OR scale OR inventory OR assessment). Perceba, por meio desse exemplo, que nem sempre a palavra-chave indicada para definir determinado fenômeno traduz a gama de construtos que vêm sendo utilizados pelos pesquisadores da área. Nesse sentido, não é incomum ter que se refazer uma busca do princípio ao se deparar com forma mais antigas, ou até contemporânea de se referir a um mesmo fenômeno!

BUSCA E ARMAZENAMENTO DOS RESULTADOS

A busca exemplificada anteriormente utiliza uma *string*, ou seja, um conjunto de descritores com alguns operadores booleanos: AND, OR e parênteses. O objetivo de compor uma *string* para executar a sua pesquisa por literatura de interesse é unificar os procedimentos de busca em diversas bases e restringir ou ampliar o que se deseja buscar. Cada base de dados utilizará operadores específicos; assim, não se esqueça de consultar as instruções de cada uma, a fim de compor a *string* corretamente. Por exemplo, para definir palavras compostas, algumas bases utilizam aspas simples ‘depressão pós-parto’, outras aspas duplas, “depressão pós-parto”, outras ainda parênteses ou colchetes, (depressão pós-parto). Este é um caso fundamental uma vez que a ausência de definidor de palavras compostas normalmente força a base de dados a considerar o indexador AND, ou seja, depressão AND pós-parto, o que maximizaria artificialmente os resultados.

A utilização de uma *string* pode se tornar bastante complexa, como o uso de aspas e parênteses para delimitar blocos da busca, como no

exemplo dado na sessão anterior. Percebam que naquele exemplo, uma parte da busca dizia respeito ao universo do fenômeno do preconceito, dentro do primeiro bloco entre parênteses, com vários sinônimos separados pelo operador OR. No outro bloco, separado pelo operador AND, estão as palavras-chave do universo da mensuração, também separadas pelo operador OR. Por esse motivo, é fortemente recomendado a utilização das funções “*advanced search*” ou busca avançada das bases de dados, que permitem a localização em todos os campos possíveis de cada base e a escrita de *strings* mais complexa.

Diferentemente de uma revisão convencional, o processo de busca na revisão sistemática deve obedecer a alguns procedimentos cuidadosos. Em primeiro lugar, a *string* utilizada deve ser documentada, bem como o número de artigos incluídos e excluídos, você pode seguir se guiando pelo protocolo PRISMA-S, apresentado acima. Para as revisões que estão focadas em estudos qualitativos, outros protocolos para reportar as estratégias de busca podem ser mais adequados. Um exemplo é O STARTLITE (Booth, 2006). O STARLITE é um acrônimo em inglês (vejam que o campo das revisões sistemáticas adora um acrônimo) para S - estratégia amostral, indicando se a pesquisa foi pré-planejada ou repetida; utilizando amostragem abrangente ou teórica; T - tipo de estudos, R - intervalo de anos, L - limites, I - inclusões/exclusões, especificando critérios de inclusão/exclusão (por exemplo, em termos de população, idioma, limites de ano, tipo de publicação, tipo de estudo), E - fonte eletrônica e A - abordagens, descrevendo as fontes de informação utilizadas (por exemplo, bancos de dados eletrônicos); e, finalmente, T — termos utilizados, descrevendo as palavras-chave utilizadas pesquisas. A metodologia foi criada pois um exame mais aprofundado de muitas revisões sistemáticas quantitativas revelava que elas criam uma ilusão de abrangência, quando a realidade é que os estudos que incluindo geralmente são escolhidos por decisões não reportadas (Booth, 2006).

Em segundo lugar, é importante que a busca seja realizada por pelo menos dois juízes no mesmo intervalo de tempo, a fim de minimizar o

viés no processo de busca. Como novos artigos são acrescentados nas bases a cada momento, a delimitação temporal em que a revisão ocorreu (p. ex., 2008-2012) é imprescindível, explicitando os motivos para restrições de data de publicação nos artigos buscados. Além disso, deve-se definir a data em que a busca pelos artigos foi realizada nas bases de dados (p. ex., dezembro de 2012). Posteriormente, o resultado da seleção feita por esses juízes será comparado, a fim de se chegar a um consenso. Caso o consenso não seja alcançado, o que pode ser demonstrado inclusive com métodos estatísticos como teste kappa, estratégias devem ser encontradas. Essas estratégias vão desde a execução de uma nova busca por um terceiro juiz até uma discussão entre juízes a respeito dos resultados encontrados a fim de um novo consenso. Independente da estratégia adotada entre os juízes, você deve descrevê-la de forma clara em seu texto.

Embora não seja imprescindível a sua utilização, alguns programas foram desenvolvidos para facilitar a gestão e sistematização dos resultados das buscas em projetos de revisão e a posterior análise dos resumos. O EndNote é um dos *softwares* mais utilizados para o gerenciamento de referências para artigos e demais textos acadêmicos, além de possibilitar acesso gratuito pelo portal de Periódicos Capes. Ele possui algumas utilidades principais: busca e importação online e em qualquer idioma em bases de dados, como PubMed e SciELO, organização de referências, imagens e outros tipos de arquivos na biblioteca do programa e procura de artigos automaticamente a partir das referências. Além dessas possibilidades, o EndNote permite o acréscimo de um componente interessante que facilita trabalhos colaborativos entre colegas: o EndNote Web. Essa ferramenta permite transferir e compartilhar materiais entre diferentes pessoas e computadores, via web. Além do EndNote, o Rayam e o COVIDENCE são ferramentas mais robustas de gestão de RS onde toda a equipe pode trabalhar simultaneamente na busca, seleção e extração de dados - etapas que veremos a seguir. Para acessá-los, os pesquisadores deverão comprar uma licença.

É inevitável que a busca retorne resultados irrelevantes, não importa o quão bem-sucedido você tenha sido com o processo de eleição de palavras-chave. Assim, o trabalho de seleção dos resultados retornados de acordo com critérios de inclusão e exclusão constitui o próximo passo.

SELEÇÃO DE ARTIGOS DE ACORDO COM CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os artigos potencialmente relevantes selecionados na busca devem ser classificados a partir de critérios de inclusão e exclusão. A fim de minimizar os vieses, essa etapa também deve ser realizada por, pelo menos, dois juízes independentes que utilizarão os resumos dos artigos armazenados previamente. Esta etapa pode ocorrer pela leitura de títulos, títulos e resumos ou já diretamente dos textos completos. A escolha vai depender do número de referências potencialmente relevantes recuperadas na etapa da busca. O critério mais usual é a análise a partir dos títulos e principalmente dos resumos. Você pode inclusive utilizar com a sua equipe uma ficha para ajudar a classificação da qualidade de cada resumo nesta etapa (Timmer et al., 2003). Esta etapa pode ser realizada com o auxílio dos *softwares* e *websites* citados acima.

Perceba que é possível adotar diversos critérios de inclusão e exclusão para filtrar os artigos selecionados dependendo da pergunta de pesquisa. Critérios metodológicos, como delineamento utilizado (p. ex., experimentos, levantamentos, estudos de caso); tipo de instrumento utilizado (p. ex., entrevistas, grupos focais, testagem etc.); análise dos dados (p. ex., análise de conteúdo, fenomenologia, testes estatísticos etc.), caracterizam-se como aspectos fundamentais para seleção dos estudos. Outros critérios de inclusão e exclusão que podem ser levados em consideração são o idioma de publicação, a realização da pesquisa em determinado contexto ou cultura etc. Na pesquisa de Costa, Peroni, Bandeira e Nardi (2012), por exemplo, foram

identificados estudos acerca do preconceito contra orientação sexual no contexto brasileiro. Os critérios de inclusão adotados foram o estudo ser empírico, abordar predominantemente o tema preconceito contra orientação não heterossexual (ou construto correlato como homofobia, heterossexismo, atitudes negativas em relação à homossexualidade, entre outros) e ter como foco de investigação a população brasileira. Dados esses critérios de inclusão, 77 artigos da busca inicial foram removidos (ver Figura 1).

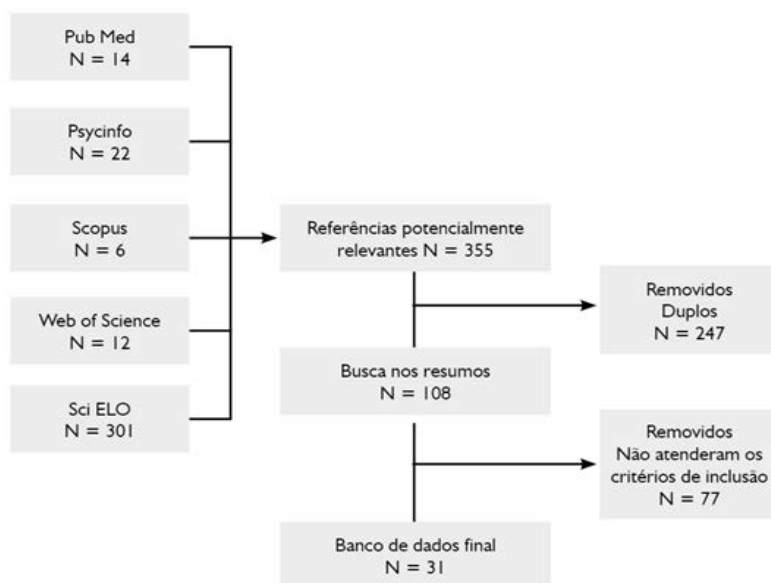


Figura 1. Resultado da busca de Costa, Peroni, Bandeira e Nardi (2012)

Sejam nas revisões quanti ou qualitativas, a utilização de figuras e fluxogramas, como o acima, ou aqueles sugeridos pelo protocolo PRISMA – que veremos a seguir – facilita a ilustração do processo e é obrigatória em muitas revistas. Além disso, até pouco tempo as revistas exigiam apenas que se reportasse o número e a lista de artigos incluídos a partir de cada critério de inclusão, sendo que os critérios de exclusão eram mencionados genericamente. A partir do PRISMA 2020, que veremos a seguir, é importante especificar a quantidade de

artigos excluídos a partir de cada critério de exclusão e providenciar no ato da publicação uma lista dos estudos encontrados e excluídos. Esta lista geralmente é publicada como material suplementar.

Perceba que, após a etapa de seleção dos artigos, os estudos que compõem o banco final devem ser explorados de maneira pormenorizada. Nessa nova fase, vista a seguir, você necessita atribuir um olhar mais atento e cuidadoso na extração e na análise dos dados dos estudos selecionados.

EXTRAÇÃO DOS DADOS DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Caso você tenha realizado a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, com ou sem *softwares* para gerenciamento de referências bibliográficas, para garantir a qualidade no processo de extração de dados, é importante que você localize agora os textos completos dos artigos que compõem o banco final. Caso haja dificuldade em acessar o texto completo de algum artigo, essa informação deve constar de maneira clara na seção do método e esse artigo deve ser deixado de fora dos resultados. Lembre-se que você sempre pode tentar localizar o artigo em repositórios institucionais, com o serviço de comutação bibliográfica de bibliotecas, sites como ResearchGate ou escrevendo diretamente para os autores.

O trabalho de extração de dados também deve ser realizado por dois juízes, buscando o consenso, a fim de reduzir vieses. Um procedimento interessante a ser adotado é, primeiramente, extrair em uma planilha os dados mais gerais dos artigos, segundo algumas categorias, tais como: nome do estudo, desenho, referencial teórico, objetivos, localização temporal da intervenção, contexto, instrumentos, tamanho amostral, descrição dos participantes, principais achados, entre outros. Esse procedimento auxilia na visualização mais geral dos artigos, possibilitando organizá-los e compará-los em forma de gráficos e planilhas. Por exemplo a tabela utilizada pelos autores Catelan, Costa e Lisboa (2017) (Tabela 2):

Tabela 2

Descrição das características dos estudos incluídos a partir de Catelan et al., 2017

	n	%
Ano de publicação		
2010 – 2015	9	25%
2000 – 2009	10	27%
1990 – 1999	8	22%
1980 – 1989	9	25%
País de origem		
Estados Unidos	21	58%
Inglaterra	8	21%
Canadá	1	3%
Escócia	1	3%
Holanda	1	3%
Índia	1	3%
Israel	1	3%
Suíça	1	3%
Turquia	1	3%
Abordagem teórica		
Orientação psicanalítica	9	25%
Abordagens não especificadas	12	33%
Abordagens integradas	5	13%
Terapia Comportamental	2	5%
Terapia Sistêmica	2	5%
Terapia Afirmativa	1	2%
<i>True Gender Self Child Therapy</i>	1	2%
Terapia de suporte	1	2%
Terapia Interpessoal	1	2%
<i>Coaching</i> psicológico	1	2%

Esta categorização inicial colabora para a avaliação crítica dos estudos, uma vez que, com a decomposição dos artigos em categorias a partir dos elementos que os compõem, conseguimos visualizar possíveis limitações metodológicas significativas. Além disso, nem todos os aspectos presentes nos estudos se prestam a serem extraídos a partir das categorias definidas. Nesse sentido, sempre é possível escrever para os autores para que eles forneçam informações que parecem faltantes ou que estejam implícitas. Além disso, caso não seja possível encontrar uma informação fundamental para a revisão nesta etapa, a referência pode ser excluída ou mantida. Neste caso, é importante que você leve em conta e registre, durante o processo de extração de dados, pontos altos e baixos de cada estudo que possam ajudar na autoavaliação dos artigos, em conjunto com outros critérios descritos a seguir. Como pontos baixos, podemos citar limitações metodológicas, análises estatísticas inadequadas, problemas com amostragem etc. Como pontos altos, podemos considerar achados relevantes que atendam ao objetivo da revisão, delineamentos fortes e tratamento adequado dos dados.

AValiação DA QUALIDADE DA EVIDência NOS ARTIGOS SELECIONADOS

A avaliação da qualidade dos estudos visa a constatar o quão confiáveis eles são para responder à pergunta de pesquisa. Nesse ponto, você se pergunta com mais clareza: Os participantes dos estudos revisados representam a população que quero estudar - o estudo só se aplica a um contexto circunscrito? Os estudos apresentam alguma limitação metodológica - às vezes intrínseca ao desenho do estudo - que pode comprometer a interpretação do seu resultado?

É um erro muito comum em diversas revisões sistemáticas publicadas no Brasil não realizar a avaliação da qualidade metodológica dos estudos revisados e por conseguinte da evidência que eles produzem

(por exemplo na área da psicologia, Zoltowski et al., 2014). Revisões deste tipo são muito próximas de análises bibliométricas que simplesmente contabilizam o número de produções em determinado campo. Um dos passos mais fundamentais de uma revisão sistemática, portanto, é a realização desta avaliação, pois somente assim ela poderá fornecer uma conclusão que leva em conta a capacidade dos estudos revisados apontarem para uma determinada direção a partir da quantidade de viés que eles apresentam.

A avaliação da qualidade da evidência depende do desenho de cada estudo revisado. Dessa forma, é mais fácil de ser feito em revisões que utilizam apenas um tipo de desenho, por exemplo, apenas ensaios clínicos randomizados. Por isso, o caminho natural de muitas revisões sistemáticas é o de remover artigos durante esse processo por não apresentarem determinados desenhos, informações completas a serem extraídas, e, por não serem bem-avaliados a partir dos critérios metodológicos que foram estabelecidos pelos pesquisadores. Se seu trabalho estiver repleto deste tipo de estudos, não se preocupe! Dependendo do objetivo da sua revisão, mesmo artigos aparentemente heterogêneos ou não tão bem avaliados podem ser mantidos. Algumas revisões podem ter por objetivo mostrar a qualidade da produção acadêmica em determinada área, indicando problemas metodológicos, especialmente quando são poucas as referências disponíveis. Nesse caso, estudos que não atendam satisfatoriamente os critérios de avaliação podem ser mantidos, pois refletem a qualidade do campo e podem ser úteis para a conclusão do trabalho - levando em conta suas limitações.

Há diferentes ferramentas que podem ser consideradas como veremos a seguir. Neste momento é muito importante levar em conta a ideia da pirâmide de evidências, especialmente se você estiver planejando uma revisão sistemática que inclua estudos com diferentes tipos de desenho. Um ensaio clínico randomizado ou um estudo experimental fornece-nos uma evidência com grau maior de qualidade do que um estudo transversal ou um estudo de caso. Além disso, determinados

ensaios clínicos podem ter uma qualidade metodológica mais baixa em contraposição a estudos transversais com alta qualidade. Tudo isso pode e deve ser avaliado antes de chegarmos à síntese dos estudos e conclusão da revisão.

i. Estudos de intervenção, ensaios clínicos, estudos experimentais

Os ensaios clínicos randomizados, ou pesquisa de intervenção, ou experimental são geralmente a escolha número um nas revisões sistemáticas. Para avaliar a qualidade, você pode usar a popular ferramenta desenvolvida pela Fundação Cochrane para esse fim (Jørgensen et al., 2016). A ferramenta aponta o risco de vieses em diferentes domínios, e em um escore geral que pode ser considerado como fator confundidor em metanálise.

ii. Estudos observacionais

No caso de estudos observacionais, há uma gama enorme de ferramentas. Por exemplo, para avaliar a qualidade de estudos de intervenção que não são experimentais, ou ensaios clínicos há o ROBINS-I (*Risk Of Bias In Non-randomised Studies of Interventions*) (Sterne et al., 2016). No campo dos estudos transversais, você pode escolher um instrumento a partir da área que se está trabalhando (para uma lista, Sanderson et al., 2007 e Shamliyan et al., 2010). No caso de desenhos específicos, a *Newcastle-Ottawa Scale* (NOS) pode ser uma opção. A iniciativa disponibiliza protocolos para avaliar estudos de caso-controle, coortes, entre outros (Wells et al., 2003). Há também instrumentos para avaliar a qualidade de estudos qualitativos (Long & Godfrey, 2004). No entanto, se sua revisão utiliza simultaneamente estudos com vários tipos de metodologias, de qualitativos a ensaios clínicos, a *Mixed Methods Appraisal Tool* (MMAT) (Hong, et al., 2018) pode ser uma ótima opção.

Outros critérios podem ser evocados no caso de uma revisão de instrumentos. Por exemplo, na revisão de Costa, Bandeira e Nardi (2013)

foram utilizadas as noções de validade e fidedignidade do *Standards for Educational and Psychological Testing* (American Educational Research Association, American Psychological Association & National Council on Measurement in Education [AERA, APA, & NCME], 1999). Nesse caso, realizaram-se inferências nos estudos selecionados avaliando-se os dados de acordo com critérios como: conteúdo, validade, estrutura interna e fidedignidade.

REVISÕES SISTEMÁTICAS

Se você fizer uma revisão sistemática de revisões sistemáticas também há ferramentas para avaliação dos artigos incluídos. É o caso do AMSTAR 2 (A MeaSurement Tool to Assess Systematic Reviews) (Shea et al., 2017). Uma versão em português dessa ferramenta também está disponível (Costa et al., 2015). Os instrumentos que avaliam a qualidade de revisões sistemáticas também podem ser muito úteis para avaliar aquela que você está escrevendo, antes da publicação.

Além disso, você pode criar estratégias próprias ilustradas em tabelas para sintetizar a avaliação da qualidade dos estudos incluídos em uma revisão, tanto para dados qualitativos como para quantitativos. Por exemplo, a partir do processo de estudos sobre os cuidados relativos ao HIV em pessoas trans no estudo conduzido por Fontanari, Zanella, Feijó, Churchill, Lobato e Costa (2019), foram pontuadas a qualidade das evidências a partir de fatores específicos daquele campo, por meio de uma escala de 3 pontos, que variava de 1 (muita qualidade) a 3 (pouca qualidade). Os autores sumarizaram ainda a análise item a item dos estudos presente no artigo (Tabela 3):

Tabela 3

Avaliação da qualidade das referências incluídas a partir de Fontanari et al., 2019)

Referência	Definição da amostra (critério de inclusão)	Recrutamento (amostragem não probabilística e probabilística)	Representatividade da amostra (clínica, não clínica)	Tamanho da amostra (mínimo de 300 pessoas trans)	Comparador	Avaliação de qualidade
Estudo 1	0	0	0	1	1	+++
Estudo 2	0	1	0	1	0	+++
Estudo 3	0	0	0	1	1	+++
Estudo 4	0	1	0	1	0	+++

SÍNTESE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O processo de revisão sistemática pode ser comparado à montagem de um quebra-cabeça (Petticrew & Roberts, 2006). Os artigos localizados representam as peças, e os processos de avaliação servem para determinar criticamente se essas peças fazem ou não parte da figura que se quer montar - a etapa que discutimos anteriormente. Contudo, um quebra-cabeça não é composto apenas por peças individuais. As peças devem ser organizadas de forma coerente para responder à problemática inicial de pesquisa. Essa etapa constitui o trabalho de síntese dos resultados.

As sínteses diferenciam-se dependendo dos delineamentos dos estudos revisados. No caso dos estudos quantitativos, com delineamentos similares, a síntese é facilitada com a possibilidade de se comparar os estudos. Esse tipo de revisão permite, inclusive, uma síntese estatística. Entretanto, em áreas como a psicologia, a revisão costuma incluir estudos com delineamentos heterogêneos e qualitativos, o que pode exigir uma síntese narrativa. Nesses casos, você pode definir uma categorização própria para comparar os resultados dos estudos, explorando suas similaridades e diferenças. Por exemplo, iniciar a síntese com estudos que investigam determinado contexto, expondo em seguida estudos que adotam o mesmo delineamento ou referencial teórico.

A síntese dos artigos revisados, seja ela qual for, será o principal elemento da sessão de resultados do seu artigo. A discussão deverá privilegiar o enquadramento dos resultados com a literatura prévia e destaques para principais achados e sua relevância, como em um estudo empírico convencional. Veremos algumas das principais estratégias para sumarização de resultados em revisões sistemáticas.

I. Metanálise

As metanálises são métodos estatísticos empregados para sintetizar medidas de tendência central como médias, ou de tamanho de efeito, como razão de chances, ou até mesmo de prevalência, como frequências. Para fazer isso é preciso garantir que os estudos sejam homogêneos, ou seja, sejam todos com o mesmo desenho, de alta qualidade (baixo viés) mesma população, usem as mesmas medidas para avaliar os mesmos desfechos nas mesmas métricas. Como isso é muito difícil de acontecer, eventualmente é possível utilizar estudos que avaliem um mesmo construto mas usando medidas diferentes – porém comparáveis. Ou ainda, é possível considerar a qualidade dos estudos, mesmo que baixa, como fator confundidor da análise. Eventualmente você não terá acesso no artigo aos dados necessários para a metanálise, especialmente medidas de erro, nesse caso, uma boa estratégia é contatar os autores dos estudos torcendo para eles ainda tenham o banco de dados salvo!

II. Metasíntese

As metasínteses são técnicas para reanalisar os dados de estudos qualitativos, sobretudo de análise temática, ou de conteúdo, de forma a criar macrocategoria que levariam em conta todo o universo pesquisado pelos artigos incluídos na revisão. Também é possível contatar os autores do estudo para ter acesso ao material bruto, como transcrições, de forma a analisar novamente em conjunto com o material bruto de outros artigos. No entanto, normalmente essa análise acontece a

partir das categorias ou temas levantados pelos autores dos estudos originais.

III. Síntese qualitativa narrativa

Outro método muito popular para sintetizar os resultados, especialmente quando eles são muito heterogêneos, é a síntese narrativa. Ela pode ser acompanhada de estratégias qualitativas, como análises temáticas de características relevantes dos artigos revisados (mesmo que quantitativos) ou quantitativas, com frequências. Leve em conta que mesmo na síntese narrativa a qualidade metodológica de cada artigo deve ser levada em questão bem como possíveis vieses.

CONCLUSÃO E LIMITAÇÕES DA REVISÃO SISTEMÁTICA

Antes de você chegar à conclusão do seu artigo de revisão é importante refletir e reportar as limitações do seu trabalho. Como mencionamos, é fundamental compreender aqui que nenhuma revisão sistemática é livre de vieses, ela apenas consegue controlá-los. Dessa forma, você deve explicitar as escolhas de palavras-chave e bases de dados, ou até fontes de informações adicionais que poderiam ter ampliado a sua busca. O viés da publicação deve também ser considerado, ou seja, a tendência de algumas áreas do conhecimento de não publicarem estudo com resultados negativos ou que pode inflacionar a direção da conclusão de uma revisão, além de potenciais conflitos de interesse.

Uma estratégia que pode ajudar a calibrar a conclusão do artigo de revisão em função de limitações, qualidade de evidência revisada e vieses é a utilização de protocolos como o *The Grading of Recommendations Assessment, Development and Evaluation* (GRADE) (Atkins et al., 2004) ou, no caso de revisões qualitativas o *Confidence in the Evidence from Reviews of Qualitative research* CERQUAL (Lewin et al, 2015). Estas duas estratégias, que são utilizadas sobretudo no campo da síntese de evidências para informar políticas públicas,

estabelecem uma série de fatores que podem ampliar ou diminuir o grau de confiabilidade em uma revisão sistemática. Por exemplo, o desenho do estudo (ensaios clínicos/experimentais) amplia a confiabilidade, os desenhos observacionais diminuem. Além disso, considera fatores como estudos direcionados apenas para uma população e que não poderiam ser aplicados para outras, problemas metodológicos nos estudos revisados, entre outros específicos para os contextos qualitativos. Utilizar essas estratégias pode permitir facilmente a redação de uma conclusão que leva em conta as limitações metodológicas dos estudos revisados e da própria revisão sistemática, o que é fundamental em artigos deste tipo.

REDAÇÃO DE UM ARTIGO DE REVISÃO SISTEMÁTICA

Chegou o momento de escrever o seu artigo de revisão sistemática. Não esqueça que a redação deste tipo de artigo deve ser feita de maneira muito precisa, com todos os processos detalhados. Esperamos que você tenha tomado nota de todas as decisões que foram realizadas até aqui, não é incomum esquecermos do que fizemos em alguma etapa quando chega a hora de escrever o artigo. Além disso, durante o processo de redação, observe o tempo transcorrido entre o começo de sua revisão e a posterior publicação do estudo, visto que a revisão pode tornar-se obsoleta caso essa etapa se prolongue em demasia.

A escrita do artigo respeita o desenho tradicional da escrita científica: introdução, método, resultados, discussão e considerações finais. Para facilitar o processo, você pode utilizar alguns *checklists* que resumem os pontos fundamentais a serem reportados para a produção de um artigo de qualidade. Algumas revistas científicas inclusive obrigam que esses *checklists* sejam seguidos e enviados junto com o artigo no momento da submissão. Como mencionado anteriormente, algumas revistas exigem que o uso de guias como estes sejam mencionados no texto e eventualmente submetidos junto com o manuscrito. Os mais

populares são o PRISMA (Page et al, 2021), para revisões sistemáticas convencionais, já na sua versão 2020), o PRIMA – P, para revisões de escopo (Tricco et al., 2018), o MOOSE (*Meta-analysis of Observational Studies in Epidemiology*) para estudos observacionais (Stroup et al., 2000) e o ENTREQ (*Enhancing transparency in reporting the synthesis of qualitative research*) (Tong et al., 2021) para revisões de estudos qualitativos.

Por fim, não esqueça: o segredo de uma boa revisão sistemática é a transparência e a clareza no processo de busca, extração, organização e análise dos resultados. Como demonstramos, diversos instrumentos, checklists e documentos estão disponíveis e servem de apoio para a escrita de uma revisão sistemática. Saiba avaliar quais materiais podem ser úteis na situação específica de sua pesquisa. Mesmo com as mais variadas opções, uma revisão sistemática de qualidade ainda começa com um problema interessante, e isso somente você – pesquisador! – poderá construir.

REFERÊNCIAS

- Adams, R. J., Smart, P., & Huff, A. S. (2017). Shades of grey: guidelines for working with the grey literature in systematic reviews for management and organizational studies. *International Journal of Management Reviews*, 19(4), 432-454. doi.org/10.1111/ijmr.12102
- American Educational Research Association, American Psychological Association & National Council on Measurement in Education (1999). *Standards for Educational and Psychological Testing*. AERA.
- Alderson P., & Higgins J. (2004). *Cochrane reviewers' handbook 4.2.2* [updated March 2004]. John Wiley & Sons, Inc.
- Atkins, D., Best, D., Briss, P. A., Eccles, M., Falck-Ytter, Y., Flottorp, S., ... & Zaza, S. (2004). Grading quality of evidence and strength of recommendations. *BMJ*, 328(7454), 1490-1490. doi: 10.1136/bmj.328.7454.1490
- Baker, M. (2016). Mass production of review articles is cause for concern. *Nature*. doi.org/10.1038/nature.2016.20617

- Beller, E., Clark, J., Tsafnat, G., Adams, C., Diehl, H., Lund, H., ... & Glasziou, P. (2018). Making progress with the automation of systematic reviews: principles of the International Collaboration for the Automation of Systematic Reviews (ICASR). *Systematic reviews*, 7(1), 1-7. doi.org/10.1186/s13643-018-0740-7
- Berlin, J. A., & Golub, R. M. (2014). Meta-analysis as evidence: building a better pyramid. *JAMA*, 312(6), 603-606. doi:10.1001/jama.2014.8167
- Booth, A. (2006). "Brimful of STARLITE": toward standards for reporting literature searches. *Journal of the Medical Library Association*, 94(4), 421.
- Booth, A., Noyes, J., Flemming, K., Moore, G., Tunçalp, Ö., & Shakibazadeh, E. (2019). Formulating questions to explore complex interventions within qualitative evidence synthesis. *BMJ Global Health*, 4(Suppl 1), e001107. doi.org/10.1136/bmjgh-2018-001107
- Catelan, R. F., Costa, A. B., & Lisboa, C. S. D. M. (2017). Psychological interventions for transgender persons: a scoping review. *International Journal of Sexual Health*, 29(4), 325-337. doi.org/10.1080/19317611.2017.1360432
- Colquhoun, H. L., Levac, D., O'Brien, K. K., Straus, S., Tricco, A. C., Perrier, L., ... & Moher, D. (2014). Scoping reviews: time for clarity in definition, methods, and reporting. *Journal of Clinical Epidemiology*, 67(12), 1291-1294. 10.1016/j.jclinepi.2014.03.013
- Cooke, A., Smith, D., & Booth, A. (2012). Beyond PICO: the SPIDER tool for qualitative evidence synthesis. *Qualitative health research*, 22(10), 1435-1443. doi.org/10.1177%2F1049732312452938
- Cordeiro, A., Oliveira, G. M., Rentería, J. M., Guimarães, C. A., & Grupo de Estudo de Revisão Sistemática do Rio de Janeiro et al. (2007). Revisão sistemática: Uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, 34, 428-431. doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012
- Costa, A. B., Bandeira, D. R., & Nardi, H. C. (2013). Systematic review of instruments measuring homophobia and related constructs. *Journal of Applied Social Psychology*, 43(6), 1324-1332. doi.org/10.1111/jasp.12140
- Costa, A. B., Peroni, R. O., Bandeira, D. R., & Nardi, H. C. (2012). Homophobia or sexism: A systematic review of prejudice against non-heterosexual orientations in Brazil. *The International Journal of Psychology*, 48(5), 900-909. doi.org/10.1080/00207594.2012.729839
- Costa, A. B., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In S. H. Koller, M. C. P. de P. Couto & J. Von Hohendorff (Eds.), *Manual de Produção Científica* (pp. 55-70). Penso.

- Costa, A. B., Zoltowski, A. P. C., Koller, S. H., & Teixeira, M. A. P. (2015). Construção de uma escala para avaliar a qualidade metodológica de revisões sistemáticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20, 2441-2452. doi.org/10.1590/1413-81232015208.10762014
- Fernández-Ríos, L. & Buela-Casal, G. (2009). Standards for the preparation and writing of Psychology review articles. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 9, 329-344.
- Fontanari, A. M. V., Zanella, G. I., Feijó, M., Churchill, S., Lobato, M. I. R., & Costa, A. B. (2019). HIV-related care for transgender people: A systematic review of studies from around the world. *Social Science & Medicine*, 230, 280-294. doi: 10.1016/j.socscimed.2019.03.016
- Fontelo, P., & Liu, F. (2018). A review of recent publication trends from top publishing countries. *Systematic Reviews*, 7(1), 1-9. doi.org/10.1186/s13643-018-0819-1
- Ganann, R., Ciliska, D., & Thomas, H. (2010). Expediting systematic reviews: methods and implications of rapid reviews. *Implementation Science*, 5(1), 1-10. doi.org/10.1186/1748-5908-5-56
- Garousi, V., Felderer, M., & Mäntylä, M. V. (2019). Guidelines for including grey literature and conducting multivocal literature reviews in software engineering. *Information and Software Technology*, 106, 101-121. doi.org/10.1016/j.infsof.2018.09.006
- Glass, G. (1976). Primary, secondary and meta-analysis of research. *Educational Researcher*, 5, 3-8. doi.org/10.2307/1174772
- Grant, M. J., & Booth, A. (2009). A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information & Libraries Journal*, 26(2), 91-108. doi: 10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x
- Hong, Q. N., Gonzalez-Reyes, A., & Pluye, P. (2018). Improving the usefulness of a tool for appraising the quality of qualitative, quantitative and mixed methods studies, the Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT). *Journal of Evaluation in Clinical Practice*, 24(3), 459-467. doi: 10.1111/jep.12884
- Jørgensen, L., Paludan-Müller, A. S., Laursen, D. R., Savović, J., Boutron, I., Sterne, J. A., ... & Hróbjartsson, A. (2016). Evaluation of the Cochrane tool for assessing risk of bias in randomized clinical trials: overview of published comments and analysis of user practice in Cochrane and non-Cochrane reviews. *Systematic Reviews*, 5(1), 1-13. doi: 10.1186/s13643-016-0259-8

- Lester, J. N., & O'Reilly, M. (2015). Is evidence-based practice a threat to the progress of the qualitative community? Arguments from the bottom of the pyramid. *Qualitative Inquiry*, 21(7), 628-632. doi.org/10.1177%2F1077800414563808
- Lewin, S., Glenton, C., Munthe-Kaas, H., Carlsen, B., Colvin, C. J., Gülmezoğlu, M., ... & Rashidian, A. (2015). Using qualitative evidence in decision making for health and social interventions: an approach to assess confidence in findings from qualitative evidence syntheses (GRADE-CERQual). *PLoS Medicine*, 12(10), e1001895. doi.org/10.1371/journal.pmed.1001895
- Lopes, A. & Fraccolli, L. (2008). Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: Considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 17, 771-778. doi.org/10.1590/S0104-07072008000400020
- Long, A. F., & Godfrey, M. (2004). An evaluation tool to assess the quality of qualitative research studies. *International Journal of Social Research Methodology*, 7(2), 181-196. doi.org/10.1080/1364557032000045302
- Martín-Martín, A., Orduna-Malea, E., & López-Cózar, E. D. (2018). Coverage of highly-cited documents in Google Scholar, Web of Science, and Scopus: a multidisciplinary comparison. *Scientometrics*, 116(3), 2175-2188. doi.org/10.1007/s11192-018-2820-9
- Methley, A. M., Campbell, S., Chew-Graham, C., McNally, R., & Cheraghi-Sohi, S. (2014). PICO, PICOS and SPIDER: a comparison study of specificity and sensitivity in three search tools for qualitative systematic reviews. *BMC Health Services Research*, 14(1), 1-10. doi.org/10.1186/s12913-014-0579-0
- Munn, Z., Peters, M.D.J., Stern, C. et al. (2018) Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. *BMC Medical Research Methodology* 18, 143. doi.org/10.1186/s12874-018-0611
- Murad, M. H., Asi, N., Alsawas, M., & Alahdab, F. (2016). New evidence pyramid. *BMJ Evidence-Based Medicine*, 21(4), 125-127. dx.doi.org/10.1136/ebmed-2016-110401
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., ... & Moher, D. (2021). Updating guidance for reporting systematic reviews: development of the PRISMA 2020 statement. *Journal of Clinical Epidemiology*, 134, 103-112. doi: 10.1016/j.jclinepi.2021.02.003
- Petticrew, M. & Roberts, H. (2006). *Systematic reviews in the social science: a practical guide*. Blackwell Publishing.

- Pham, M. T., Rajić, A., Greig, J. D., Sargeant, J. M., Papadopoulos, A., & McEwen, S. A. (2014). A scoping review of scoping reviews: advancing the approach and enhancing the consistency. *Research Synthesis Methods*, 5(4), 371-385. doi.org/10.1002/jrsm.1123
- Rethlefsen, M.L., Kirtley, S., Waffenschmidt, S. et al. (2021). PRISMA-S: an extension to the PRISMA Statement for Reporting Literature Searches in Systematic Reviews. *Systematic Reviews*, 10, 39. doi.org/10.1186/s13643-020-01542-z
- Sanderson, S., Tatt, I. D., & Higgins, J. (2007). Tools for assessing quality and susceptibility to bias in observational studies in epidemiology: a systematic review and annotated bibliography. *International Journal of Epidemiology*, 36(3), 666-676. doi: 10.1093/ije/dym018
- Shamliyan, T., Kane, R. L., & Dickinson, S. (2010). A systematic review of tools used to assess the quality of observational studies that examine incidence or prevalence and risk factors for diseases. *Journal of Clinical Epidemiology*, 63(10), 1061-1070. doi: 10.1016/j.jclinepi.2010.04.014
- Shamseer, L., Moher, D., Clarke, M., Ghera, D., Liberati, A., Petticrew, M., ... & Stewart, L. A. (2015). Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015: elaboration and explanation. *BMJ*, 349. doi.org/10.1136/bmj.g7647
- Shea, B. J., Reeves, B. C., Wells, G., Thuku, M., Hamel, C., Moran, J., ... & Henry, D. A. (2017). AMSTAR 2: a critical appraisal tool for systematic reviews that include randomised or non-randomised studies of healthcare interventions, or both. *BMJ*, 358. doi.org/10.1136/bmj.j4008
- Smith, V., Devane, D., Begley, C. M., & Clarke, M. (2011). Methodology in conducting a systematic review of systematic reviews of healthcare interventions. *BMC Medical Research Methodology*, 11(1), 1-6. doi.org/10.1186/1471-2288-11-15
- Smith, M., Glass, G., & Miller, T. (1980). *The benefits of psychotherapy*. Johns Hopkins University Press.
- Sousa, M. R. de., & Ribeiro, A. L. P. (2009). Revisão sistemática e meta-análise de estudos de diagnóstico e prognóstico: um tutorial. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 92(3): 241-251. doi.org/10.1590/S0066-782X2009000300013
- Sterne, J. A., Hernán, M. A., Reeves, B. C., Savović, J., Berkman, N. D., Viswanathan, M., ... & Higgins, J. P. (2016). ROBINS-I: a tool for assessing risk of bias in non-randomised studies of interventions. *BMJ*, 355. doi.org/10.1136/bmj.i4919

- Stevens, A., Garritty, C., Hersi, M., & Moher, D. (2018). *Developing PRISMA-RR, a reporting guideline for rapid reviews of primary studies (Protocol)*. EQUATOR Network. <https://www.equator-network.org/wp-content/uploads/2018/02/PRISMA-RR-protocol.pdf>
- Stroup, D. F., Berlin, J. A., Morton, S. C., Olkin, I., Williamson, G. D., Rennie, D., ... & Thacker, S. B. (2000). Meta-analysis of observational studies in epidemiology: a proposal for reporting. *JAMA*, 283(15), 2008-2012. doi: 10.1001/jama.283.15.2008
- Timmer, A., Sutherland, L. R., & Hilsden, R. J. (2003). Development and evaluation of a quality score for abstracts. *BMC Medical Research Methodology*, 3(1), 1-7. doi: 10.1186/1471-2288-3-2
- Tong, A., Flemming, K., McInnes, E., Oliver, S., & Craig, J. (2012). Enhancing transparency in reporting the synthesis of qualitative research: ENTREQ. *BMC Medical Research Methodology*, 12(1), 1-8. doi.org/10.1186/1471-2288-12-181
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., ... & Straus, S. E. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of Internal Medicine*, 169(7), 467-473. doi: 10.7326/M18-0850
- Van Dinter, R., Tekinerdogan, B., & Catal, C. (2021). Automation of systematic literature reviews: A systematic literature review. *Information and Software Technology*, 136, 106589. doi.org/10.1016/j.infsof.2021.106589
- Wells, G. A., Brodsky, L., O'Connell, D., Shea, B., Henry, D., Mayank, S., & Tugwell, P. (2003, October). An evaluation of the Newcastle Ottawa Scale: an assessment tool for evaluating the quality of non-randomized studies. In XI International Cochrane Colloquium Book of Abstracts (p. 26). Barcelona: XI Cochrane Colloquium.
- Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30, 97-104. doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012

CAPÍTULO 7

O PROCESSO DE REVISÃO POR PARES

JEAN VON HOHENDORFF

INTRODUÇÃO

Naquilo que eu costumo chamar de ciclo de vida acadêmica, iniciamos lendo muitos textos, sejam eles livros, capítulos ou artigos. Para aquelas pessoas que decidem seguir carreira acadêmica, logo fica evidente que os artigos científicos serão nossos mais assíduos companheiros. Iniciamos estudando muitos artigos para que possamos embasar nossas ideias de pesquisa. Com o passar do tempo, adquirimos conhecimento e realizamos nossas pesquisas. Em seguida, queremos divulgar o que aprendemos. Passamos, então, a sermos, além de pessoas “consumidoras” de artigos científicos, “produtoras”. Depois de algum tempo produzindo artigos, é natural que nossos nomes sejam lembrados por editores para que façamos pareceres de artigos científicos. Nos tornamos, então, revisoras. Nessa etapa do ciclo vital acadêmico, acumulamos os papéis de pessoas consumidoras, produtoras e revisoras de artigos. Talvez seja a tal maturidade acadêmica que, longe de indicar que sabemos tudo o que é necessário, indica que somos importantes peças em engrenagens que precisam de constante manutenção.

O título deste livro indica que o artigo científico é a voz auditada da ciência. É inegável a importância dos artigos científicos. Para que eles sejam publicados, é necessário que haja pessoas disponíveis e

interessadas em revisá-los. De acordo com a *American Psychological Association* ([APA] 2012), artigos científicos são publicações originais ou primárias uma vez que apresentam pesquisas não publicadas previamente. Podem ser referentes a estudos empíricos, revisões de literatura, estudos de caso, bem como artigos teóricos ou metodológicos. Antes de serem publicados, os artigos científicos são revisados por pares. Os artigos científicos tendem a ser considerados como a melhor fonte de informação advinda do meio acadêmico. Isso se deve ao que pode ser chamado de controle de qualidade aplicado às submissões por meio do processo de revisão por pares.

O processo de revisão por pares consiste na avaliação de manuscritos submetidos às revistas científicas. Existem diferentes modelos de revisão por pares sendo que o mais comum é o *double blind review*. Nesse modelo, os autores não sabem a identidade dos revisores e os revisores, por sua vez, não sabem a identidade dos autores (*Committee on Publication Ethics* [COPE] 2017). Busca-se, com esse modelo, diminuir possíveis influências pessoais na avaliação dos artigos.

Atualmente, editoras de revistas científicas têm enfrentando dificuldades para encontrarem revisores de artigos. Quando encontram, nem sempre os pareceres são os esperados. Diante disso, o objetivo desse capítulo é o de oferecer subsídios práticos para a realização de pareceres de artigos científicos com qualidade. O texto apresentado a seguir é uma ampliação de uma nota técnica de minha autoria, publicada na revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, da qual sou editor associado (Hohendorff, 2021), com elementos de um dos editoriais que publiquei como editor-chefe da *Revista de Psicologia da ATITUS Educação* (Hohendorff, 2017). Conforme os leitores perceberão, foram utilizados exemplos para ilustrar aspectos específicos dos pareceres. Esses exemplos são fictícios, baseados na minha experiência como revisor e editor.

Autores, editores e revisores são responsáveis pela qualidade de um artigo científico publicado (APA, 2012; Campos, 2019; Elsevier, 2015a). Autores buscam escrever artigos cujo conteúdo seja relevante social e

academicamente. Cabe aos editores e revisores avaliarem se o artigo submetido tem ou não condições de ser publicado. A avaliação de um artigo científico pode ser comparada a uma máquina com engrenagens. Cada uma dessas engrenagens – autores, editores e revisores – trabalha com o mesmo objetivo final: uma publicação de qualidade. Embora todas essas “engrenagens” sejam importantes para o produto final, o trabalho desempenhado pelos revisores tem recebido atenção especial. Os revisores são responsáveis por assessorarem os editores no processo de tomada de decisão sobre a publicação (ou não) de artigos científicos (Elsevier, 2015a).



Figura 1: Os atores no processo de avaliação dos artigos.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Conforme indica a Figura 1, a qualidade de um artigo depende, portanto, de autores, revisores e editores. Isso me faz lembrar um conceito da teoria de Albert Bandura – a agência humana. A agência humana consiste no gerenciamento que cada pessoa faz acerca de suas ações. Cada um de nós pode fazer, por meio dos nossos atos, com que as coisas aconteçam a partir de um envolvimento proativo

em nosso próprio desenvolvimento. Essa agência humana pode ser individual, coletiva ou delegada (Bandura, 2008). Para aquelas ações que não dependem somente da proatividade individual, a agência coletiva é necessária. É a capacidade do grupo que, por meio da junção de suas agências humanas individuais, possibilitará atingir objetivos que não poderiam ser atingidos de forma individual. A publicação de um número de uma revista científica requer a soma de várias agências humanas individuais, ou seja, da agência humana coletiva. Autores, editores e revisores precisam unir esforços para que artigos científicos sejam publicados.

Além do compromisso ético em publicar os resultados de uma pesquisa e o objetivo de fazer avançar o conhecimento, há uma pressão por publicações. Tal pressão pode inflar as submissões de artigos, resultando em dificuldades no processo editorial de avaliação de artigos. A grande quantidade de artigos submetidos requer, consequentemente, grande quantidade de revisores. No entanto, potenciais revisores são, também, autores, que estão absorvidas por atividades inerentes à produção de artigos (i.e., formulação de projetos, captação de financiamentos, coleta de dados), além de demais atividades acadêmicas (e.g., aulas, palestras). Aliado a isso, o trabalho de revisão tende a não ser considerado em sistemas de avaliação de pesquisadores e de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Sabe-se que a avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e dos pesquisadores brasileiros se dá, em grande medida, por métricas de publicação e citação. Sendo assim, o número de submissões de artigos aos periódicos científicos tende a ser grande, especialmente naqueles mais bem avaliados. Embora todos os pesquisadores queiram publicar seus artigos com rapidez, nem sempre esses mesmos pesquisadores estão disponíveis para serem revisores. A discussão dos motivos para tal panorama vai além do escopo deste capítulo, que tem como objetivo oferecer um guia inicial para a realização de bons pareceres. Não se trata de uma “receita” pronta sobre como fazer pareceres, mas de uma sistematização de informações que podem auxiliar

editores e revisores. Além de colaborar com a qualidade do material avaliado, pareceres bem feitos podem contribuir com a celeridade do processo de avaliação dos artigos.

ANTES DO PARECER

O COPE (2017) indica que o processo de revisão de artigos científicos depende, em grande parte, de confiança, o que requer que as pessoas envolvidas ajam de forma responsável e ética. A partir disso, são oferecidas diretrizes para revisores de artigos científicos. Julgo que algumas dessas diretrizes podem servir como um guia para tomada de decisão em revisar (ou não) um artigo. Vejamos:

- Apenas aceitar revisar artigos para os quais possui a expertise necessária e possa atender ao prazo estabelecido;
- Respeitar a confidencialidade do processo de revisão e não revelar nenhum detalhe do artigo ou da revisão durante ou após o processo para além daqueles que são divulgados pela revista;
- Não utilizar informações obtidas durante o processo de revisão em benefício próprio ou de qualquer pessoa ou organização, ou para prejudicar e desacreditar terceiros;
- Declarar todos os potenciais conflitos de interesse, solicitando auxílio do corpo editorial caso haja dúvida se algo constitui ou não conflito;
- Não deixar que a revisão seja influenciada pela origem do artigo, sua nacionalidade, religião ou crenças políticas, bem como gênero ou outras características dos autores, ou por considerações comerciais;
- Ser objetiva e construtiva em sua revisão, evitando ser hostil ou inflamatória e de fazer comentários caluniosos e/ou depreciativos;
- Estar ciente que o processo de revisão por pares é, em grande parte, um esforço recíproco e se comprometer a realizar uma revisão adequada e no prazo determinado;
- Fornecer às revistas informações pessoais e profissionais acuradas e que representem fielmente sua expertise;
- Reconhecer que se fazer passar por outra pessoa durante o processo de revisão é considerada uma conduta imprópria grave.

Figura 2: Diretrizes para revisores de artigos científicos

Fonte: COPE (2017)

Os revisores costumam ser convidados a darem pareceres por *e-mail*. Ao receber um convite para emissão de parecer, os revisores devem, inicialmente, se perguntar se possuem a *expertise* necessária à avaliação do material (COPE, 2017; Elsevier, 2015a). Não é incomum que pesquisadores recebam artigos que abordam tema e/ou método diferente da sua *expertise*. Além de considerar a *expertise* para avaliar o artigo submetido, cabe aos revisores também avaliar algum possível conflito de interesse. Mesmo que o processo de avaliação costume ser no formato *double blind review*, é possível que algum conflito de interesse seja constatado devido, por exemplo, ao tema de pesquisa comum entre autoras e avaliadoras ou conhecimento prévio da pesquisa apresentada no artigo. Outras possíveis fontes de conflito de interesse são: pessoal, financeira, intelectual, profissional, política ou religiosa. Caso se detecte algum conflito de interesse, é necessário informar aos editores e declinar do convite. Outro importante aspecto que deve ser considerado é o prazo para envio do parecer (COPE, 2017). Portanto, eis aqui as perguntas a se fazer antes de aceitar ou não realizar a revisão:

Possuo expertise? Qual?
Há algum conflito de interesse?
Consigo atender ao prazo estabelecido?

O convite para realizar a revisão deve ser negado nas seguintes situações (COPE, 2017):

- Quando se quer apenas obter informações sobre o artigo sem que realmente tenha a intenção de revisá-lo;
- Quando julgar não ser possível emitir uma revisão justa e imparcial;
- Quando há qualquer envolvimento com esse tudo/s relatado/s no artigo;

- Quando o artigo a ser avaliado possui semelhança significativa com algum estudo que está sendo conduzido pelo revisor;
- Quando não se concorda com o tipo de revisão adotada pela revista (por exemplo, revisão aberta).

O convite para revisão de um artigo deve ser respondido o mais breve possível indicando se há ou não interesse e/ou disponibilidade para realizar a avaliação (COPE, 2017). Editoras costumam aguardar a resposta de um convite antes de convidar novas revisoras. Então, caso não possa revisar o artigo, informe isso o quanto antes para contribuir com a agilidade da tramitação do artigo.

Caso haja interesse, mas o prazo para envio do parecer não seja exequível, é necessário solicitar prorrogação ao editor. Em caso de declínio do convite, é importante sugerir colegas que, potencialmente, possam realizar a avaliação do artigo (Elsevier, 2015a). A resposta ao convite para emissão de parecer costuma ser padronizada, ou seja, o potencial revisor clica na opção de não aceitar o convite e é gerado uma mensagem de *e-mail* padronizada. Tal mensagem pode ser editada para que as sugestões de outros revisores sejam inclusas. Sugiro que isso seja feito com letras maiúsculas buscando chamar atenção dos editores uma vez que, em princípio, se trata de uma mensagem padrão. As revistas nacionais tendem a ter modelos distintos de avaliação dos artigos submetidos. Enquanto algumas revistas possuem formulários específicos (ver exemplo a seguir) para cada tipo de artigo (e.g., empírico, teórico, metodológico), outras não possuem formulários ou modelos pré-definidos. Independente disso, revisores devem levar em consideração algumas diretrizes gerais visando oferecer pareceres de qualidade. Veja exemplo a seguir.

CONCLUSÃO

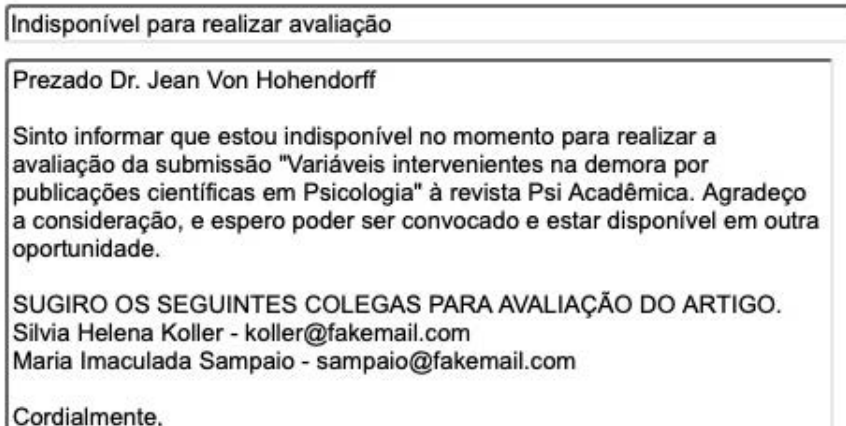


Figura 3: Exemplo de correspondência do revisor para o editor.

Fonte: O próprio autor

Ao sugerir colegas que possam realizar a avaliação do artigo, é necessário garantir que tais sugestões sejam livres de vieses. Deve-se fazer as indicações baseadas na expertise da colega, evitando influência de fatores pessoais. É necessário, ainda, garantir que a indicação não tenha a intenção de fazer com que o artigo a ser avaliado receba uma decisão específica – positiva ou negativa (COPE, 2017).

Recentemente, algumas revistas científicas nacionais têm condicionado a tramitação de um artigo a emissão de um parecer. Quando os autores submetem seu artigo, caso sua *expertise* vá ao encontro da temática de um manuscrito já submetido à revista e que necessita de revisores, os autores são convidados a emitir parecer. Há, inclusive, relatos de autores, em redes sociais, que tiveram seus artigos rejeitados após não aceitarem convite para emissão de parecer. Idealmente, o que deve ser levado em consideração para a tramitação ou não de um artigo é apenas sua qualidade. No entanto, foge do objetivo deste capítulo aprofundar a discussão acerca da adequação (ou não) desta prática dada a complexidade de fatores que podem estar influenciando (e.g., número excessivo de submissões, escassez de revisores etc).

FAZENDO O PARECER

Em caso de aceite para realizar o parecer, cabe ao revisor cumprir o prazo estabelecido para tal. Caso alguma eventualidade ocorra e seja necessário atrasar o envio do parecer, o editor deve ser comunicado. A comunicação deve ser feita via sistema da revista, que tem opção de envio de *e-mail* para o editor. Caso haja algum impedimento para o envio via sistema, é possível consultar o endereço de *e-mail* do editor no *website* da revista.

As revistas nacionais tendem a ter modelos distintos de avaliação dos artigos submetidos. Enquanto algumas revistas possuem formulários específicos (ver exemplo a seguir) para cada tipo de artigo (e.g., empírico, teórico, metodológico), outras não possuem formulários ou modelos pré-definidos. Independente disso, revisores devem levar em consideração algumas diretrizes gerais visando oferecer pareceres de qualidade. A figura a seguir apresenta uma parte de um formulário de revisão de artigos.

10.Resultados: todos os resultados pertinentes ao objetivo do estudo são apresentados de forma descritiva, clara e objetiva?

- Sim: os resultados apresentados respondem ao objetivo do estudo, são apresentados de forma descritiva, clara e objetiva;
- Em parte: é necessário revisar a clareza e objetividade com que os resultados foram apresentados e sua pertinência ao objetivo do estudo. A descrição dos resultados não é apenas descritiva;
- Nenhum dos critérios anteriormente descritos foram satisfatoriamente contemplados. Comentários.

11.Figuras e Tabelas: as figuras e tabelas complementam os resultados abordados no texto, são em número suficiente e estão de acordo com as normas APA?

- Sim: as figuras e tabelas complementam os resultados abordados no texto, são em número suficiente e estão de acordo com as normas APA;
- Em parte: as figuras e tabelas são em número excessivo ou é necessário incluir figuras e tabelas visando a complementação dos resultados apresentados no texto. É necessária a revisão das normas APA para tabelas e figuras;
- Não: as figuras e tabelas apresentadas são desnecessárias, pois repetem os resultados apresentados no texto e/ou é necessário incluir alguma figura e/ou tabela (quando nenhuma foi incluída);

- Não se aplica: o artigo não possui figuras e tabelas e não é necessário incluir. Comentários.

12.Discussão: os principais resultados do artigo, sem que haja repetição de informações, são retomados e discutidos com base na literatura científica existente, as principais contribuições e limitações do estudo realizado são apresentadas?

- Sim: os principais resultados do artigo são retomados, não repetindo informações já descritas. Esses resultados foram discutidos com base na literatura existente. Foram destacadas as principais contribuições e limitações do estudo realizado;
- Em parte: repete-se informações já descritas. A discussão precisa ser mais aprofundada. A discussão das principais contribuições e limitações do estudo é insuficiente;
- Não: nenhum dos critérios anteriormente descritos foi satisfatoriamente contemplado. Comentários.

13.Considerações Finais: o objetivo do estudo é retomado, apresentando possíveis avanços do conhecimento na área após sua realização, quais as implicações práticas dos resultados para o campo de estudo e sugere direções para novas pesquisas na área?

- Sim: o objetivo do estudo foi retomado, os possíveis avanços do conhecimento na área, as implicações práticas dos resultados e possíveis direções para novas pesquisas foram suficientemente abordados;
- Em parte: o objetivo do estudo não foi retomado e/ou os possíveis avanços do conhecimento na área, as implicações práticas dos resultados e possíveis direções para novas pesquisas foram abordados de forma insuficiente;
- Não: nenhum dos critérios anteriormente descrito satisfatoriamente contemplado. Comentários.

Figura 4: Exemplo de formulário para avaliação de artigos.

Fonte: Revista de Psicologia (ATITUS Educação)

Quando a revista indicar um formulário de revisão, é necessário seguir tal formulário. Conforme imagem anterior, tais formulários costumam conter algumas perguntas com opções de resposta que devem ser assinaladas pelos revisores. Não é adequado apenas assinalar a resposta, principalmente quando se indica que o artigo não atendeu ao critério questionado. Nestes casos, é imprescindível colocar nos comentários o que é necessário ser feito para que o artigo seja aperfeiçoado. Os formulários costumam conter algumas diretrizes para realização da avaliação (ver imagem a seguir), sendo necessário que a revisora as leia atentamente e as siga ao emitir o parecer.

Formulário de avaliação de Artigos Empíricos e de Revisão Sistematizada de Literatura

Caro(a) avaliador(a),

Visando facilitar o seu trabalho, a Revista de Psicologia da IMED disponibiliza este formulário eletrônico de avaliação de artigos empíricos, que permitirá uma avaliação mais rápida, objetiva e funcional.

Lembre-se de que é fundamental a avaliação imparcial do artigo. Busque emitir uma avaliação construtiva, indicando os pontos positivos e os pontos a serem melhorados, para que os autores tenham a oportunidade de qualificar o artigo. Solicita-se especial atenção à avaliação quanto a adequação do artigo às seções de artigos a qual se destinam.

- Artigo de revisão sistemática de literatura ou de metanálise: revisões sistemáticas e metanálises podem ser considerados métodos de pesquisa e os seus resultados são considerados empíricos. Os artigos de revisão sistemática e de metanálise possuem a mesma ordem de artigos empíricos (i.e., Introdução, Método, Resultados, Discussão e Considerações Finais). Sugere-se fortemente que as revisões sistemáticas e metanálises submetidas à revista estejam em consonância com os itens *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA, ver em <http://www.prisma-statement.org>). Máximo 25 páginas.

- Artigo empírico: artigo proveniente de pesquisa empírica, na qual houve coleta de dados, seja ela com ou sem a participação de seres humanos. Artigos empíricos provenientes de estudos com seres humanos devem ter sido aprovados por um Comitê de Ética em Pesquisa filiado à CONEP. Os autores devem enviar, no ato da submissão, cópia do parecer de aprovação do Comitê de Ética responsável, bem como mencionar tal aprovação na seção de Método do artigo (especificamente na subseção Procedimentos). Máximo 25 páginas.

Por favor, preencha todo o formulário a seguir. Todos os comentários a respeito do artigo devem ser feitos nesse formulário, nos campos específicos. Comentários no próprio artigo não são permitidos devido à avaliação ser às cegas.

Caso tenha sugestões de aprimoramento deste formulário, solicitamos enviá-las ao e-mail da revista. Agradecemos imensamente sua avaliação.

Dr. Jean Von Hohendorff

Editor Chefe

Figura 5: Exemplo de formulário para avaliação de artigos empíricos e de revisão.

Fonte: Revista de Psicologia (ATITUS Educação)

O primeiro passo para realizar a avaliação do artigo está relacionado à consulta às diretrizes da revista. É sugerido aos revisores que verifiquem as instruções da revista para emissão de pareceres (quando houver), bem como as políticas da revista, normas que se aplicam aos

artigos e questões éticas. Em caso de dúvidas, é necessário que o revisor contate o editor (COPE, 2017). Idealmente, a tarefa de verificação da aderência do artigo ao escopo e normas da revista deve ser desempenhada pelos editores evitando sobrecarga dos revisores com avaliações de artigos que não cumprem certos pré-requisitos de forma e qualidade (Elsevier, 2015a). De qualquer maneira, é recomendado que revisores acessem o *website* da revista para qual o artigo a ser avaliado foi submetido e consultem as informações referentes a objetivos e escopo da revista, principalmente.

O início da avaliação do artigo se dá por meio de sua leitura. Sugere-se realizar uma leitura geral do material sem a pretensão de já redigir o parecer. A Elsevier (2015a) recomenda o seguinte: “Leia, durma, leia, escreva, durma, recomende”, ou seja, realizar a avaliação com calma de modo que haja intervalo entre a leitura, análise e emissão do parecer para refletir sobre o que se está sendo analisado. Embora esse seja o processo ideal de avaliação, é sabido que nem sempre há tempo hábil para que seja dessa forma.

Ao iniciar o parecer, é recomendado informar a *expertise* da revisora. Veja exemplo (Lee, 1995, p. 88): Eu li o artigo de duas perspectivas: 1) alguém que empregou a mesma metodologia que os autores estão usando e 2) alguém que não está familiarizado com a área substantiva que os autores estão investigando. Minhas críticas e sugestões são oferecidas inteiramente a partir da primeira perspectiva (tradução minha).

Ao informar a sua *expertise*, o revisor contribui para que o editor entenda a partir de qual perspectiva o artigo foi avaliado e, caso necessário, possa solicitar outra/s avaliação/ões visando complementar a atual. Em seguida, o parecer deve conter um sumário do artigo, ou seja, explicitando do que se trata, seus objetivos, principais resultados e se é de interesse da revista (escopo) e do público. Ao fazer isso, o revisor mostra o seu entendimento acerca do conteúdo do artigo em avaliação. Veja exemplo a seguir:

O artigo intitulado “Variáveis intervenientes na demora por publicações científicas em Psicologia” apresenta os resultados de um

estudo empírico, do tipo documental, no qual se objetivou verificar se variáveis como Qualis da revista, quantidade de integrantes do corpo editorial e vinculação da revista podem influenciar o tempo decorrido entre submissão e publicação de artigos. Os principais resultados indicam que o Qualis da revista e a sua vinculação impactam a demora para publicação. Os autores discutem tais resultados com base em estudos prévios, bem como à luz do panorama atual da pós-graduação no país. O artigo é adequado ao escopo da revista *Psi Acadêmica*, que tem como foco questões relativas à pós-graduação *stricto-sensu*. O artigo tem potencial para publicação, pois apresenta contribuições à área. No entanto, são necessárias algumas revisões, conforme seguem.

As melhorias necessárias em cada seção devem ser elencadas na sequência. Para tal, deve-se focar nos resultados, método utilizado e discussão. Pontos fortes do artigo devem ser indicados e, na sequência, indicar as melhorias (Elsevier, 2015 b,c), lembrando de utilizar o formato “*action-able advice*” (Lee, 1995, p. 88). Busque elencar os pontos fortes do artigo ao invés de apenas indicar suas deficiências. Ao indicá-las, não faça comentários depreciativos. Quando analisar um artigo e se perceber que foi escrito por uma pesquisadora não nativa, é necessário ter respeito ao indicar possíveis erros de idioma (COPE, 2017).

Revisores devem construir seu parecer tendo como mote a seguinte pergunta: Como o artigo poderia ser melhor? Sendo assim, o parecer deve ser redigido de forma construtiva, evitando hostilidade. É necessário atentar para o fato de que os autores não cometem erros de propósito, sendo papel do revisor contribuir com o aprimoramento do artigo e das habilidades de quem o escreveu (Elsevier, 2015b). É necessário lembrar que existem pessoas “por trás” do artigo submetido, ou seja, pessoas que se dedicaram para elaborar aquele material. Costumo dizer que devemos “humanizar” o artigo, colocando-nos no lugar dos autores ao redigir o parecer. Ninguém espera receber pareceres hostis, então cabe a todos nós não emitirmos pareceres que não gostaríamos de receber.

COMO O ARTIGO PODERIA SER MELHOR?

Essa é a pergunta que revisores devem ter em mente ao avaliar o artigo e construir o parecer de forma construtiva, evitando hostilidade.

A melhor forma de um parecer ser construtivo é indicando sugestões de modificação (Elsevier, 2015b). Tais sugestões de modificação devem ser feitas no formato “*action-able advice*” (Lee, 1995, p. 88), ou seja, indicando claramente, em termos de ações, o que deve ser feito. Dessa forma, por exemplo, ao invés de apenas mencionar que “é necessário aprofundamento na seção de discussão”, revisores devem indicar explicitamente quais resultados requerem aprofundamento e, sempre que possível, indicar como tal aprofundamento pode ser alcançado (e.g., sugerindo a consulta a referências prévias). Além disso, quanto mais específicas forem as sugestões, melhor: “Cite, forneça o número da página ou localize explicitamente as partes do manuscrito que você está se referindo” (tradução minha) (Lee, 1995, p. 90).

O revisor pode ser considerado um professor que dará ensinamentos para melhorar o artigo e futuras submissões dos autores (Elsevier, 2015b). Deve, portanto, ser objetivo e construtivo, buscando sempre embasar suas sugestões com referências que possam justificá-las e/ou auxiliar os autores nas reformulações necessárias (COPE, 2017).

SUGIRA MODIFICAÇÕES – ACTION-ABLE ADVICE

Não faça indicações vagas. Seja específica.

“É necessário aprofundamento na seção de discussão”

“As autoras devem aprofundar a seção de discussão em relação ao resultado x, sendo indicado revisar os estudos da autora y de modo a problematizar as possíveis aplicações práticas do resultado.”

Alguns periódicos, principalmente internacionais, numeram os parágrafos e as frases dos artigos submetidos, o que facilita a especificação das partes do artigo que requerem modificação. Quando isso não ocorrer, o revisor pode utilizar a contagem de páginas do próprio *software* de edição de textos, bem como contar os parágrafos da página. Muitas vezes, buscando serem específicos em suas sugestões, alguns revisores fazem comentários no próprio artigo. Particularmente, como editor, sugiro que isso não seja feito, devido, principalmente por dois motivos: 1) alguns revisores não se dão conta e mantêm, devido a uma configuração do próprio *software* de edição de texto, seus nomes nos comentários; 2) os comentários feitos diretamente no artigo terão que ser copiados para um parecer final, emitido pelos editores, o que acaba sendo mais trabalhoso. Sempre prefira fazer todas as recomendações no parecer.

Durante a revisão do artigo é necessário estar atento aos seguintes aspectos (COPE, 2017):

- Manter a total confidencialidade do material;
- Não envolver terceiros na avaliação do artigo sem que isso seja solicitado e justificado ao editor. Caso permitido, a ajuda deve ser especificada no parecer final com identificação da pessoa que realizou o auxílio;
- Contatar editor caso se perceba, durante a análise do artigo, algum conflito de interesse não identificado previamente;
- Notificar o editor em caso de qualquer suspeita de conduta inadequada percebida por meio da análise do artigo, tal como a verificação de substancial similaridade entre o artigo submetido e outro já publicado. O revisor não deve investigar por si, devendo contatar diretamente o diretor e informando-a;
- Não solicitar citação de artigo de autoria própria apenas para aumentar seu número de citações ou dar maior visibilidade para seu trabalho.

Ao final da revisão, é necessário comunicar a recomendação geral ou decisão final acerca do artigo (Elsevier, 2015c), sendo que

alguns periódicos possuem recomendações específicas (e.g., aceitar, Correções Obrigatórias, Rejeitar). Revisores devem atentar para que sua recomendação geral, ou decisão final, esteja em consonância com a quantidade de melhorias necessárias no artigo (COPE, 2017). Especial atenção deve ser dada à recomendação de “submeter novamente”, uma vez que essa indica que o artigo, da forma como está, não tem condições de ser corrigido para uma eventual revisão. Questiono, portanto, se tal decisão é pertinente ou se deveria ser emitida a decisão de rejeitar.

$$\begin{array}{c} \text{COERÊNCIA} \\ \\ \text{Quantidade de melhorias necessárias} \\ \times \\ \text{Decisão final} \end{array}$$

Além da revisão que é enviada aos autores, algumas revistas permitem que comentários confidenciais sejam enviados ao editor. Não é adequado que, nesses comentários, sejam incluídas informações depreciativas ou qualquer tipo de difamação em relação aos autores (COPE, 2017). O objetivo dos comentários diretos ao editor é informá-lo de qualquer aspecto do artigo que merece atenção e que é melhor que os autores, naquele momento, não tenham acesso. Segue exemplo de um comentário enviado somente ao editor de uma revista, quando enviei a segunda revisão de um mesmo artigo. Note que foi apenas um comentário. Todas as outras informações referentes às revisões feitas pelos autores na versão reformulada do artigo, bem como novas sugestões, foram colocadas no corpo do parecer.

Comentários ao editor

Prezado editor,

Percebi que os autores realizaram as reformulações que sugeri no parecer emitido previamente. No entanto, em minha percepção, ainda há um problema entre o que foi apresentado como proposta e diferencial do artigo e o seu conteúdo no tocante à afirmação de que não era intuito dos autores oferecer um passo a passo da intervenção x dada sua complexidade e necessidade de adequações perante diferentes públicos, sendo que o que se vê no decorrer do artigo é justamente a apresentação de um guia para a intervenção. Embora eu tenha indicado tal aspecto no parecer aos/às autores/as, quero frisá-lo aqui, pois acredito que possa lhe ajudar na tomada de decisão acerca do aceite ou não do artigo. Eu continuo defendendo a necessidade de adequação, mas caso o editor perceba que, do modo como o artigo está, tal aspecto já é contemplado, acredito que a decisão pelo aceite se justifique.

Cordialmente.

Figura 6: Exemplo de comentários ao autor

Fonte: O próprio autor.

Em síntese, um bom parecer é aquele capaz de resumir as características, qualidades e falhas de um determinado manuscrito acadêmico levando em consideração os parâmetros de um determinado periódico, a fim de subsidiar a decisão de sua publicação ou não pelos editores (tradução minha) (Campos, 2019, p. 2). Um bom parecer é, também, um dos principais meios pelos quais um artigo pode ser aperfeiçoado e, em última instância, pode ser uma forma de qualificar futuras pesquisas.

DEPOIS DO PARECER

Após emitir o parecer, é necessário lembrar que a revisora poderá ser contatada futuramente para avaliar uma versão revisada do artigo. Alguns sistemas de revistas possuem a opção referente à

disponibilidade do revisor avaliar outras versões do artigo, permitindo que o revisor indique sua disponibilidade, ou não. Idealmente, é importante que o mesmo revisor esteja disponível para avaliações futuras (COPE, 2017), pois incluir um novo revisor durante o processo pode “truncar” o processo, uma vez que o novo revisor precisará ficar à par das avaliações realizadas até o momento.

Revisores devem manter confidenciais as informações acerca do artigo avaliado após envio do parecer (COPE, 2017). Mesmo que o tempo passe e se perceba que o artigo foi publicado ou não, é inadequado que qualquer informação acerca de sua avaliação seja revelada. Lembro que um colega fez um comentário sobre a revisão de artigo que havia feito alguns anos enquanto conversava com demais pesquisadores. Quando se retirou, um dos presentes mencionou que, a partir do que o colega havia dito, identificou que possivelmente teria sido ele a revisar um artigo de sua autoria.

Embora a importância aos revisores e de seus pareceres seja inquestionável, trata-se, ainda, de um trabalho praticamente anônimo e gratuito (Campos, 2019). Além disso, a emissão de pareceres não possui relevância em avaliações de pesquisadores e de PPG's. Sendo assim, é possível questionar: Por que ser um revisor?

Antes de tudo, pesquisadores devem ser revisores porque o revisor de hoje é o autor de amanhã e vice-e-versa (Campos, 2019). Todos os pesquisadores desejam ter seus artigos avaliados com celeridade e publicados em periódicos bem avaliados. Para que isso ocorra, os mesmos pesquisadores precisam ter disponibilidade em ser revisores.

LEMBRE-SE

O revisor de hoje é o autor de amanhã e vice-e-versa

Além disso, ao realizar uma revisão de artigo, tem-se acesso privilegiado às pesquisas atuais e é possível obter perspectivas mais críticas

sobre a própria pesquisa e escrita (Liendenberg, 2017). Ao constatar os pontos fortes de um artigo, bem como indicar melhorias, os revisores podem fazer uma autocrítica e melhorarem seus próprios artigos científicos. Por fim, a emissão de bons pareceres pode contribuir com a reputação dos pesquisadores junto às revistas e editoras (Lee, 1995).

Algumas vantagens de ser revisor

Acesso privilegiado às pesquisas atuais

Obter perspectivas mais críticas sobre a própria pesquisa

Construir reputação junto às revistas e editores

Reconhecimento em listas de revisores

Acesso gratuito a artigos internacionais de domínio privado

É perceptível, atualmente, iniciativas que visam oferecer recompensas aos revisores. Algumas revistas nacionais têm publicado listas de revisores visando dar reconhecimento ao trabalho prestado. Revistas internacionais, por sua vez, concedem acesso gratuito por tempo determinado aos seus artigos para revisores. Algum tempo atrás, fui surpreendido com um certificado emitido por uma revista internacional (ver imagem) como forma de reconhecimento pelo trabalho prestado. Existe, ainda, a Publons, que se trata de uma plataforma que reúne o perfil de revisores visando reconhecê-los por suas contribuições às revistas científicas. A medida em que um revisor faz pareceres e isso é incluído na Publons um indicador de sua experiência e de suas contribuições é gerado (ver mais em <https://publons.com/about/home/>). Atualmente, algumas revistas, majoritariamente internacionais, questionam os revisores acerca da inclusão da revisão na Publons já no convite enviado para emissão de parecer.



Figura 7: Exemplo de certificado de reconhecimento para envio ao revisor.

Fonte: O próprio autor.

CONCLUSÃO

Juntos, autores, editores e revisores podem fazer com que o processo de avaliação de um artigo seja mais rápido e construtivo. Para que isso ocorra, cada uma dessas engrenagens deve desempenhar seu papel de forma adequada. Cabe aos autores submeterem artigos de qualidade, que se enquadrem no escopo e respeitem as normas da revista escolhida. Editores devem realizar uma análise inicial do artigo visando verificar se atende critérios mínimos para que seja enviado aos revisores. É preciso cuidado para que revisores não sejam sobrecarregados com avaliações de artigos que deveriam ter sido filtrados pelos editores. Aos revisores, conforme já apresentado nesta nota técnica, cabe responderem com celeridade ao convite dos editores. Quando aceito tal convite, devem cumprir com o prazo e enviar um parecer construtivo, que colaborará para o aperfeiçoamento não somente do artigo em análise, mas com futuras pesquisas e manuscritos dos autores e dos próprios revisores.

REFERÊNCIAS

- American Psychological Association (2012). *Manual de publicação da APA* (6. ed.; D. Bueno, Trad., M. L. T. Nunes, Rev.). Penso Editora.
- Bandura, A. (2008). A evolução da teoria social cognitiva (R. C. Costa, Trad.). In A. Bandura, R. G. Azzi, & S. Polydoro (Orgs.). *Teoria social cognitiva: Conceitos básicos* (pp. 15-41). Artmed.
- Campos, L. A. (2019) *How to write an academic review?* [Originally published in DADOS' blog in July/2019] [online]. SciELO in Perspective, 2019 <https://blog.scielo.org/en/2019/09/12/how-to-write-an-academic-review/>
- COPE Council (2017). *COPE ethical guidelines for peer reviewers* – English. doi:10.24318/cope.2019.1.9
- Elsevier (2015a). *Elsevier editors share their top reviewing tips - Part 1*. <https://www.elsevier.com/reviewers-update/story/tutorials-and-resources/elsevier-editors-share-their-top-reviewing-tips-part-1>
- Elsevier (2015b). *Elsevier editors share their top reviewing tips - Part 2*. <https://www.elsevier.com/reviewers-update/story/tutorials-and-resources/elsevier-editors-share-their-top-reviewing-tips-part-2>
- Elsevier (2015c). *Elsevier editors share their top reviewing tips - Part 3*. <https://www.elsevier.com/reviewers-update/story/tutorials-and-resources/elsevier-editors-share-their-top-reviewing-tips-part-3>
- Hohendorff, J. V. (2021). Como elaborar um parecer de artigo científico? E porque devemos ser revisores... *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e370001>
- Hohendorff, J. V. (2017). A agência humana coletiva é fundamental à publicação científica. *Revista de Psicologia da IMED*, 9(1), 3-4. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2017.v9i1.2246>
- Lee, A. S. (1995). Reviewing a manuscript for publication. *Journal of Operations Management*, 13(1), 87-92. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/027269639594762W>
- Liebenberg, L. (2017). Reviewing to learn: How the act of reviewing supports professional development and the profession. *International Journal of Qualitative Methods*, 16, 1–3. doi:10.1177/1609406917708380

CAPÍTULO 8

INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA³¹

GUSTAVO MARTINELI MASSOLA
BERNARDO PARODI SVARTMAN

Neste capítulo, discutiremos a internacionalização da produção científica brasileira em Psicologia sob o prisma de alguns de seus aspectos políticos, científicos e técnicos.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Politicamente, parece-nos fundamental refletir se o impulso para a internacionalização não reproduz uma relação de subordinação entre o Brasil e os países centrais. Cientificamente, se a internacionalização contribui para o desenvolvimento da produção de conhecimento no Brasil. Tecnicamente, consideramos algumas exigências, alguns obstáculos e desafios para a publicação em periódicos internacionais, bem como formas de enfrentá-los. Os autores deste capítulo atuam muito próximos da interface entre psicologia e Ciências Sociais, e é deste lugar que falam. Neste texto será privilegiada a discussão sobre a produção de artigos em periódicos científicos, e de não capítulos ou livros. Seriam duas discussões muito diferentes e não haveria espaço

31 Os autores agradecem a Daniela Silva Andrade por sua colaboração com a coleta e organização dos dados.

para ambas. Esperamos que alguns dos apontamentos sirvam para ambas as possibilidades de escrita.

A pandemia de covid-19 parece ter mostrado para além de qualquer dúvida a necessidade da colaboração internacional para o desenvolvimento tecnológico em algumas áreas essenciais. Um texto de divulgação de um edital pela Fiocruz fazia menção à produção das vacinas contra a covid-19 e afirmava que “já está mais do que provado que a internacionalização da pesquisa científica acelera o seu desenvolvimento” (FIOCRUZ, 2021). Mas esta aceleração não parece beneficiar igualmente a todas as partes. Um grupo de países de renda baixa e média, liderado por Índia e África do Sul (o Brasil não foi signatário), solicitou à OMS a quebra de patente das vacinas já desenvolvidas contra a covid-19 porque, “até o momento, apenas alguns países de alta renda parecem ter amplo acesso a vacinas” (Navas, 2021). A proposta sofria a oposição de um grupo de “países ricos, incluindo Reino Unido, Estados Unidos, Suíça e nações europeias” (Navas, 2021). O mesmo texto afirma que 75% das vacinas haviam sido ministradas em apenas 10 países ricos (Navas, 2021).

Não é sem fundamento a suspeita de que parte do impulso para a internacionalização da produção científica no Brasil derive de uma posição colonizada, segundo a qual o conhecimento produzido no país só terá validade se for endossado por nossos pares dos países centrais (Sato & Nardi, 2021). Isso significaria que, na origem do impulso para a internacionalização, residiria a reprodução de um mecanismo de dominação que mantém hierarquias e desigualdades entre nações centrais e periféricas, não apenas na produção econômica, mas na própria criação de conhecimento. O alerta de Sato e Nardi (2021) deve, assim, permanecer em nosso horizonte:

Para pensarmos a internacionalização numa relação não subordinada, é relevante refletirmos sobre em que medida nossas agendas de pesquisa não estariam sendo influenciadas por aquelas que fazem sentido às sociedades do Norte, mas não tanto à nossa sociedade.

Vale lembrar que as regras do Programa Institucional de Internacionalização da CAPES (PrInt) a partir de 2017 (CAPES, 2017) - um dos principais veículos de fomento à pesquisa e ao intercâmbio científico no país - implica condições que privilegiam convênios com países desenvolvidos (na Universidade de São Paulo, optou-se por uma lista “preferencial” de países composta por 79% de países centrais) em detrimento de parceiros do Hemisfério Sul, com os quais o Brasil pode partilhar problemas semelhantes.

A internacionalização da produção científica não é uma preocupação apenas brasileira, nem apenas dos governos: é uma preocupação de pesquisadoras/es em todo o mundo. Um dos autores deste capítulo colabora com uma lista de *emails* de um importante periódico internacional, com ampla participação de pesquisadoras/es de diversos países. Alguns meses antes da redação do presente texto, iniciou-se nesta lista uma discussão em inglês (entre participantes de países centrais) sobre a proposta de um número especial do periódico. Um dos editores-chefes da revista afirmou que estava conversando com pessoas em todo o mundo, especialmente em lugares onde a revista poderia crescer. E que pesquisadoras/es nesses lugares talvez desejassem um número especial sobre “Os Desafios (da área) no Sul Global”, porque muitas vezes sentiam ser difícil atender aos padrões do “Norte Global” para publicação. Concluiu que apresentar trabalhos que abordassem esses desafios poderia ter um caráter inclusivo.

Outro editor replicou que um número especial voltado explicitamente para este tema poderia não ser a melhor maneira de enfrentar a questão. Uma forma “implícita”, ou seja, ser mais inclusivo em tudo o que a revista (e a associação à qual ela se vinculava) fazia, seria melhor que concentrar a discussão em números especiais. Sugeriu incluir como critério de avaliação dos manuscritos e propostas de números especiais um componente relativo ao “Sul Global”, pois isso não prejudicaria os autores do “Norte Global”, mas os encorajaria a formar parcerias com os primeiros.

Algumas semanas depois, a revista atualizou suas normas editoriais e passou a sugerir que as pesquisas a serem publicadas tivessem sido pré-registradas. O pré-registro consiste, “em sua forma mais simples”, no preenchimento de um formulário, registrado em bases especializadas antes do início da pesquisa, “que responde a perguntas básicas, como, por exemplo: Que pergunta será estudada? Qual é a hipótese? Quais dados serão coletados? Como serão analisados?” (Kupferschmidt, 2018).

O pré-registro tem a tendência de engessar a pesquisa, dificultando a produção de resultados inesperados e a realização de pesquisas com desenhos mais abertos ou fundamentadas em teorias menos consolidadas. Por isso, muitos participantes do grupo de emails se opuseram à proposta. Uma das razões era a de que, segundo um dos participantes, o pré-registro privilegiava trabalhos mais teóricos do que empíricos ou qualitativos (na área em questão), o que reforçaria o centralismo ocidental do qual a revista queria se afastar, uma vez que a maioria das teorias existentes deriva indutivamente da experiência ocidental.

Quer dizer, o pré-registro tende a favorecer teorias desenvolvidas em países centrais, que estarão, conseqüentemente, em acordo com dados obtidos nesses lugares, o que dificulta a elaboração de teorias distantes do *mainstream* científico, e que poderiam ser mais adequadas às realidades de países periféricos.

O privilégio a pesquisas com pré-registro, apesar dos protestos, foi mantido. Ou seja, apesar de suas boas intenções, a primeira decisão da comissão editorial após a ampla discussão sobre como incluir pesquisadoras/es do “sul global” teve o condão de excluí-las/os ainda mais.

Por um lado, a boa notícia é a de que colegas do “norte global” também desejam expandir seus contatos com o “sul global”. Por outro, a má notícia é que, para fazê-lo, muitas vezes esperam que nós os encontremos um pouco depois do meio do caminho, ou seja, que profissionais da pesquisa do Hemisfério Sul cumpram com critérios científicos rigorosos – e rigor, aqui, é muitas vezes aquilo que é definido

como rigor nos países centrais, mesmo que seja apenas o cumprimento de regras quase burocráticas, como o pré-registro. Além disso, o interesse nesta aproximação expressa-se, muitas vezes, como uma busca por “expansão”, ou seja, aumento de influência, ou “inclusão”, quer dizer, cumprimento de princípios ético-políticos de igualdade entre os povos. No entanto, não aparece na discussão relatada, salvo marginalmente, a potencial relevância do conhecimento produzido fora dos países centrais. Além disso, se as pessoas participantes se atribuem o epíteto de “norte global”, o que é correto, atribuem ao que não é norte o epíteto de “sul global”, o que é um equívoco. Sigamos ponto a ponto.

Parece inegável existir uma tendência de maior abertura dos periódicos publicados por grandes editoras (*publishers*) e sediados em países centrais à participação de países periféricos. Apesar de os Estados Unidos (EUA) seguirem sendo uma potência científica mundial em inúmeros indicadores, a China ultrapassou o volume de artigos publicados pelos norte-americanos em 2018 (Jacobsen, 2018). Países em desenvolvimento, em geral, têm aumentado sua participação na produção científica mundial quando comparados com os EUA (Tollefson, 2018), mas EUA e União Europeia seguem tendo maior representação entre os artigos mais citados do mundo, seguidos pela China (National Science Board, 2020). Além da China e da Índia, a Coreia do Sul (exemplos de países recém-industrializados, ‘Utoikamanu, [s.d.]) exemplifica esta tendência de crescimento no investimento e, consequentemente, na produção de Pesquisa & Desenvolvimento em países periféricos nos últimos 20 anos em ritmo superior ao dos EUA (National Science Board, 2020). Diversas editoras internacionais passaram a adotar programas de estímulos de tipos variados (incluindo acesso a artigos, taxas menores de publicação, treinamento para bibliotecárias/os, entre outros) para países em desenvolvimento ou para comunidades com dificuldades de acesso a seus produtos. Como exemplo, a Elsevier participa como sócia-fundadora do projeto Research4Life (que engloba diversas editoras e órgãos de governo), que disponibiliza acesso temporário a artigos sobre ciências da vida a profissionais da saúde em países

não-desenvolvidos (Elsevier, [s.d.]-a). Exemplos semelhantes podem ser encontrados em todos os grandes *publishers* internacionais.

O Brasil, por meio do Portal de Periódicos da CAPES ([s.d.]), permite acesso a milhares de periódicos científicos assinados pelo governo federal e disponibilizados para profissionais de pesquisa de todo o país. Os custos de manutenção dessas assinaturas são bastante elevados. Apenas em 2016, o governo federal pagou à Nature pouco mais de R\$ 6 milhões pela assinatura das revistas do grupo (CAPES, 2016). Se desconsiderarmos o ano de 2000, quando o Portal foi fundado incorporando outras iniciativas de assinaturas governamentais (Martins & Braile, 2009), a evolução dos gastos com periódicos é significativa, passando de 12 milhões de dólares em 2001 (Martins & Braile, 2009) para 105 milhões de dólares em 2015 (Tuffani, 2016). Aumentos significativos de despesas com assinaturas deste tipo são observadas em todo o mundo, inclusive nos países periféricos. Assim, é possível que uma maior disposição das editoras internacionais para publicar autoras/es de países periféricos e favorecer o acesso desse grupo a seus produtos deva-se em parte a um movimento comercial impulsionado pela maior importância desses países nos gastos globais com ciência e tecnologia. Uma parte do interesse em incluir e publicar pesquisas produzidas em países periféricos pode ter o objetivo de incrementar a influência ou a participação nesses mercados em forte expansão.

Como mencionado, Estados Unidos e União Europeia seguem dominando os indicadores de artigos científicos mais citados (National Science Board, 2020). O número de citações recebidas por um artigo tem sido tomado como indicador de sua qualidade (Brembs et al., 2013). O que isso significa? De forma geral, toda vez que um artigo menciona em suas referências bibliográficas um outro artigo, este último recebe uma citação. Ser citado, geralmente, é um sinal de prestígio, porque o conteúdo do artigo foi considerado importante o suficiente para que outra pesquisa o citasse. Por consequência, podemos tomar o conjunto de 1% dos artigos mais citados da base Scopus como uma boa representação do que se considera a ciência canônica (National Science Board,

2020). Neste conjunto, os EUA têm participação 1,88 vezes maior que no total da Scopus, e a União Europeia, 1,33 vezes maior. Isso significa que uma parte maior da produção dessas duas regiões tem *status* de ciência canônica que aquela produzida em outras regiões. Mesmo com a rápida ascensão da China (cujo índice passou de 0,37 em 2000 para 1,12 em 2016), da Índia (de 0,41 em 2000 para 0,70 em 2016) e da Coreia do Sul (de 0,60 para 1,02), os países centrais continuam dominando a produção da “boa ciência”. Numa conversa pessoal ocorrida há alguns anos entre um dos autores deste capítulo e um editor de um periódico importante de psicologia, este editor nos contou sobre sua preocupação com o equilíbrio entre incorporar um maior número de publicações de autoria de países periféricos e não rebaixar a qualidade do material publicado.

Avaliar a “qualidade” da pesquisa científica é uma tarefa muito difícil e há fortes argumentos em favor da ideia de que os diversos indicadores quantitativos de impacto das publicações, como citações recebidas, são, quando muito, uma aproximação bastante falha à questão (Brembs et al., 2013; Lariviere & Sugimoto, 2018; Rocha e Silva, 2011). Há razões para argumentar também que a predileção por artigos que chamem mais a atenção do público e, por consequência, obtenham mais citações, torna os resultados apresentados por artigos publicados em revistas mais citadas menos confiáveis que aqueles publicados em revistas com menor impacto (Brembs et al., 2013). Mas esses indicadores continuam a ser utilizados, inclusive pela CAPES, que passa em 2021 a adotar indicadores de impacto como critérios dominantes para avaliar a qualidade da produção científica brasileira (Araujo, 2020; CAPES, 2020). Isto, mesmo quando sabemos que o número de citações de um artigo pode ter relação maior com o investimento em publicidade por parte da revista do que com a qualidade dos textos ali publicados (Beall, 2015; SciELO, 2015) e quando sabemos que esses indicadores subestimam textos publicados em línguas diferentes do inglês ou que tratem de problemas de regiões periféricas (Sato & Nardi, 2021). Uma das dificuldades com a internacionalização da produção

científica brasileira, portanto, não tem relação com a obediência aos cânones metodológicos da pesquisa científica (Parsons & Wright, 2015), mas sim com a obediência a critérios de rigor científico que são medidos por indicadores frágeis e que tendem a privilegiar pesquisas oriundas de países centrais.

Mudanças políticas profundas vêm marcando os países centrais, especialmente uma crescente importância das questões comumente estudadas sob a noção de Interseccionalidade das formas de desigualdade e opressão, ou seja, sob a perspectiva de que aspectos identitários como raça-etnia, gênero, classe, orientação sexual, religião, entre outros, interseccionam-se produzindo formas específicas de discriminação ou privilégio (Castells, 2018; Crenshaw, 2015). Essas questões parecem ter desempenhado um papel central nas eleições de Obama, de Trump e de Biden nos EUA (McCall & Orloff, 2017). Uma preocupação com o combate a formas de preconceito e discriminação foi aos poucos ganhando o centro do debate político (Offe, 1989). Essas mudanças tiveram impacto nas publicações científicas, em que uma crescente atenção a formas de discriminação não deliberadas se estabeleceu. Muitas editoras passaram a desenvolver políticas de igualdade de gênero e de combate à discriminação. A revista *The Lancet* publicou um forte editorial que começava com a afirmação de que “o sistema de publicação acadêmico apresenta viés de gênero” (Clark & Horton, 2019) e passava a listar as ações que seu corpo editorial deveria tomar para combatê-lo. A Elsevier criou uma página dedicada ao “preconceito inconsciente”, em que parte do princípio de que “muitas vezes acabamos tratando as pessoas e situações com base em generalizações e preconceitos inconscientes” e informa que está “introduzindo várias metodologias e ferramentas para identificar e erradicar o preconceito inconsciente” em seus processos editoriais (Elsevier, [s.d.]-b). De acordo com o *publisher*, “o preconceito inconsciente é importante quando seus efeitos começam a interferir no processo de publicação acadêmica e/ou significam que segmentos de comunidades não têm acesso a oportunidades” (Elsevier, [s.d.]-b). A editora Taylor & Francis

criou uma página com recursos para países periféricos, na qual afirma que “apoiar pesquisadoras/es de países em desenvolvimento é uma parte vital do que fazemos” (Taylor & Francis, [s.d.]). As desigualdades entre Norte e Sul, além da desigualdade de gênero, estão entre as mais gritantes no mundo acadêmico e se expressam muito diretamente por uma super-representação de pessoas brancas da Europa e dos EUA na autoria de artigos muito citados publicados pelos principais *publishers* do mundo. As tentativas de incluir autores do “Global South” incorporam uma preocupação com o combate à desigualdade Norte-Sul e aparecem como uma das formas de responder a essa nova sensibilidade política e às pressões daí decorrentes nos países centrais.

Por fim, o contraponto entre um “norte global” e um “sul global” é apenas parcialmente correto. Se por “Global North” entendemos a civilização ocidental (como mencionado na conversa relatada), então está correto entender que há um norte global, representado pelas forças hegemônicas desta civilização, cuja origem está na Grécia Antiga, e que se espalhou por todo o globo terrestre - um “norte” global (Guba, 1990). Esta expansão se deu às custas da destruição ou subjugação de outras culturas, mesmo na Europa (como a celta, por exemplo), constituindo um poder econômico, militar e político que se apresenta como autoevidente e se posiciona como o centro simbólico do mundo, diante do qual outras culturas assumem lugar periférico. As artes e a filosofia, como as conhecemos, são expressões culturais máximas desta civilização, e, portanto, para não confundir fenômenos distintos, deveríamos usar outra palavra que não “filosofia” para nos referirmos a outras formas culturais, como o confucionismo (Chauí, 2018). A Ciência é um produto recente desta civilização, que levou a um controle sem precedentes sobre a natureza (Adorno & Horkheimer, 2014). Globalização é a expansão por toda a superfície do globo terrestre das instituições oriundas desta civilização (Giddens, 1991), e, neste sentido, os avanços científicos e tecnológicos dos países periféricos não deixam de ser uma vitória do Ocidente.

Atualmente, a ciência é o meio hegemônico de produção de conhecimento no Ocidente. Mesmo as religiões precisam afirmar-se por comparação com a ciência. Então, como afirmar legitimamente a existência de outras formas culturais, como apresentar dissidências vindas dos povos não ocidentais, como discutir sobre Nhanderu, Orixás, Rupave e Sypave, senão por meio dos canais oferecidos pelas instituições científicas? Isso, porém, não significa que haja uma unidade neste sul global, nem por comparação com este norte global, exceto pelo fato de todas as formas culturais indígenas aos países periféricos e, conseqüentemente, as próprias realidades sociais desses países, serem igualmente alvo de domínio e subjugação pelo Ocidente. Não há, portanto, um sul global. Há, se quisermos, muitos suís, da mesma forma que pode haver muitos nortes subjugados por uma civilização dominante. Para quem está publicando artigos dentro do cânone da ciência, especialmente nas ciências exatas e da natureza, não haverá talvez problemas com objetos, métodos ou a “linguagem” conceitual utilizada. Para quem reflete sobre a realidade específica, local e irrepetível destes suís, haverá necessidade de muitos ajustes para que o norte possa receber esses conhecimentos. De todo modo, haverá dificuldades específicas a serem vencidas pelo conjunto dos países periféricos, as quais irão aparecer, de uma forma ou de outra, na atividade cotidiana de pesquisa e publicação.

O QUE É UMA PUBLICAÇÃO “INTERNACIONAL”

Quando podemos considerar que uma publicação é “internacional”? A resposta envolve enfrentar algumas dificuldades e sutilezas. O órgão do governo federal que regula as atividades de pós-graduação no país e que, para todos os efeitos, vem se responsabilizando pela avaliação da produção científica brasileira é a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Curiosamente, a CAPES não é um órgão voltado para a pesquisa, mas sim para o ensino.

No Brasil, porém, a produção científica é quase inteiramente realizada por (ou com a participação direta de) estudantes de Mestrado e Doutorado nos Programas de Pós-Graduação (PPGs). Os PPGs são avaliados pela CAPES, que atribui notas e, a partir dessas notas, autoriza a abertura e a permanência ou determina o fechamento desses programas. Entre os componentes da avaliação, está o grau de internacionalização dos PPGs e a qualidade de sua produção científica e tecnológica. Por isso, a CAPES vem produzindo relatórios que formam a base do que conhecemos no país sobre nossa produção científica e tecnológica internacional.

Em um documento de 2012, a coordenação da área de psicologia da CAPES enumerou as três dimensões em que avalia o nível de internacionalização de um PPG: a. produção científica (ou seja, publicações propriamente ditas); b. interações acadêmico-científicas; e c. institucionalização da internacionalização (CAPES, 2012, p. 18). Iremos nos concentrar aqui na discussão da primeira dimensão.

Para poder fazer distinções qualitativas nas produções científicas dos diversos PPGs, a CAPES não avalia a qualidade de cada artigo, capítulo ou livro publicado por seus docentes ou estudantes. A única forma de fazê-lo, dado o grande volume da produção brasileira, seria por meio do número de citações recebidas pelos textos (alternativas como a leitura de cada texto por uma comissão de avaliação sempre foram afastadas pelas dificuldades envolvidas). Mas considerar apenas isso levaria a inúmeras distorções. Por exemplo, um artigo recém publicado não teve tempo de ser citado, penalizando o programa, não importando sua qualidade. Por isso, a CAPES avalia a qualidade dos periódicos em que os artigos foram publicados ou atribui pontuações a certos aspectos formais dos livros publicados. O sistema de avaliação da produção bibliográfica da CAPES recebeu o nome de *Qualis*, e, assim, há um *Qualis-Periódicos* (para avaliação de artigos) e um *Qualis-Livros* (para avaliação de livros e capítulos). A classificação da qualidade dos periódicos e livros é feita por meio de uma estratificação: no caso de periódicos, indo de A1 (melhor qualidade) a B4 (pior

qualidade) ou C (publicação que não cumpre critérios mínimos para ser classificada como periódico científico); no caso de livros, indo de L1 (melhor qualidade) a L5 (pior qualidade) ou LNC (não cumpre critérios de livro científico, como folhetos, cartilhas, entre outros). Um artigo publicado em periódico classificado no estrato A2 receberá pontuação correspondente ao estrato (ou seja, todos os artigos ali publicados receberão a mesma pontuação). O mesmo se dá para os capítulos de um livro do estrato L3, por exemplo, que receberão todos a mesma pontuação. Ou seja, um artigo publicado em periódico internacional B vale menos que um artigo publicado em um periódico nacional A. Portanto, nem sempre é vantajoso publicar em periódicos estrangeiros. Além disso, um artigo publicado em periódico estrangeiro classificado como C não é considerado uma publicação internacional, para efeitos da avaliação, porque o veículo de publicação não é considerado um periódico.

No documento de 2012, a internacionalização da produção científica engloba quatro indicadores: percentual da produção publicada em periódicos estrangeiros qualificados nos estratos superiores do Qualis (ou seja, considerados bons periódicos ou livros); percentual de livros (texto integral ou organização), ou capítulos de livros publicados; grau de colaboração internacional da produção bibliográfica; e grau de impacto internacional da produção, medido pelas citações recebidas por textos publicados no exterior (CAPES, 2012, p. 18).

Os critérios para definir o Qualis de um periódico (não será possível tratar do Qualis-Livros) variam a cada ciclo de avaliação. Vamos apresentar aqueles que devem estar vigentes no ciclo 2017-2020. Há três possibilidades abertas pela Diretoria de Avaliação da CAPES para que cada área do conhecimento avalie sua produção (cada área é representada na CAPES por uma comissão específica, com alguma autonomia para decidir sobre a avaliação). Não falaremos da terceira possibilidade, chamada de Qualis-Humanidades, por fugir ao escopo deste texto.

A primeira, usada tipicamente por áreas exatas, naturais ou da saúde, inclui apenas o uso de indicadores de impacto, especialmente o índice chamado de fator de impacto (ou IF, em inglês, Clarivate, [s.d.]). Este índice, bem como o SJR (SCImago, [s.d.]), também admitido, é calculado pela média de citações para cada artigo em um periódico. Há aqui uma importante distorção – o IF, por exemplo, só existe para revistas admitidas em uma base de indexação de periódicos chamada *Web of Science* (Clarivate Analytics, [s.d.]), e é calculado pelas citações feitas por periódicos desta base a outros periódicos desta base. Portanto, se um periódico não está indexado no *Web of Science* (e é muito difícil ser aceito nesta base), ele não terá fator de impacto. Como dado importante, na “área-mãe” (ou seja, área principal) psicologia, há apenas uma revista nacional indexada no *Web of Science* (o que representa 0,6% das revistas nacionais) e 17 revistas indexadas na base Scopus, que correspondem a 10,4% das revistas nacionais (CAPES, 2019). Como a *Web of Science* e o Fator de Impacto são propriedade intelectual da Clarivate, uma empresa privada (como o SJR, da Elsevier), na prática, a avaliação está sendo terceirizada para uma empresa (“Os dados bibliométricos são coletados por empresas privadas para criar catálogos pesquisáveis de artigos de pesquisa”, National Science Board, 2020). A segunda possibilidade utiliza indicadores abertos, como o h5, do Google. Por compreender, a partir de uma fórmula específica, o conjunto de textos indexados pelo Google, o índice h5 (Google, [s.d.]) ou o índice Altmetric (Altmetric, [s.d.]) englobam uma base muito maior de textos, sendo mais abrangentes – mas, talvez, menos rigorosos – que o IF ou o SJR. O Altmetric inclui, por exemplo, o impacto de um texto em redes sociais. Esta é a possibilidade que a área da psicologia escolheu, fazendo uso do h5, que mede o número de citações recebidas pelos periódicos em toda a base de informações do Google. Mas, seguindo a prática dos ciclos avaliativos anteriores, a área da psicologia também considera a qualidade das bases em que um periódico é indexado. O que isso significa?

As bases indexadoras são listas de periódicos que contêm informações específicas e servem para orientar pesquisadoras/es que buscam conhecer os periódicos de uma área. Por exemplo, quem quiser ter uma visão ampla de quais são os periódicos da área da Psicologia no Brasil pode consultar o PePsic (Periódicos Eletrônicos em psicologia), que, além de ser um indexador, é também uma plataforma de acesso ao conteúdo dos periódicos (Instituto de Psicologia da USP, [s.d.]). A relevância de uma base indexadora depende do prestígio do grupo que a gerencia e do rigor dos critérios utilizados para admitir revistas. Uma revista aceita na *Web of Science* ganha desta base indexadora uma espécie de selo de qualidade. A comissão de indexação da base avaliou a revista e concluiu que ela tem boa qualidade editorial e pode ser admitida. Sem muita dúvida, a *Web of Science* é a base mais prestigiada, e, igualmente, a mais restritiva de todas. É um enorme prestígio para um periódico ser admitido na *Web of Science*. Outra base de grande prestígio na psicologia é a *PsycInfo*, mantida pela *American Psychological Association*.

A área da psicologia na CAPES adotou um critério de avaliação segundo o qual, se um periódico recebe um número relativamente baixo de citações, que o classificaria, por exemplo, como B2, mas está indexado em uma base muito prestigiada, como o *PsycInfo*, ele recebe um “bônus” e pode ser classificado como B1 ou A2. O contrário também é válido: periódicos com muitas citações, mas indexações pobres, podem ser penalizados (CAPES, 2019).

A área da psicologia propôs um conjunto de passos para avaliar uma publicação, que são os seguintes (CAPES, 2019): a. identificar se o veículo (periódico) é nacional ou estrangeiro com base em seu ISSN, utilizando o Portal ISSN (<https://portal.issn.org/advancedsearch>); b. levantar seu índice h5; c. descartar veículos com índice h5 igual ou inferior a 1 (são classificados como “C”); d. estratificar os periódicos de acordo com seu h5 - neste caso, veículos nacionais e estrangeiros são tratados separadamente por haver diferenças muito grandes entre ambos os grupos; e. levantamento das bases indexadoras; f.

ajustar a classificação de acordo com a base indexadora; g. comparar a classificação de um periódico com aquela feita por outras áreas (como filosofia, medicina, entre outras) para chegar a uma classificação final comum.

Poderíamos, portanto, entender que um artigo publicado em um periódico estrangeiro que não esteja no estrato “C” é entendido como uma publicação internacional. Mas essa conclusão não é tão simples. Alguns periódicos podem ser geridos por um conjunto de universidades brasileiras e estrangeiras. Como definir sua origem para efeitos de avaliação? Será tomada, enfim, a informação obtida no Portal ISSN. Mas mesmo isso não resolve a questão. Em uma reunião de acompanhamento da área de psicologia com coordenadores de PPGs, a equipe da CAPES afirmou que uma situação particularmente difícil é aquela em que um artigo é publicado em uma revista estrangeira, mas está redigido em português (muitas revistas estrangeiras aceitam artigos nessa língua). Como o objetivo da internacionalização é que a ciência brasileira seja lida em outros países, a equipe considerava este um caso de publicação nacional (A.V. Bastos, V Seminário Novos Horizontes ANPEPP, comunicação pessoal, 16 de novembro de 2017). O desafio que surge é como definir a internacionalização quando o contexto de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e a integração dos meios materiais da produção científica parece tornar anacrônica a delimitação das fronteiras nacionais que serviam de critério para designar o próprio e o estrangeiro. Nesse sentido, novas delimitações de territórios tornam-se mais relevantes, mais ligadas à compreensão geopolítica mundial dos processos de dominação e exclusão, levando à discussão de como democratizar o acesso à produção científica e de como incluir e respeitar visões epistemológicas de grupos e etnias não integrados ao paradigma hegemônico de ciência.

POR QUE PUBLICAR EM PERIÓDICOS E LIVROS ESTRANGEIROS?

A resposta para a pergunta do título deveria ser simples: o conhecimento científico frutifica quando não há cerceamento para a troca de informações e reflexões, quando o diálogo é aberto e franco, quando não há impedimentos políticos ou ideológicos para que cientistas emitam opiniões técnicas sobre um assunto. As fronteiras de um país tampouco deveriam oferecer obstáculos à livre circulação de ideias. Kurt Lewin (1973) ecoava o pensamento dos fundadores da psicologia da Gestalt ao afirmar que a ciência só podia florescer na democracia. Publicar as descobertas científicas numa forma acessível a todo o público deveria ser uma busca constante. Este ideal está expresso em documento da área de Psicologia da CAPES (Tomanari et al., 2019), que afirma que, apesar do aumento significativo da publicação em revistas brasileiras desde o ano de 2005, “há espaço para o crescimento das publicações de artigos em periódicos editados no exterior, reconhecidos como veículos apropriados para a divulgação por grandes centros de pesquisa” (p. 11). Para muitas pessoas, o surgimento do inglês como língua universal da ciência viria em socorro desta aspiração.

Schopenhauer (2011) nos dá um exemplo desta preocupação ao lamentar a abolição do latim como língua geral como um “verdadeiro infortúnio para as ciências na Europa” (posição 281), e ressalta que escreverem em uma língua única lhe permitia (a ele) o acesso direto ao pensamento de autores desde a Antiguidade passando por toda a Idade Média até a Modernidade. E adverte:

Contudo, como seria se cada um deles tivesse escrito na língua de seu país, seguindo o estágio em que ela se encontrava na época? Seria impossível para mim entender sequer a metade dos seus textos, e um contato espiritual com tais autores se tornaria impossível. (posição 324)

Mas nada mais distante deste objetivo intelectual que o funcionamento da ciência hoje. Para nós, Schopenhauer talvez dirigisse a mesma acusação que aos pesquisadores profissionais de sua época: “Há pessoas que simplesmente vivem da ciência: para eles, a ciência não passa de ‘uma boa vaca que lhes fornece leite’”. (posição 217). A ciência tornou-se um meio e não um fim. O fim chama-se tecnologia.

Podemos entender tecnologia de várias formas, mas uma maneira operacional é defini-la como o estudo científico da técnica (Pinto, 2005). O funcionamento social e o crescimento econômico são, atualmente, fortemente atrelados ao desenvolvimento tecnocientífico (Santos, 2002). O modelo de integração entre universidades e indústrias, articulado pelo aparato militar que financia pesquisas para a guerra, foi desenvolvido nos EUA no período imediatamente anterior à Segunda Guerra e se consolidou no decorrer deste conflito (Almeida, 2007). Ganhou o sonoro nome de *big science* e transformou a ciência num empreendimento custoso, com altíssimos investimentos, mas igualmente lucrativo. Tornou-se o principal motor do crescimento econômico norte-americano no pós-Guerra, num ciclo em que o aparato militar contrata as universidades para desenvolverem tecnologia estratégica, transformando esta tecnologia em patentes militares, e, em seguida, em patentes para produtos civis. A comida enlatada, o GPS, a Internet e o velcro são exemplos famosos deste fenômeno. A *big science* marcou definitivamente o sistema acadêmico nos EUA (Weinberg, 1961).

Esta forma de produzir ciência se globalizou e formou um sistema mundial que envolve governos, empresas, editoras, universidades, imprensa (a qual dá muito valor a artigos publicados em periódicos específicos, como *Nature* e *Science*). Chamaremos a este conjunto *sistema mundial de produção científica*. Este sistema é voltado à inovação tecnológica e ao crescimento econômico, tanto quanto – ou mais – que à inovação propriamente científica.

Caso a internacionalização seguisse objetivos puramente científicos, os países buscariam intercâmbios independentes das consequências

econômicas. Mas a preferência por dialogar com países centrais (como indicamos anteriormente), reconhecida pela área de psicologia na CAPES (Tomanari et al., 2019), mostra que o impulso para a internacionalização não segue a lógica puramente científica, mas, mais propriamente, a lógica do desenvolvimento tecnológico. Nesta lógica, publicações são seguidas pelo desenvolvimento de patentes que se tornam trunfos comerciais. Publicar ciência tem um efeito econômico direto sobre as economias. Uma publicação das Nações Unidas sintetiza a questão ao afirmar que “a correlação entre o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e o crescimento econômico é bem aceita.” (Utoikamanu, [s.d.])

Os governos de países periféricos passaram a dirigir esforços para que suas pesquisas, transformadas em publicações em periódicos prestigiados, pudessem converter-se em patentes comerciais de produtos inovadores e rentáveis. Os países bem-sucedidos neste esforço, entre os quais China e Coreia do Sul se destacam, obtiveram crescimentos econômicos elevados, alavancados por uma expansão industrial e por um crescimento no comércio internacional igualmente vertiginosos.

Ao lado, portanto, de um interesse propriamente científico pela expansão do intercâmbio de ideias, está em operação, na pressão cada vez maior pela internacionalização da produção acadêmica, um interesse comercial de caráter geopolítico. Isso se reflete na expectativa do “*publish or perish*” (publique ou morra) dirigida a profissionais da academia em todo o mundo. Se esta pressão foi observada primeiro nos EUA e só muito depois no restante do mundo, foi porque eles inventaram este modelo, que os capacitou para se consolidarem como a grande potência econômica e tecnológica mundial. A adoção do inglês como língua franca da ciência serve primeiro a propósitos geopolíticos e só secundariamente a propósitos intelectuais.

EVOLUÇÃO E IMPACTO DA PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA EM PSICOLOGIA

A participação brasileira na publicação científica mundial tem crescido rapidamente desde o ano 2000 quando consideramos os números fornecidos pela base Scopus. Reportagem publicada em Pesquisa FAPESP (Publicações científicas por países, 2020) informa, com base nos dados da National Science Board (2020), que o Brasil passou da 17ª posição no *ranking* de países que mais publicam na base Scopus no ano 2000 para a 11ª posição em 2018, utilizando-se o método fracionário (a autoria do artigo é fracionada entre todos os autores, que outorgam aos seus países sua fração correspondente da autoria). Foi o 6º maior crescimento mundial (8,98% ao ano). Ainda em 2006, quando o Brasil atingiu a 15ª posição, o presidente da CAPES, Jorge Guimarães, afirmou que o objetivo era que o Brasil ocupasse no *ranking* da produção científica a mesma posição que ocupava no *ranking* dos Produtos Internos Brutos (PIB). Naquele momento, o Brasil era a 10ª economia mundial (Brasil sobe no ranking do PIB e ultrapassa US\$ 1 trilhão - Economia, 2007). Chegou a ser a 7ª economia mundial, posição que manteve até 2014 (Balassiano & Considera, 2020). Atualmente, ocupa a 12ª posição, o que não deixa de ser irônico - a queda acelerada do PIB fez com que a posição no *ranking* da produção científica finalmente fosse melhor que no *ranking* de economias (Balassiano & Considera, 2020). Em 2018, o Brasil publicou 60.147,96 artigos, de acordo com esse método de avaliação (outros métodos geram números diferentes).

Desde o início dessa arrancada produtiva, a psicologia ocupa posição de destaque. Em 2005, foi a área que mais contribuiu para a melhoria da posição brasileira, junto com a Psiquiatria (Cunha, 2007). A área de psicologia da CAPES assumiu o esforço de expandir a internacionalização da produção científica brasileira. Um documento de 2019 da área da psicologia na CAPES (Tomanari et al., 2019) afirma que se percebe “uma conscientização dos PPG/Psi acerca da relevância da internacionalização” (p. 17), em parte, por isso “aumentar o impacto

das publicações derivadas das pesquisas produzidas no país” (p. 17). O documento ressalta que “é uma diretriz da Área ampliar a internacionalização, que se encontra em expansão” (p. 17). Este crescimento acompanha o conjunto da pós-graduação brasileira e apresenta avanços significativos nos indicadores de internacionalização.

O Brasil ficou em 14º lugar no mundo na produção em psicologia entre 1996 e 2017, segundo a SCImago (Tomanari et al., 2019), tendo produzido 13.283 documentos no período. Os EUA, que ocupam a liderança, publicaram cerca de 400 mil documentos. Mas o Brasil partiu de uma posição bastante incipiente, tendo publicado apenas 42 documentos em 1996 (0,27% da produção mundial) e 1.311 em 2017 (1,6% da produção mundial). Grande parte deste crescimento se deu na publicação em revistas nacionais, que cuidaram de ingressar em bases de dados mais prestigiadas. A partir de 2007, o Brasil passou a oscilar entre a 10ª e a 12ª posição na área de psicologia, posição semelhante ao conjunto da produção científica brasileira - em 1996, ocupávamos a 24ª posição. Também se observa um elevado crescimento na publicação internacional brasileira de livros e capítulos. No período 2017-18, os programas de pós-graduação em psicologia publicaram em 1.845 veículos diferentes, dos quais 525 são principalmente da área da psicologia. Destes 525, 366 são edições estrangeiras (CAPES, 2019). Algumas áreas da psicologia são mais internacionalizadas que outras, com destaque para psicologia experimental, processos básicos, psicobiologia e Neurociências e comportamento, que podem chegar a 70% de produções em veículos estrangeiros. Áreas mais voltadas para questões locais ou culturais tendem a uma menor internacionalização da produção.

O Brasil ocupa a 22ª posição em número de citações em psicologia (CAPES, 2019). Ou seja, neste quesito, que reflete o prestígio das publicações, o Brasil ainda ocupa posição semelhante à da década de 1990. O número médio de citações por artigo, sete, é semelhante ao do conjunto das áreas do conhecimento no Brasil, que fica em torno de 10 citações por documento. A qualidade, sob este critério, não seguiu a quantidade.

Está bem estabelecido que artigos publicados em colaboração internacional tendem a receber mais citações (*National Science Board*, 2020). Colaboração internacional se dá de várias formas, como a participação em corpo editorial de revista estrangeira, coorientações de trabalhos no exterior e supervisão de doutores estrangeiros em estágio pós-doutoral. Na publicação, significa autoria de diversos países. De acordo com a ferramenta SciVal (Elsevier, [s.d.]-c), a psicologia publicou cerca de 40% de documentos em colaboração internacional em 2017, especialmente, sem surpresas, com os EUA, a Europa e a Austrália. Estes artigos recebem em média 6,5 citações, ao passo que a colaboração nacional rende uma média de 3,3 citações (Tomanari et al., 2019). Quanto aos livros e capítulos, observa-se também uma melhor classificação em obras publicadas no exterior e em inglês e francês. Como já indicamos, poucos periódicos nacionais estão indexados nas principais bases do mundo (10,4% estão na Scopus, 0,6% - apenas uma - está na *Web of Science*), mas entre os periódicos estrangeiros nos quais a Psicologia brasileira publica, 37,4% estão na *Web of Science* e 55,5% estão na Scopus (CAPES, 2019). Isso pode explicar, em parte, por que o impacto das revistas estrangeiras é maior que o das brasileiras. Mas no índice h5, do Google, que é muito mais abrangente, as revistas brasileiras também apresentam impacto muito menor que as estrangeiras - o maior h5 de periódico nacional em psicologia é 20; entre os estrangeiros, é 84.

As diferenças são tão pronunciadas que a CAPES-Psicologia considerou inadequado tratar revistas nacionais e estrangeiras de psicologia como se fossem um único grupo, e, em 2019, avaliou esses veículos separadamente, para minimizar distorções (CAPES, 2019).

Um elemento importante para entendermos esse cenário desigual é observá-lo a partir de uma perspectiva econômica relacionada à divisão internacional do trabalho científico. Dessa forma, é possível dizer que o processo de globalização influencia a forma como ocorre a internacionalização da produção acadêmica. Isso se revela principalmente no fato de que os cinco maiores *publishers* internacionais

mostraram uma tendência de concentração da publicação nas bases de dados consideradas mais relevantes. Um estudo publicado em 2013 mostrou que os cinco principais publishers internacionais aumentaram de forma crescente sua quota de publicações na WOS, especialmente a partir do advento da era digital em meados dos anos 90 (Larivière, Haustein, Mongeon, 2015). Os cinco maiores publishers são responsáveis por mais de 50% de todos os artigos publicados nessa base de dados (Larivière, Haustein, Mongeon, 2015). Esse fato revela uma tendência de formação de oligopólio comercial com implicações consideráveis sobre o cenário da publicação internacional. No campo das humanidades, a área da psicologia foi uma das que apresentou a maior tendência de concentração de publicação em revistas editadas pelos grandes *publishers*. As políticas editoriais dificilmente deixam de se articular com formas de proteger os lucros desse nicho de mercado e a forma onde isso mais se expressa é na manutenção de índices e fatores de impacto medidos pelas empresas que detêm o controle dos próprios meios de produção nesse mercado. Forma-se nesse caso uma relação circular que permite e justifica a concentração e a formação de grandes lucros, uma vez que a atividade possui um baixo custo (a maior parte das pesquisas são financiadas com dinheiro público ou de fundações e os pareceristas muitas vezes aceitam trabalhar sem remuneração), e a concentração da publicação possibilita a negociação extorsiva com bibliotecas, universidades e outros órgãos públicos para a assinatura das revistas e acesso aos artigos.

O cenário de formação de oligopólio não deixa de impactar as revistas de associações de pesquisa e de universidades. Como os critérios de avaliação das revistas levam em conta fatores ligados à profissionalização da área, dificilmente as revistas que movimentam poucos recursos financeiros conseguem ter a mesma eficiência em termos de velocidade de trabalho e capacidade de ampliar a divulgação e visibilidade das publicações. Em um estudo sobre os efeitos da classificação dos periódicos nos indicadores de impacto, Brenbs, Button e Monafò (2013) observaram que a intensa atividade de divulgação e a

atenção da mídia eram fatores importantes para aumentar o impacto das publicações dos grandes publishers. Dessa forma, estabelece-se um círculo vicioso que caracteriza o cenário de oligopólio: as regras de avaliação supostamente são as mesmas para todos, mas as diferenças de recursos e de capital simbólico no ponto de partida não são levadas em conta. O círculo vicioso também se estabelece em relação aos aspectos simbólicos do reconhecimento e valorização da produção científica:

Unfortunately, researchers are still dependent on one essentially symbolic function of publishers, which is to allocate academic capital, thereby explaining why the scientific community is so dependent on ‘The Most Profitable Obsolete Technology in History’ [48]. Young researchers need to publish in prestigious journals to gain tenure, while older researchers need to do the same in order to keep their grants, and, in this environment, publishing in a high impact Elsevier or Springer journal is what ‘counts’. In this general context, the negative effect of various bibliometric indicators in the evaluation of individual researchers cannot be understated. The counting of papers indexed by large-scale bibliometric databases— which mainly cover journals published by commercial publishers, as we have seen in this paper —creates a strong incentive for researchers to publish in these journals, and thus reinforces the control of commercial publishers on the scientific community. (Larivière, Haustein, Mongeon, 2015, p. 13)

De certa forma, esse cenário evidencia que a discussão da internacionalização não pode se descolar da discussão sobre a democratização das formas de produção e de acesso ao conhecimento científico, sem o que ele tende a corroborar o processo de mercantilização da ciência e não a estimular o verdadeiro diálogo e troca de conhecimento entre as culturas e nações do mundo (o que pode ser feito a partir de traduções das publicações em diversos idiomas e da ampliação das formas de revisão e indexação) visando o desenvolvimento da humanidade.

COMO PUBLICAR INTERNACIONALMENTE

Schopenhauer (2011), como dissemos, lamentou o fim do uso do latim nas ciências. Mas é motivo de disputa se devemos nos felicitar pelo fato de o inglês ter assumido o *status* de *língua franca*, porque ele parece oferecer mais obstáculos que vantagens (Forattini, 1997). Publicar internacionalmente, porém, em muitos sentidos, significa publicar em inglês (mas não necessariamente). Gostaríamos de apresentar algumas considerações sobre o desafio cotidiano da publicação internacional.

Temos que ter em mente algumas condições para a publicação de artigos em periódicos estrangeiros: a. o periódico deve estar sediado em um país que não seja o Brasil; b. o periódico deve ser considerado científico (o que é atestado pela qualidade das bases onde ele está indexado); c. há o incentivo (para não dizer a pressão) para publicarmos em periódicos bem avaliados pela CAPES; d. o número de citações a uma produção é tipicamente identificado com sua qualidade; e. a língua do texto não pode ser o português (como explicamos anteriormente). Essas não são condições escolhidas pelos autores deste capítulo - são condições impostas pelo sistema mundial de produção científica em sua expressão local. Poderiam ser diferentes, como defendemos aqui. Individualmente, podemos resistir frontalmente a essas condições, aderir inteiramente a elas ou anuir a parte delas. Pessoalmente, os autores do presente capítulo seguimos essas condições enquanto não alteram o sentido de nossa publicação. Jamais publicaríamos, por exemplo, em uma revista que impusesse como condição o uso de dados quantitativos, que tipicamente não produzimos em nossas pesquisas (mais ligadas a pesquisas de campo, de tipo etnográfico e entrevistas qualitativas de longa duração), apesar de artigos com resultados expressos em números terem um *status*, equivocadamente, mais elevado na comunidade científica (Eriksson, 2012).

Algumas recomendações, aprendidas ao longo dos anos, vêm se mostrando valiosas:

Quanto à língua inglesa: 1. É importante ter noções básicas de inglês - isso vem se mostrando uma exigência inescapável. Mas mesmo um bom nível de inglês não é suficiente para escrever sozinho um artigo nesta língua. 2. Você pode redigir um artigo em português para posterior tradução, mas é muito raro encontrar tradutoras/es verdadeiramente capazes de verter para a linguagem científica. É importante, por isso, ajudar o/a tradutor/a, e escrever o mais perto possível do inglês - para isso servem as noções básicas. Indique para o/a tradutor/a qual o termo em inglês que melhor traduz os conceitos utilizados no manuscrito. Orações com ordem direta (ou seja, sem inversão entre sujeito e predicado), na voz ativa, com frases curtas e precisas e com palavras mais comuns são preferidas pelas revistas. Em inglês, os termos técnicos são definidos de maneira mais unívoca, em geral, e não há problema em repetir uma palavra muitas vezes, se for um termo. Mas a variação no vocabulário também é desejável para que o texto não fique monótono. Algumas revistas brasileiras bilíngues criaram listas de tradutoras/es que se especializaram em psicologia e por isso oferecem bons serviços - vale consultar estas revistas. Serviços especializados de tradução também já estão disponíveis no Brasil. 3. Às vezes, compensa contratar um serviço de revisão especializado após a tradução. Muitos *publishers* têm seus próprios serviços de revisão (pagos em dólares). 4. Tem havido mais tolerância às peculiaridades do *inglês mundial*, aquele falado e escrito por não-nativos. Talvez seja uma consequência do desejo de incluir países periféricos. Pequenos deslizes são tolerados, em muitos casos. Tivemos a experiência de um artigo já aceito ser inteiramente reescrito, mui gentilmente, pela editora-chefe do periódico, com nossa anuência - o sentido era o mesmo, mas o ritmo, os vocábulos, a estrutura das frases foi muito alterada. 5. Há cursos excelentes de inglês acadêmico instrumental - pode ser útil frequentá-los. 6. Se você não lê os textos de um periódico, deve-se perguntar por que quer publicar lá - a melhor forma de aprimorar sua escrita é pela leitura de textos semelhantes ao que você pretende publicar. Essa leitura lhe dará o vocabulário técnico de sua área, mas

também poderá ajudar a criar um repertório de expressões-chave para usar no manuscrito. Expressões que indicam que há uma lacuna no conhecimento do campo (“*Previous studies of X have not dealt with ...*”), que um método não é adequado (“*The limitation of this approach is that ...*”) ou que um termo pode ter várias definições (“*Several definitions of X have been proposed*”) podem ser assinaladas e armazenadas criando um banco de frases pessoal. Se preferir, há os chamados *academic phrasebanks*, que são coletâneas de frases fixas em inglês que servem para esses propósitos (Morley, 2020; University of Manchester, [s.d.]). 7. Não se iluda com a aparente facilidade oferecida pelo espanhol. Há ótimas revistas muito bem avaliadas na América Latina, mas o espanhol pode oferecer tantos desafios quanto o inglês. 8. A maior parte dos periódicos bem avaliados publica exclusivamente em inglês.

Quanto ao intercâmbio e às parcerias internacionais: 1. Os periódicos tendem a preferir artigos escritos por grupos de pesquisa de vários países. Isso pode ser explicado pelo maior número de citações que esses artigos recebem. 2. O intercâmbio internacional pode ser útil indiretamente. Por exemplo, quando colegas estrangeiros propõem um número especial para um periódico e avisam seus parceiros ou incluem no edital, devido às suas parcerias, uma cláusula para países periféricos. 3. Ser revisor/a ou editor/a de periódicos estrangeiros é uma boa forma de aprender sobre os processos editoriais nesses veículos. 4. Colegas estrangeiros com experiência podem oferecer uma boa primeira leitura de seu manuscrito. Essa prática é muito frequente em alguns países, e não tanto, infelizmente, no Brasil (Becker, 2015).

Quanto aos periódicos: 1. A classificação de um periódico pode ser obtida pela Plataforma Sucupira (http://bit.ly/Sucupira_Qualis). 2. Uma fonte alternativa para consultar a classificação de periódicos por área e subárea é o SJR. Este link mostra o ranking das revistas de Psicologia Social no ano de 2017: http://bit.ly/SJR_Psi_Social_2017. 3. Há revistas muito bem avaliadas pela CAPES fora do eixo Estados Unidos-Europa Ocidental. 4. Se você receber o contato de um periódico oferecendo uma oportunidade incrível para publicar seu artigo,

desconfie - as revistas predatórias existem aos montes e são verdadeiras máquinas caça-níquel, geralmente sem nenhum reconhecimento acadêmico. 5. Fique atento aos editais das boas revistas estrangeiras. São oportunidades valiosas para publicar artigos, porque em geral abrem oportunidades para temas mais específicos e de interesse direto da editoria das revistas. 6. Há revistas estrangeiras bem avaliadas em praticamente todas as subáreas da psicologia. A *International Journal of Psychoanalysis*, por exemplo, tem um índice H de 62 e está no segundo quartil da SJR (http://bit.ly/Int_J_Psychoan_Ind_H), uma excelente posição. 7. Geralmente, não é preciso pagar para publicar, mas seu artigo ficará com acesso restrito aos assinantes da revista. Para seu artigo ficar em acesso aberto, o custo pode ser elevado. Alguns órgãos de fomento oferecem apoio para publicação e alguns *publishers* oferecem descontos para países periféricos. 8. O Brasil criou a plataforma SciELO, a maior iniciativa de acesso aberto do mundo. Há periódicos de diversos países da América Latina sediados no SciELO. Geralmente, não há taxa de publicação nem de assinatura. Muitas das revistas do SciELO são muito bem avaliadas pela CAPES. Definitivamente, vale uma consulta (<https://scielo.org/en/>). 9. Outras iniciativas específicas de acesso aberto irrestrito vêm sendo criadas, como a *Open Research Europe*, da União Europeia (<https://open-research-europe.ec.europa.eu/for-authors/publish-your-research>).

OS PAÍSES PERIFÉRICOS DEVERIAM INVESTIR NA INTERNACIONALIZAÇÃO DE SUA PRODUÇÃO CIENTÍFICA?

Como afirmamos, atualmente o Brasil ocupa, a mesma posição no *ranking* de economias e de produção científica - realizamos enfim as aspirações da CAPES. Mas isto porque a economia brasileira sofreu revezes profundos nos últimos cinco anos. Além disso, o Brasil ocupa a 22ª posição em número de citações, posição nada invejável. Isso deveria nos dar uma pista sobre a pertinência de investir na

internacionalização da produção científica. Após afirmar que uma das causas dos problemas econômicos dos países periféricos é a falta de uma infraestrutura de “ciência, tecnologia e inovação”, ‘Utoikamanu ([s.d.]) pondera que os países recém-industrializados “utilizaram tecnologias do exterior para aumentar sua base industrial antes de criar seus próprios avanços científicos e tecnológicos”.

O caso brasileiro parece evidenciar que uma política sólida de ciência e tecnologia apartada de outros arranjos institucionais que garantam o crescimento econômico, como distribuição de renda mais equitativa (formando um forte mercado consumidor) e oferta de financiamento a juros baixos para os setores produtivos, não é suficiente para promover o crescimento. O caso da concessão de patentes é emblemático – é amplamente reconhecido que o Brasil tem um sistema precário de concessão de patentes, em grande medida responsável pelo país levar 95,1 meses para conceder uma patente, o mais demorado do mundo (*World Intellectual Property Organization*, 2018, p. 65). Esses são problemas cuja resolução depende de arranjos político-institucionais, e não apenas de investimento em ciência e tecnologia.

Por outro lado, o crescimento econômico e a própria soberania das nações depende do domínio de tecnologias cada vez mais sofisticadas, baseadas em amplas colaborações internacionais e em cadeias produtivas de extensão muitas vezes global. Países que não dominem essas tecnologias tendem a entrar no conjunto das nações como fornecedores de bens de baixo valor agregado. No caso da produção das vacinas contra o SARS-CoV-2, pudemos observar que o desmonte do parque industrial de saúde no país pôs o Brasil em situação muito frágil, mitigada pela permanência parcial deste parque em algumas regiões e pela colaboração científica com a indústria de vacinas estrangeira. O domínio científico e tecnológico das vacinas foi importante, mas não suficiente, para que o Brasil ganhasse autonomia para enfrentar a pandemia de Covid-19.

Com todas as contradições que este processo implica, investir na internacionalização da ciência brasileira é um imperativo civilizatório,

sem o qual tendemos a regredir à condição de um país agrícola e fornecedor de matéria-prima para o mundo. Mas este investimento tem que ser calibrado com a criação de condições estruturais que permitam que o conhecimento seja repassado para o conjunto da sociedade, o que só pode ser obtido por meio do investimento maciço em educação e em processos de transferência de tecnologia para pequenos e médios agentes econômicos.

A psicologia entra tangencialmente neste processo, mas de forma muito importante. A criação de tecnologia social para enfrentar problemas sociais é urgente. A corrente de negacionismo que ameaça vidas durante a presente epidemia depende, para seu enfrentamento, de conhecimento sobre processos de pensamento, comportamento e influência social, e uma transformação orientada para a promoção da democracia e o combate à desinformação pode ter efeitos tão ou mais importantes que o próprio desenvolvimento das vacinas. Sendo a infodemia - a epidemia de desinformação - um fenômeno global, seu combate também depende de colaboração internacional. E, apesar de não ser diretamente relacionável ao desenvolvimento de patentes, num sentido mais amplo e, se pudermos dizer, mais elevado, o crescimento deste campo está diretamente atrelado a qualquer visão de desenvolvimento social que não seja uma mera subjugação das populações mais vulneráveis. Como essa, inúmeras áreas da psicologia são potencialmente geradoras de tecnologias sociais de grande importância. Mas parte dos esforços da psicologia em sua interface com as Ciências Sociais - campo onde nos situamos - visa o objetivo científico de aumentar o nível de autoconsciência das sociedades. Neste sentido, a colaboração internacional também é fundamental. Não há autocohecimento que não seja produto de uma abertura genuína para a alteridade. Resta saber se a alteridade para a qual nos abrimos servirá de alimento a nossas forças espirituais ou terá o propósito de destruir aquilo em nós que nos distingue de outros povos e dá identidade a nossa existência.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (2014). *Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos* (Kindle). Zahar.
- Almeida, M. E. de. (2007). O desenvolvimento biológico em conexão com a guerra. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17(3), 545–564. <https://doi.org/10/c28wz3>
- Altmetric. ([s.d.]). *Altmetric*. <https://www.altmetric.com/>
- Araujo, V. (2020). Novo Qualis: Rumos e rumores. *Revista Brasileira de História*, 40(85), 7–9. <https://doi.org/10/gh4dzz>
- Balassiano, M., & Considera, C. (2020, novembro 10). *Como o Brasil se situa entre as maiores economias do mundo no pós-Covid*. Blog do IBRE. <https://blogdoibre.fgv.br/posts/como-o-brasil-se-situa-entre-maiores-economias-do-mundo-no-pos-covid>
- Beall, J. (2015). Is SciELO a publication favela? *Scholarly Open Access. Critical analysis of open-access publishing*. <http://scholarlyoa.com/2015/07/30/is-scielo-a-publication-favela/>
- Becker, H. S. (2015). *Truques da escrita* (p. 256). Zahar.
- Brasil sobe no ranking do PIB e ultrapassa US\$ 1 trilhão—Economia*. (2007, março 28). Estadão. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-sobe-no-ranking-do-pib-e-ultrapassa-us-1-trilhao,20070328p20657>
- Brembs, B., Button, K., & Munafò, M. (2013). Deep impact: Unintended consequences of journal rank. *Frontiers in Human Neuroscience*, 7. <https://doi.org/10/8zx>
- CAPES. ([s.d.]). *Portal de periódicos CAPES*. <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php>
- CAPES. (2012). *Comunicado n. 001/2012—Área de Psicologia. Atualização do WebQualis da Área*. https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Qualis__Psicologia.pdf
- CAPES. (2016, maio 24). *Detalhamento do documento de empenho—Portal da transparência*. <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/programa-e-acao/empenho/154004152792016NE800060?ordenarPor=fase&direcao=asc>
- CAPES. (2017, novembro 7). *Programa Institucional de Internacionalização – CAPES – PrInt*. Fundação CAPES. <https://www1.capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais/capes-print>

- CAPES. (2019). *Relatório do Qualis Periódicos 2019*. Gerson Yukio Tomanari. http://uab.capes.gov.br/images/Relatorio_qualis_periodicos_referencia_2019/Relatorio_Qualis_Psicologia.pdf
- CAPES. (2020). *Ofício Circular nº 31/2020-GAB/PR/CAPES*. CAPES. http://uploads.capes.gov.br/files/OF_CIRCULAR_31-2020-GAB-PR-CAPES.pdf
- Castells, M. (2018). *O poder da identidade [e-book]* (Org.). Paz & Terra.
- Chauí, M. de S. (2018). *Introdução à História da Filosofia. Dos pré-socráticos a Aristóteles* (2. ed). Companhia das Letras.
- Clarivate. ([s.d.]). *The Clarivate Analytics Impact Factor* <https://clarivate.com/webofsciencegroup/essays/impact-factor/>
- Clarivate Analytics. ([s.d.]). *Web of Science*. <https://login.webofknowledge.com/error/Error?Error=IPError&PathInfo=%2F&RouterURL=https%3A%2F%2Fwww.webofknowledge.com%2F&Domain=.webofknowledge.com&Src=IP&Alias=WOK5>
- Clark, J., & Horton, R. (2019). What is The Lancet doing about gender and diversity? *The Lancet*, 393(10171), 508–510. <https://doi.org/10/ghnrv6>
- Crenshaw, K. (2015). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1). <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- Cunha, A. (2007, julho). *Produção científica: Brasil sobe no ranking*. Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/8576-sv-342271386>
- Elsevier. ([s.d.]-a). *Ciência e sociedade | Ciência aberta | Elsevier*. Elsevier.com. <https://www.elsevier.com/pt-br/open-science/science-and-society>
- Elsevier. ([s.d.]-b). *Preconceito inconsciente*. Elsevier.com. <https://www.elsevier.com/pt-br/open-science/science-and-society/unconscious-bias>
- Elsevier. ([s.d.]-c). *SciVal* <https://www.scival.com/landing>
- Eriksson, K. (2012). The nonsense math effect. *Judgment and Decision Making*, 7(6), 746–749.
- FIOCRUZ. (2021, janeiro 22). *Internacionalização da pesquisa científica: Aberta chamada do PrInt para auxílio à publicação de artigos*. Campus Virtual Fiocruz. <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=noticia/60079>

- Forattini, O. P. (1997). A língua franca da ciência. *Revista de Saúde Pública*, 31(1), 3–8. <https://doi.org/10/cp6r46>
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (5ª ed). UNESP.
- Google. ([s.d.]). *Métricas do Google Acadêmico*. https://scholar.google.com/citations?view_op=top_venues&hl=pt-BR&vq=pt
- Guba, E. G. (1990). *The paradigm dialog*. Sage.
- Instituto de Psicologia da USP. ([s.d.]). *Periódicos Eletrônicos em Psicologia*, de <http://pepsic.bvsalud.org/>
- Jacobsen, P. (2018, fevereiro 7). *China é o país que produz mais artigos científicos no mundo. Brasil é o 12º*. Blog da BC. <https://www.ufrgs.br/blogdabc/china-e-o-pais-que-produz-mais-artigos-cientificos-no-mundo-brasil-e-o-12o/>
- Kupferschmidt, K. (2018, setembro 21). *More and more scientists are preregistering their studies. Should you?* Science | AAAS. <https://www.sciencemag.org/news/2018/09/more-and-more-scientists-are-preregistering-their-studies-should-you>
- Lariviere, V., & Sugimoto, C. R. (2018). The Journal Impact Factor: A brief history, critique, and discussion of adverse effects. <https://arxiv.org/abs/1801.08992>
- Larivière, V., Haustein, S., Mongeon, P. (2015). The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. *PLoS ONE* 10(6): e0127502. doi:10.1371/journal.pone.0127502
- Lewin, K. (1973). *Princípios de psicologia topológica*. Cultrix.
- Martins, C. A., & Braile, D. M. (2009). Scientometric analysis of journals from Health Science and related areas available at Portal de Periódicos da Capes. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 14(3), 75–93. <https://doi.org/10/cnbtpk>
- McCall, L., & Orloff, A. S. (2017). The multidimensional politics of inequality: Taking stock of identity politics in the U.S. Presidential election of 2016. *The British Journal of Sociology*, 68(S1), S34–S56. <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12316>
- Morley, J. (2020). *Academic Phrasebank: An academic writing resource for students and researchers* (3ª edição). The University of Manchester.
- National Science Board. (2020). *The State of U.S. Science and Engineering 2020 | NSF - National Science Foundation*. National Science Foundation. <https://ncses.nsf.gov/pubs/nsb20201/global-science-and-technology-capabilities#research-publications>

- Navas, M. E. (2021, março 22). “Apartheid de vacinas”: Por que países ricos não quebram patentes para acelerar vacinação contra covid-19? BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56454630>
- Offe, C. (1989). Trabalho: A categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4(10), 3–4.
- Parsons, E. C. M., & Wright, A. J. (2015). The good, the bad and the ugly science: Examples from the marine science arena. *Frontiers in Marine Science*, 2. <https://doi.org/10/gjnnf5>
- Pinto, Á. V. (2005). *O conceito de tecnologia* (Vol. 1). Contraponto.
- Publicações científicas por países: Contagem por autoria e por artigo*. (2020, fevereiro 5). Pesquisa FAPESP. <https://revistapesquisa.fapesp.br/publicacoes-cientificas-por-paises-contagem-por-autoria-e-por-artigo/>
- Rocha e Silva, M. (2011). Reflexões críticas sobre os três erres, ou os periódicos brasileiros excluídos. *Psicologia USP*, 22(2), 445–456. <https://doi.org/10/gjnnf6>
- Santos, M. (2002). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. EDUSP.
- Sato, L., & Nardi, H. C. (2021). Psychology and Internationalization: Critical notes for thinking North-South hierarchies. *Psicologia USP*, 32. <https://doi.org/10/gjnnf7>
- Schopenhauer, A. (2011). *A arte de escrever [ebook]*. L & PM. <https://www.amazon.com.br/>
- SciELO. (2015, agosto 25). Nota de repúdio ao artigo “Is SciELO a Publication Favela?” de autoria do Sr. Jeffrey Beall | SciELO em Perspectiva. <https://blog.scielo.org/blog/2015/08/25/nota-de-repudio-ao-artigo-is-scielo-a-publication-favela-de-autoria-do-sr-jeffrey-beall/>
- SCImago. ([s.d.]). *Scimago Journal & Country Rank*. <https://www.scimagojr.com/>
- Taylor & Francis. ([s.d.]). *Supporting researchers in developing countries*. Taylor & Francis Group. <http://taylorandfrancis.com/about/corporate-responsibility/development-initiatives/>
- Tollefson, J. (2018, janeiro 18). China declared world’s largest producer of scientific articles (Nº 7689). Nature; Nature Publishing Group. <https://www.nature.com/articles/d41586-018-00927-4>
- Tomanari, G. Y., Angeli dos Santos, A. A., & Cerqueira e Silva, L. M. (2019). *Documento de área. Área 37: Psicologia*. CAPES.
- Tuffani, M. (2016, maio 18). Capes negocia redução de US\$ 20 milhões em contratos e mantém Portal de Periódicos. *Direto da Ciência*. <http://www.diretodaciencia.>

com/2016/05/18/capes-negocia-reducao-de-us-20-milhoes-em-contratos-e-mantem-portal-de-periodicos/

University of Manchester. ([s.d.]). *Academic Phrasebank*. Academic Phrasebank. <https://www.phrasebank.manchester.ac.uk/>

'Utoikamanu, F. ([s.d.]). *Closing the Technology Gap in Least Developed Countries*. United Nations; United Nations. <https://www.un.org/en/chronicle/article/closing-technology-gap-least-developed-countries>

Weinberg, A. M. (1961). Impact of Large-Scale Science on the United States. Big science is here to stay, but we have yet to make the hard financial and educational choices it imposes. *Science*, 134(3473), 161–164. <https://doi.org/10/fpzfnc>

World Intellectual Property Organization. (2018). *World Intellectual Property Indicators 2018* (p. 230). World Intellectual Property Organization. https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_941_2018.pdf

SOBRE AS ORGANIZADORAS

MARIA IMACULADA CARDOSO SAMPAIO

Doutora em Psicologia Experimental pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Possui mestrado em Ciência da Informação e Documentação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, na qual se graduou em Biblioteconomia. Atuou como bibliotecária na Biblioteca Dante Moreira Leite do IPUSP e na coordenação da Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-Psi). Foi docente da Universidade Santo Amaro (UNISA) e atualmente é Assessora Acadêmica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6734822173412495>

Orcid: 0000-0002-6718-4938

E-mail: imaculadasampaio@gmail.com

APARECIDA ANGÉLICA ZOQUI PAULOVIC SABADINI

Bibliotecária, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. MBA Internacional em Gerenciamento de Projetos da Fundação Getúlio Vargas, em andamento. Atualmente é chefe técnica da Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) e membro do Núcleo de Publicações do IPUSP. Foi coordenadora do então Centro de Memória do IPUSP (2012-2016) e Vice-Coordenadora (2005-2011). No IPUSP atuou, também, em comissões editoriais de revistas científicas e diversas comissões institucionais.

ORCID: 0000-0002-5377-462X

E-mail: angelica@usp.br

SILVIA HELENA KOLLER

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui mestrado em Psicologia pela mesma universidade. Professora titular aposentada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora colaboradora da UFRGS. Atualmente é docente da North-West University, Vanderbijlpark, África do Sul.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0789613275943240>

Orcid: orcid.org/0000-0001-9109-6674

E-mail: silviahkoller@gmail.com

SOBRE OS AUTORES COLABORADORES

ABEL LAERTE PACKER

Coordenador de projetos da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (FAP-UNIFESP), diretor e cofundador do SciELO (Scientific Electronic Library Online). Foi diretor da BIREME/OPAS/OMS entre 1999 e 2010. É diretor do Programa. Possui graduação em Business Management e mestrado Master of Library Science - Syracuse University. Tem experiência em desenvolvimento de projetos de gestão de informação e conhecimento científico.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6603329734556632>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9610-5728>

E-mail: abel.packer@scielo.org

AMANDA SCHÖFFEL SEHN

Psicóloga pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3200639099012428>

Orcid: 0000-0002-0897-9773

E-mail: amanda.sehn1@gmail.com

ANNA MARTHA VAITSES FONTANARI

Doutorada em Ciências do Comportamento e Psiquiatria, mestrado e graduação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com ênfase em estresse de minoria e pessoas LGBTQ+. Graduada em Medicina e em Biomedicina também pela UFRGS. Atua como Médica contratada pelo Telessaúde/FAURGS, onde atua no Núcleo de Assistência Jurídica (NAT-JUS), e como Médica Residente em Psiquiatria pela Escola de Saúde Pública/Hospital Psiquiátrico São Pedro. Pós-doutorado junto ao Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais da PUCRS em andamento.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6059783155146967>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1457-3884>

E-mail: annamarthavf@gmail.com

ANA PAULA COUTO ZOLTOWSKI

Psicóloga. Doutora e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE/UFRGS) e do Serviço de Orientação Profissional (SOP/UFRGS). Na docência vinculada à graduação, ministra disciplinas relacionadas ao desenvolvimento e aconselhamento de carreira, além de disciplinas introdutórias de psicologia geral aplicadas à saúde, pesquisa em psicologia e psicologia humanista.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6769919123829406>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9363-7155>

E-mail: ana_zoltowski@yahoo.com.br

ÂNGELO BRANDELLI COSTA

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialista em Psicologia Social e em Psicologia em Saúde (CFP), mestre em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS), doutor em Psicologia (PPGPSICO/UFRGS) e com estágio pós-doutoral no PPGPSICO/UFRGS. Foi professor visitante na Universidade de Roma Sapienza (CAPES PRINT), lecionando disciplinas na Universidade do Trento e na Universidade de Duisburg-Essen (Internationalen UDE Gastdozierendenprogramm). Atualmente é Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e do Programa de Pós-graduação em Ciências Medicina e Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e coordenador do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5392717364543465>

ORCID: 0000-0002-0742-8152

E-mail: angelo.costa@pucrs.br

BÁRBARA LEAL REIS

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Integrante do Grupo de Pesquisa em Avaliação Psicológica: APlab Pessoas & Contextos, vinculado à PUC-Rio. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Formada em Psicologia do Esporte pelo C.E.P.P.E.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5089591812907387>

Orcid: 0000-0003-3440-0961

e-mail: barbarareispsi@gmail.com

BEATRIZ SCHMIDT

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psicóloga, Especialista em Saúde da Família e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora no Curso de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4017757404017421>

Orcid: 0000-0003-2907-2297

E-mail: psi.beatriz@gmail.com

BERNARDO PARODI SVARTMAN

Professor de Psicologia Social e de Psicologia Comunitária no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Membro do Conselho Acadêmico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP-USP). Possui mestrado (2004) e doutorado (2010) em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo. Realizou experiências de assessoria a movimentos sociais, organizações autogestionárias e ao sindicato de metalúrgicos do ABC paulista, na área da saúde do trabalhador. Foi editor da revista *Psicologia USP* entre 2015 e 2018. Atualmente faz parte da equipe editorial da revista *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1400839530721009>

E-mail: bernardo@usp.br

Orcid: 0000-0003-4607-5190

CESAR AUGUSTO PICCININI

Doutor e Pós-Doutor em Psicologia pela University of London, Professor Titular no Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do CNPq.

Orcid: 0000-0002-4313-3247

E-mail: piccicesar@gmail.com

CESAR ANDRÉS ACEVEDO-TRIANANA

Doutorando em Neurociências pela Universidade do Alabama em Birmingham (Estados Unidos), com mestrado em Neurociências pela Universidade Nacional da Colômbia (UNAL) e graduação em Psicologia pela mesma universidade. Foi professor assistente na Universidade Pedagógica e Tecnológica da Colômbia e na Pontifícia Universidade Javeriana, em cursos de Neurociência e comportamento, psicobiologia, psicologia experimental e métodos de pesquisa quantitativa. Trabalhou como coordenador editorial da revista *Universitas Psychologica* (Colombia), de 2011 a 2016.

ORCID: 0000-0002-1296-9957

E-mail: acevedocet@gmail.com

FELIPE VILANOVA

Psicólogo graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre e Doutorando em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Emerging Editor da revista *Personality and Social Psychology Review*, Editor Técnico da *Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento e Managing*, Editor da revista *Trends in Psychology*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7410845124868516>

ORCID: 0000-0002-2516-9975

E-mail: felipevilanova2@gmail.com

GIULIANA VIOLETA VÁSQUEZ VARAS

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui mestrado em Psicologia Clínica pela Universidade San Martin do Peru. Integrante do Grupo de Pesquisa em Avaliação Psicológica: APlab Pessoas & Contextos, vinculado à PUC-Rio. Experiência profissional na área clínica e jurídica. Foi docente da Universidade Cesar Vallejo (UCV) no Peru. Atualmente é Assessora Acadêmica, Psicometrista e Divulgadora Científica no campo da Psicologia Reprodutiva.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8144035392428353>

Orcid: 0000-0003-3941-1707

E-mail: giuli_vv700@hotmail.com

GUSTAVO MARTINELI MASSOLA

Livre-docente em Psicologia Ambiental pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Mestre e doutor em Psicologia Social pelo mesmo Instituto. Docente do IPUSP e orientador de mestrado e doutorado no Programa de Psicologia Social da USP. Atuou como coordenador do Programa de Psicologia Social, chefe do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho e, atualmente, é vice-diretor do IPUSP.

Lattes: <https://bit.ly/2UUOvAF>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1601-9211>

E-mail: gustavomassola@usp.br

JEAN VON HOHENDORFF

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui mestrado em Psicologia pela UFRGS. Graduado em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). É professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da ATITUS Educação e coordena o Grupo de Pesquisa Violência, Infância, Adolescência e Atuação das Redes de Proteção e de Atendimento (VIA Redes).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0149260568216826>

Orcid: 0000-0002-7414-5312

E-mail: jhohendorff@gmail.com

JULIANE CALLEGARO BORSA

Doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Coordenadora Acadêmica do Programa de Dupla-Titulação de Mestrado (PUC-Rio e Università di Perugia, Itália). É bolsista CNPq Nível 2. Atua como psicóloga clínica cognitivo-comportamental realizando, também, avaliação psicológica, orientação profissional e de carreira, tendo como foco de seu trabalho o público feminino. Também atua com mentoria acadêmica para psicólogas pesquisadoras.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3492936364312399>

E-mail: juliborsa@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7703-5509>

MARIA CONSTANZA AGUILAR-BUSTAMANTE

Doutora em Psicologia pela Universidade da Laguna, Tenerife, Espanha. Mestre em Psicologia pela Universidade Católica da Colômbia. Especialista em Psicologia do Consumidor e Docência Universitária. Pesquisadora Associada, Ministério de Ciências da Colômbia. Professora pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia (CEIPS), Faculdade de Psicologia da Universidade Católica da Colômbia. Professora do Doutorado em Psicologia e do Mestrado em Psicologia da Universidade Católica da Colômbia. Editora da Revista *DIVERSITAS: Perspectivas em Psicologia*, USTA Colômbia.

Orcid: 0000-0003-2990-9667

E-mail: mcaguilar@ucatolica.ed.co

RAQUEL VELOSO DA CUNHA

Psicóloga (PUC-Rio). Especialista em Psicologia Clínico-Institucional (HUPE/UERJ). Especialista em Psicologia Jurídica (PUC-Rio). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio. Integrante do Grupo de Pesquisa em Avaliação Psicológica APlab - Pessoas & Contextos vinculado à PUC-Rio. Possui experiência em Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência (TJRJ); Perícia Judicial; assessoramento técnico; e psicoterapia individual, casal e família.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6133395046432014>

E-mail: raquel.veloso.psi@gmail.com

RITA DE CÁSSIA SOBREIRA LOPES

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Brasília (1982), e doutorado em Psicologia pela University of London (1993). É Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na área de Psicologia do Desenvolvimento, com ênfase em Desenvolvimento Emocional.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2244832585566406>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6433-1648>

E-mail: ritasobreiralopes@gmail.com

TAMARA MELNIK

Pós-Doutoranda em Medicina Interna e Terapêutica na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-EPM). Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo, em parceria com Cochrane Prostatic and Urologic Diseases e Centro Cochrane do Brasil. Mestrado em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Professora Afiliada da disciplina de Saúde Baseada em Evidências UNIFESP. Professora orientadora (mestrado e doutorado) do Programa de Pós-graduação em Saúde Baseada em Evidências da UNIFESP-EPM. Pesquisadora do Centro Cochrane do Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6986710571229801>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8477-3662>

E-mail: tamelnm@gmail.com

WILSON LÓPEZ-LÓPEZ

Professor Titular da Universidade Javeriana, Colombia. Doutor em Psicologia Básica e Social pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Editor da revista *Universitas Psychologica* e co-editor da *Revista Internacional de Resenhas em Psicologia*, líder do Grupo de Pesquisa Laços Sociais e Culturas de Paz. Pesquisador sênior de minciencias. Linhas de pesquisa: mídia e conflito, perdão, reconciliação, justiça de transição e paz saúde mental.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2964-0402>

E-mail: lopezlopezwilson@gmail.com

Sobre o livro

Formato 16 x 23 cm

Tipologia PF DIN Text Pro (títulos)
Lora (textos)

Papel Pólen Soft 80g/m² (miolo)
Supremo 250g/m² (capa)

Projeto gráfico Canal 6 Editora
www.canal6editora.com.br

Revisão Natalia Conte

Diagramação Erika Woelke

Fotos da capa www.shutterstock.com

